



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 9ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**10/07/2024
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/07/2024.**

9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 20/2024 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	10
2	MSF 21/2024 - Não Terminativo -	SENADORA MARGARETH BUZETTI	61
3	MSF 17/2024 - Não Terminativo -	SENADOR HUMBERTO COSTA	110
4	MSF 23/2024 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	171
5	MSF 22/2024 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	250
6	MSF 18/2024 - Não Terminativo -	SENADOR JAQUES WAGNER	295

7	MSF 19/2024 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	379
----------	---	---------------------------------	------------

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)			
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(S/Partido)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261 / 2262 / 2268	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 André Amaral(UNIÃO)(25)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)(14)(16)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)(14)(16)	MG 3303-3100 / 3116
Cid Gomes(PSB)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 VAGO(23)(3)(8)	
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PL)(3)	DF 3303-6049 / 6050
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)(20)(19)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Rosana Martinelli(PL)(24)(22)(21)(1)(15)(11)(17)(18)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).
- (14) Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
- (15) Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- (16) Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
- (17) Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
- (18) Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
- (19) Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
- (20) Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).
- (21) Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
- (22) Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).
- (23) Em 06.06.2024, a Senadora Leila Barros deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 54/2024-BLDEM).

- (24) Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
- (25) Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC_OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC_OL=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 10 de julho de 2024
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

9ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de textos (relatórios) (09/07/2024 12:07)
2. Inclusão dos relatórios dos itens 2, 4 e 6 (09/07/2024 15:02)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMLESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ROSIMAR DA SILVA SUZANO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2024****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2024****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 6**MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2024****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2024

(n° 282/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMLESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 282

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **EUGÊNIA BARTHELMESS**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **EUGÊNIA BARTHELMESS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00111/2024 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EUGÊNIA BARTHELMESS**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Angola, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, será removido para embaixada do Brasil em Kiev, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EUGÊNIA BARTHELMESS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 366/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMLESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833612** e o código CRC **CFED0B9F** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003340/2024-68

SUPER nº 5833612

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



**MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
EUGENIA BARTHELMESS**

[REDACTED]
[REDACTED]

Filha de [REDACTED] e [REDACTED], [REDACTED], em [REDACTED]

Dados Acadêmicos

1981	Bacharel e Licenciada em Letras (Língua e Literatura Inglesa) pela Universidade Federal do Paraná
1986	Mestre em Letras (Literaturas de Língua Inglesa) pela Universidade Federal do Paraná
1989	CPCD - IRBR
1998	CAD - IRBR
2008	CAE - IRBr, Brasil e União Europeia: A Construção de uma Parceria Estratégica.

Cargos:

1990	Terceira-Secretária
1995	Segunda-Secretária
2001	Primeira-Secretária, por merecimento
2005	Conselheira, por merecimento
2008	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1991	Divisão das Nações Unidas, assistente
1994	Missão Permanente junto à OEA, Washington, Terceira-Secretária e Segunda-Secretária
1998	Embaixada em Quito, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
2001	Divisão da América Meridional II, assistente
2004	Subsecretaria-Geral da América do Sul, assessora e Chefe de Gabinete
2007	Missão junto à União Europeia, Bruxelas, Conselheira e Ministra-Conselheira
2011	Assessora Especial, Presidência da República
2013	Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Diretora
2013	Departamento da América do Sul, Diretora
2016	Departamento da América do Sul Meridional, Diretora
2019	Departamento da América do Sul, Diretora
2020	Embaixada em Singapura, Embaixadora

Condecorações:

2013	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2016	Medalha Mérito Tamandaré
2017	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2018	Ordem de Rio Branco, Grã Cruz
2018	Orden Nacional del Mérito, Paraguai, Gran Oficial
2023	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ANGOLA**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	República de Angola
Gentílico:	Angolano
Capital:	Luanda
Área:	1.246.700 km ² (equivalente ao Estado do Pará, maior do que a Colômbia)
População:	37,89 milhões
Línguas oficiais:	Português
Principais religiões:	Católica Romana (41%); Protestante (38%)
Sistema político:	Regime Presidencial
Chefe de estado e de governo:	João Manuel Lourenço (desde setembro de 2017, reeleito em 24/08/2022)
Ministro das Relações Exteriores	Téte António (desde 2020)
PIB nominal (2023, FMI):	US\$ 92,80 bilhões (95,68% do PIB do Brasil de USD 2,13 trilhões)
PIB PPP (2023, FMI):	US\$ 260,32 bilhões (93% do PIB do Brasil de USD 4,1 trilhões)
PIB per capita (2023, FMI):	US\$ 2.550 (75,5% do PIB per capita do Brasil de USD 10.410)
PIB PPP per capita (2023, FMI):	US\$ 7.080 (64,74% do PIB per capita do Brasil de USD 20.080)
Variação do PIB (FMI):	-1,3% (2018); -0,7% (2019); -5,6% (2020); 1,2% (2021); 3% (2022); 1,3% (2023); 3,3% (est. 2024)
IDH (2021, PNUD):	0,586 (148ª posição de 191; Brasil é o 87)
Expectativa de vida (2022, PNUD):	62 anos
Índice de desemprego (2021, BM):	18,8%
Unidade monetária:	Kwanza (Kz)
Comunidade brasileira estimada:	27 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: ComexStat)

Brasil → Angola	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
Intercâmbio	1998,5	677,08	936,19	585,28	535,47	577,45	1407,0	1.117,9	394,3 (-64,7%)
Exportações	1270,9	645,23	670,45	444,78	350,32	407,98	640,32	409,76	148,41
Importações	727,67	31,85	265,74	140,50	185,15	169,47	766,72	708,19	245,95
Saldo	543,23	613,38	404,71	304,28	165,17	238,50	-126,4	-298,4	-97,54

1. Dados até o mês de abril de 2024

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO **Presidente da República**



Nasceu em 5 de março de 1954 em Lobito, província de Benguela. Após a queda do regime salazarista em Portugal, juntou-se à luta de libertação e integrou o primeiro grupo de combatentes que entraram em território angolano. Tem formação militar (artilharia pesada). Entre 1978 e 1982, estudou na União Soviética, onde, além da formação militar, obteve o título de mestre em Ciências Históricas.

Foi presidente do Grupo Parlamentar do MPLA entre 1993 e 1998; secretário-geral do MPLA e presidente da Comissão Constitucional entre 1998 e 2003; 1º vice-presidente da Assembleia Nacional entre 2003 e 2014. Foi ministro da Defesa Nacional até 24 de julho de 2017, quando se desvinculou para concorrer às eleições presidenciais. Assumiu a Presidência da República de Angola em setembro de 2017, em substituição ao ex-Presidente José Eduardo dos Santos, o qual exerceu o cargo por quase quatro décadas (1979-2017). Foi reeleito para novo mandato presidencial de cinco anos em 24 de agosto de 2022.

TÉTE ANTÓNIO
Ministro das Relações Exteriores



Nasceu em 22 de janeiro de 1955 em Bembe, província do Uíge. Antes de tornar-se ministro, em 2020, exercia a função de secretário de estado para as Relações Exteriores (2017-20), no Ministério das Relações das Relações Exteriores de Angola (MIREX). Iniciou a carreira no MIREX no Departamento da União Africana e Instituições Especializadas da Direção África e Médio Oriente, de onde foi trabalhar na Missão Permanente junto da União Africana, em Adis Abeba (1993-1997). Posteriormente, tornou-se chefe de gabinete do vice-ministro das Relações Exteriores (1999-2002), integrante da delegação angolana no Conselho de Segurança (2003-2004) e assessor do presidente da 59ª sessão da Assembleia Geral da ONU (2004-2005). Exerceu outras importantes funções diplomáticas, como observador político da União Africana junto à Missão da ONU para a Organização de um Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) (1997-1999); perito principal durante a presidência angolana da Comissão de Consolidação da Paz da ONU; representante da União Africana Junto da ONU; conselheiro diplomático do presidente da Comissão da União Africana; e ministro-conselheiro na Missão Permanente de Angola junto às Nações Unidas

MANUEL EDUARDO DOS SANTOS SILVA BRAVO
Embaixador em Brasília



Antes de ser designado embaixador no Brasil, exercia a função de embaixador em Nova Delhi desde 2012. Durante 10 anos, de 2001 a 2011, exerceu a função de assessor diplomático sênior do presidente José Eduardo dos Santos.

APRESENTAÇÃO

Após a independência, em novembro de 1975, instalou-se em Angola sangrenta disputa entre facções que disputavam o poder: o MPLA; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A Guerra Fria aguçou e armou as facções em luta, com a atuação de soldados cubanos junto ao MPLA e ingerência direta da África do Sul, à época sob o regime do *apartheid*, com apoio à FNLA e à UNITA.

A partir dos anos 1980, operações de paz das Nações Unidas passaram a atuar em Angola: a UNAVEM I (1989) fiscalizou a saída das tropas cubanas; a UNAVEM II (1991) facilitou a realização das eleições, determinadas pelos Acordos de Bicesse; e a UNAVEM III (1995), da qual participou o Brasil, monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a UNITA e consolidar a paz em Angola.

O fim da guerra civil, em 2002, em seguida à morte do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país, após 40 anos de conflitos, dos quais 15 anos de luta anticolonial e 27 anos de embates internos. Em 2012 realizaram-se, sob a égide da primeira Constituição de Angola (promulgada em 2010), as primeiras eleições gerais desde o fim da Guerra Civil.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Luanda	Rafael de Mello Vidal
Embaixador de Angola em Brasília	Manuel Eduardo dos Santos da Silva Bravo

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão Mista Brasil-Angola	VII	2023
Comissão Bilateral de Alto Nível (CBAN)	III	2022

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). O reconhecimento imediato da independência angolana pelo Brasil significou gesto de grande relevância política para legitimar a soberania do novo Estado angolano e dificultar a reversão do processo de independência.

A Comissão Bilateral Brasil-Angola foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, assinado em Luanda em 11 de junho de 1980.

Em junho de 2010, foi assinada a Declaração de Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. Angola e África do Sul são os únicos parceiros estratégicos do Brasil na África. No âmbito dessa Parceria, foi criada a Comissão Bilateral de Alto Nível (CBAN), diálogo formal entre os Chanceleres dos dois países. O mecanismo reuniu-se em três ocasiões: 2012, em Brasília; 2016, em Luanda; e em 2022, novamente em Luanda.

Na 3ª reunião da CBAN (Luanda, 01/06/2022), foi acordado entre os chanceleres de Brasil e Angola a realização da VII reunião da Comissão Mista bilateral (Comista).

A VII Comista Brasil-Angola (Brasília, 05/04/2023), marcou o relançamento da Parceria Estratégica, após 18 anos. Reuniram-se 5 GTs (agricultura; economia e transporte; educação; saúde; e segurança pública). Participaram da reunião plenária, além do Senhor ME e do chanceler de Angola, a Ministra da Saúde, além de representantes da ANAC, da SUFRAMA e da UFRGS.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

Em seus dois primeiros mandatos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Angola em 2003 e 2007. No terceiro, realizou visita em agosto de 2023. A então presidente Dilma Rousseff visitou Angola em 2011. O então vice-presidente Hamilton Mourão esteve em Angola em 2021, para participar da XIII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, mantendo reunião bilateral com o presidente João Lourenço.

O presidente João Lourenço esteve no Brasil em 01/01/2023 para a posse do senhor PR. O então presidente angolano José Eduardo dos Santos esteve no Brasil em 2005, 2010 e em 2014.

Em 2022, o então chanceler Carlos França chefiou a delegação brasileira à 3ª reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola. O ex-chanceler Ernesto Araújo visitou Angola em 2019. O ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira esteve em Angola em 2018. Em 2016, o ministro Mauro Vieira esteve em Angola ocasião em que presidiu a 2ª reunião da CBAN.

O ministro das Relações Exteriores de Angola, Tété António, esteve em Brasília no mês de abril de 2023, por ocasião da VII Comista. O então chanceler Manuel Augusto Domingos esteve em Brasília em 2020 e 2019.

Em sessão de cumprimentos ao corpo diplomático, em 23/01/2024, o presidente de Angola indicou ao embaixador do Brasil em Luanda sua intenção de vir ao Brasil por ocasião da Cúpula dos Líderes do G20, em novembro.

Angola foi representada, na Reunião de Chanceleres do G20, em fevereiro de 2024, pelo ministro de Estado da Coordenação Econômica, José de Lima Massano.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Programa de Cooperação Brasil-Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em junho de 1980 e promulgado em outubro de 1990. Brasil e Angola desenvolveram, no período de 1997 a 2022, 83 iniciativas, nas quais o Brasil aportou cerca de US\$ 6 milhões. Não está contabilizado nesse montante o valor das horas técnicas despendidas pelos representantes das instituições brasileiras envolvidas, principal ativo da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional.

Destacam-se os seguintes projetos:

(i) Banco de Leite Humano em Angola. O projeto, em curso, viabilizou a instalação da primeira unidade de coleta, processamento e doação de leite humano do país, na Maternidade Lucrecia Paim, em Luanda;

(ii) Apoio à implementação e à gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer. O projeto, em curso, tem como objetivo a reformulação da Política Nacional para a prevenção e controle do câncer, além da formação de médicos do Instituto Angolano de Controlo de Câncer (IACC) no Instituto Nacional do Câncer (INCA), no Rio de Janeiro. Já foram diplomados sete médicos angolanos, em especialidades como anatomia patológica, medicina intensiva, radiologia, radioterapia, anestesiologia e oncopediatria;

(iii) Apoio à implementação e à gestão de medidas para atenção integral às pessoas com doença falciforme em Angola; e

(iv) Programa do Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar.

O desenvolvimento do vale do Cunene, localizado no Sul de Angola, figura como uma das pautas prioritárias da agenda bilateral, estabelecida não só pelas instâncias superiores que guiam a agenda binacional, mas também pelos órgãos do governo angolano que elaboram políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país. Ademais da cooperação técnica na região, o governo de Angola manifestou

intenção de construir agenda empresarial no Cunene para prospecção de oportunidades de investimento, bem como atrair investimento brasileiro na área de processamento de carne de aves, com vistas a instalação de planta industrial no país. No Cunene, o Brasil teria a contribuir no desenvolvimento da agricultura irrigada de base familiar

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio bilateral atingiu recorde histórico em 2008, com US\$ 4,2 bilhões (exportações brasileiras de US\$ 1,96 bilhão) e manteve-se até 2014 em torno de US\$ 1,2-1,5 bilhão. De 2015 a 2021, período que coincide com a queda sistemática do preço do petróleo, houve declínio na corrente de comércio bilateral: as exportações de produtos brasileiros sofreram os efeitos da crise econômica e da contração da demanda angolana, reduzindo-se a US\$ 350 milhões em 2020 (fluxo total US\$ 535 milhões).

A partir de 2022, a corrente comercial mostrou sinais de recuperação. Em 2022, a corrente de comércio entre o Brasil e Angola totalizou US\$ 1,41 bilhões, acréscimo de 143,7% em comparação a 2021, com déficit para o Brasil de US\$ - 126,4 milhões. Em 2023, houve decréscimo de 20,5% da corrente de comércio, principalmente puxado pela queda de 36% nas exportações brasileiras. Em vista disso, o déficit comercial brasileiro se elevou a US\$ 298,4 milhões.

As exportações brasileiras em 2023 alcançaram US\$ 409,8 milhões. Os principais produtos exportados foram: carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (US\$ 53,8 milhões - 60%); partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 33 milhões + 58,2%); açúcares e melaços (US\$ 31,7 milhões - 72%); e despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados (US\$ 29,9 milhões - 40%). Nota-se que todos esses itens haviam apresentado queda também no ano de 2022.

As importações somaram US\$ 708,2 milhões (queda de 7,6% em relação ao ano anterior). Os principais produtos importados foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (US\$ 640 milhões, ou 90% do total); e óleos

combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (US\$ 67,5 milhões, ou 9,5% do total).

Em 2023, Angola foi o 64º destino das exportações brasileiras, responsável por 0,1% das exportações, e o 47º país de origem das importações, respondendo por 0,3% das importações brasileiras.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Em 03/12/2019, Angola efetuou o pagamento integral, e de forma antecipada, de seu saldo devedor junto ao Governo brasileiro, no valor de US\$ 589,3 milhões (US\$ 581 milhões relativos ao BNDES e US\$ 8,3 milhões ao BB-PROEX). A dívida referia-se a contratos firmados antes de 2015. Angola jamais atrasou pagamentos de parcelas devidas, portanto nunca houve acúmulo de atrasados. Deste modo, os depósitos do governo angolano na conta-garantia atingiram, em 2019, saldo suficiente para liquidar o restante dos empréstimos desembolsados antes da interrupção das linhas de crédito.

A Embaixada de Angola em Brasília propôs, em outubro de 2022, Memorando de Entendimento Brasil-Angola (MEBA) que viabilize o retorno dos créditos à exportação. O Brasil já negociou 17 memorandos edições do MEBA com Angola desde a década de 1980. Trata-se de instrumento ao abrigo do qual são realizadas as operações de financiamento do comércio bilateral de bens e serviços.

O Brasil segue comprometido com a negociação de novo MEBA, que deverá alavancar o comércio bilateral e os investimentos. Um importante elemento a ser definido é a contragarantia a ser apresentada pela parte angolana.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Angola é um dos principais países africanos beneficiados pelo PEC-G, ocupando a 3ª posição em número de selecionados, na série histórica (desde 2000).

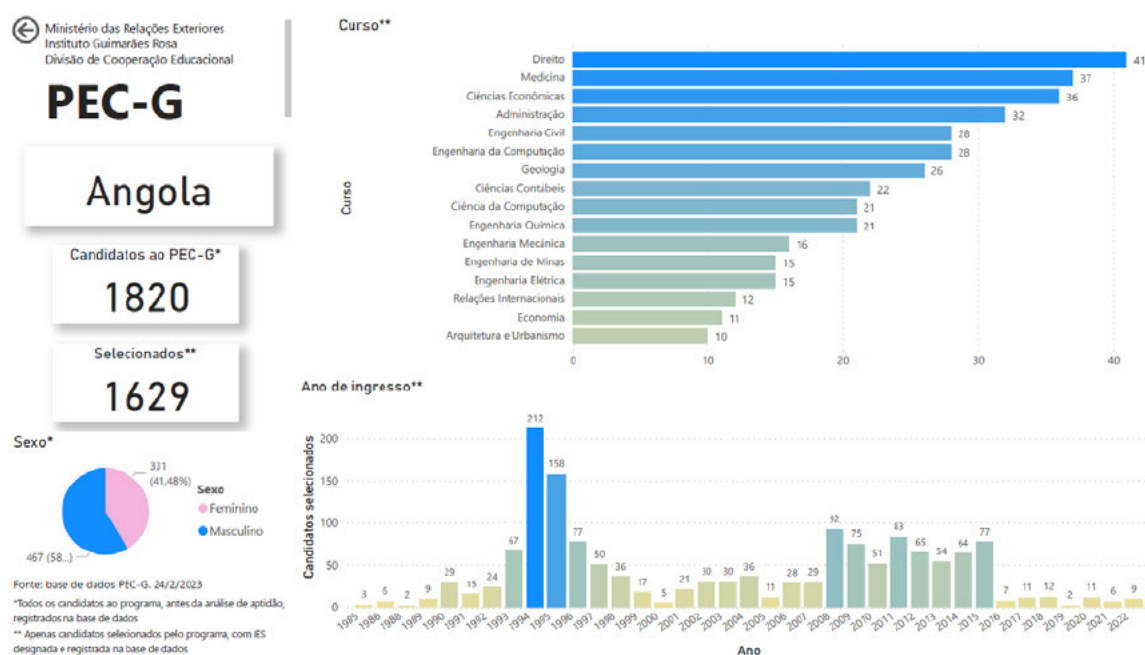
No passado, a maioria dos estudantes angolanos no Programa recebiam bolsa, no valor de US\$ 500 mensais, do Instituto Nacional de Gestão de Bolsa de Estudos

(INAGBE) de Angola. Atualmente, devido a restrições orçamentárias, o instituto só oferece bolsas para a pós-graduação e para alguns cursos de medicina no exterior.

PEC-G – selecionados angolanos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total (2000 a 2022)
48	83	63	53	59	77	7*	11	12	2	11	6	9	11	790

*Desde a seleção 2016 passou a ser exigido o certificado de CELPE-BRAS, inclusive para países lusófonos.



PEC-PG: selecionados angolanos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total (2000 a 2019)
8	10	8	2	3	8	4	3	4	8	9	89

Angola ocupa a 11^a posição em número de selecionados gerais para o PEC-PG, que oferece formação em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior brasileiras. Os cinco maiores beneficiários são Colômbia, Moçambique, Peru, Cabo Verde e Argentina. O último edital, iniciado em 2020, com resultados divulgados em 2022, no qual 9 estudantes angolanos foram selecionados.

ASSUNTOS CONSULARES

A embaixada do Brasil em Luanda apresenta o segundo maior movimento de concessão de vistos da rede mundial do Itamaraty, após o Haiti. A comunidade brasileira em Angola é estimada em 27 mil nacionais – cerca de dois terços de todos os brasileiros no continente africano. O número de brasileiros que visitam o país como turistas é baixo. Os objetivos de viagem predominantes são negócios e a visita a parentes. Os principais destinos são Luanda e a cidade de Benguela, no sul do país.

Por ocasião de sua visita, em abril de 2023, o senhor PR anunciou a abertura do Consulado-Geral em Luanda, como reconhecimento do forte crescimento do intercâmbio entre as populações dos dois países.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

Angola é uma república presidencialista. O presidente da República é o chefe de Estado e de governo, podendo ser eleito por até dois mandatos consecutivos. A eleição do presidente e do vice-presidente tem como base os votos recebidos nas eleições para a Assembleia Nacional.

O Poder Legislativo é unicameral, composto pela Assembleia Nacional, de 220 deputados. O parlamento inclui membros eleitos tanto pelo princípio da representação proporcional dos votos totais como pelo da igualdade de representação entre as províncias do país.

O Judiciário inclui o Tribunal Constitucional, a mais alta corte de Angola; o Tribunal Supremo, última instância da jurisdição comum; o Tribunal de Contas; e o Supremo Tribunal Militar. As funções executivas do processo eleitoral são de competência da Comissão Nacional Eleitoral.

CONTEXTO RECENTE

Nas primeiras eleições gerais do país, em 2012, o MPLA elegeu o presidente José Eduardo dos Santos, com 72% dos votos válidos. José Eduardo dos Santos permaneceu no poder por quase quatro décadas, até 2017, quando decidiu não mais se apresentar como cabeça de lista do MPLA para as eleições. Nas eleições de 2017, o então ministro da Defesa, João Lourenço, cabeça de lista do MPLA, foi eleito presidente da República, tendo o MPLA angariado 61% dos votos, contra 26% para a UNITA.

Na eleição presidencial angolana de 24/08/2022 foi reeleito João Lourenço, do MPLA, com 51,17% dos votos (124 deputados). A UNITA amealhou 43,95% dos votos (90 deputados), historicamente seu melhor desempenho.

<h3>POLÍTICA EXTERNA</h3>

O Presidente João Lourenço tem enfatizado uma diplomacia pragmática e ativa, voltada à captação de investimentos estrangeiros produtivos, com foco em aportes do setor privado. O objetivo é estabelecer mecanismos regulatórios e operacionais que projetem a imagem de uma nova Angola, comprometida com o combate à corrupção e à impunidade.

Angola tem buscado assumir maior projeção no cenário internacional, em particular em seu continente, com o propósito de ser reconhecida como potência emergente subsaariana. O país possui a segunda maior economia da África Austral (após a África do Sul). Além das relações com o entorno regional, há bom relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

Ao utilizar seu próprio exemplo de superação de conflitos, o país projeta-se como interlocutor em processos de estabilização africanos, não só entre os países vizinhos, mas também em outras zonas do continente, como o Golfo da Guiné e a

Região dos Grandes Lagos. O governo angolano defende soluções africanas para problemas africanos e busca reforçar o papel das organizações regionais. Apoia o fortalecimento de entidades como a União Africana (UA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), nas quais mantém engajamento ativo. Angola atribui importância prioritária à UA como foro de concertação político-diplomática entre os países africanos, e também é membro da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG).

O país tenta demonstrar que tem capacidade de oferecer contribuição efetiva aos esforços direcionados à prevenção de conflitos e à manutenção da paz no continente: enviou contingentes civis, policiais e militares à Missão de Prevenção da SADC no Lesoto (SAPMIL, no acrônimo em inglês), realizada de 2017 a 2018, e tem manifestado crescente interesse no ensino e no treinamento de oficiais e tropas, em particular no que concerne a operações de paz e ajuda humanitária. Também possui contingentes na Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM), em permanência naquele país até julho de 2024.

Fora do continente, Angola prioriza os parceiros estratégicos (Brasil, EUA e China) e países com os quais mantém laços tradicionais, como Portugal, Rússia e Cuba. A diplomacia angolana tem-se desdobrado para atrair investidores e incentivar parcerias internacionais que possam favorecer o crescimento e a diversificação de sua economia.

Em reconhecimento da postura proativa de Angola em seu contexto regional, a União Africana concedeu ao Presidente João Lourenço em 2022 o título de "líder da paz e reconciliação". O presidente angolano tem tido seu papel mediador reconhecido pela ONU e Angola tem mantido relações diplomáticas e comerciais estáveis com a União Europeia, Estados Unidos, Rússia e China. O presidente João Lourenço desloca-se com frequência para mediar conflitos na região, tendo agido como mediador na crise entre a RDC (República Democrática do Congo) e Ruanda.

ECONOMIA

A economia angolana vincula-se às receitas do petróleo, setor que responde por 95% das exportações do país, por mais de 50% de suas receitas totais e por cerca de 30% do PIB. Essa dependência expõe o país às oscilações do preço do petróleo, de modo que o governo angolano mostra-se cada vez mais consciente da necessidade de diversificação econômica. Apesar da queda na produção, por falta de novos investimentos, o país é o segundo maior produtor africano, atrás apenas da Nigéria, e um dos dez maiores exportadores no mundo.

ACORDO COM O FMI

O governo angolano assinou com o FMI, em 2018, Programa de Financiamento, no âmbito do Mecanismo de Financiamento Alargado, pelo qual receberá cerca de US\$ 4,5 bilhões. O Programa procura sanar as contas públicas, melhorar o ambiente de negócios, regularizar o fluxo de divisas internacionais e atrair investimentos estrangeiros. O FMI avaliou que Angola "está em transição para uma recuperação gradual de múltiplos choques, incluindo aqueles induzidos pela pandemia de Covid-19" e que "a visão política das autoridades continua sólida". O Conselho de Administração do FMI concluiu, em dezembro de 2021, a sexta e última avaliação do programa econômica de Angola, permitindo a liberação de cerca de US\$ 748 milhões. A subida dos preços do petróleo contribuiu para o elevado excedente na conta corrente do país. Segundo o Fundo, o início da recuperação do crescimento no setor não petrolífero poderá contribuir para ampla estabilização da produção global.

AGENDA DE REFORMAS

Em acréscimo às medidas de ajuste fiscal, a agenda de reformas econômicas contempla a modernização do arcabouço legislativo em favor da melhora do ambiente de negócios no país. Foram propostas novas regras para facilitação do

investimento privado, defesa da concorrência e repatriação de capitais e está em curso a reestruturação de empresas públicas, como a Sonangol.

A persistência do governo de João Lourenço em observar os compromissos assumidos com o FMI dá mais uma demonstração do novo paradigma de reformas econômicas ortodoxas e liberalizantes que o presidente tem procurado construir desde o início de seu mandato.

João Lourenço logrou aprovar uma série de marcos jurídicos que visam a restringir o dirigismo estatal e incentivar o livre mercado. Citem-se as leis do investimento privado, da concorrência, das parcerias público-privadas, o novo marco para investimentos no setor de hidrocarbonetos e o ambicioso programa de privatizações, que contempla 195 empresas, incluindo estatais e participações.

Diante da insuficiência da poupança doméstica, historicamente deslocada pelo Estado, a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) tornou-se fator crucial para o sucesso das novas concessões em energias renováveis, telecomunicações, mineração, petróleo, refinarias, além dos projetos de diversificação da economia, que buscam desenvolver sobretudo o turismo e a agricultura.

Um dos fatores que dificultou a atração de investidores estrangeiros foi a ausência de relações de correspondência bancária com os EUA desde fins de 2015, o que tornou as transferências em dólares com destino ou origem em Angola operações custosas. O principal motivo para a saída dos bancos correspondentes estadunidenses foi a inadequação da legislação financeira angolana aos padrões de segurança exigidos nos EUA. A situação foi sanada com a aprovação, em 20/11/2019, de lei contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, elaborada com assistência do FMI, do Departamento do Tesouro dos EUA e do Federal Reserve.

Em janeiro de 2020 o Banco Central Angolano (BNA) dispensou de licenciamento prévio o ingresso de capitais estrangeiros em investimentos produtivos no país, bem como a remessa ao exterior de rendimentos associados a investimentos. Trata-se da primeira medida concreta de flexibilização da conta de capitais, dando assim passo significativo no sentido de atrair investidores estrangeiros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Ano	Evento
2022	Reeleição do Presidente João Lourenço
2017	João Lourenço sucede José Eduardo dos Santos na presidência da República
2012	Primeiras eleições gerais. Vence José Eduardo dos Santos
2012	Criação de fundo soberano
2010	Aprovada a Constituição
2008	Novas eleições legislativas
2006	Memorando de entendimento para a paz em Cabinda
2002	Morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA
1999	Fim da Missão das Nações Unidas
1998	Novos combates de alta intensidade
1994	Protocolo de Lusaca para desmobilização e reconciliação
1993	Sanções multilaterais contra a UNITA
1992	Primeiras eleições legislativas
1990	Aprovação do multipartidarismo
1981-1990	Guerra civil
1975	Independência do país e início da guerra civil
Antes de 1975	Domínio colonial português

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
2023	Visita a Angola do Presidente Lula (agosto)
2023	VII Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola (abril)
2022	III reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola (Luanda, 1º de junho).
2022	Segunda reunião (virtual) do Comitê Conjunto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) (3 de fevereiro).
2021	Visita a Angola do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e do ministro das Relações Exteriores, Carlos França.
2020	Visita do ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Manuel Augusto Domingos (Brasília, 2 de março).
2019	Visita do ministro Ernesto Araújo a Angola (12 de dezembro).
2019	O chanceler angolano, Manuel Augusto, representou o presidente João Lourenço nas cerimônias de posse do presidente Jair Bolsonaro e manteve encontro bilateral com o ministro Ernesto Araújo (1º de janeiro).
2018	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Angola, ocasião em que se encontrou com o chanceler Manuel Augusto e foi recebido em audiência pelo presidente João Lourenço (9 de fevereiro).
2016	Encontros do chanceler José Serra com os ministros do Exterior

	de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique e com o secretário-executivo da CPLP (30 de outubro).
2016	O vice-presidente angolano, Manuel Domingos Vicente, chefiou a delegação de seu país à XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília (outubro/novembro).
2016	Visita oficial do ministro Mauro Vieira a Angola, ocasião em que presidiu, com o chanceler Georges Chikoti, a II reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola (13 e 14 de abril).
2015	O vice-presidente da República, Michel Temer, representou o Brasil na comemoração do 40º Aniversário da Independência de Angola, bem como na cerimônia de inauguração da nova sede de sua Assembleia Nacional (novembro).
2015	O ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, realizou visita oficial ao Brasil no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (12 e 13 de novembro).
2015	Visita oficial do ministro Mauro Vieira a Angola, ocasião em que assinou o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e Angola, com seu homólogo, o chanceler Georges Chikoti (1 de abril).
2014	Visita ao Brasil do presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (16 de junho).
2012	Visita do ministro de Relações Exteriores de Angola, George Chikoti, por ocasião da I reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (13 e 14 de novembro).
2011	Visita do ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti (5 de dezembro).
2011	Visita da presidente Dilma Rousseff a Angola (20 de outubro).
2011	Visita do ministro Antonio de Aguiar Patriota a Angola (21 de julho).
2010	Visita do presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, quando se estabeleceu a Parceria Estratégica (23 de junho).
2007	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola.
2005	VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
2003	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola.
2002	Início da concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG).
1992	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1988	IV Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1984	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1983	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1982	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1980	Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.
1975	O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título do Acordo	Celebração	Status
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cooperação no campo do Turismo Sustentável	25/08/2023	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para evitar a dupla tributação dos lucros do transporte aéreo e marítimo internacional	05/04/2023	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	24/09/2019	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Superior das Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola.	09/02/2018	Em vigor
Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a formalização da cessão do uso de imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada da Angola no Brasil.	02/05/2017	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, da Agricultura, da Energia e dos Serviços	01/04/2015	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	01/04/2015	Em vigor
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Facilitação de Vistos	16/06/2014	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Executivo da República de Angola para a implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica	13/11/2012	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do "Projeto Piloto em Doença Falciforme"	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto "Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária"	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto "Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola"	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto "Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos"	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto "Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos"	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto "Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola"	23/06/2010	Em vigor
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010	Em vigor
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação	23/06/2010	Em vigor

Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola	23/06/2010	Em vigor
Ata de Compromisso entre a Embaixada da República Federativa do Brasil e a Fundação Eduardo dos Santos "FESA"	17/08/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cessão Recíproca de Imóveis para o Funcionamento dos Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil	17/08/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Formalização da Cessão de Uso de Imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada de Angola no Brasil	17/08/2009	Em vigor
Carta de Intenções sobre a Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da República Federativa do Brasil e o Ministério da Assistência e Reinserção Social da República de Angola	15/08/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola"	17/07/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola"	17/07/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola	09/11/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	18/10/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Angola para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos	18/10/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Escola de Todos"	18/10/2007	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular"	18/10/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"	18/10/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola"	09/07/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"	26/05/2006	Em vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública.	03/05/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Cooperação na Área de Aquicultura e Pesca.	29/01/2004	Em vigor
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999	04/11/2003	Em vigor
Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	03/11/2003	Em vigor
Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para Todos" em sua fase Emergencial (2004-2007)	03/11/2003	Em vigor
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	03/11/2003	Em vigor

República de Angola		
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Desporto	03/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola"	03/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional	03/11/2003	Em vigor
Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública, entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola.	14/11/2000	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.	31/05/1999	Em vigor
Ata de Cerimônia de entrega da Contribuição do Governo do Brasil ao Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional do Governo de Angola.	25/11/1996	Em vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola na Área de Desenvolvimento Educacional	10/09/1991	Em vigor
Declaração Conjunta.Brasileiro-Angolana	10/09/1991	Em vigor
Comunicado Conjunto Brasileiro - Angolano	28/01/1989	Em vigor
Comunicado Conjunto à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola	05/07/1988	Em vigor
Acordo para a concessão de Créditos e Financiamento Adicional ao Projeto Kapanda entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola	18/05/1988	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80, entre a República Federativa do Brasil e a República	20/10/1983	Em vigor

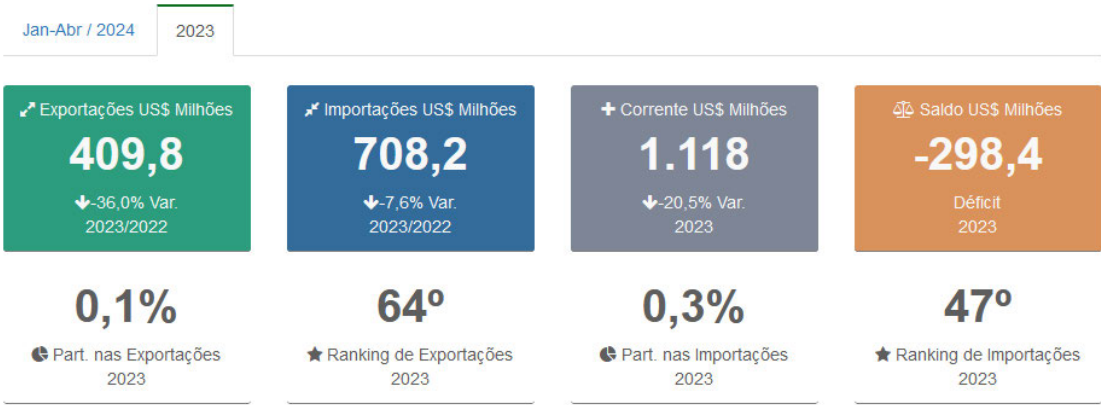
Popular de Angola		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola	12/04/1983	Em vigor
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Angola	11/06/1980	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Angola.	11/06/1980	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola	11/06/1980	Em vigor

Não há acordos bilaterais em tramitação no Congresso Nacional.

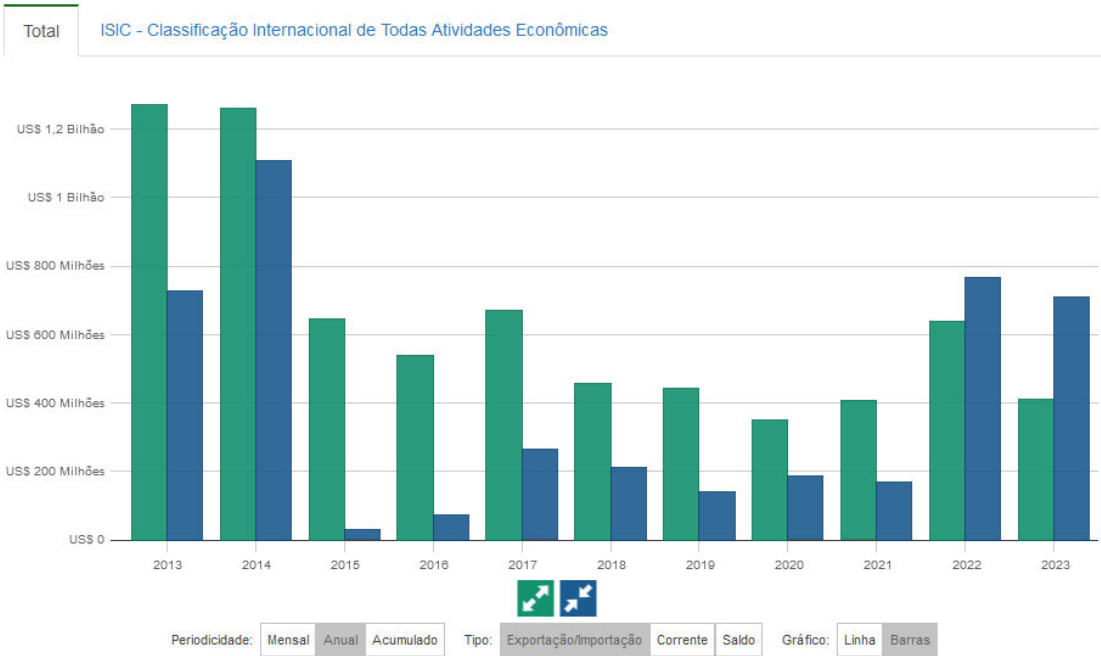
ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO BILATERAL

Angola

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Angola



Série histórica - Parceiro: Angola



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ANGOLA

Candidata: EUGÊNIA BARTHELMMESS

PERFIL DA CANDIDATA**Embaixadora Eugênia Barthelmess**

Nascida em Curitiba em 1959, é bacharel e licenciada em Letras pela Universidade Federal do Paraná, sendo mestre em Letras pela mesma universidade.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1990, tendo recebido a medalha de ouro do Prêmio Rio Branco.

Serviu nas Embaixadas do Brasil em La Paz (1991, estágio profissionalizante), em Londres (1992, prêmio de estudos), em Quito (1998-2001) e nas Missões junto à OEA (1994-98) e junto à União Europeia (2007-2011).

É, desde 2020, Embaixadora do Brasil em Singapura.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Rafael de Mello Vidal, antecessor no Posto)

Relações Diplomáticas

- Angola se insere de forma privilegiada na diplomacia brasileira. O reconhecimento pelo Brasil da independência angolana, na véspera mesma do anúncio por Agostinho Neto, feito em 11 de novembro de 1975, foi mais que um ato protocolar: país que já exercia protagonismo no cenário mundial, à frente do Movimento dos Não-Alinhados e do G77, e com papel de liderança no Sul Global, o Brasil sinalizou ao mundo, e em especial às forças contrarrevolucionárias coloniais da época, que o processo de independência de Angola era irreversível. Desde então, o Brasil passou a ter um espaço especial na diplomacia angolana, estando também na liderança dos países que ajudaram na reconstrução do país após o fim da Guerra Civil, em 2002. As relações fraternais, motivadas também por raízes comuns na formação nacional de ambas as ex-colônias, se transformaram, em 2010, em uma Parceria Estratégica, uma das duas que o Brasil desenvolve na África (a outra com a África do Sul).

- A diplomacia brasileira atribui atenção prioritária à proteção de interesses de nacionais em Angola, país grande receptor de investimentos brasileiros (maior beneficiário histórico dos créditos do BNDES, todos quitados), com a maior comunidade brasileira na África, e, em especial, parceiro estratégico, país de vizinhança atlântica e com o qual comungamos uma história de 500 anos de integração e de formação da cultura e da nação brasileira.

- A presença do Presidente Lula em Angola, em agosto de 2023, coroou o resgate do diálogo presidencial e de relançamento da Parceria Estratégica, lançada por ele mesmo em 2010, no seu mais alto foro deliberativo. Foi esperada com grande expectativa pelo governo do MPLA de João Lourenço, pela comunidade brasileira, pelos empresários da recente criada (maio de 2023) Câmara de Comércio Brasil-Angola (grandes, médias e pequenas empresas), e por outros segmentos políticos e sociais, bem como pela imprensa local. Foi aguardada, e cumpriu, com a expectativa de que se trabalhem novas prioridades e medidas dela decorrentes, em especial as iniciativas sobre segurança alimentar, sobre a redução da desigualdade econômica e social, bem como a abertura de uma nova frente de cooperação em meio ambiente. A visita gerou também a expectativa de retomada com força dos investimentos amparados nos instrumentos de apoio financeiro tanto a exportações de bens e equipamentos, quanto para a exportação de serviços, tendo sido apresentada pelo lado angolano ao Brasil uma carteira de novas oportunidades em energia, transportes e infraestrutura. O próprio presidente de Angola convidou o embaixador do Brasil, após a visita presidencial, para fazer um follow-up dessas novas oportunidades.

- O relançamento da Parceria Estratégica foi acompanhado de foco e prioridades definidas pelo Itamaraty com a embaixada do Brasil, que refletem, por um lado, as expectativas de desenvolvimento angolanas e, por outro, as diretrizes da nova política externa do Brasil aliadas aos princípios de Estado da política externa brasileira. Os focos e prioridades podem ser envelopados no que se denominaram "vetores de ação" essenciais, para a reconstrução da agenda positiva bilateral.

- Os Vetores de Ação estariam em linha com o próprio projeto nacional angolano, assentado na revolução da agricultura, da diversificação da base produtiva, do combate à pobreza e à fome, da geração de empregos e da estabilidade e segurança regional, sem o que a

própria continuidade do MPLA no governo se vê ameaçada nas próximas eleições pelo crescimento da UNITA (conforme análises políticas internas anteriores). Estes vetores seriam:

- - Resgate do Diálogo de Alto Nível, com a retomada da Diplomacia Presidencial;
- - Relançamento da Parceria Estratégica (constante da Declaração Conjunta);
- - Segurança Alimentar: Programa de Cooperação em Agricultura Irrigada e Agricultura Familiar do Vale do Cunene (ações multidimensionais de cooperação técnica, investimentos brasileiros e financiamento, para a "revolução verde" do grande vale do Cunene, região empobrecida e árida do sul de Angola. Projeto âncora da relação bilateral;
- - Cooperação Financeira (retomada dos instrumentos de financiamento brasileiros, com envolvimento das grandes empresas nacionais, dos grandes projetos angolanos de desenvolvimento, na exportação de bens e equipamentos e em uma futura retomada de linhas de serviços);
- - Cooperação em Saúde (estímulo aos projetos em andamento, como Banco de Leite Humano, Anemia Falciforme, Capacitação de Médicos oncologistas, e estímulo a novos projetos como HIV, Hanseníase, Merenda Escolar, e a adoção do projeto PMA de recuperação da desnutrição infantil);
- - Cooperação em educação (estímulo aos novos projetos de Escola para Todos e de Merenda Escolar, e adaptações no CELPE-BRAS);
- - Defesa (cooperação, comércio e investimentos), com ênfase na capacitação de tropas angolanas da Forças de Deslocamento Rápido (FDR) das Nações Unidas, no fornecimento de 6 KC390 para a FAA em uso nas FDR em missões angolanas, na revitalização da Força Aérea Angolana por meio da recuperação da frota de SuperTucanos, bem como no fortalecimento da Marinha angolana (investimentos em estaleiro e venda de embarcações militares);
- - Meio Ambiente e Turismo Sustentável (a assinatura do instrumento sobre Turismo Sustentável foi pedra fundamental essencial desse novo vetor, ao atrair investimentos brasileiros na hotelaria de alto nível na costa angolana, com contrapartida de investimentos em tratamento ambiental e inclusão de vilarejos de pescadores empobrecidos nesses empreendimentos, um dos grandes problemas angolanos);
- - Fortalecimento da integração e difusão cultural e linguística por meio do Instituto Guimarães Rosa (IGR) como elemento fundamental de "soft power";
- - Cooperação consular, jurídica e cidadã (a iniciativa de criar o primeiro consulado-geral brasileiro, (a maior comunidade brasileira no Continente, a maior demanda global de vistos e a maior renda consular global)
- - Retomada do diálogo interparlamentar, previsto na Parceria Estratégica, e do Grupo de Amizade Brasil-Angola.

Econômico e Comercial

- A agenda econômico-comercial nos últimos dois anos foi pujante, impulsionada pelo relançamento da política africanista do presidente Lula e consolidada com sua visita de Estado a Luanda, em agosto de 2023.

- No período assinalado, a Embaixada logrou influenciar o processo de revitalização da Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN), já com 20 anos de existência, muito proativa localmente, mas que se encontrava desarticulada institucionalmente. Como se sabe, Angola alberga significativa comunidade empresarial brasileira: estima-se que

aqui atuem cerca de 200 entes privados - das mais variadas estaturas - geridas ou fundadas por brasileiros. Também por iniciativa da Embaixada, foi criada, em 2023, a inovadora Câmara de Comércio Angola-Brasil (CCAB), cujo descerramento da placa inaugural constou da cerimônia de conclusão do Fórum Econômico Brasil-Angola, com as presenças do Senhor Presidente da República e do Presidente de Angola, em agosto de 2023.

- Sobre o Fórum Econômico Brasil-Angola, em particular, atividade que compôs a programação da já aludida visita presidencial, varia mencionar que contou com público estimado em aproximadamente 800 pessoas, um dos maiores já feitos no atual mandato do Senhor Presidente da República durante visitas internacionais.

- Deve ser mencionado igualmente que, no ano de 2023, a Embaixada voltou a participar da FILDA 2023, maior e mais importante feira comercial de Angola, que, após cinco anos de ausência, voltou a contar com estande do Brasil. A avaliação e repercussão do evento foram muito positivas. No ano de 2024, o Brasil deverá contar com um Pavilhão com mais de 15 empresas e espaço cinco vezes maior do que em 2023 (cerca de 150m²).

Defesa

- Em 2022, o Brasil e Angola deram um passo significativo ao aprovar um acordo de cooperação no campo da Defesa, após quase 12 anos de discussões. Este acordo estabelece uma estrutura normativa para a colaboração militar entre os dois países e permite a coordenação por meio de um Comitê de Trabalho Conjunto. A parceria visa promover o intercâmbio em áreas como formação militar, ciência e tecnologia de defesa, operações de paz e exercícios militares conjuntos. Além disso, em 2023, um Protocolo de Cooperação Mútua foi assinado entre os Ministérios Públicos Militares de Brasil e Angola, com o objetivo de intensificar a colaboração bilateral por meio de iniciativas como eventos acadêmicos, encontros e visitas técnicas, bem como estudos de Direito Comparado e apoio técnico-jurídico para instrumentos legais militares.

Cultural

- O Instituto Guimarães Rosa de Luanda, inaugurado em 2003 pelo presidente Lula, e operando no atual edifício concedido pelo governo angolano e reformado pelo governo brasileiro, veio nos últimos anos se tornando um espaço cada vez mais democrático, acolhendo, sem cobrar pelo uso, diversas produções artísticas e culturais angolanas, além das produções custeadas pelo governo brasileiro ou por terceiros de outras nacionalidades. O perfil de frequência do espaço é diverso, une classes sociais distintas e é um espaço seguro para manifestações em prol dos direitos humanos e da igualdade e liberdade de expressão, em especial de mulheres e LGBTQIA+.

- Em 2023, o espaço recebeu a visita do Presidente Lula. A galeria de artes visuais foi nomeada, em cerimônia diante da comunidade brasileira e de agentes de cultura locais, Embaixador Ovídio de Mello, para homenagear o mais importante negociador do reconhecimento imediato da independência da República de Angola em 1975.

Consular

- Na área consular, os últimos dois anos foram marcados por aumento significativo na demanda de vistos ao Brasil, cujo número, em 2023, foi cerca de quatro vezes superior ao registrado nos anos pré-pandemia. A fim de atender a este aumento, que também se verificou na execução de atos notariais, fez-se necessário implementar profundas mudanças

organizacionais, que incluíram o aumento de 6 para 9 funcionários locais, criação de sistema de rastreamento de todos os processos, aprimoramento dos canais de relacionamento entre o setor e o público e incremento na digitalização dos sistemas de recebimento e processamento dos serviços consulares.

- A despeito do aumento sem precedentes nas solicitações de serviços consulares, decorrentes do difícil quadro econômico e social de Angola, com alto desemprego, sobretudo na grande população jovem, que subsidiou a decisão de criar um Consulado-Geral do Brasil em Luanda, as medidas de gestão implementadas garantiram maior eficiência e qualidade no atendimento aos requerentes e à comunidade brasileira.

- Também foi institucionalizado o Conselho de Cidadãos, e criado o Conselho Ampliado de Cidadãos, instâncias participativas da comunidade brasileira, com encontros regulares na embaixada do Brasil, em canal direto de diálogo com o Embaixador e diplomatas e Vice-cônsules responsáveis pela atenção das demandas da comunidade brasileira e pela melhoria dos serviços consulares.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à República de Angola.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa e a Pareceria Estratégica definida pela Presidência da República nas relações Brasil-Angola, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com Angola e com a África, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em Angola.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Diversificar e aprofundar as relações diplomáticas com Angola, definidas como Parceria Estratégica desde 2010, e promover a inserção econômica competitiva das empresas brasileiras nesse país e em seus vizinhos da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), com foco na prosperidade da sociedade brasileira e na ajuda ao desenvolvimento dos angolanos.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil em Angola.
3. Promover serviços consulares de qualidade e abrir o primeiro Consulado-Geral do Brasil em um país de língua oficial portuguesa na África (PALOPs).
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Intensificar a promoção dos produtos brasileiros, principalmente os do agronegócio, diante da insuficiência estrutural de gêneros alimentares em Angola e da necessidade de diversificar a base produtiva e combater a insegurança alimentar.
6. Aperfeiçoar a interlocução com os cidadãos brasileiros em Angola por meio do fortalecimento do Conselho de Cidadãos, da convocatória do Conselho Ampliado de Cidadãos, da criação da Câmara de Comércio binacional e de redes sociais e grupo de WhatsApp.
7. Aprimorar as práticas de gestão por meio da revisão dos processos administrativos com ênfase da economicidade e legalidade dos atos administrativos.
8. Convocar periodicamente as instâncias de alto nível definidas na Parceria Estratégica, como as visitas presidenciais, a IV Comissão Bilateral de Alto Nível (CBAN), a VIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola e os Grupos de Trabalho setoriais e o Comitê do Acordo de Cooperação e Facilitação dos Investimentos (ACFI)
9. Convocar os encontros regulares entre os poderes Legislativos (Grupo de Amizade Brasil-Angola)

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
- 1) Promover o aumento das exportações do Brasil para Angola (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
 - 2) Promover a diversificação das exportações do Brasil para Angola, com ênfase no aumento do valor agregado das exportações (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
 - 3) Promover a abertura de mercados atualmente fechados e manutenção de acesso de mercados atualmente abertos em Angola; e
 - 4) Promover os investimentos brasileiros em Angola por meio da retomada dos financiamentos oficiais como BNDES e PROEX; e
 - 5) Consolidar a Câmara de Comércio binacional criada em 2023
 - 6) Eliminar as atuais restrições não-tarifárias ao comércio de aves
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de ações de promoção comercial;
 - 2) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros angolanos (entre outros, ministérios, agências governamentais e regulatórias, câmaras de comércio, grupos de amizade, associações setoriais, importadores, exportadores, investidores);
 - 3) Número de participações em eventos com o objetivo de promover o Brasil como destino de investimentos (feiras, seminários, mostras etc.); e
 - 4) Número de respostas a consultas sobre informação comercial relacionadas à dinâmica econômico-financeira entre o Brasil e Angola.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
- 1) Acompanhar e informar sobre a situação política interna em Angola, com vistas às próximas eleições marcadas para 2027 (Objetivos Estratégicos 1, 2 e 5);
 - 2) Acompanhar e informar sobre a política externa de Angola e sua inserção regional (Objetivos Estratégicos 1, 2 e 5);
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de informes sobre política interna angolana;
 - 2) Número de informes sobre política externa e regional angolana;
 - 3) Número de reuniões com interlocutores políticos relevantes (oficiais, diplomáticos, militares, acadêmicos, da sociedade civil, etc.);
 - 4) Número de missões parlamentares recíprocas; e
 - 5) Número de acordos bilaterais firmados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Informar sobre as ações do governo nos organismos regionais sediados, como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e as agências do sistema da ONU.
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de reuniões com representantes e delegados;
 - 2) Número de informes; e
 - 3) Número de expedientes do posto sobre temas da agenda com as agências multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Ampliar a difusão da cultura brasileira em Angola e diversificar as referências culturais brasileiras (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
 - 2) Promover a indústria cultural e criativa do Brasil em Angola (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
 - 3) Promover destinos turísticos no Brasil junto à sociedade angolana (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
 - 4) Fortalecer o papel do Instituto Guimarães Rosa (IGR-Luanda) como centro de excelência na promoção da cultura e da imagem do Brasil em Angola
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de iniciativas de promoção cultural (seminários, palestras, publicações, difusões midiáticas, atividades gastronômicas etc.);
 - 2) Número de missões culturais recíprocas entre Brasil e Angola;
 - 3) Número de reuniões e contatos com empresas de turismo angolanas para promoção de destinos brasileiros.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Promover a cooperação com Angola, na área de desenvolvimento sustentável e mudança do clima, inclusive no contexto da COP 30, em Belém, em novembro de 2025 (Objetivos Estratégicos 1, 4 e 6);
 - 2) Desenvolver e identificar possibilidades de aproximação de posições brasileiras e angolanas em termos de proteção florestal;

- 3) Coordenação de ações em prol da criação de Santuário de Baleias no Atlântico Sul, na 69ª reunião Comissão Internacional da Baleia (Lima, 23 a 27 de setembro de 2024), tema em que Brasil e Angola possuem posições convergentes. (Objetivos Estratégicos 1, 4 e 6);

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
- 2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Desenvolver e identificar oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Angola, principalmente na área de agricultura (Objetivos Estratégicos 1, 5 e 6);
- 2) Mapear os principais atores e identificar projetos com potencial de cooperação com a Embrapa (Objetivo Estratégico 1).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto junto a entidades setoriais;
- 2) Número de informes sobre cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Promover cooperação educacional com Angola, por meio da divulgação dos meios de aprendizado da língua portuguesa para a obtenção do CELPE-Bras, o certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros; e
- 2) Diversificação do Programa PEC-G (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
- 3) Divulgação das iniciativas da Rede Federal de Educação para promoção do ensino profissionalizante, em sintonia com os arranjos produtivos angolanos.
- 4) Fomentar a participação permanente de alunos angolanos na UNILAB
- 5) Apoiar o continuado trabalho do Leitorado do Brasil em Luanda e o do Leitor
- 6) Gerir os diversos programas de cooperação em saúde entre Brasil e Angola, em especial a cooperação na formação de recursos humanos na área de saúde, em oncologia, em hanseníase, em HIV/Tuberculose, na gestão do Banco de Leite Humano (BLH), em Merenda Escolar e no programa Escola para Todos (escolas inclusivas)
- 7) Prospectar oportunidades de comércio para os produtos de defesa brasileiros em Angola
- 8) Instituir o Comitê Conjunto de Defesa vislumbrado no âmbito do Acordo bilateral de Cooperação em Defesa

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de ações de cooperação educacional (intercâmbio de professores e seminários online).

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Continuar programa de trabalho na área de agricultura e agronomia com Angola (Objetivos Estratégicos 1 e 5) para fomentar a Revolução Verde em Angola, com ênfase no programa âncora de cooperação “Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada e Inclusão da Agricultura Familiar no Vale do Cunene”

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões com representantes governamentais para definir o programa de trabalho na área de agricultura e agronomia; e
- 2) Número de reuniões técnicas com vistas a identificação de áreas e elaboração de projetos de cooperação técnica com Angola.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Racionalizar o processamento dos pedidos de serviços consulares (Objetivo Estratégico 7);
- 2) Assistir a comunidade brasileira no relacionamento com a sociedade angolana (Objetivo Estratégico 7);
- 3) Reduzir os tempos de tramitação de requerimentos de vistos a angolanos;
- 4) Criar o Consulado-Geral do Brasil em Angola
- 5) Manter o bom relacionamento com o Conselho de Cidadãos e com o Conselho Ampliado de Cidadãos

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Tempo médio de espera para pedidos de serviços consulares, tanto na fila do e-consular como no de entrega do serviço solicitado;
- 2) Número de eventos com a comunidade brasileira, inclusive eventos culturais; e
- 3) Número de eventos, cartilhas e programas de enfrentamento à violência de gênero voltados para a comunidade brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 20, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz *da Senhora EUGÊNIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.*

O art. 52, inciso IV, da Constituição Federal prevê competência privativa do Senado Federal para aprovar previamente, mediante voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da indicada.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

A diplomata tornou-se Bacharel e Licenciada em Letras (Língua e Literatura Inglesa) pela Universidade Federal do Paraná no ano de 1981. Obteve, em 1986, o título de mestre na mesma área, também por essa instituição. No Instituto Rio Branco, em 1989, a diplomata concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; em 1998, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e, em 2008, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “Brasil e União Europeia: A Construção de uma Parceria Estratégica.”

Foi nomeada Terceira-Secretária em 1990 e Segunda-Secretária em 1995. Por merecimento, tornou-se Primeira-Secretária em 2001; Conselheira em 2005; Ministra de Segunda Classe em 2008; e Ministra de Primeira Classe em 2015.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Assessora e Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral da América do Sul (2004); Conselheira e Ministra-Conselheira na Missão junto à União Europeia em Bruxelas (2007); Assessora Especial da Presidência da República (2011); Diretora do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos (2013); Diretora da América do Sul (2013 e 2019); Embaixadora em Singapura desde 2020.

A diplomata foi agraciada com diversas condecorações nacionais.

Em atendimento ao RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo confeccionado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Angola.

Sua população é de aproximadamente 38 milhões de habitantes. Cuida-se de república presidencialista com parlamento unicameral e que se caracteriza como segunda maior economia da África Austral, atrás apenas da África do Sul.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Angola tornou-se independente em 1975, tendo sido o Brasil o primeiro Estado a reconhecer sua independência. Os anos que se seguiram foram marcados por disputas de poder entre facções. Após auxílio de operações de paz das Nações Unidas e com o fim da guerra civil em 2002, houve consolidação da paz em Angola.

No campo das relações bilaterais, Brasil e Angola firmaram, em junho de 2010, Declaração de Parceria Estratégica, que suscitou a criação da Comissão Bilateral de Alto Nível que funciona mediante diálogo entre os respectivos chanceleres, tendo se reunido em 2012, 2016 e 2022. A Comissão Mista Bilateral Brasil-Angola (Comista) constitui outro mecanismo de destaque.

As últimas duas décadas foram marcadas por visitas de alto nível de parte a parte.

O Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em junho de 1980, foi o instrumento que viabilizou uma série de projetos, a saber: i) instalação do primeiro banco de leite humano em Angola; ii) apoio à implementação e à gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer; iii) apoio à implementação e à gestão de medidas para atenção integral às pessoas com doença falciforme em Angola; e iv) Programa do Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar.

Com recorde histórico de US\$ 4,2 bilhões em 2008, o comércio bilateral foi impactado pela queda sistemática do preço do petróleo, chegando a US\$ 535 milhões em 2020. Houve sinais de recuperação em 2022, quando a corrente de comércio entre o Brasil e Angola totalizou US\$ 1,41 bilhões, acréscimo de 143,7% em comparação a 2021, com déficit para o Brasil de US\$ 126,4 milhões.

Em 2023, o déficit comercial brasileiro se elevou para US\$ 298,4 milhões, sobretudo em razão da queda nas exportações brasileiras, que atingiram US\$ 409,8 milhões. Os principais produtos exportados foram: carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

congeladas (US\$ 53,8 milhões); partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 33 milhões); açúcares e melaços (US\$ 31,7 milhões); e despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados (US\$ 29,9 milhões). Já as importações totalizaram US\$ 708,2 milhões (declínio de 7,6% em relação ao ano anterior). Os principais produtos importados foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (US\$ 640 milhões, ou 90% do total); e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos.

No que se refere a empréstimos e financiamentos, Angola efetuou o pagamento integral e antecipado de seu saldo devedor junto ao Governo brasileiro, no valor de US\$ 589,3 milhões (US\$ 581 milhões relativos ao BNDES e US\$ 8,3 milhões ao BB-PROEX), referentes a dívidas de contratos firmados anteriormente a 2015. Para que seja celebrado novo Memorando de Entendimento Brasil-Angola (MEBA) que viabilize o retorno dos créditos à exportação deverá haver a definição de contragarantia a ser apresentada por Angola.

O setor consular da embaixada do Brasil em Luanda conta com o segundo maior movimento para concessão de vistos da rede mundial do Itamaraty, atrás apenas do Haiti. O número de brasileiros estimados em Angola é da ordem de 27 mil, o que representa cerca de dois terços de todos os brasileiros no continente africano. Nesse sentido, foi anunciado, em abril de 2023, a abertura do Consulado-Geral em Luanda.

Em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE de 12/04/2023, foi juntado o Planejamento Estratégico do indicado.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

, Presidente

, Relator

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2024

(n° 283/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora ROSIMAR DA SILVA SUZANO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 283

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **ROSIMAR DA SILVA SUZANO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **ROSIMAR DA SILVA SUZANO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00095/2024 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ROSIMAR DA SILVA SUZANO**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República da Estônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ROSIMAR DA SILVA SUZANO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 363/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ROSIMAR DA SILVA SUZANO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833588** e o código CRC **05BDCAAA** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003258/2024-33

SUPER nº 5833588

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE ROSIMAR DA SILVA SUZANO

CPF.: [REDACTED]

ID: [REDACTED]

1964 Filha de [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1990 Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ
1990 CPCD - IRBR
2000 CAD - IRBR
2010 CAE - IRBr: "As perspectivas das relações do Brasil com a Autoridade Nacional Palestina depois da abertura do Escritório em Ramala: diálogo político, cooperação e temas consulares"
2012 Mestrado em "Diplomacy and International Strategy", London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido

Cargos:

1991 Terceira-Secretária
1996 Segunda-Secretária
2005 Primeira-Secretária
2008 Conselheira, por merecimento
2010 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2020 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1991-95 Divisão Jurídica, assistente
1995-99 Consulado-Geral em Munique, Cônsul-Adjunto
1999-2003 Embaixada em Tel Aviv, Segunda-Secretária
2002 Embaixada no Kuaite, Segunda-Secretária, Encarregada de Negócios em missão eventual
2003-05 Embaixada em Ancara, Segunda-Secretária
2005 Divisão da Europa I, Chefe, substituta
2005-07 Departamento da Europa, Assessora Técnica
2007-10 Escritório em Ramala, Ministra-Conselheira
2010-2014 Embaixada em Londres, Conselheira
2012 Embaixada em Katmandu, Encarregada de Negócios em missão transitória
2014-2015 Embaixada em Londres, Ministra-Conselheira
2015-2019 Consulado-Geral em Mumbai, Cônsul-Geral
2019-2020 Ouvidoria do Serviço Exterior, Ouvidora
2020-2023 Inspetoria-Geral do Serviço Exterior, Inspetora-Geral
2023- Ouvidoria do Serviço Exterior, Ouvidora

Condecorações:

2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendadora
2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

ESTÔNIA



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2024

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Estônia
GENTÍLICO	Estoniano
CAPITAL	Talin
ÁREA	45 mil km ²
POPULAÇÃO (2024) ¹	1,3 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Estoniano
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Sem afiliação (65%); ortodoxa (20%); luterana (12%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Riigikogu</i>), composto por 101 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Alar Karis (desde outubro de 2021, sem partido)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Kaja Kallas (desde janeiro de 2020, Partido da Reforma)
CHANCELER	Margus Tsahkna (desde abril de 2023, partido Eesti 200)
PIB (2024 est.) ¹	US\$ 43 bilhões
PIB PPC (2024 est.) ¹	US\$ 61 bilhões
PIB PER CAPITA (2024 est.) ¹	US\$ 31.850
PIB PPC PER CAPITA (2024 est.) ¹	US\$ 45.240
VARIAÇÃO DO PIB ¹	-0,5% (2024 est.); -3% (2023 est.); -0,5% (2022); 7,2% (2021)
IDH (2022) ³	0,899 – 31º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2021) ⁴	0,31
EXPECTATIVA DE VIDA (2021) ⁴	77 anos
DESEMPREGO (10/2023) ⁵	6,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	Cerca de 710 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Estônia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Estônia	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	74,8	45,0	59,7	76,1	93,7	126,4
Exportações	32,1	18,4	19,8	22,2	40,6	64,7
Importações	42,7	26,6	39,9	53,9	53,1	61,7
Saldo	-10,6	-8,2	-20,1	-31,7	-12,5	3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Alar Karis***Presidente da República da Estônia*

Alar Karis, 66 anos, nasceu em Tartu. É biólogo e geneticista, e teve uma carreira acadêmica após formar-se na Universidade de Ciências Naturais. Foi reitor daquela universidade, e, posteriormente, da prestigiosa Universidade de Tartu. De 2013 a 2017, foi nomeado auditor geral da Estônia e, finalizado seu mandato, aceitou nova função como diretor do Museu Nacional da Estônia. Karis concordou em concorrer apenas duas semanas antes do pleito – realizado no parlamento estoniano em agosto de 2021 –, após ser convencido a fazê-lo pelo ex-primeiro-ministro Jüri Ratas, atual presidente do parlamento.

X: @AlarKaris

Kaja Kallas
Primeira-ministra da Estônia



Kaja Kallas, 46 anos, nasceu em Talin, filha do ex-primeiro-ministro Siim Kallas. Graduou-se em Direito pela Universidade de Tartu e é mestre em Administração de Empresas pela Estonian Business School. Trabalhou como advogada até 2010, quando foi eleita membro do parlamento pelo Partido da Reforma. Nas eleições de 2014, Kallas foi eleita eurodeputada e, em 2018, tornou-se líder do Partido da Reforma. Sob sua liderança, o partido venceu as eleições gerais de 2019, mas não formou governo. Com a renúncia de Jüri Ratas (Partido de Centro), em janeiro de 2021, Kallas logrou formar coalizão com o Partido de Centro e tornou-se primeira-ministra.

X: @kajakallas

Margus Tsahkna
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Estônia



Margus Tsahkna, 47 anos, nasceu em Tartu. É formado em Teologia e Direito pela Universidade de Tartu, e em Direito Internacional pela Universidade de Toronto. Iniciou sua carreira política no Pro Patria, do qual foi presidente do movimento jovem do partido (2001-2004) e secretário político (2003-2006). Após a fusão do Pro Patria com o Res Publica para formação do Isamaa, foi secretário-geral entre 2007-2010, secretário político entre 2010 e 2013 e líder do partido entre 2015 e 2017. Foi eleito para o parlamento em 2007, e reeleito desde então. No governo, ocupou os cargos de ministro da Proteção Social (2015-2016) e da Defesa (2016-2017). Em 2018, abandonou o Isamaa para ajudar na fundação do partido Eesti 200. É ministro dos Negócios Estrangeiros desde abril de 2023.

X:

@

Tsahkna

APRESENTAÇÃO

A República da Estônia é assim chamada em decorrência da habitação dos éstios, povo bárbaro que habitava as terras do leste desde o século XIII, segundo consta na obra *Germânia*, do historiador Tácito. Está localizada na Europa Setentrional, com uma porção continental e um grande arquipélago no Mar Báltico, sendo considerada uma das três nações Bálticas, juntamente com Letônia e Lituânia. Seu território faz fronteiras com a Rússia (a leste), a Letônia (ao sul) e com o Golfo da Finlândia (ao norte).

Por muito tempo, o país foi ocupado por outros povos, como Dinamarca, Suécia, Alemanha, Rússia e Finlândia, mas a noção de soberania foi se concretizando na metade do século XIX com a industrialização e a formação dos centros urbanos, tendo resultado na consagração do seu Estado em 1917 com a promulgação de uma constituição.

Apesar da concretização da nação, a sobrevivência da Estônia como ente político autônomo sempre esteve em risco. Houve diversas dissoluções de partidos nas primeiras décadas do país, e o primeiro presidente foi eleito apenas em 1938, adotando uma política de neutralidade perante o Leste Europeu, o que resultou em ocupação por tropas soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial em 1940, em que foi estabelecida a República Socialista Soviética da Estônia. Após um plebiscito, em 1991, por 78% dos votos, o país reestabeleceu sua independência e, no mesmo ano, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas reconheceu a autonomia da nação.

Economicamente, a Estônia é notável por sua rápida transição para uma economia de mercado e por ser um dos países mais digitalizados do mundo. O setor de tecnologia da informação é particularmente forte, com o país sendo o berço de várias startups de sucesso internacional, incluindo o Skype. A Estônia adotou o euro em 2011 e é membro da União Europeia e da OTAN, integrando-se firmemente às estruturas econômicas e de segurança ocidentais.

Atualmente, o país segue o regime político parlamentarista, com o parlamento sendo formado por 101 deputados eleitos, sem direito a reeleição, por meio, em grande parte, da votação pelo sistema *i-voting*, realizado via internet.

A língua oficial é o estoniano. Tendo em conta sua localização – entre a Europa ocidental e oriental, a Estônia é influenciada por ambas as tradições culturais. Tradicionalmente, a região norte, especialmente Talin, tem sido mais aberto a influências externas que a região sul. Os russos são a minoria mais significativa, compreendendo um pouco menos de um quarto dos cidadãos.

O clima da Estônia é temperado, caracterizado por verões amenos e invernos frios, com uma variação significativa de temperatura entre as estações. A proximidade do país com o Mar Báltico influencia seu clima, trazendo invernos mais suaves para a costa e verões frescos.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Talin	Embaixador José Antônio Gomes Piras (desde janeiro de 2021)
Embaixador da Estônia designado para o Brasil (não residente)	Moonika Kase (agrément concedido em janeiro de 2024)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	2	Fevereiro de 2011, em Brasília

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais. O estabelecimento das relações diplomáticas ocorreu, primeiramente, em 1921. Em 1991, após a restauração da independência estoniana, o Brasil restabeleceu relações com o país. A tradicional sintonia entre as posições do Brasil e da Estônia em foros e temas internacionais, somada ao fato de ser nosso país a única nação latino-americana a manter Embaixada residente na Estônia, propiciou profícua cooperação na troca de votos com relação a candidaturas para cargos em organizações internacionais.

A Estônia abriu uma Embaixada em Brasília em 2014, fechada em 2016, deixando o país sem representação residente na América Latina. O Brasil possui Embaixada residente em Talin desde 2011.

Em 2017, esteve em Talin o veleiro Cisne Branco, da Marinha do Brasil, no contexto dos Dias Marítimos de Talin. A presença da embarcação brasileira teve grande visibilidade e importante cobertura da mídia local, tendo inclusive sido visitada pela então presidente da Estônia, Kersti Kaljulaid. Foi a primeira visita de um navio da Marinha do Brasil a um porto estoniano.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Na última década, o intercâmbio comercial bilateral apresentou grandes variações, permanecendo, porém, ainda pouco representativo em termos absolutos. Em 2023, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 126,4 milhões, com aumento de 35% em relação ao ano de 2022. As exportações brasileiras para a Estônia foram de US\$ 64,7 milhões (+59%), e as importações desde a Estônia, de US\$ 61,7 milhões (+16%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil, alcançando US\$ 3 milhões. A Estônia figurou somente no 118º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,02% do total, e o país ocupa o 85º lugar no ranking das importações brasileiras (0,03% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram o café torrado (41%), outros minérios concentrados (13%), e ferro-gusa e semelhantes (12%). A pauta importadora é composta por óleos combustíveis (32%), instrumentos e aparelhos de medição (16%), e partes e acessórios de veículos automotivos (13%).

Cabe registrar, contudo, que existem na Estônia importantes filiais e redes distribuidoras de produtos sediadas em países vizinhos, cujas matrizes canalizam produtos brasileiros para o mercado estoniano.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A área científico-tecnológica se revelou como uma das mais dinâmicas e promissoras das relações bilaterais. Diversas missões brasileiras visitaram a Estônia nos últimos anos.

A cooperação em tecnologias da informação e comunicação é promissora. A Estônia é país altamente informatizado e pioneiro no uso de *e-government*; utiliza assinatura eletrônica para reconhecimento de documentos e plataformas virtuais para prestação de diversos serviços públicos e cartoriais. É avançado também no uso da rede para eleições – trata-se do primeiro país do mundo a permitir o voto pela internet.

Em setembro de 2019 foi criada uma Adidância de Defesa junto à Embaixada em Talin com o objetivo de, entre outros, coordenar a cooperação com o Centro da OTAN para Segurança Cibernética (CCDCOE). O Adido de Defesa junto à Embaixada em Varsóvia responde pela cumulatividade.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Estônia organizaram duas reuniões de consultas políticas. A primeira, em 2009, ocorreu em nível de diretor de Departamento, em Talin. A segunda, de 2011, ocorreu em nível de secretários, em Brasília.

ASSUNTOS CONSULARES

A atividade do setor consular da Embaixada do Brasil em Talin vem aumentando em consonância com a expansão da comunidade brasileira residente na Estônia, hoje estimada em cerca de 700 pessoas. A comunidade é formada por atletas e profissionais esportivos, artistas, estudantes, cônjuges de cidadãos estonianos, e sobretudo empregados do setor de tecnologia. Em 2016, foi fundado o Conselho de Cidadãos Brasileiros na Estônia. Em 2018, foi estabelecido o Consulado Honorário do Brasil em Keila-Joa, nos arredores de Talin.

O Posto também costuma atender a pequena, mas crescente, comunidade brasileira residente na vizinha Letônia. Apesar de a jurisdição sobre o país vizinho caber à Embaixada em Estocolmo, muitos brasileiros ali residentes se dirigem à Embaixada em Talin para serviços que independem de jurisdição, como emissão de passaportes. A Estônia, por sua vez, possui Consulado Honorário em Joensuu.



POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA

A Estônia é uma república parlamentarista representativa, independente desde 24/02/1918 (restaurada em 20/08/1991, no processo de dissolução da URSS). Trata-se de Estado unitário, dividido em 15 condados administrativos.

O chefe de Estado é o presidente da República, eleito pelo parlamento para mandato de cinco anos, com funções essencialmente cerimoniais. O chefe de governo e do poder executivo é o primeiro-ministro, designado formalmente pelo presidente e chancelado pelo parlamento. O poder legislativo é exercido pelo Conselho de Estado (*Riigikogu*), unicameral, formado por 101 membros eleitos mediante voto proporcional. O poder judiciário é encabeçado pela Corte Nacional (*Riigikohus*), formada por 19 juízes e cujo presidente é eleito para mandato vitalício pelo parlamento, por designação do presidente da República.

SISTEMA PARTIDÁRIO

Os principais partidos do cenário político estoniano são o Partido do Centro e o Partido da Reforma. O Partido do Centro (*Eesti Keskerakond*), apesar do nome, em paisagem política de tendência fortemente liberal, pode ser caracterizado como de centro-esquerda em assuntos econômicos e conservador em assuntos sociais.

O principal adversário do Partido do Centro em âmbito nacional é o Partido da Reforma (*Eesti Reformierakond*), que tende mais a propostas econômicas de livre mercado, como o corte de impostos e incentivos à atividade empresarial. O Partido da Reforma integrou todos os governos no período 1999-2016 e é tido como o principal responsável pelas políticas de cunho liberal implementadas pela Estônia, como isenção de impostos sobre dividendos e taxa fixa para a tributação da renda. O Partido do Centro é o favorito da significativa minoria russófona da Estônia, com cerca de 75% da preferência desse grupo étnico, em que pese o constante crescimento do EKRE entre essa parcela da população.

Uma terceira via recente no sistema político estoniano é o EKRE (*Eesti Konservatiivne Rahvaerakond*, Partido Conservador do Povo Estoniano), resultado da fusão de dois movimentos políticos de corte nacionalista, efetuada em 2012. O EKRE tem entre suas principais propostas a oposição à imigração extracomunitária e a uniões civis entre homossexuais. Embora não defenda a saída da Estônia da União Europeia, o partido espousa clara posição eurocética, criticando a suposta ingerência de Bruxelas em assuntos domésticos dos Estados-membros.

Outras forças de menor expressão são o Partido Socialdemocrata, de corte socialdemocrata clássico, o Isamaa, força de centro-direita nacionalista que vem perdendo espaço para o EKRE, e os Verdes.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (RIIGIKOGU)

Governo (60 cadeiras – 59%)		
	Partido da Reforma (ER, centro-direita),	37
	Eesti 200 (centro-esquerda)	14
	Partido Social Democrata (SDE, centro-esquerda)	9
Oposição (41 cadeiras – 41%)		
	Partido Conservador do Povo Estoniano (EKRE, extrema-direita)	16
	Isamaa (centro-direita nacionalista)	8
	Partido de Centro (EK, centro-esquerda)	6
	Independente	11

CONTEXTO RECENTE

Em 5 de março de 2023 ocorreram eleições gerais na Estônia. 615 mil eleitores participaram do pleito, mais da metade online, o que representa a maior participação popular desde que a Estônia recuperou sua independência.

O Partido da Reforma confirmou seu favoritismo, alcançando 32% dos votos, o que representa 37 assentos (+3) no Riigikogu, contexto que viabiliza que a atual primeira-ministra, Kaja Kallas, lidere a próxima coalizão governamental e mantenha-se, portanto, no seu presente cargo.

A interrupção do crescimento do EKRE, partido tido como ultranacionalista, deve-se às acusações feitas pelo pesquisador do Baltic Defense College, Viljar Veebel, que afirmou que o partido teria ligações com Yevgeny Prigozhin - falecido em agosto de 2023 – na época, dono do grupo Wagner, organização paramilitar russa que ganhou destaque durante o conflito da Ucrânia. O partido refutou as acusações, mas os eleitores não tiveram tempo hábil para chegar a conclusões a respeito da veracidade das alegações antes das eleições parlamentares.

Fato marcante foi o fraco desempenho do Partido do Centro, em razão, sobretudo, de sua identificação histórica com políticas russófilas, o que no contexto atual tem tido alto custo político para a legenda.

O Partido Eesti 200 ultrapassou pela primeira vez o limite de 5% de votos. O partido, com vocação progressista no que se refere a costumes, apresentou-se como oportunidade de renovação política e nova alternativa liberal - no campo econômico - ao Partido da Reforma, defendendo a economia de livre mercado em oposição ao capitalismo de Estado, opondo-se aos aumentos de impostos destinados a arrecadar recursos para redistribuição, aos subsídios gerais e ao aumento sem objetivo da dívida nacional.

Já a queda do Isamaa, perdendo um terço de seus assentos, indica o distanciamento dos eleitores estonianos de suas propostas fundamentais,



baseadas em uma visão de mundo nacional-conservadora, orientada por valores cristãos. Entre as bandeiras da agremiação, estão a defesa de uma política de migração conservadora, da família, do lar, da fé, das liberdades pessoais, da pátria e das tradições.

Em abril de 2023, o Partido da Reforma, o Eesti 200 e o Partido Social Democrata (SDE) chegaram a acordo de coalizão. Os termos do entendimento preveem aumento de impostos, a criação de taxa sobre veículos automotores, o desmembramento da empresa nacional de energia Eesti Energia, alteração dos benefícios familiares, o fim de isenções de imposto de renda em razão de filhos e de pagamentos de juros de empréstimos habitacionais.

A nova coalizão planeja, ainda, retirar o idioma russo do sistema educacional, adotando exclusivamente o estoniano na educação pré-escolar a partir de 2027 e no ensino básico a partir de 2030. O governo declarou que pretende também introduzir emenda para reduzir o apoio financeiro do estado aos partidos políticos que tenham condenação criminal.

Para que o novo governo perdure todo o ciclo eleitoral de quatro anos, Kaja Kallas terá o desafio de superar a rejeição, já externada por parte de seus eleitores, às medidas impopulares anunciadas com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário. O presidente Alar Karis chegou, até mesmo, a fazer comentários a respeito durante a nomeação dos novos ministros de estado. Na ocasião, o chefe de estado estoniano demonstrou sua preocupação com a pretendida escalada na tributação, apelando para que seja precedida de estudos de impacto.

POLÍTICA EXTERNA

A Estônia projeta sua identidade internacional como país nórdico-báltico, europeu e ocidental. Os sucessivos períodos de ocupação, particularmente a era soviética, deixaram marcas indeléveis na sociedade estoniana e referenciam as estratégias de inserção internacional e política externa. A crise na Ucrânia deflagrada em 2014 tem contribuído para o reforço da vertente de segurança da diplomacia estoniana, que milita ativamente em favor de uma presença permanente de tropas da OTAN nos países bálticos. A Estônia é membro da União Europeia desde 2004. É, ainda, parte do Espaço Schengen (2007) e da zona do euro (2011).

A ESTÔNIA COMO PAÍS NÓRDICO

A Estônia compartilha com os vizinhos nórdicos importantes características linguísticas e culturais que a distanciam dos vizinhos bálticos. O estoniano é uma língua fino-úgrica, de família Urálica (à qual pertencem, também, o finlandês e o sami, falado pelos povos lapões na Escandinávia). Ademais, como os países nórdicos, a Estônia tem fortes raízes luteranas, em razão da influência que sofreu de diásporas dinamarquesas e suecas a partir do século XVI.

As autoridades estonianas insistem que o avanço tecnológico da Estônia (um dos orgulhos nacionais) a aproxima mais dos países ao norte do que dos vizinhos ao sul, e que a noção de civilização báltica se enfraquece ainda mais com a clara orientação da Lituânia em direção à Europa central. Os efeitos políticos desse processo de “nordicização” se traduzem em tentativas conscientes de: i) integrar os fóruns regionais nórdicos (particularmente o Conselho Nórdico de Ministros, para o qual a Estônia tem feito gestões desde 1991); ii) afirmar-se como nação altamente desenvolvida; e iii) assumir papel de ponte entre os países nórdicos e bálticos.

A Estônia investe alto capital político em organizações sub-regionais que vinculam nórdicos e bálticos, sobretudo o Conselho dos Estados do Mar Báltico (que, fundado em 1992, incorpora, além de Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega e Suécia, a Alemanha, a Polônia e a Rússia) e o chamado NB-8 (Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega e Suécia). Os temas de interesse da Estônia em tais foros são comércio, energia, tecnologia, meio ambiente, governança e direitos humanos.

A ESTÔNIA COMO PAÍS BÁLTICO

A Estônia, a Letônia e a Lituânia mantêm entre si estreitos laços políticos e econômicos, ditados pela história e pela geografia e consolidados ao longo dos cinquenta anos de ocupação soviética, que desenvolveram nesses países um profundo sentimento de solidariedade e fraternidade. Após a restauração da independência, em 1991, as repúblicas bálticas decidiram compartilhar traços

comuns, como únicas repúblicas ex-soviéticas a aderirem à OTAN e à União Europeia, em 2004. Mesmo as decisões no âmbito das organizações euroatlânticas costumam ser tomadas de forma coordenada. Os três países bálticos desenvolveram uma sólida moldura institucional que, mesmo com falhas e limites, garante certo nível de cooperação entre diferentes instâncias de poder: o Conselho de presidentes Bálticos; a Assembleia Báltica (entre os parlamentos); o Conselho de Primeiros-Ministros; o Conselho Báltico de Ministros; e o Conselho de Cooperação (entre ministros dos Negócios Estrangeiros). Na área militar, foi criado o Batalhão Báltico.

UNIÃO EUROPEIA

País pequeno e com recursos limitados em matéria de política externa, a Estônia, a exemplo dos dois outros países bálticos, vê na Política de Vizinhaça da União Europeia (PEV) o melhor meio de fazer valer seus interesses nacionais e de responder às exigências de participação nas políticas da UE. Os ministros dos Negócios Estrangeiros de sucessivos governos consideraram que a PEV constitui uma prioridade da política externa estoniana. Assim, a Estônia se considera um país que passou de importador de democracia na época da adesão à União Europeia a exportador aos países do espaço pós-soviético.

Para a Estônia, a PEV constitui um nicho que lhe permite desempenhar um papel ambicioso de ponte entre a UE e parceiros leste-europeus como a Geórgia, a Moldova ou a Ucrânia. Tendo em conta seu passado, a Estônia acredita estar em melhor posição para compreender a realidade dos países pós-soviéticos e propor soluções mais adequadas aos seus problemas. No âmbito das ações de ajuda ao desenvolvimento, a Estônia tem oferecido sua experiência aos parceiros nos processos de reformas administrativas e sociais, na área da mídia e, ainda, em matéria de boa governança.

PARCERIA ORIENTAL

A necessidade de uma maior visibilidade no processo de *policy making* no contexto da União Europeia inspirou a Estônia a identificar áreas em que tenha alguma autoridade. Uma dessas áreas é a Parceria Oriental (grupo formado por Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Moldova, Ucrânia e Belarus), que se tornou uma das prioridades da política externa estoniana e destina metade de sua ajuda ao desenvolvimento aos países membros da Parceria. Para a Estônia, a Parceria Oriental tem muito mais o objetivo de torná-la visível e percebida em Bruxelas do que uma estratégia de contenção em relação à Rússia. A Estônia apoia firmemente as aspirações de adesão à União Europeia por parte da Ucrânia, Geórgia e Moldova, e apoia também a rápida conclusão dos acordos de associação, livre-comércio, facilitação de vistos e cooperação na área de energia com esses países, assim como a extensão dessas formas de cooperação aos demais membros da Parceria Oriental.

DISCURSO ANUAL DO CHANCELER ESTONIANO AO PARLAMENTO

Com a presença dos embaixadores acreditados em Talin, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Margus Tsahkna, pronunciou, em 13/2/24, seu discurso anual no Riigikogu sobre política externa. Na ocasião, delineou os principais objetivos e linhas de ação, concentrando-se especialmente no apoio à Ucrânia e nas formas de atuação da Estônia e da UE.

Tsahkna observou que, assim como os ucranianos têm sido determinados em sua resistência à agressão russa, a Estônia permanecerá igualmente determinada no seu apoio à Ucrânia. Manifestou-se contra o uso da força nas relações internacionais, sobretudo quando se propõe a ultrapassar e modificar fronteiras, atingindo a soberania de um país. Insistiu em que para acabar com a utilização da força na esfera internacional, seria fundamental punir os autores de crimes e aqueles que realizam a agressão. Ressaltou que a maneira mais adequada de processar o crime de agressão seria criar um tribunal internacional por recomendação da Assembleia Geral da ONU.

Em termos gerais, Tsahkna observou que o mundo tem-se verificado desconfortável, não apenas devido à "agressão russa à Ucrânia" e ao desencadeamento de um conflito sério no Oriente Médio, como também à existência de pressões migratórias consequentes e das ameaças propiciadas pelas alterações climáticas, ressaltando a necessidade de se defender "os valores que prezamos e a nossa humanidade". Foi assertivo ao ressaltar que "devemos salvaguardar a União Europeia e a OTAN, nossos aliados e amigos, com quem trabalhamos pela mesma causa há 20 anos". Mencionou que "as guerras na Ucrânia e em Gaza demonstram que nosso modo de vida e princípios que sustentam a sociedade democrática e nossa própria independência necessitam de maior cuidado, atenção e proteção especiais."



ECONOMIA

Em termos de PIB, a Estônia não está entre as maiores economias do planeta. Quando se analisa em termos per capita PPP, no entanto, o país está em outro patamar, à frente da Polônia e Croácia, para citar alguns exemplos. Ademais, segundo dados do FMI, a Estônia possui dívida pública bruta controlada, em proporções abaixo de 10% do PIB, sendo a menor da União Europeia. Devido ao seu rápido desenvolvimento nos anos 2000, a Estônia – juntamente com a Letônia e Lituânia – recebeu a alcunha de Tigre Báltico.

Estruturalmente, o setor primário corresponde a cerca de 3% do PIB. Após 1990, agricultura e a aquicultura tornaram-se mais eficientes. Os principais produtos primários produzidos na Estônia são peixes, derivados do leite e produtos florestais.

O setor secundário responde por cerca de 29% do PIB. Suas principais indústrias são a produção de produtos químicos, têxteis, máquinas, equipamentos, eletrônicos e madeira.

Por fim, o setor de serviços é o mais importante para o país, representando cerca de 68% do agregado. Consiste principalmente nos subsetores de transporte, telecomunicações e bancário.

O setor de transporte compreende uma infraestrutura favorável que resultou em melhores operações comerciais na Estônia com portos que oferecem travessias rápidas para passageiros e cargas. O setor de telecomunicações estoniano atraiu enormes investimentos estrangeiros, especialmente dos países nórdicos, que investiram em alta tecnologia e redes de comunicação. As telecomunicações da Estônia são as mais desenvolvidas da Europa central e oriental. Os serviços bancários, por sua vez, são modernos e eficientes.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2023

Com mercado consumidor limitado e altamente dependente do setor exportador, a Estônia empreende importantes esforços para o incremento e a diversificação de suas vendas externas. Cerca de 73% das exportações e 85% das importações estonianas tiveram como destino ou foram provenientes da União Europeia em 2022.

Em 2023, as exportações estonianas chegaram a US\$ 19,7 bilhões, representando queda de 15% em relação a 2022. Os principais destinos das exportações foram Finlândia (17% do total), Letônia (12%) e Suécia (9%). Os principais produtos da pauta de exportação são eletrônicos (14%), madeiras e seus artigos (11%), e óleos combustíveis (10%).

A Estônia importou cerca de US\$ 22,9 bilhões (-15% em relação a 2022), sobretudo de Finlândia (15%), Alemanha (12%) e Letônia (11%). Os principais produtos importados foram eletrônicos (13%), veículos e suas partes (12%) óleos combustíveis (12%). A balança comercial do país ficou deficitária em US\$ 3,2



bilhões

em

2023.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1208	Região, ocupada por tribos bálticas estonianas, é atacada pelos cruzados.
1219	Dinamarca conquista Talin.
1227	Povos de origem germânica conquistam a Estônia.
1481	Invasão pelo Principado de Moscóvia.
1561	Após a Guerra da Livônia, região é controlada, a norte, pelos suecos, e a sul, pelos polono-lituanos.
1721	Rússia conquista a Estônia.
1917	Governo provisório russo concede autonomia à Estônia.
1918	No mesmo ano, a Alemanha ocupa a Estônia, o país declara independência, mas é invadida pelo Exército Vermelho. Inicia-se a guerra de independência.
1920	Tratado de Tartu sela a vitória estoniana sobre a Rússia.
1940	Estônia é ocupada pela URSS e é proclamada a República Socialista Soviética da Estônia.
1941	Deportação em massa de estonianos para a Sibéria; a Alemanha invade a Estônia.
1944	Retirada da Alemanha nazista e reocupação soviética.
1991	Restauração da independência estoniana e entrada na ONU.
1994	Retirada das tropas russas.
2004	Admissão na União Europeia e na OTAN.
2011	Adoção do euro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1921	Brasil reconhece a independência da Estônia.
1991	Brasil reconhece a declaração de reestabelecimento da independência estoniana.
2008	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Urmas Paet.
2010	Visita à Estônia do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.
2010	Criação da Embaixada brasileira residente em Talin.
2012	Presidenta Dilma Rousseff recebe em audiência ministro dos Negócios Estrangeiros, Urmas Paet, as margens da Conferência da Parceria para um Governo Aberto, em Brasília.
2014	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Urmas Paet e inauguração oficial da Embaixada estoniana em Brasília.
2016	Fechamento da Embaixada da Estônia em Brasília.
2020	Visita da presidente da Estônia, Kersti Kaljulaid, à Estação Antártica Comandante Ferraz.



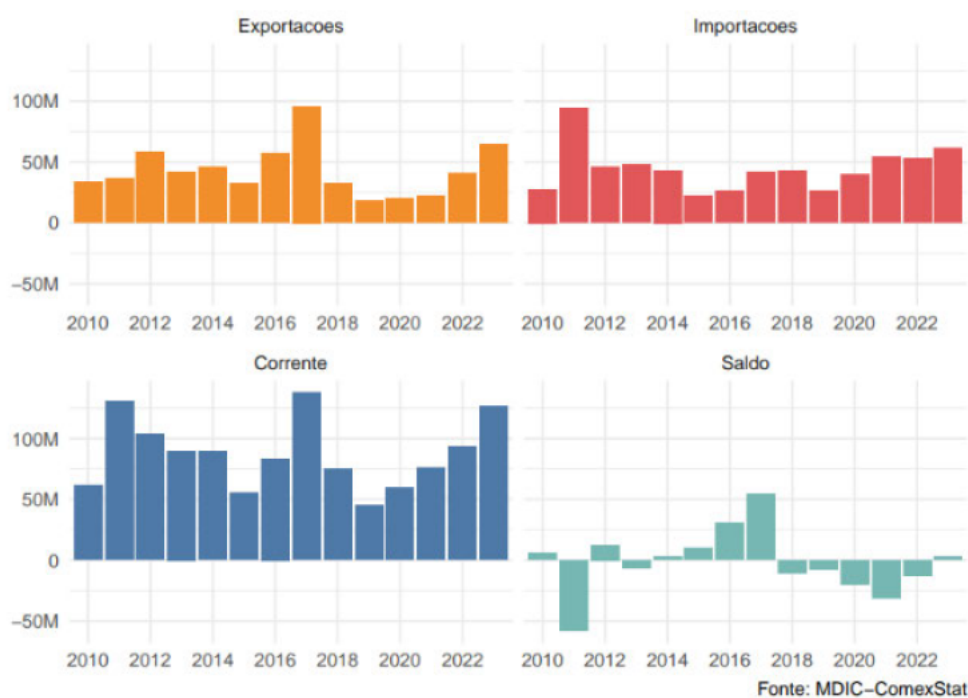
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	09/11/2000	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

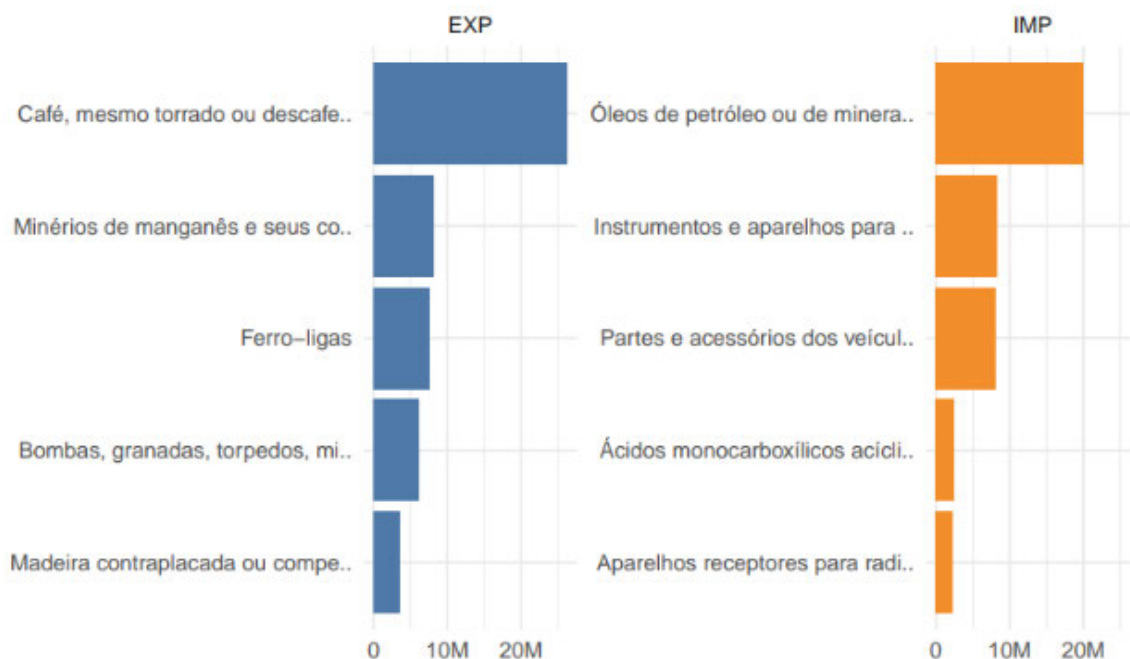
Fluxo de comércio anual



	2023	2022	2021	2020	2019
Exportações	64.66M (59.29%)	40.59M (82.49%)	22.24M (12.33%)	19.80M (7.76%)	18.37M (-42.70%)
Importações	61.653M (16.01%)	53.144M (-1.35%)	53.873M (35.14%)	39.866M (50.15%)	26.550M (-37.81%)
Saldo	3.003M (-76.1%)	-12.555M (-139.7%)	-31.631M (-257.6%)	-20.066M (-345.4%)	-8.177M (-176.9%)
Corrente	126.31M (34.8%)	93.73M (23.1%)	76.11M (27.6%)	59.67M (32.8%)	44.92M (-39.9%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportações	32.06M (-66.58%)	95.95M (68.11%)	57.07M (74.18%)	32.77M (-29.21%)	46.29M (11.66%)
Importações	42.693M (2.77%)	41.544M (56.88%)	26.482M (16.79%)	22.674M (-47.70%)	43.354M (-10.27%)
Saldo	-10.629M (-119.5%)	54.401M (77.8%)	30.593M (203.1%)	10.094M (244.0%)	2.935M (-57.2%)
Corrente	74.76M (-45.6%)	137.49M (64.5%)	83.56M (50.7%)	55.44M (-38.2%)	89.64M (-0.1%)

Principais produtos da pauta comercial em 2023



Classificações do comércio

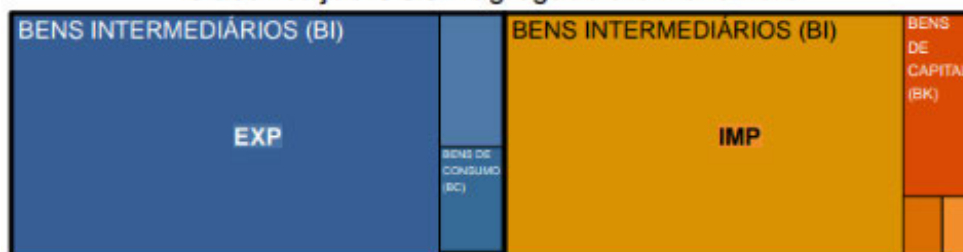
Classificação ISIC agregado até Dezembro



Classificação Fator Agregado agregado até Dezembro



Classificação CGCE agregado até Dezembro



Classificação CUCI agregado até Dezembro



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TALIN

Candidata: ROSIMAR DA SILVA SUZANO

PERFIL DA CANDIDATA



Embaixadora Rosimar da Silva Suzano

Nascida no Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1964, Rosimar da Silva Suzano graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1989. Kursou o Instituto Rio Branco na turma 1990-1991. Kursou Executive MSc em International Strategy and Diplomacy, London School of Economics and Political Science, 2014.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira Secretária na Divisão Jurídica (1991 a 1995). Em 1995, assumiu funções como Cônsul-Adjunta, no Consulado-Geral do Brasil em Munique, Alemanha. Em 1999, foi promovida a Segunda Secretária e transferida para a Embaixada do Brasil em Tel Aviv, onde cuidou de assuntos consulares e temas de política interna. Em 2003, foi transferida para a embaixada em Ancara, na Turquia, onde produziu relatórios de política interna; tratou de temas consulares e de cooperação na área de defesa. Em 2005, retornou à Secretaria de Estado de Relações Exteriores, em Brasília, onde serviu na Divisão de Europa I, como “desk” para os seguintes países: Alemanha, Itália, Turquia e Chipre. Em 2007, foi transferida para o Escritório de Representação do Brasil em Ramala, junto à Autoridade Palestina. Em 2010, foi transferida para a Embaixada em Londres e, em dezembro do mesmo ano, foi promovida ao cargo de Ministra de Segunda Classe. De setembro de 2015 a julho de 2019, foi Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai, Índia. De retorno ao Brasil, assumiu, em junho de 2020, o cargo de Inspetora-Geral do Serviço Exterior. Em dezembro de 2020, foi promovida a Ministra de Primeira Classe, o último grau na carreira. Diplomática. Em fevereiro de 2023, foi nomeada Ouvidora do Serviço Exterior, com mandato de três anos. Foi condecorada com a Ordem do Rio Branco, nos graus de Grande Oficial (2018) e Comendador (2010).

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

RELAÇÕES BILATERAIS

- A República Federativa do Brasil e a República da Estônia mantêm relacionamento secular e diálogo político fluido, traduzido em visitas, intensa cooperação em diferentes áreas, principalmente em ciência e tecnologia, além de apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais. O estabelecimento das relações diplomáticas ocorreu em 1921.
- No contexto pós Segunda Guerra Mundial, o Brasil não deixou de reconhecer a soberania estoniana, mesmo após sua anexação pela União Soviética, aderindo, portanto, ao princípio da continuidade de júri da independência do país. Em 1991, após a restauração da independência estoniana de fato, apoiou a retomada de sua autonomia e reaproximou-se do país no mesmo ano.
- O relacionamento bilateral conta com troca de visitas de alto nível. Em 2008, ocorre a primeira delas, quando o ministro dos Negócios Estrangeiros da Estônia, Urmas Paet, esteve no Brasil para manter encontro com sua contraparte à época, o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Em 2010, o chanceler brasileiro retribui o gesto, ao visitar Talin e manter encontro com Paet.
- A evolução do relacionamento levou o Brasil a estabelecer a Embaixada residente em Talin, em 2011. Em 2012, novo adensamento do relacionamento ocorre quando a Presidente Dilma Rousseff recebe em audiência ministro Urmas Paet, às margens da Conferência da Parceria para um Governo Aberto.
- Em 2014, a Estônia abriu sua Embaixada em Brasília em evento que contou com a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Urmas Paet. Após dois anos, em 2016, o posto foi fechado por razões financeiras, deixando o país sem representação residente na América Latina.
- Como reflexo do estreitamento das relações entre os dois países, o deputado estoniano Raivo Tamm decidiu, em 2019, criar o grupo parlamentar Brasil-Estônia, mantido em funcionamento no atual parlamento sob a presidência de Andres Sutt, em atuação coordenada com a Embaixada do Brasil em Talin.
- O relacionamento bilateral foi aprimorado e expandido continuamente, mesmo durante a pandemia da COVID. A título de ilustração, vale mencionar que, em 2020, a visita da então presidente da Estônia, Kersti Kaljulaid à Estação Antártica Comandante Ferraz.
- Essa continuidade do relacionamento diplomático completou 100 anos em 2021, ocasião em que as chancelarias de ambos os países, em cooperação com os correios do Brasil e da Estônia, lançaram, em cerimônia realizada concomitantemente por vídeo conferência, os selos comemorativos dos 100 anos de relação diplomática. O selo apresenta o Palácio Itamaraty em Brasília, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e o prédio do Ministério de Relações Exteriores em Talin, projetado pelos arquitetos Mart Port, Raine Karp, Uno Tõlpus e Olga Kontajeva.
- Recentemente, o relacionamento vem alcançando maior intensidade, sobretudo em 2023. Nesse ano, a agenda de visitas bilaterais contou com visitas recíprocas de ambos os países. Da parte estoniana, vale mencionar a visita do parlamentar, Andres Sutt, que esteve no Brasil em julho do

referido ano, para participar da Febrabam e manter encontros com representantes de entidades públicas e privadas. Ainda durante 2023, inúmeras delegações brasileiras, públicas e privadas, estiveram na Estônia, com destaque para a missão do Comando de Defesa Cibernética brasileiro, que veio a Talin, em junho daquele ano para participar da "15ª International Conference on Cyber Conflict - 15ª CyCon", contando pela primeira vez com a apresentação de palestrante do exército brasileiro sobre o Exercício Guardião Cibernético, realizado anualmente pelo ComDCiber.

- Vale destacar a visita a Estônia do Governador do Piauí, Rafael Tajra Fonteles, em abril de 2023, quando anunciou a abertura de um escritório da Agência de Investimentos do Estado "Invest Piauí" e o lançamento da Câmara de Comércio Digital Piauí-União Europeia, ambos em Talin, além de iniciar cooperação com a Estônia nas áreas de governo digital e hidrogênio verde.
- No mesmo ano, estiveram em Talin várias delegações, com número expressivo de integrantes, como: (i) cerca de 120 representantes dos setores público e privado brasileiros, entre os quais o Governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, para participar da Conferência de Governança Eletrônica e manter encontros paralelos; (ii) delegação chefiada pelo Comandante do CDCiber, para participar dos exercícios Locked Shields, organizados pelo Centro da OTAN para Segurança Cibernética (CCDCOE); (iii). missão composta por 21 representantes do setor público e privado para participar da Conferência Latitude59 e realizar contatos.
- Em 2024, ressalta-se a missão da Anatel, cujos representantes estiveram em Talin para manter encontros para troca de boas práticas com especialistas nas áreas de regulações do setor de telecomunicações da Autoridade de Proteção ao Consumidor e Reguladora Técnica da Estônia (ECPTA) e da Autoridade do Sistema de Informação da Estônia (RIA). A exemplo do que ocorreu no ano anterior, em 2024 estiveram na Estônia cerca de 95 representantes dos setores público e privado brasileiros. Dentre as autoridades brasileiras, destacam-se o Governador de Alagoas, Paulo Dantas, e o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, à frente de suas equipes para participar da Conferência de Governança Eletrônica e realizar encontros paralelos para futuras parcerias.
- No mesmo ano, na área de defesa, o Comando de Defesa Cibernética brasileiro voltou a Talin para participar da "16ª International Conference on Cyber Conflict - 16ª CyCon" e dos exercícios Locked Shields.

CANDIDATURAS

- Brasil e Estônia têm histórico positivo de cooperação no tocante a candidaturas. À guisa de exemplificação, pode-se citar o recente compromisso de troca de votos envolvendo a candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), mandato 2024-2026, em troca do voto brasileiro à candidatura do senhor Tonis Saar, ao Comitê de Contribuições da ONU.
- Em 2022, a Estônia apoiou a candidatura do Professor Leonardo Nemer Caldeira Brant à vaga de juiz da Corte Internacional de Justiça, decorrente do falecimento do Juiz brasileiro Antonio Augusto Cançado Trindade.

- O Brasil apoiou a candidatura estoniana para membro-não permanente do CSNU, no biênio 2020-2021, e recebeu apoio estoniano a pleito semelhante do Brasil para o período subsequente.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

- O intercâmbio comercial bilateral entre o Brasil e a Estônia sofreu muita variação na última década. Na maior parte dos anos, a balança comercial foi deficitária para o Brasil. Em 2023, no entanto, as exportações brasileiras para a Estônia totalizaram US\$ 66 milhões, enquanto as importações alcançaram o montante de US\$ 62 milhões, gerando saldo positivo de US\$ 4 milhões para o Brasil.
- A corrente de comércio durante o ano de 2023 foi de US\$ 127 milhões, o que representa um incremento de 35,8% em relação a 2022. Cabe salientar que o comércio bilateral tem registrado aumento, anualmente, desde 2019, quando totalizou US\$ 45 milhões. Desde então cresceu regularmente até atingir o mencionado patamar atual.
- Em 2023, os principais produtos exportados pelo Brasil foram café, incluindo torrado e descafeinado (40,1%); ferro-ligas (11,5); bombas, granadas, torpedos, minas, mísseis e cartuchos (9,5%) e madeira, incluindo contraplacada ou compensada (5,2%). É importante notar que as exportações de café aumentaram em 120,7% enquanto as demais citadas sofreram redução.
- Já os principais produtos importados pelo Brasil foram óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (32,4%); instrumento e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (13,4%); ácidos monocarboxílicos acíclicos não saturados (4,1%) e aparelhos receptores para radiotelefonia (3,7%).
- A Embaixada do Brasil em Talin, em que pese ainda não possuir Setor Comercial, tem buscado atender aos frequentes contatos de empresas brasileiras de diversos setores que buscam instalar-se na Estônia pelo seu modelo tributário extremamente competitivo (1º lugar no Tax Competitiveness index da OCDE-2023), além das facilidades para abertura de empresas à distância e o acesso ao mercado europeu.
- A respeito, destaca-se que as empresas brasileiras Valid e X-Via abriram sedes na Estônia em 2023, enquanto o estado do Piauí inaugurou um escritório da Agência de Investimentos do Estado "Invest Piauí" e a Câmara de Comércio Digital Piauí-União Europeia. Do lado estoniano, as empresas Veriff, Wise, Pipedrive e Timbeter tem sede no Brasil, enquanto a companhia Cibernética atua no mercado brasileiro por meio de cooperação com a Valid.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- A Estônia é amplamente reconhecida como uma das principais nações digitais do mundo, onde a população tem acesso a 99% dos serviços públicos on line, e a digitalização de toda economia é objetivo evidente da sociedade e foco da exitosa colaboração entre setor público e privado. Com o governo eletrônico reconhecido como melhor do mundo, o país ocupa o sexto lugar no OECD Digital Government Index 2023, oitavo lugar no E-Government Development Index 2022 da ONU,

o terceiro lugar no Global Cybersecurity Index 2020, o 9º no Digital Economy and Society Index 2022 (DESI-2022) e o primeiro lugar no Tax Competitiveness index da OCDE-2023. Ademais o país é o primeiro do continente em educação de acordo com o ranking do PISA-OCDE.

- O país, de apenas 1,3 milhão de habitantes, tornou-se o hub de startups mais dinâmico da Europa, com 5,5 vezes mais startups do que a média e o maior número de unicórnios per capita do continente. Até agora, foi o berço de 1.314 startups, entre as quais, 10 unicórnios: Skype em 2005, Playtech em 2007, Wise em 2015, Bolt em 2018, Pipedrive em 2020, Zego, ID.me e Gelato em 2021, Veriff e Glia em 2022, totalizando 7,7 unicórnios por milhão de habitantes.
- Esse cenário levou a Estônia a quase triplicar seu PIB desde 2000 e atingir a marca de US 28,247.1 per capita, ultrapassando a maioria de seus vizinhos. O país tornou-se também um destino favorito para o capital internacional, atingindo seu melhor desempenho em 2022, com € 351 milhões em investimento estrangeiro direto registrado. Desde 2015, o país recebeu 2,62 bilhões de euros em Venture Capital, tornando-se o primeiro destino europeu.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- A cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre Brasil e Estônia alcançou grande maturidade nos últimos três anos. Contando com o apoio do Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Embaixada brasileira em Talin, diversos estados estabeleceram conexões e relacionamentos com as entidades estonianas hábeis a auxiliá-los na área de governo eletrônico, chegando inclusive a enviar representantes à Talin para tanto.
- Como resultado mais evidente, alguns estados brasileiros passaram a adotar de forma crescente o know how da área de governança eletrônica local, com destaque para o x-Road, solução tecnológica criada e adotada pela Estônia, em 2001, considerada a melhor na atualidade para a integração e interoperabilidade de bancos de dados, tanto públicos quanto privados, o que leva os sistemas de informação a operarem de forma segura e harmônica.
- No momento, essa solução tecnológica para a integração de seus bancos de dados está sendo utilizada, com sucesso, pelos Estados do Piauí, Mato Grosso e Ceará. Ademais, o Estado de Alagoas está em fase inicial de sua implementação.
- Em 2024, por meio do Programa de Diplomacia da Inovação (PDI), representantes das empresas Hygia Saúde, Weknow Healthtech e Target Derm vieram a Talin para imersão no ambiente de negócios local, com foco em saúde.

COOPERAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL

- Outra área de cooperação que se revelou promissora é a do Hidrogênio Verde. Em sua recente visita a Talin, igualmente em 2023, o Governador do Piauí, Rafael Tajra Fonteles assinou Memorando de Entendimento na área de Hidrogênio Verde entre o governo do estado do Piauí e a Associação Estoniana de Tecnologias de Hidrogênio.

- Vale recordar que em 2022, a Timbeter, uma empresa de tecnologia verde da Estônia, assinou acordo com o estado brasileiro do Rio Grande do Norte para implementar sua tecnologia com vistas a impedir a extração ilegal de madeira e melhorar o manejo florestal no estado. A tecnologia em questão promove digitalização do setor madeireiro-florestal, agilizando e aprimorando o processo de medição e de monitoramento ambiental, resultando em maior transparência no processo produtivo.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

- A cooperação na área de defesa com a Estônia concentra-se no relacionamento entre o Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro (ComDCiber) e o Centro da OTAN para Segurança Cibernética (CCDCOE), sediado em Talin. Por meio da tradicional participação da defesa cibernética brasileira nos exercícios Locked Shields e na Conferência Internacional sobre Conflitos Cibernéticos, organizados anualmente pelo CCDCOE, o exército brasileiro absorveu as melhores práticas na área, de tal maneira que pôde organizar, com sucesso, seu próprio exercício anual de defesa cibernética, denominado de "Guardião Cibernético", considerado o maior no hemisfério sul.
- Em decorrência da intensidade do relacionamento nesta área, em setembro de 2019 foi criada a Adidância de Defesa da Embaixada em Talin com o objetivo de, entre outros, coordenar a cooperação com o CCDCOE. O Adido de Defesa da Embaixada em Varsóvia responde pela cumulatividade.
- A cooperação na área de defesa intensificou-se em 2022, com a assinatura de memorando de entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e o Centro de Sistemas de Informação da Estônia (RIA), que propiciará o acesso brasileiro a iniciativas de cibersegurança e proteção de estruturas críticas, com base no projeto comunitário "EU Cybercapacity Building Network" ("EU CyberNet").
- Em 2023, o relacionamento ganhou novo impulso com a participação do Comando de Defesa Cibernética brasileiro na "15ª International Conference on Cyber Conflict - 15ª CyCon", em Talin. Pela primeira vez palestrante do exército brasileiro fez explanação na Cycon, sobre o Exercício Guardião Cibernético, realizado anualmente pelo ComDCiber.
- Em 2024, o Brasil participou, novamente, dos exercícios Locked Shields e da 16ª Cycon.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

- O posto mantém estreita cooperação com a Universidade de Talin, uma das mais prestigiosas do país, cujo reitor, juntamente com relevante comitiva de 18 professores, visitou o Brasil em duas oportunidades, a última no corrente ano, ampliando a cooperação acadêmica com diferentes Universidades brasileiras.
- Estão em curso tratativas para a criação de leitorado brasileiro junto à Universidade de Talin, que apesar estágio avançado, tem sido protelado por falta de recursos da parte brasileira. O acordo

alinhado, caso aprovado, permitirá a criação de cadeira de ensino de Português, bem como a utilização do Centro de Estudos de Português, projeto que incluiria o Instituto Camões e a representação diplomática de Portugal na Estônia. A parceria com a Universidade de Talin deverá ser formalizada por Memorando de Entendimento sob o guarda-chuva do Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Estônia, celebrado em 2000 e ratificado em 2006.

- A Embaixada mantém ainda contatos com a TalTech e a Universidade de Tartu, esta última a mais antiga do país, para prospectar oportunidade de parcerias no campo educacional e de pesquisa, bem como de divulgar iniciativas brasileiras, como bolsas de estudo e outros programas educacionais.

COOPERAÇÃO CULTURAL

- A relação Brasil-Estônia no campo cultural tem-se aprofundado. A arte brasileira tem sido difundida tanto por meio do engajamento direto do posto, como também por meio de iniciativas diversas da parte estoniana. É cada vez maior o número de artistas brasileiros convidados a participar de eventos, atividades, apresentações e projetos nos mais diversos campos artísticos, como música, artes plásticas e cinema.
- O significativo crescimento da comunidade brasileira residente na Estônia contribui para ampliar o conhecimento local pela cultura brasileira. Cabe citar, entre outros, a presença de escolas de capoeira administradas por brasileiros; a abertura de bar temático do Brasil no centro da cidade velha, também por brasileiro; a ampliação de oferta de produtos de nossa culinária por produtores brasileiros aqui residentes; a presença de bandas brasileiras ou em parceria com estonianos.
- Em decorrência da direta atuação da Embaixada, tem-se intensificado a participação de artistas e profissionais brasileiros como convidados nos principais festivais de música e cinema, em feiras e eventos de gastronomia, entre outros.
- No campo musical, destaca-se a presença constante de artistas brasileiros, apoiados pelo Instituto Guimarães Rosa (IGR) e pela Embaixada, no festival JazzKaar, um dos principais do gênero de jazz do norte da Europa. O bandolinista Hamilton de Holanda e a cantora Dora Morelembaun foram alguns dos artistas que participaram recentemente no referido festival. Outro relevante evento que tem contado apoio do IGR e da Embaixada é o Tallinn Guitar Festival. Neste ano estarão presentes os irmãos Sérgio e Odair Assad. Em anos anteriores, o festival contou com o duo Siqueira Lima e o violonista Yamandu Costa, para citar alguns nomes.
- O posto tem apoiado também a presença brasileira no International Trumpet Days, que conta com apresentações, aulas no modelo “masterclass” a jovens estudantes locais.
- No campo do audiovisual, destaca-se a relevante participação brasileira nas diversas edições do festival de cinema Tallinn Black Nights – PÖFF, que está entre os 15 maiores festivais do gênero no mundo. No ano de 2022, o Brasil foi o país homenageado no festival, com exibição do filme “Rios do Desejo”, de Sérgio Machado, vencedor de prêmio de melhor cinematografia no evento. Em 2023, o Festival contou com a presença de dois longas-metragens brasileiros em estreia mundial: “Grande Sertão”, adaptação da obra homônima de Guimarães Rosa, cujo diretor, Guel

Arraes, agraciado com prêmio de melhor direção, e "Ninguém Sai Vivo Daqui", de André Ristum. O referido festival tem proporcionado, em sua história, estreias mundiais de produções brasileiras, entre curtas e longa-metragem em diferentes gêneros, colaborando para a difusão e promoção de nosso cinema.

- A Embaixada também atua na criação de oportunidades de networking na área da indústria cinematográfica e do audiovisual, em eventos paralelos que acontecem também no âmbito do festival PÖFF, cuja agenda comercial é também ampla e efetiva.
- O posto tem organizado ou participado de diversas atividades culturais sem custos financeiros diretos, como feiras e festivais locais, a exemplo do Grill Fest e o tradicional Bazar de Natal, oportunidades em que diversas outras representações diplomáticas também participam representando seus respectivos países.

PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

- Com o objetivo de promover a língua portuguesa, além da iniciativa em curso de criação de leitorado, o posto mantém contato com tradutores e intérpretes estonianos especializados no idioma Português, apoiando, quando possível, iniciativas na área de pesquisa, ou divulgando programa de traduções de obras brasileiras.
- Neste ano de 2024, juntamente com a representação de Portugal na Estônia, o Setor Cultural promoveu atividade de apresentação de histórias infantis, na Universidade de Talin, no contexto das celebrações do Dia Mundial do Idioma Português

SETOR CONSULAR

- Nos últimos quatro anos a comunidade brasileira residente na Estônia, apesar de ainda pequena, cresceu de forma significativa. Se no ano de 2020, 332 nacionais brasileiros residiam na Estônia, ao final de 2023, esse número chegou a 743 brasileiros, um aumento de 124%, composto em grande parte por mão de obra qualificada na área de TI. Ressalta-se que este número não considera os nacionais que residem na Estônia e possuem dupla cidadania de um dos países pertencentes à União Europeia. Em geral, o perfil dos brasileiros que chegam na Estônia é de jovens entre 25 e 39 anos, que vêm a trabalho, muitas vezes acompanhados de seus cônjuges/companheiros e filhos, também brasileiros. A grande parte (97%) possui permissão de residência temporária para permanecer na Estônia e aproximadamente 86% residem em Talin e seus arredores. Aqueles que se encontram no país a estudo, geralmente residem na cidade Tartu, onde está localizada a universidade com o mesmo nome. O crescimento da comunidade brasileira na Estônia refletiu em aumento na emissão de documentos consulares, pelo Setor Consular da Embaixada em Talin, de aproximadamente 10 %.
- Vale notar que o Setor Consular da Embaixada em Talin também presta serviços para a comunidade brasileira residente na Letônia, uma vez que o deslocamento entre a Estônia e a Letônia é facilitado pela distância pequena entre os países e a rede de transporte.
- O atendimento prestado pelo Setor Consular da Embaixada em Talin é organizado por meio de agendamento eletrônico prévio e a maior parte dos documentos consulares é emitida e entregue

no mesmo dia. Os atendimentos consulares são realizados de forma personalizada, sempre envidando-se esforços para orientar o nacional de acordo com suas necessidades individuais.

- O Setor Consular da Embaixada em Talin tem atuado de forma diligente e eficaz na proteção e assistência aos nacionais brasileiros residentes ou em trânsito. Contatos com as autoridades locais são mantidos de forma a facilitar a assistência aos cidadãos brasileiros, principalmente na área de assistência social, uma vez que se observa o aumento de casos relativos às questões familiares.
- Com o cadastro consular online, o Setor Consular tem se esforçado em levantar os dados dos cidadãos brasileiros residentes na jurisdição, de forma a estar preparado para eventuais emergências que possam necessitar o pronto mapeamento e comunicação com a comunidade brasileira.
- Atualmente não existem nacionais brasileiros presos na Estônia, situação que é permanentemente monitorada pelo Setor Consular.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com a República da Estônia, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros, mediante gestões e ações no âmbito da competência do posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Estônia, tanto no âmbito intergovernamental quanto com o setor privado local e as sociedades civis; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro nesses países; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais dos dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas na Estônia, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum com a Estônia;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover novas parcerias em Ciência, Tecnologia e Inovação entre nichos e centros de excelência na Estônia e no Brasil;
5. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
6. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
7. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
8. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos;
9. Buscar o apoio do governo estoniano a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
10. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Estônia, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
11. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados em vistos, consularização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;
12. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Atração de investimentos

- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil à Estônia com foco na atração de investimentos;
- mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento com investidores estonianos;
- apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral, bem como a aproximação entre Mercosul e União Europeia;
- identificar as prioridades e nichos de atuação dos investidores estonianos em seus portfólios no exterior;
- manter relacionamento com os principais investidores institucionais na Estônia e com as empresas estoniana com investimentos no Brasil;
- receber demandas de empresas estonianas sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso;
- prospectar associações setoriais, clusters e outros arranjos empresariais que possam receber delegações brasileiras para captação de investimentos ou realizar missão de investimentos ao Brasil;
- organizar eventos de atração de investimentos na jurisdição do Posto.

Promoção comercial

- Criar o Setor Comercial (SECOM) na Embaixada do Brasil em Talin, com a alocação de servidor com perfil técnico para o posto, com a qualificação específica em promoção comercial;
- colaborar para a arregimentação de empresas estonianas para projetos compradores no Brasil;
- responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros na Estônia;
- facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores na Estônia;
- encorajar exportadores brasileiros a incluírem a Estônia em seu roteiro de promoção comercial na Europa, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para a Estônia;
- promover eventos de promoção de marcas e produtos brasileiros junto a público selecionado;
- monitorar e relatar sobre alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros nos mercados da jurisdição do posto;
- monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos na jurisdição do posto, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos;
- número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre acordo UE-Mercosul;
- número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil, da Estônia, com foco em aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
- número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para a Estônia.

II - Relações políticas bilaterais com Estônia

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar a retomada do mecanismo de consultas políticas Brasil-Estônia, que as partes consideraram realizar ainda em 2024, mas em data ainda a ser definida;
- apoiar o fortalecimento do Grupo parlamentar de Amizade Brasil-Estônia, restabelecido em 2023, junto ao Congresso Nacional;
- monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da COP30 no Brasil em 2025;
- estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras à Estônia e de autoridades estonianas ao Brasil;
- intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros da Estônia;
- trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com a chancelaria estoniana;
- buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio da Estônia a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico da Estônia, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- elaborar materiais informativos sobre a Estônia para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas entre os países;
- escopo da pauta das reuniões de consultas políticas;
- número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria estoniana;

- contabilização das gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;
- contabilização das gestões presenciais realizadas na Estônia sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
- número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa e economia da Estônia;
- número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;
- número de visitas de autoridades brasileiras à Estônia e de autoridades estonianas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Concluir o estabelecimento de leitorado brasileiro junto à Universidade de Talin;
- identificar continuamente os artistas brasileiros na jurisdição do Posto com os quais se possa realizar colaborações ou agentes artísticos estonianos interessados em parcerias com brasileiros;
- buscar continuamente estabelecer parceria com empresas privadas com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros de maior custo;
- manter relacionamento com Governo local, com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos de cultura na Estônia para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação;
- manter o bom relacionamento com a organização do Festival de Cinema PÖFF e seus curadores/programadores, a fim de dar continuidade à participação de produções brasileiras no festival, garantir a inclusão de títulos de qualidade, apoiando a promoção e difusão do cinema nacional nos bálticos e Norte da Europa;
- apoiar, na medida do interesse local, lançamento e divulgação de obras traduzidas ao amparo do programa da Fundação Biblioteca Nacional ou iniciativas de fomento para a formação de novos tradutores do português (variante brasileira) para o estoniano;
- incrementar a divulgação e promoção da arte e artistas brasileiros, bem como as atividades e projetos culturais brasileiros realizados na Estônia, nos mais diversos meios, em especial por meio de mídias sociais mantidas pelo posto;
- apoiar eventos originados na crescente comunidade brasileira, como festas típicas brasileiras, apresentações e atividades culturais diversas organizadas pelos cidadãos brasileiros residentes na Estônia.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada;
- número de acessos às mídias sociais do Posto;

- quantidade de postagens nas mídias sociais e contas do posto criadas em diferentes ferramentas/aplicativos;
- número de reuniões, visitas, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, empresas, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto;
- número de reuniões e eventos realizados junto a instituições de ensino, organizações educacionais e culturais na Estônia;
- quantidade de propostas aprovadas no âmbito do programa cultural IGR;
- quantidade de e-mails trocados com as mais diversas instituições culturais e educacionais;

IV - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Acompanhar as iniciativas de Diplomacia da Inovação no Brasil e as entidades brasileiras disponíveis para executar atividades de Diplomacia da Inovação na Estônia;
- identificar novas áreas de cooperação e apoiar os projetos de cooperação em andamento, nas áreas de governo eletrônico e hidrogênio verde;
- colaborar com os entes executores, no Brasil, dos projetos de cooperação em andamento com a Estônia, no sentido de garantir a inclusão de temas e atividades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação de interesse do lado brasileiro, aproveitando o nicho de excelência estoniano na área de governo eletrônico;
- estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e da Estônia;
- fomentar e apoiar visitas, em ambas as direções, de representantes de instituições científicas e tecnológicas dos dois países, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia;
- manter atualizado o mapeamento da diáspora científica brasileira na Estônia, em universidades, institutos de pesquisa e empresas. Buscar inserir esses pesquisadores brasileiros nas redes de diáspora científica brasileira já existentes na Europa;
- aprofundar o relacionamento com associações que congregam ecossistemas de inovação na Estônia, como o Centro de Sistemas de Informação da Estônia (RIA), e-Governance Academy e Associação Estoniana de Tecnologias de Hidrogênio.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros e consultas com interlocutores da área de C, T & I;
- número de reuniões realizadas ao amparo de instrumentos bilaterais em vigor e resultados das reuniões;
- número de atividades de mapeamento de pesquisadores brasileiros na diáspora científica e número de pesquisadores identificados, na jurisdição do Posto;
- realização de atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral;

- número de visitas de representantes de instituições e autoridades no setor de C, T & I, em ambas as direções, apoiadas pela Embaixada;

V – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Manter a boa qualidade na prestação dos serviços consulares e da assistência consular aos cidadãos brasileiros;
- aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade, por meio das redes sociais do posto;
- realizar campanhas educativas, voltadas à realidade da comunidade local, com ênfase em saúde mental, educação, segurança e direitos humanos;
- monitorar o contexto securitário na Estônia e, quando necessário, atualizar o plano de contingência;
- manter atualizado o levantamento de dados sobre a comunidade brasileira na jurisdição da Estônia;
- manter bom relacionamento com as autoridades locais, principalmente com a Polícia e Guarda de Fronteira e com as entidades governamentais de assistência social dos governos municipais e do Estado;
- aprimorar o contato com organizações não-governamentais assistenciais, principalmente aquelas voltadas ao imigrante, à mulher e à criança;
- colaborar para que as atividades culturais e educacionais do posto contribuam para a aproximação e integração da comunidade;
- apoiar os eventos e iniciativas da comunidade brasileira de promoção da imagem do Brasil junto à sociedade local.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Dinamarca e na Lituânia;
- número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Estônia;
- número de reuniões da Embaixada com entidades não-governamentais assistenciais;
- número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades governamentais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira;
- número de campanhas educativas conduzidas pela Embaixada;
- número de publicações em mídias sociais sobre temas de interesse da comunidade;
- número de iniciativas do posto nas áreas culturais e educacionais que tenham a comunidade brasileira entre o público-alvo.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

RELATÓRIO Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 21, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ROSIMAR DA SILVA SUZANO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.*

Relatora: Senadora **MARGARETH BUZETTI**

Trata-se da indicação da Senhora Rosimar da Silva Suzano, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

A diplomata, em 1990, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco.

Em 2000, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e, em 2010, o Curso de Altos Estudos (CAE), defendendo a tese “As perspectivas das relações do Brasil com a Autoridade Nacional Palestina depois da abertura do escritório em Ramala: diálogo político, cooperação e temas consulares.” Em 2021, a indicada obteve o título de mestre em diplomacia e estratégias internacionais pela Escola de Londres de Economia e Ciências Políticas.

Foi nomeada Terceira-Secretária em 1991; promovida a Segunda-Secretária em 1996; a Primeira-Secretária, em 2005; a Conselheira, por merecimento, em 2008; a Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 2010; e a Ministra de Primeira Classe em 2020.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe substituta da Divisão da Europa I do MRE em 2005, Ouvidora do Serviço Exterior, entre 2019 e 2020, cargo para o qual foi novamente designada em 2023 e no qual permanece desde então, e Inspectora-Geral do Serviço Exterior de 2020 a 2023.

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Munique (Alemanha) de 1995 a 1999; na Embaixada em Tel Aviv (Israel) de 1999 a 2003; na Embaixada em Ancara (Turquia) de 2003 a 2005; no Escritório do Brasil em Ramala (Palestina) de 2007 a 2010, na Embaixada do Brasil em Londres de 2010 a 2014 e, novamente, entre 2014 e 2015, e no Consulado-Geral em Mumbai de 2015 a 2019..

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Estônia, do qual destacamos as informações seguintes. A Estônia é um país do leste europeu, com 45.228 km² e mais de 1,3 milhão de habitantes. Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal per capita foi superior a 31 mil dólares.

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais. Os dois



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

países já organizaram duas reuniões de consultas políticas. A primeira, em 2009, ocorreu em nível de diretor de Departamento, em Talin, ao passo que a segunda, de 2011, ocorreu em nível de secretários, em Brasília.

A área científico-tecnológica emergiu como uma das mais dinâmicas e promissoras no âmbito das relações bilaterais. Nos últimos anos, várias delegações brasileiras têm visitado a Estônia. A cooperação em tecnologias da informação e comunicação é particularmente promissora.

A Estônia é reconhecida como um país altamente informatizado e líder no uso de e-gov, utilizando assinatura eletrônica para validação de documentos e plataformas virtuais para uma ampla gama de serviços públicos e administrativos. Além disso, é pioneira no uso da internet para eleições, sendo o primeiro país do mundo a permitir o voto online.

Em 2023, o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de 64,7 milhões de dólares, e o total das importações brasileiras da Estônia foi de 61,7 milhões de dólares. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram café torrado, outros minérios concentrados e ferro-gusa, e os principais produtos importados foram óleos combustíveis, instrumentos e aparelhos de medição e acessórios de veículos automotivos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

3



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2024

(n° 279/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 279

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **NEDILSON RICARDO JORGE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **NEDILSON RICARDO JORGE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00100/2024 MRE

Brasília, 10 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NEDILSON RICARDO JORGE**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **NEDILSON RICARDO JORGE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 362/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833575** e o código CRC **91CE5AD3** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003387/2024-21

SUPER nº 5833575

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

Avulso da MSF 17/2024 [4 de 38]

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NEDILSON RICARDO JORGE

[REDACTED]
[REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1986	Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
1987	Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
1998	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2005	Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: Técnicas de Negociação Diplomática: Estratégias e Táticas

Cargos:

1988	Terceiro-secretário
1994	Segundo-secretário
2000	Primeiro-secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de segunda classe, por merecimento
2015	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-93	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1993-97	Representação junto à FAO, Roma, terceiro-secretário e segundo-secretário
1997-00	Embaixada em Santiago, segundo-secretário
2000-02	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, chefe substituto
2003-05	Gabinete do Ministro de Estado, assessor, subchefe
2005-10	Embaixada em Buenos Aires, conselheiro e ministro-conselheiro
2010-16	Departamento da África, diretor
2016-20	Embaixada em Pretória, embaixador
2020-	Consulado-Geral em Montreal, cônsul-geral

Publicações:

2010	"A Nova África", V Conferência de Política Externa e Política Internacional, FUNAG
2012	"Brasil-África: relações especiais e os desafios do Século XXI", III Curso para Diplomatas Africanos, FUNAG
2014	"O Brasil, a África e a CPLP", IV Curso para Diplomatas Africanos, FUNAG
2015	"Relações Brasil-África: Panorama Geral, Cadernos de Política Exterior, IPRI
2018	"História da África e Relações com o Brasil", Organizador. Coleção Eventos, FUNAG

Condecorações:

2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2003	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2017	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MÉXICO



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	Estados Unidos Mexicanos
Capital:	Cidade do México
Área:	1.964.375 km ² (equivalente ao estado do Amazonas; maior do que a Indonésia)
População:	130,12 milhões de habitantes
Línguas oficiais:	Espanhol (oficial) e 89 línguas indígenas reconhecidas
Principais religiões:	Católica (82,7%), Evangélicos (7,5%), Cristãos não evangélicos (2,2%), outras (0,2%), sem religião (4,7%), não declarado (2,7%)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de estado e de governo:	Andrés Manuel López Obrador (desde 01 de dezembro de 2018)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Alicia Isabel Adriana Bárcena Ibarra (desde 12 de junho de 2023)
PIB nominal (2022, FMI):	US\$ 1,41 trilhão (73,44% do PIB do Brasil, USD 1,92 trilhões)
PIB PPP (2022, FMI):	US\$ 3,13 trilhões (81,51% do PIB do Brasil, de USD 3,84 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2022, FMI):	US\$ 10.870 (114,90% do PIB <i>per capita</i> do Brasil, de USD 9.460)
PIB PPP <i>per capita</i> (2022, FMI):	US\$ 22.730 (120,26% do PIB <i>per capita</i> do Brasil, USD 18.900)
Variação do PIB (FMI):	3,2% (est. 2023); 3,1% (2022); 4,7% (2021); -8,2% (2020); -0,05 (2019); 2% (2018); 3,1% (2017); 2,8% (2016); 2,3% (2015); 2,1% (2014)
IDH (2022, PNUD)	0,781 (77º entre 193 países; Brasil é o 89º)
Exportações brasileiras (2023)	US\$ 8,57 milhões (+21,6%); 5º destino
Principais produtos exportados	Veículos automóveis de passageiros (13%); soja (9,6%); veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (5,8%); motores de pistão e suas partes (5,8%); carnes de aves (5,0%); milho não moído, exceto milho doce (4,9%).
Total importações brasileiras (2023)	US\$ 5,54 milhões (+4,9%)
Principais produtos importados	Partes e acessórios dos veículos automotivos (13%); veículos automóveis de passageiros (12%); veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (6,0%); demais produtos – indústria de transformação (4,7%).
Investimentos do Brasil no país	Estão presentes no México empresas brasileiras dos setores petroquímico (Braskem); químico (Arteca); siderúrgico (Gerdau); automotivo (Marcopolo, Tupy, Iochpe-Maxion); elétrico (Weg); eletrônico (Intelbras); financeiro (Bradesco, BTG Pactual); de software e TI (Totvs, Stefanini); de consultoria de gestão (Falconi); de consultoria de capacitação (Tantum); de ferramentas domésticas (Tramontina); de equipamentos médicos (Fanem); de alimentos (JBS); de indústria gráfica (Gráfica

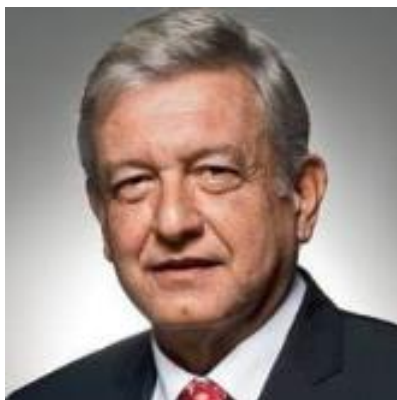
	Gonçalves); e de transporte aéreo (grupo chileno-brasileiro Latam).
Investimentos do país no Brasil	O principal setor de investimentos mexicanos no Brasil é o de telecomunicações. São controladas por investimentos mexicanos empresas como a Embratel, a Net e a Claro. Há também importantes investimentos mexicanos na indústria brasileira de bebidas (Coca-Cola Femsa), alimentos (Bimbo), autopeças (Rassini), sistemas de água (Rotoplas), rede de cinemas (Cinépolis) e free-shoppings (Dufry).
Embaixador do Brasil no país	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, desde julho de 2021.
Embaixador do país no Brasil	Laura Beatriz Esquivel Valdés, desde maio de 2022.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ bilhões (fonte: MDIC)

Brasil → México	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	7,966	7,341	8,752	9,786	10,004	7,691	10,121	12,334	14,115 (+14,4%)
Exportações	3,588	3,813	4,514	4,505	4,898	3,829	5,560	7,050	8,574 (+21,6%)
Importações	4,378	3,528	4,238	5,281	5,106	3,862	4,561	5,283	5,541 (+4,9%)
Saldo	-0,790	0,285	0,276	-0,776	-0,208	-0,33	0,999	1,767	2,964

PERFIS BIOGRÁFICOS

ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR PRESIDENTE



Nasceu em 13 de novembro de 1953, em Tepetitán, no estado mexicano de Tabasco. Formado em Ciência Política e Administração Pública pela *Universidad Nacional Autónoma de México*. Iniciou sua vida política no Partido Revolucionário Institucional - PRI, agremiação que governou o México entre 1929 e 2000. Em 1989, Obrador tornou-se um dos líderes históricos da esquerda mexicana a fundar o Partido da Revolução Democrática - PRD, em 1989. Posteriormente, em meio a desavenças internas, deixou o PRD e fundou seu próprio partido, o Movimento Regeneração Nacional (MORENA), em 2014. Ao longo de sua trajetória política, destacam-se o mandato como governador da Cidade do México (2000-2005) e suas duas candidaturas presidenciais (2006 e 2012). É casado e pai de três filhos.

X: @lopezobrador_

ALICIA BÁRCENA IBARRA
CHANCELER



Nasceu na Cidade do México em 5 de março de 1952. É formada em Biologia pela Universidade Nacional Autônoma do México e possui mestrado em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Atuou como chefe de gabinete adjunta do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Na ONU, também trabalhou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Foi Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Embaixadora no Chile. Assumiu a Secretaria de Relações Exteriores, em junho de 2023, após renúncia do então chanceler, Marcelo Ebrard, para concorrer à indicação de candidato do partido MORENA (do presidente López Obrador) às eleições presidenciais.

X: @aliciabarcena

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e México são sócios importantes não apenas em função da densidade da relação bilateral, mas também por constituírem pilares da integração regional e possuírem diversidade comparável de interesses na agenda internacional. O eixo Brasil-México é fundamental para a manutenção e fortalecimento de espaços diplomáticos como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Apesar das diferenças de perspectivas condicionadas pelo entorno geográfico de cada país, as relações Brasil-México atravessam ótimo momento. Com a atual convergência política entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Andrés Manuel López Obrador, verifica-se um movimento de reaproximação bilateral.

Em abril de 2023, a Comissão Binacional Brasil-México, instância de mais alto nível no diálogo entre as duas chancelarias teve suas atividades retomadas, após hiato de cinco anos. O encontro, ocorrido na Cidade do México, contou com a presença dos chanceleres de ambos os países e resultou em declaração conjunta com ampla agenda de trabalho bilateral em áreas como: segurança e defesa; cooperação jurídica, temas migratórios e consulares; questões econômicas, comerciais e financeiras; cooperação científica, técnica, educacional e cultural; além da coordenação de posições em foros regionais e multilaterais. Dentro do marco de 190 anos do estabelecimento das relações diplomáticas, em 2024, acordou-se a celebração de um Ano Dual Brasil-México, com a realização de ampla agenda de atividades culturais em ambos os países até o final do corrente ano.

Brasil e México são, respectivamente, as duas maiores populações e economias da América Latina, representando cerca de 65% do PIB regional. O Brasil identifica grande potencial de crescimento a ser explorado na área de comércio e investimentos. A ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53), instrumento que cobre apenas 13% do universo tarifário, permanece sendo a principal prioridade e fronteira a ser explorada no comércio entre ambos os países.

Os contatos de alto nível têm sido frequentes, com substancial agenda de reuniões entre os chanceleres Mauro Vieira e Alicia Bárcena. Em recente conversa

telefônica com o presidente López Obrador, em abril de 2024, o presidente Lula manifestou solidariedade ao governo mexicano após o ingresso de forças policiais equatorianas na Embaixada do México em Quito. O senhor Presidente da República também destacou a intenção de realizar visita oficial ao México antes do final do mandato do atual presidente mexicano, possivelmente em setembro próximo.

A eleição, em 2/6, da candidata governista Claudia Sheinbaum, ex-chefe de governo da Cidade do México, traz expectativa de continuidade das boas relações bilaterais. Sheinbaum, primeira presidenta eleita da história mexicana, tomará posse no próximo dia 1º de outubro.

Comércio e investimentos

Durante a maior parte da década de 2010, o comércio bilateral foi deficitário para o Brasil, com a exceção dos anos de 2016 e 2017. A partir de 2018, o México manteve-se entre os dez maiores parceiros comerciais do Brasil. Em decorrência da crise sanitária, o volume de comércio caiu 23% em 2020, queda compensada pelo crescimento acentuado no intercâmbio comercial ocorrido em 2021. Em anos recentes, reverteu-se, igualmente, a tendência de déficit no comércio Brasil-México.

Em 2023, o fluxo comercial bilateral atingiu valor recorde de US\$ 14,1 bilhões, um aumento de 14,4% em relação ao ano anterior, com superávit brasileiro de US\$ 3 bilhões. O Brasil exportou ao México automóveis (USD 1,1 bilhão), soja (USD 823 milhões), caminhões de carga (USD 494 milhões), motores para veículos (USD 445 milhões), carne de aves (USD 426 milhões) e milho (USD 422 milhões), entre outros produtos. O Brasil importou do México, principalmente, autopeças (USD 694 milhões), automóveis (USD 677 milhões) e caminhões de carga (USD 335 milhões)

As exportações brasileiras para o México têm atingido, de forma consecutiva, níveis históricos, o que, somado ao crescimento das importações, posiciona o México como o 6º maior parceiro comercial do Brasil. Espera-se, no curto prazo, que a tendência de crescimento do comércio bilateral seja mantida, sobretudo devido às expectativas de crescimento das duas economias, à valorização do peso mexicano e à renovação, até 31/12/2024, do "Pacote Contra a Inflação e a Carestia" (PACIC), medida unilateral adotada pelo governo mexicano que zerou tarifas alfandegárias para a importação de certos produtos agropecuários, beneficiando as exportações brasileiras,

sobretudo carnes e arroz.

Brasil e México são, respectivamente, os dois maiores captadores de investimentos externos na América Latina, e possuem grande fluxo de negócios entre si. O principal setor de investimentos mexicanos no Brasil é o de telecomunicações, do qual é exemplo a empresa Claro, controlada pela mexicana América Móvil. No sentido inverso, os principais investimentos privados brasileiros realizados no México estão no setor químico, no qual se destaca a atuação da Braskem. Em termos de estoque de investimentos, estima-se em US\$ 10 bilhões os investimentos mexicanos no Brasil e em US\$ 7,1 bilhões os investimentos brasileiros no México.

Em 2019, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-México, instância que desempenha o papel crucial na aproximação entre as comunidades empresariais dos dois países, sob coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior (COMCE).

Ampliação do ACE-53

O México possui ampla rede de tratados de livre comércio, mas mantém, com o Brasil, acordo de preferências de alcance limitado. Durante a última reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em 2023, os chanceleres "acordaram retomar as negociações do Acordo de Complementação Econômica nº 53, com vistas a contar com um acordo significativamente mais amplo e atualizado, que responda ao potencial das duas maiores economias da América Latina e Caribe". Assinado em 2002, o ACE-53 consiste em acordo de preferências com 800 linhas de preferências variáveis, concentradas, sobretudo, no setor químico.

A tendência de continuidade administrativa no México indica boas perspectivas para a retomada do diálogo bilaterais sobre o tema. As tratativas do ACE-53 têm como referência positiva o êxito de outro acordo de complementação econômica com o México, o ACE-55, que garantiu o livre comércio do setor automotivo. Com a redução tarifária obtida por meio do acordo automotivo, as exportações de veículos rodoviários, até então inexpressivas, atingiram 230 milhões de dólares em 2023. As exportações de caminhões de carga também cresceram significativamente.

Cooperação internacional para o desenvolvimento

O Programa de Cooperação Brasil-México possui como marco jurídico o Acordo bilateral Básico de Cooperação Técnica Científica e Tecnológica, em vigor desde 1975. A cooperação com o México é caracterizada por seu caráter horizontal. Ambos os países oferecem e recebem cooperação técnica, beneficiando-se de uma dinâmica troca de experiências, conhecimentos e tecnologias.

A VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México deverá realizar-se de 12 a 14 de junho de 2024, na Cidade do México. Na ocasião, a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) adotarão nova carteira de projetos de cooperação. O último programa de cooperação técnica entre ambos os países havia sido realizado de 2018 a 2021.

A nova carteira de projetos deverá abranger as seguintes áreas: (i) combate à mosca de fruta; (ii) produção de mamona para biocombustíveis; (iii) igualdade de gênero; (iv) engenharia espacial; (v) resposta a emergências; (vi) inclusão digital. As instituições brasileiras parceiras incluem a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o Ministério das Mulheres e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Cooperação em matéria de defesa

As Forças Armadas dos dois países mantêm diálogo bilateral importante e cooperação em matérias como inteligência e missões de paz.

Em novembro de 2021, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Intercâmbio e Cooperação em Matéria de Inteligência e Segurança, entre o Ministério da Defesa e a Secretaria de Defesa da Nação (SEDENA). Em outubro de 2022, foi realizada, em Brasília, a II Reunião de Estados-Maiores Brasil-México. O encontro teve como objetivo estreitar os laços de amizade entre as Forças Armadas dos dois países, promover a consolidação da confiança mútua e intercambiar conhecimentos em matéria de defesa. Ambos os lados fizeram apresentações sobre planejamento e coordenação estratégica e sobre cibersegurança. Acordou-se retomar a periodicidade bienal da Reunião.

No que diz respeito à promoção de produtos de defesa, no último dia 20 de março, na Base Aérea de Santa Lucía, durante cerimônia de lançamento promocional da Feira Aeroespacial México (FAMEX) 2025, o Brasil foi anunciado como país "convidado de honra" da feira. O evento contou com a presença da chanceler Alicia Bárcena, do comandante da Força Aérea Mexicana, general Bertín Hernández Mercado, e do diretor da FAMEX 2025, general Disraeli Gómez Herrera.

Aviação civil

A Embraer anunciou, em 3 de junho de 2024, a venda de vinte aeronaves da família E2 à empresa aérea estatal Mexicana de Aviación, em negociação no valor de US\$ 750 milhões. O anúncio ocorreu após visita da chanceler Alicia Bárcena, em fevereiro, à sede da empresa, em São José dos Campos, para negociação dos detalhes finais da aquisição.

O acordo com a companhia estatal do México inclui 10 jatos E190-E2 e outros 10 jatos E195-E2, nas configurações de 108 e 132 assentos, respectivamente. A Mexicana será a primeira operadora dos jatos E2 no país, uma vez que a empresa Aeromexico segue operando jatos da família E1.

Cooperação em ciência e tecnologia

No âmbito bilateral, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica (1975) e o Ajuste Complementar ao Acordo Básico (2002) regem a cooperação em C&T entre os dois países

Em outubro de 2018, logrou-se concluir as negociações e realizar a assinatura de um Acordo de Cooperação entre o CNPq e o CONACYT. O Acordo fornece marco normativo para o desenvolvimento de iniciativas dirigidas a estimular as oportunidades de colaboração entre cientistas e tecnólogos de ambos os países e explorar a viabilidade de projetos conjuntos nas áreas de indústria aeroespacial, biotecnologia agrícola, hidrocarbonetos e energia renovável.

Em abril de 2023, realizou-se reunião da Subcomissão de Cooperação Técnico-Científica, no âmbito da V Comissão Binacional Brasil-México, em formato virtual, ocasião na qual foram discutidas as principais pautas de cooperação em ciência e tecnologia.

Dentre as principais ações conjuntas recentes, destaca-se a organização do 1º

Programa de Incubação Cruzada Brasil-México, em conjunto com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e o Instituto de Inovação, Ciência e Empreendedorismo para a Competitividade de Guanajuato (IDEA-GTO), ao longo de agosto de 2023, nos setores de agritech e foodtech. Startups brasileiras e mexicanas realizaram visitas aos ecossistemas de inovação dos estados de Guanajuato e de São Paulo.

Cooperação educacional e cultural

Em abril de 2023, foi realizada, no México, a reunião da Subcomissão de Cooperação Educacional e Cultural, no âmbito da V Comissão Binacional Brasil-México. O encontro representou oportunidade de avaliar avanços estabelecer novas metas nas áreas educacional e cultural. Entre os temas debatidos destacam-se: ampliação da difusão dos programas de bolsa e de mobilidade estudantil entre Brasil e México; reativação de cátedras brasileiras e mexicanas nas universidades dos dois países; e aprofundamento das relações entre órgãos colegiados de Reitores de Brasil e México.

O México é contemplado pelos programas PEC-G, PEC-PG, além de bolsas PAEC OEA/GCUB, BRAMEX e UNILA. O Ministério das Relações Exteriores mantém um Centro Cultural Brasil-México (IGR-México), dedicado ao ensino da variante brasileira da língua portuguesa e à promoção da cultural nacional no México.

No âmbito do “Ano Dual 2023-2024: Presença do México no Brasil e do Brasil no México”, em celebração aos 190 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, o Brasil será o país homenageado da 52ª edição do Festival Internacional Cervantino, maior evento cultural do México, realizado na cidade de Guanajuato e outras 30 localidades.

Assuntos consulares

A Secretaria de Governo do México publicou, em 14 de outubro de 2021, decreto pelo qual suspendeu, temporariamente, o acordo bilateral com o Brasil para a supressão de vistos em passaportes comuns, em vigor desde 7 de fevereiro de 2004. Como justificativa, alegou-se aumento substancial de brasileiros que ingressam no México com finalidade diversa da permitida pela condição de permanência de visitante sem autorização para o exercício de atividade remunerada.

A decisão unilateral do governo mexicano instituindo a exigência de vistos para viajantes brasileiros, válida desde agosto de 2022, teve impacto substantivo no fluxo de visitantes do Brasil ao México. Em 2021, ingressaram, por via aérea, no México 319.842 brasileiros. Em 2022, esse número caiu para 285.972 brasileiros e, em 2023, para 213.120 brasileiros.

Com vistas a superar os obstáculos que dificultam a entrada de brasileiros no México, bem como seu impacto sobre o turismo e os negócios, acordou-se, em julho de 2023, a implementação paralela de sistemas de vistos eletrônicos para os cidadãos dos dois países. O Brasil prepara o lançamento de processo licitatório para a escolha de empresa que gerenciará o sistema de vistos eletrônicos para cidadãos mexicanos, com previsão de entrada em funcionamento no segundo semestre de 2024. O México ainda não anunciou a data de entrada em funcionamento do seu sistema de vistos eletrônicos para brasileiros.

A comunidade brasileira residente no México é estimada em 33 mil pessoas. Desse total, aproximadamente 26 mil encontram-se em situação regular; cerca 7 mil vivem no México em situação considerada irregular. Parte significativa dessa população encontra-se na região de Cancún e trabalha na indústria informal de turismo.

Comissão Binacional

A Comissão Binacional Brasil-México (CB) foi estabelecida em 2007 e prevê a realização de reuniões, em nível de chanceler, a cada dois anos, de forma alternada entre os dois países. A CB incorpora ampla gama de temas e oferece oportunidade para que os governos aprofundem a coordenação bilateral em foros multilaterais, promovam rodadas de negociações comerciais e estabeleçam acordos sobre assuntos como migração, defesa, segurança, cooperação técnica, cooperação educacional, entre outras.

A CB subdivide-se em 5 Subcomissões a saber: de Assuntos Políticos, de Assuntos Econômicos, Comerciais e Financeiros, de Assuntos de Cooperação Técnica e Científica, de Assuntos de Cooperação Educacional e Cultural, e de Assuntos Multilaterais, instituída no em inaugurada em 2024. A I CB foi realizada em Brasília, em março de 2007. A II CB ocorreu também em Brasília, em julho de 2009. A terceira reunião, por sua vez, foi celebrada na Cidade do México, em fevereiro de 2016. A IV Comissão Binacional

foi realizada em outubro de 2018, em Brasília. A V Comissão Binacional ocorreu em abril de 2023, na Cidade do México.

A Subcomissão de Assuntos Multilaterais, resultado de emenda no Acordo para o Estabelecimento da Comissão Binacional Brasil, teve sua primeira reunião no último dia 8 de abril, na Cidade do México.

Grupos parlamentares de amizade Brasil-México

Conforme o Memorando de Entendimento para a Cooperação e o Diálogo Parlamentar entre a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do México e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República do Brasil, datado de 21 de abril de 2016, os dois países mantêm grupos parlamentares de amizade.

Após período de inatividade devido à pandemia de Covid-19, realizou-se em 21 de abril de 2022, na Câmara dos Deputados do México, cerimônia de instalação do Grupo de Amizade Parlamentar México-Brasil constituído na atual legislatura. No Brasil, em 2 de fevereiro de 2023, o Grupo Parlamentar Brasil-México, criado em 1991 na Câmara dos Deputados, foi reinstalado à luz do início dos trabalhos da 57ª Legislatura.

POLÍTICA INTERNA

O México é uma república presidencialista, formada por 31 estados e um Distrito Federal. O presidente da República e os governadores exercem mandatos de seis anos, sem direito a reeleição. O Poder Legislativo (Congresso da União) é bicameral. O Senado é integrado por 128 senadores com mandatos de seis anos. A Câmara congrega 500 deputados, eleitos por três anos. Antes proibida, a reeleição de parlamentares passou a ser permitida a partir de 2018. A Suprema Corte de Justiça é formada por 11 juízes eleitos pelo Senado para mandatos de quinze anos, com base em lista apresentada pelo presidente da República.

O México foi governado pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional) de 1929 a 2000, quando o partido foi derrotado pelo PAN, que governou de 2000 a 2012

(Vicente Fox e Felipe Calderón). A vitória de Peña Nieto nas eleições de 2012 marcou o retorno do *priismo* à Presidência da República. Por sua vez, a vitória de López Obrador nas eleições de 2018, por ampla margem, lançou o PRI em sua maior crise histórica, ao passo que o MORENA, em sua estreia, irrompeu como maior partido do México. As eleições gerais de 2024 consolidaram a prevalência do MORENA no atual cenário político mexicano. A agremiação fundada por López Obrador converteu-se no principal partido de esquerda no país, posição anteriormente ocupada pelo Partido da Revolução Democrática – PRD.

Há, ainda, seis partidos menores no Congresso, entre eles o Partido Verde Ecologista do México (PVEM), o Partido do Trabalho (PT), o Partido Encontro Social (PES) e o Movimento Cidadão (MC).

Eleições gerais de 2024

Claudia Sheinbaum, da coligação governista de esquerda formada por MORENA, PVEM e PT, foi a vencedora das eleições presidenciais mexicanas, realizadas em 2/6/2024, e deverá governar o país por período de seis anos, a partir do próximo dia 1º de outubro. Sheinbaum recebeu cerca de 60% dos votos, superando os candidatos opositores Xóchitl Gálvez (28%) e Jorge Máynez (10%). Em termos absolutos, a candidata do MORENA recebeu cerca de 35 milhões de votos, 5 milhões a mais do que López Obrador no pleito de 2018.

Aliada próxima de López Obrador, Sheinbaum foi secretária de Meio Ambiente do Distrito Federal (2000-2006) e chefe de Governo da Cidade do México (2018-23), cargo do qual afastou-se para concorrer à Presidência da República. A presidenta eleita é formada em Física e concluiu mestrado em engenharia energética e doutorado em engenharia ambiental, tendo integrado o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU.

A depender dos próximos desenvolvimentos, a coligação governista poderá operar com maioria qualificada nas duas casas do Congresso. Cinco dos oito governos estaduais em disputa serão ocupados por candidatos do MORENA, dois pelo PAN e um pelo Movimiento Ciudadano. A Cidade do México, maior colégio eleitoral do país, continuará sendo chefiada pelo MORENA. A eventual conquista de maioria qualificada no Congresso dará à futura governante margem suficiente para a concretização de

reformas constitucionais, bem como para avançar seu plano de governo centrado na consolidação e aprofundamento das medidas sociais levadas a cabo por López Obrador.

Durante a campanha, Sheinbaum sinalizou que sua política externa buscará fortalecer a relação com os EUA e Canadá, mas também com a América Latina e o Caribe. A perspectiva de continuidade administrativa no México e de preservação das boas relações com o Brasil reforça a conjuntura favorável para o aprofundamento da relação bilateral e da coordenação em temas afetos à integração regional.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa mexicana é fortemente marcada pelas relações com os Estados Unidos, em razão dos profundos vínculos econômico-comerciais e demográfico-sociais. As constantes tensões em matéria de combate ao crime organizado e de migração pontuam essa relação bilateral.

O discurso mexicano, que nas últimas décadas vinha enfatizando a promoção do liberalismo econômico e dos valores democráticos como eixos da inserção externa do país, passou, a partir do mandato de López Obrador, a basear-se nos princípios de não-ingerência e de autodeterminação dos povos, no que alguns autores consideram uma retomada da chamada "Doutrina Estrada", formulada nos anos 1930, que advoga não caber ao México expressar juízo acerca de assuntos domésticos de terceiros países.

A política externa do governo de López Obrador enfatiza a noção de que o México é um país de "múltiplas pertenencias" (latino-americano, caribenho, meso-americano, norte-americano, Atlântico-Pacífico), que devem ser trabalhadas de maneira equilibrada e não-excludente. Nesse sentido, o México busca posicionar-se como intermediário das relações dos EUA e dos países do triângulo norte da América Central, promovendo uma agenda de desenvolvimento regional com vistas a combater a imigração e o crime organizado.

O engajamento e apoio ao sistema multilateral, por sua vez, são princípios basilares tradicionais da visão de mundo do México, contraponto natural à vizinhança com a superpotência. A defesa de regras aplicáveis a todos constitui maneira de reduzir

a assimetria e o peso da força no relacionamento entre os países.

A chanceler Alicia Bárcena, que assumiu a Secretaria de Relações Exteriores em junho de 2023, apontou seis eixos prioritários de sua gestão: (1) América do Norte; (2) integração latino-americana; (3) diversificação das relações do México com outras regiões do mundo para o desenvolvimento de projetos prioritários; (4) diálogo e construção de pontes para contribuir com a recuperação econômica de toda a América Latina, combater a desigualdade e gerar melhores condições de vida; (5) maior impulso do México em diversos temas no âmbito multilateral: Agenda 2030; direitos humanos de populações vulneráveis; asilo e refúgio e o desarmamento em todas as suas dimensões e (6) maior aproximação com povos irmãos por meio da cooperação internacional para o desenvolvimento.

América Latina

Ao avaliar que as administrações anteriores não teriam dado à América Latina a atenção que merece, o governo López Obrador proclamou um "retorno" do México à região. Nesse contexto, o país buscou e obteve a presidência "pro tempore" da CELAC em 2020, procurando apresentar um programa de trabalho centrado na cooperação internacional em temas técnicos e evitando o tratamento de questões políticas que dividem a região.

Dentre as iniciativas de alcance regional de López Obrador destacam-se a “Aliança de Países da América Latina e Caribe contra a Inflação” (abril/2023) e o “Encontro de Palenque por uma Vizinhança Fraterna e com Bem-estar” (outubro/2023). Em viagem pela região, o mandatário se encontrou com o seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, e participou da “Conferência latino-americana e do Caribe sobre Drogas”, em Cáli. Em seguida, Obrador participou, no Chile, das cerimônias alusivas ao 50º aniversário do golpe de Estado contra Salvador Allende e se reuniu com o presidente Gabriel Boric. As viagens a Colômbia e Chile (setembro/2023) foram as primeiras que o mandatário realizou para a América do Sul.

O México tem procurado apresentar-se como país capaz de dialogar com todos os atores regionais sem discriminações político-ideológicas, de que seria exemplo ter acolhido em distintos momentos em suas representações diplomáticas solicitantes de proteção ou refúgio ligados tanto à oposição venezuelana quanto ex-membros do

governo de Evo Morales na Bolívia ou opositores dos governos de Lenín Moreno e Daniel Noboa no Equador. O episódio do ingresso de forças policiais na Embaixada do México em Quito, em 5/4/2024, condenado tanto pelo governo brasileiro quanto pela quase totalidade dos países da região por violar convenções internacionais que regem as relações diplomáticas, levou ao rompimento de relações do México com o país sul-americano.

América do Norte

A política externa mexicana é marcada pelas relações com os Estados Unidos, destino de cerca de 80% das exportações do país e origem de quase metade de suas importações. O superávit com os EUA sustenta o comércio mexicano, compensando quase integralmente o déficit comercial que o país registra com o resto do mundo e contribuindo para o relativo equilíbrio da balança comercial mexicana.

Residem nos EUA 38,5 milhões de pessoas de origem mexicana, 26,2 milhões nascidas nos EUA e 12,3 milhões nascidas no México. No sentido inverso, estima-se que cerca de 800 mil norte-americanos vivam no México.

Durante o governo Trump, ocorreu renegociação do NAFTA, acordo comercial entre Canadá, Estados Unidos e México, que, nos estertores do mandato do então presidente Peña Nieto, passou a se chamar USMCA (T-MEC na sigla em espanhol). Nesse particular, cabe destacar o apoio de López Obrador para a finalização da negociação ainda no mandato do antecessor. Obrador tem agido sempre no sentido de preservar os ganhos do México no acordo. Já no fim de seu mandato, o governo López Obrador tem trabalhado na estratégia de proteção de defesa dos interesses do México na revisão do USMCA, programada para 2026, e que poderia ser um momento crítico para o futuro do acordo, a depender da conjuntura política nos EUA.

ECONOMIA

Aspectos gerais

Entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de 1980, a economia

mexicana manteve-se fechada. O país não aderiu ao GATT e industrializou-se com base no modelo de substituição de importações. A partir dos anos 1970, com o progressivo esgotamento do modelo autárquico, o crescimento foi sustentado por déficits fiscais (que alcançaram 17,6% em 1982), alimentando a dívida externa, cujo serviço tornou-se insustentável com o aumento dos juros nos EUA.

Com a crise da dívida, em 1982, o país procurou redefinir seu modelo de inserção internacional, dando início, na presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988), a um processo de abertura cujos marcos consistiram nas adesões ao GATT, em 1986; ao NAFTA e à OCDE em 1994; e à OMC, em 1995. O México celebrou, até o momento, catorze acordos de livre comércio com 50 países, ademais de nove acordos de complementação econômica ou alcance parcial, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), como é o caso do Acordo de Complementação Econômica n.53 (ACE-53), assinado em 2002, com o Brasil.

A abertura econômica permitiu a inserção do país nas cadeias globais de valor e a modernização da indústria. O setor automotivo figura entre os principais beneficiários desse processo, registrando produção de cerca de 4 milhões de unidades (sétimo produtor mundial). Aproximadamente 70% dessa produção é direcionada aos EUA.

No que diz respeito ao setor agropecuário, o México adota, de maneira geral, perfil protecionista nas negociações de acordos de livre comércio – à exceção do TMEC. México e EUA mantêm intenso comércio bilateral de grãos (trigo, milho amarelo, soja), laticínios e carnes - exportados pelos EUA - bem como de tomate, abacate, pimentão, outras frutas e hortaliças, cuja produção mexicana complementa a norte-americana.

Desempenho Econômico em 2023

O aumento de 3,1% do PIB em 2023 foi o menor registrado desde 2020, quando houve recessão devido à pandemia. Em 2021 o PIB mexicano cresceu 5,96% e em 2022, 3,94%.

Apesar do bom resultado do PIB mexicano, em 2023, o crescimento foi menor do que o previsto por analistas, o que se deve a fatores internos e externos. Entre as razões internas estão a redução dos gastos em infraestrutura e ao menor dinamismo do setor de serviços, afetado pelos elevados custos do crédito, o que acabou impactando as decisões de consumo. A taxa de juros interna tem sido mantida no patamar de 11%

desde março de 2023. Os enormes estragos causados pelo furacão Otis, em outubro de 2023, na região de Acapulco, também impactaram negativamente o resultado do PIB mexicano.

Entre os fatores externos, analistas apontam a desaceleração da economia norte-americana no fim de 2023, que levou a relativa redução das exportações àquele mercado, embora o México continue figurando como principal parceiro comercial dos Estados Unidos.

A previsão dos economistas é a de que o PIB mexicano cresça entre 2,3 e 2,4% em 2024, apesar de um cenário de flutuações ao longo do ano, devido ao ano eleitoral tanto no México como nos Estados Unidos. Estima-se que haja um efeito expansivo no primeiro semestre, em razão dos gastos eleitorais previstos e à conclusão de obras públicas de infraestrutura neste último ano de mandato do presidente Andrés Manuel López Obrador. No segundo semestre, a tendência seria de retração econômica, principalmente pela fase de transição política, em que decisões econômicas tendem a ser postergadas até que sejam definidas pelo novo governo. O FMI, não obstante, é mais otimista e estima crescimento do PIB mexicano em 2,7% neste ano, influenciado pela atividade econômica nos Estados Unidos e pelo aumento da demanda interna.

Comércio Exterior em 2023

A partir de dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI), o México apresentou, em 2023, um déficit na balança comercial de US\$ 5,5 bilhões. Nesse período, foram totalizados US\$ 593 bilhões em exportações e US\$ 598,5 bilhões em importações.

De acordo com o INEGI, o intercâmbio comercial contabilizou a cifra expressiva de US\$ 1,19 trilhão. Neste ano, o país teve um aumento das exportações (2,6%), e uma ligeira queda nas importações (1%), em comparação ao ano de 2022.

As relações comerciais com o seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos, representam mais de três quartos das exportações do país. Outros destinos das exportações mexicanas são o Canadá, a China, a Alemanha, o Brasil e o Japão. Relativamente às importações, as principais origens incluem os EUA, a China, a Coreia do Sul, a Alemanha e o Japão.

O país exporta, principalmente, automóveis, máquinas automáticas de processamento de dados, autopeças, veículos para transporte de mercadorias e óleos de petróleo. Quanto às importações, as principais aquisições do México incluem óleos de petróleo, peças e acessórios para veículos automóveis, circuitos integrados electrónicos, gás de petróleo e aparelhos telefônicos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2024 - Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a chanceler Alicia Bárcena, à margem da VIII Cúpula da CELAC, em São Vicente e Granadinas (01 de março)
2024 - Reunião entre o ministro Mauro Vieira e a chanceler Alicia Bárcena, à margem da reunião de chanceleres do G20, no Rio de Janeiro (22 de janeiro)
2023 - Reunião entre o ministro Mauro Vieira e a chanceler Alicia Bárcena, à margem da AGNU, em Nova York (24 de setembro)
2023 - Reunião entre o ministro Mauro Vieira e a chanceler Alicia Bárcena, à margem da III Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas (17 de julho)
2023 - V Comissão Binacional México-Brasil (Cidade do México, 28 de abril).
2023 - Reunião entre o ministro Mauro Vieira e o chanceler Marcelo Ebrard, à margem da VII Cúpula da CELAC, em Buenos Aires (24 de janeiro)
2021 - Reunião entre o ministro Carlos Alberto França e o chanceler Marcelo Ebrard, à margem da Cúpula do G20, na Itália (30 de outubro).
2019 - Reunião inaugural do Conselho Empresarial Brasil-México, na Cidade do México (10 de setembro).
2019 - Abertura mútua dos mercados mexicano de arroz e brasileiro de feijão, acordada em maio de 2019 (maio).
2019 - Entrada em vigor do livre comércio no setor automotivo, ao amparo do ACE-55 (março).
2018 - IV Comissão Binacional México-Brasil (Brasília, 16 e 17 de outubro).
2018 - Reunião de Presidentes do Mercosul e da Aliança do Pacífico (Puerto Vallarta, 24 de julho) [Atos adotados] .
2018 - Reunião de Coordenação da Rede Consular na América do Norte com presença do ministro Aloysio Nunes e de representantes das embaixadas e consulados do Brasil na América do Norte (Chicago, 6 e 7 de julho).
2018 - Encontro entre o chanceler Aloysio Nunes Ferreira e a senadora e presidente da União Interparlamentar (UIP), Gabriela Cuevas Barrón, em Brasília.
2017 - Visita ao Brasil do secretário de Relações Exteriores do México, Luis Videgaray

(Brasília, 24 de novembro).
2017 - VIII Reunião Negociadora para Ampliação do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) entre o Brasil e o México (12 a 14 de novembro).
2017 - VII Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) Brasil-México (Cidade do México, 29 a 31 de agosto).
2017 - VI Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) Brasil e México (Brasília, 12 a 14 de junho).
2017 – Reunião de trabalho entre o ministro Aloysio Nunes Ferreira e o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Videgaray, por ocasião da 29ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, em Washington (31 de maio).
2016 - V Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) entre o Brasil e o México (Cidade do México, 27 a 29 de setembro).
2016 - Viagem do ministro José Serra ao México, ocasião em que mantém reuniões de trabalho com a chanceler Claudia Ruiz Massieu e com o secretário de Economia, Ildefonso Guajardo (25 de julho).
2016 - IV Reunião Negociadora para a Ampliação e Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE 53) (5 a 7 de julho).
2016 – III Comissão Binacional Brasil-México (22 e 23 de fevereiro).
2016 - Viagem do ministro Mauro Vieira ao México (22 e 23 de fevereiro).
2016 - II Rodada de Negociações para Ampliação e Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Brasil-México (ACE 53) (Brasília, 16 a 18 de fevereiro).
2015 - Negociação Brasil-México para ampliação e aprofundamento do ACE-53 (18 de dezembro).
2015 - I reunião para ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 53 Brasil–México (Cidade do México, 10 a 12 de novembro).
2015 - I Reunião Negociadora do Acordo Comercial Expandido Brasil-México (7 e 8 de julho).
2015 - Visita de Estado da presidente Dilma Rousseff ao México (26 e 27 de maio).
2015 - Visita ao Brasil do secretário de Relações Exteriores do México, José Antonio Meade Kuribreña (Brasília, 12 de maio).
2015 - Assinatura do 5º Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo Automotivo (ACE-55) com o México (9 de março).
2015 - Encontro entre os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, e do México, Peña Nieto, durante Cúpula da CELAC, em São José (Costa Rica).
2014 - Visita da presidente Dilma Rousseff ao México.
2014 - Encontro entre os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, e do México, Peña Nieto, durante Cúpula da CELAC, em Santiago (Chile).
2013 - Encontro entre os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, e do México, Peña Nieto, durante Cúpula da CELAC, em Havana (Cuba).
2013 - Visita ao Brasil do secretário de Relações Exteriores do México, José Antonio Meade Kuribreña (17 de maio).
2013 – Retomada do Acordo de Isenção de Vistos de turismo entre Brasil e México, assinado em 23 de novembro de 2000 (16 de maio).
2012 - Elementos acordados entre os Governos do Brasil e do México sobre Protocolo Modificativo do Apêndice Bilateral do ACE–55 (Cidade do México, 15 de março).
2012 - Reunião Brasil–México sobre o ACE–55 (7 a 9 de fevereiro).

2012 - Visita do presidente eleito do México, Peña Nieto, ao Brasil.
2011 - Visita de trabalho da chanceler do México, Patricia Espinosa, e do secretário de Economia, Bruno Ferrari, ao Brasil (7 de dezembro).
2011 - Encontro entre os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, e do México, Felipe Calderón, durante a 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York (setembro).
2010 - Encontro de trabalho entre os presidentes do Brasil, Lula da Silva, e do México, Felipe Calderón.
2009 - II Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
2009 - Visita do presidente do México, Felipe Calderón, ao Brasil. Assinatura de acordos de cooperação técnico-científica nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e espacial (17 de agosto).
2008 - Encontro entre os presidentes do Brasil, Lula da Silva, e do México, Felipe Calderón, durante a I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe.
2007 - Participação do ministro Celso Amorim no Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais – COMEXI (Cidade do México, 28 de novembro).
2007 - I Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
2007 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México.
2006 - Visita do presidente eleito do México, Felipe Calderón, ao Brasil.
2003 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México.
2002 - Visita do presidente Vicente Fox ao Brasil.
2000 - Visita do presidente eleito do México, Vicente Fox, ao Brasil.
1922 - As representações diplomáticas dos dois países são elevadas ao nível de Embaixada.
1892 - Criação de legação no México.
1834 - Duarte da Ponte Ribeiro faz entrega de credenciais como encarregado de negócios do Brasil junto ao Governo do México.
1830 - Os ministros plenipotenciários da República do México e do imperador do Brasil em Washington trocam correspondências sobre o eventual interesse em iniciar relações bilaterais.
1824 - Os ministros plenipotenciários da República do México na Grã-Bretanha e do imperador do Brasil naquela Corte trocam notas sobre a possibilidade de estabelecimento de relações diplomáticas.

ACORDOS BILATERAIS

Protocolo por meio do qual se Modifica o Acordo entre o Governo dos Estados Unidos Mexicanos e o Governo da República Federativa do Brasil para o Estabelecimento da Comissão Binacional México-Brasil 08/04/2024 Tramitação MRE
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 28/04/2023 Tramitação MRE
Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros 23/07/2018 Em Tramitação Ministérios/Casa Civil

Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 11/03/1997 Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, Respectivamente 25/07/2016 Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, por meio do Ministério das Relações Exteriores e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, por meio da Secretaria de Relações Exteriores para a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros países 23/02/2016 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto "Formação de Técnicos Especializados em Agricultura, Pecuária e Silvicultura Tropical para o Desenvolvimento das Zonas Tropicais do México: Tecnologia de Produção e Certificação de Plantas para Viveiros Tropicais" 26/05/2015 Em Vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 26/05/2015 Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 26/05/2015 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Gestão da Informação Estatística e Geográfica para o Manejo de Recursos Hídricos” 07/08/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Pesquisadores no Melhoramento Genético de <i>Jatropha Curcas</i> L.” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano no México” 11/06/2012 Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências para a Formação Profissional e Técnica nas Áreas de Pesca e Aquicultura” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) em Melhoramento Genético e Manejo Agrônomo de Soja” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) em Melhoramento Genético, Manejo Agrônomo e Sanidade da Cana-de-Açúcar” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) em Melhoramento, Manejo e Sanidade de Bovinos e Suínos para Produção de Carne” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Uso de Biofertilizantes e Práticas de Conservação para a Produção Agrícola Sustentável e Proteção do Meio Ambiente” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Eficácia de Linhagens de Bradyrhizobium Japonicum em Soja Cultivada no Semiárido” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Aplicação das Práticas Integrativas e Complementares em Áreas Específicas de Saúde” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental

Relacionada a Desastres e População Exposta – Fase II” 11/06/2012 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação entre o Brasil e o México” 11/06/2012 Em Vigor
Troca de Notas entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do México Confirmando Reciprocidade de Regime de Vistos de Negócios 06/09/2011 Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a Suas Vítimas 23/02/2010 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos entre Brasil e México sobre Práticas Integrativas, Complementares e de Competência Intercultural na Oferta de Serviços de Saúde” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada a Desastres e População Exposta” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Área de Geografia” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Área de Estatística” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Transferência de Experiências do CONALEP ao SENAI em Sistemas de Avaliação e Certificação de Competências Laborais e de Gestão da Qualidade” 11/08/2009 Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Consolidação de Sistema de Avaliação e Certificação de Competências Laborais para a Formação Profissional Técnica” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação em Prognóstico Climático e de Colheitas com Base no Uso de Modelos para a Tomada de Decisões em Política Agrícola” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Prospecção e Seleção de Genótipos de <i>Jatropha curcas</i> com Potencial de Uso Industrial” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas Áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação à Distância” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos e de Atividades Educativas do CONALEP” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação em Formação Profissional nas Áreas de Turismo, Hospitalidade, Saúde e Informática” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Transferência de Tecnologias e Agronegócios: Casos de Biofertilizantes e Sementes” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos Mexicanos no Tema de Sanidade Vegetal” 11/08/2009 Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos entre Brasil e México sobre Práticas Integrativas e Complementares e Competência Intercultural na Oferta de Serviços de Saúde” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do INEGI na Área de Geografia” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do INEGI na Área de Estatística” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Processo de Implementação de Bancos de Leite Humano no México” 11/08/2009 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Informações sobre Água” 11/08/2009 Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a concessão de autorização de trabalho para dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares acreditados no outro País 23/07/2009 Em Vigor
Programa Executivo de Cooperação Cultural 2007-2010 29/11/2007 Em Vigor
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética 06/08/2007 Em Vigor
Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 06/08/2007 Em Vigor
Acordo o Estabelecimento da Comissão Binacional

28/03/2007	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda	
25/09/2003	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de Votação e Apuração Eletrônicas na Cidade do México"	
13/05/2003	Em Vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	
24/07/2002	Em Vigor
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	
23/11/2000	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos em Matéria de Censos e Pesquisas Estatísticas	
27/04/1999	Em Vigor
Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
27/04/1999	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	
27/04/1999	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos em Matéria de Sanidade Animal	
13/11/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência	
18/11/1996	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
26/05/1995	Em Vigor
Acordo, p.t.n., para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
05/08/1992	Em Vigor
Comunicado Conjunto Brasil-México	

20/02/1992	Em Vigor
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
10/10/1990	Em Vigor
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para o Aproveitamento das Referências que se Outorgam aos Dois Países em Licitações Públicas Internacionais	
10/10/1990	Em Vigor
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos de Cooperação Fazendária-Financeira	
10/10/1990	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
10/10/1990	Em Vigor
Declaração Conjunta e Programa de Ação. Brasil-México	
20/08/1987	Em Vigor
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica Bilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
30/03/1984	Em Vigor
Protocolo em Matéria de Apoio Financeiro ao Comércio Bilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
30/03/1984	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
18/01/1978	Em Vigor
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos.	
30/03/1984	Em Vigor
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
29/04/1983	Em Vigor
Declaração de Cancún pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos	
29/04/1983	Em Vigor
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos	
29/04/1983	Em Vigor

Convênio Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX 26/04/1983 Em Vigor
Acordo para o Intercâmbio de Correspondência Agrupada entre as Administrações Postais do Brasil e do México 29/07/1980 Em Vigor
Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana 29/07/1980 Em Vigor
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 29/07/1980 Em Vigor
Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Turística entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 29/07/1980 Em Vigor
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 29/07/1980 Em Vigor
Convênio de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos estados unidos Mexicanos 29/07/1980 Em Vigor
Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos 17/01/1978 Em Vigor
Convênio Complementar ao Acordo pelo qual se criou a Comissão Mista Brasil-México, entre o Consider, do Brasil, e a CCIS, do México, de 24/07/74 18/01/1978 Em Vigor
Acordo sobre Sanidade Animal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 18/01/1978 Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 18/01/1978 Em Vigor
Convênio de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 18/01/1978 Em Vigor
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-México, entre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México e o Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil 17/03/1976 Em Vigor
Acordo sobre a Designação do Órgão Executor dos Programas Decorrentes do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 24/07/1974 Em Vigor
Acordo Relativo à Criação dos Comitês Permanentes da Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 24/07/1974 Em Vigor
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 24/07/1974 Em Vigor
Convênio de Cooperação Turística entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 24/07/1974 Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 24/07/1974 Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos 24/07/1974 Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos de Isenção de Legalização Consular 26/11/1970 Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil-México sobre Relações Econômicas 30/08/1969 Em Vigor
Acordo pelo qual se cria a Comissão Mista Brasil-México 22/08/1969 Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil-México 10/04/1962 Em Vigor
Acordo que Estabelece um Grupo de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 09/04/1962 Em Vigor
Declaração Conjunta sobre Matéria Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos 22/01/1960 Em Vigor

Declaração Conjunta entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos. 22/01/1960 Em Vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais por via Aérea entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos. 21/05/1951 Em Vigor
Convênio entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Exercício Conjunto de Funções Diplomáticas e Consulares no Distrito Federal de Ambos os Países 25/11/1950 Em Vigor
Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 18/09/1935 Em Vigor
Tratado de Extradicação entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 28/12/1933 Em Vigor
Convênio para Revisão de Textos de Ensino de História e Geografia entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 28/12/1933 Em Vigor
Acordo Administrativo para a Permuta de Certas Publicações Oficiais entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 10/04/1918 Em Vigor
Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 11/04/1909 Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NO MÉXICO

Candidato: NEDILSON RICARDO JORGE

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Nedilson Ricardo Jorge

O ministro de primeira classe Nedilson Ricardo Jorge (Rio de Janeiro-RJ, 1964) é bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes (1986). Tendo ingressado na carreira diplomática em 1987, trabalhou no Itamaraty, em Brasília, na Divisão de Organismos Internacionais Especializados (1989-1993); foi chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (2000-02); assessor e subchefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (2003-05); e diretor do Departamento de África (2010-16).

No exterior, serviu na Representação junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Roma (1993-97); nas Embaixadas em Santiago (1997-2000) e Buenos Aires (2005-10), e como embaixador em Pretória (2016-2020). É cônsul-geral em Montreal desde 2021. Foi condecorado com a Medalha Mérito Tamandaré, em 2003, e a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial, em 2010.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

(elaborado com base em informações enviadas pela Embaixador Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, antecessor no Posto)

I - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASIL-MÉXICO**(a) Relações no âmbito bilateral**

- A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu caminho para a redinamização e o aprofundamento do diálogo de alto nível entre ambos os países. A primeira-dama mexicana, Beatriz Gutiérrez Müller, representou o México na cerimônia de posse em 1/1/2023.
- Os presidentes Lula e López Obrador mantiveram diversas conversas telefônicas ao longo do último ano e meio, tendo o mandatário brasileiro participado, de forma virtual, de cúpula sobre segurança alimentar (5/4/2023), e de reunião de chefes de estado da CELAC sobre a invasão da embaixada do México em Quito (9/4 passado) - ambas por iniciativa do México.
- Nessas conversas, o presidente Lula reiterou o interesse no fortalecimento das relações entre os dois países e afirmou que tenciona viajar ao México antes da posse da presidenta eleita Claudia Sheinbaum.
- O chanceler Mauro Vieira visitou o México por ocasião da V Comissão Binacional (28/04/23), quando foram adotados acordos de cooperação jurídica, acadêmica, cultural e consular. Na ocasião, decidiu-se celebrar o 190º aniversário das relações diplomáticas entre os dois países, por meio da realização de um "Ano Dual Brasil-México: Presença do Brasil no México e Presença do México no Brasil" que inclui eventos nas diferentes vertentes do relacionamento.
- Os chanceleres Mauro Vieira e Alicia Bárcena têm mantido encontros frequentes à margem de foros multilaterais regionais e globais, como CELAC, CELAC-UE, AGNU e G20.
- A cerimônia de posse de Sheinbaum será realizada no próximo dia 1º de outubro. Espera-se representação de alto nível do governo brasileiro.

(b) Atuação no âmbito regional

- Na CELAC, os dois países têm mantido diálogo, e o Brasil apoia iniciativas mexicanas: participou da criação do Fundo de Adaptação Climática e tem dialogado sobre cooperação na área de medicamentos. O afastamento da Argentina coloca Brasil e México, nos próximos anos, como fiadores da integração latino-americana.

(c) Atuação no âmbito multilateral

- No G20, o México tem apoiado prioridades da presidência de turno brasileira, como combate à fome e à pobreza; desenvolvimento sustentável e reforma da governança global. Propôs ênfases como promoção dos interesses da América Latina; fortalecimento do multilateralismo, mudança do clima e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
- Em seguimento à visita do ministro Mauro Vieira ao México por ocasião da V Comissão Binacional, determinou-se a institucionalização do diálogo sobre temas da agenda multilateral por meio do estabelecimento de uma Subcomissão de Assuntos Multilaterais.
- A primeira reunião da Subcomissão de Assuntos Multilaterais (8/4/24) indicou convergência na maioria dos temas globais, inclusive em paz e segurança internacional, em

que Brasil e México têm mantido posição similar em relação às principais crises, notadamente quanto aos conflitos na Ucrânia e na Palestina. A I Subcomissão institucionalizou, ademais, cooperação já frutífera na área de candidaturas.

(d) Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL)

- A OPANAL está sediada na Cidade do México. A entidade tem sido liderada por diplomatas brasileiros ininterruptamente desde 2014. Reeleito para a Secretaria-Geral da agência, o embaixador Flávio Roberto Bonzanini exercerá o cargo até o final de 2025.
- O Brasil foi eleito para integrar todos os órgãos de governança da OPANAL. O país é um dos cinco membros do Conselho da OPANAL e um dos cinco membros da Comissão de Quotas, Assuntos Administrativos e Orçamentários - órgão cujos trabalhos presidiu entre 2022 e 2023.
- Pela primeira vez desde que ingressou na OPANAL, em 1994, o Brasil está em dia com suas obrigações financeiras perante a agência. O orçamento da OPANAL tem estado inalterado (crescimento nominal zero) há mais de dez anos.
- O Brasil tem promovido esforços para a revitalização dos trabalhos da OPANAL, com o objetivo de fortalecer a participação da agência nos foros multilaterais sobre desarmamento nuclear. A delegação brasileira atuou, também, para fortalecer o papel da OPANAL na educação por meio da criação do Prêmio Antonio Augusto Cançado Trindade de Desarmamento e Não Proliferação Nucleares.

II - RELAÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL

- Em 2023, o México figurou como o sexto maior parceiro comercial do Brasil e quinto principal destino das exportações brasileiras, fato que reflete o elevado dinamismo que o comércio bilateral tem apresentado no período pós-pandemia. Entre 2020 e 2023, a corrente de comércio bilateral passou de US\$ 7,7 bilhões ao valor recorde de US\$ 14,1 bilhões, um crescimento de 83,11%. Em 2023, o Brasil exportou US\$ 8,57 bilhões ao México e importou USD 5,54 bilhões, o que representou superávit de US\$ 3,03 bilhões a favor do Brasil, maior valor registrado desde 2006.
- A pauta bilateral de comércio é formada, em grande parte, por produtos da indústria de transformação, em particular da indústria automotiva. Os produtos do agronegócio, porém, tem ganhado peso relativo no comércio bilateral, motivado pela abertura de novos mercados e pela isenção temporária de tarifas mexicanas a produtos da cesta básica. Os principais produtos exportados para o México, em 2023, foram automóveis (US\$ 1,1 bilhão), soja (US\$ 823 milhões), caminhões (US\$ 494 milhões), motores para veículos (US\$ 445 milhões) e carne de aves (US\$ 426 milhões). Os principais produtos importados pelo Brasil foram autopeças (US\$ 694 milhões), automóveis (US\$ 677 milhões), caminhões de carga (US\$ 335 milhões), outros produtos da indústria de transformação (US\$ 263 milhões) e instrumentos e aparelhos de medição (US\$ 235 milhões).
- Estima-se que os investimentos de empresas mexicanas no Brasil em 2023 representaram US\$ 642 milhões em Investimento Estrangeiro Direto (IED) e 990 empregos diretos. Em relação ao estoque de IED no Brasil, os dados oficiais do Banco Central do Brasil (BCB) contabilizam US\$ 10,05 bilhões em investimentos mexicanos no Brasil, o que representa cerca de 1% do investimento estrangeiro no Brasil. Segundo o BCB, existiam, em 2020, 149 empresas de capital mexicano no país.
- Os maiores investimentos mexicanos concentram-se nos setores de telecomunicações (América Móvil), siderúrgico (Grupo Simec), bebidas (Coca-Cola FEMSA), alimentos (grupos

Bimbo e Lala) e bancário (Banco Azteca, ora inoperante no Brasil). Apenas os investimentos do grupo América Móvil, controlador das empresas Claro, Net e Embratel, representam cerca de metade de todo o estoque de investimentos mexicanos no Brasil.

- Segundo dados da Secretaria de Economia do México (SE), em 2023, o fluxo de investimentos brasileiros no México atingiu US\$ 492 milhões. De 1999 a 2023, o México recebeu cerca de US\$ 7,3 bilhões em IED do Brasil, o que, em termos de estoque, posiciona o Brasil como 15º maior investidor no México. Segundo dados da SE, existem 519 sociedades mexicanas que contam com investimento brasileiro em seu capital.
- Em termos setoriais, cerca de 56% dos investimentos brasileiros concentram-se na indústria química, reflexo da atuação da empresa Braskem no país. Nos últimos três anos, há grande fluxo de investimentos brasileiros no setor de tecnologia (empresas fintechs, proptechs e de data centers).

III - COOPERAÇÃO TÉCNICA

- A VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México foi realizada de 12 a 14 de junho de 2024, na Cidade do México. Na ocasião, a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) discutiram seu novo programa de cooperação técnica para adoção da nova carteira de projetos. O último programa de cooperação técnica entre ambos os países havia sido realizado de 2018 a 2021.
- A nova carteira de projetos abrange as seguintes áreas: (i) combate à mosca de fruta; (ii) produção de mamona para biocombustíveis; (iii) igualdade de gênero; (iv) engenharia espacial; (v) resposta a emergências; (vi) inclusão digital. As instituições brasileiras parceiras incluem a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o Ministério das Mulheres e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
- Ambas as agências também concordaram em avançar em programa de cooperação trilateral, no marco do projeto mexicano "Sembrando Vida", em benefício de El Salvador e Honduras, por meio de capacitação técnica para pequenas produtoras agrícolas, com vistas ao empoderamento de agricultoras e ao aumento da segurança alimentar de suas famílias.

IV - COOPERAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS

(a) Cooperação em saúde

- Como desdobramento de acordos logrados na CELAC, durante a presidência mexicana, está em curso processo de aproximação entre a Comissão Federal para a Proteção de Riscos Sanitários (COFEPRIS) e instituições de saúde do Brasil. A COFEPRIS tem interesse de trabalhar na harmonização de processos produtivos de medicamentos e vacinas, na facilitação do reconhecimento regulatório de medicamentos e em matéria de capacitação técnica.
- Foi lançada em abril passado, a Escola Regional de Regulação Sanitária, no âmbito da CELAC e com sede no México, durante encontro celebrado em Varadero, Cuba, o qual contou com a participação da ANVISA.

- A COFEPRIS e o Instituto Bio-Manguinhos (Fiocruz) encontram-se atualmente em tratativas para a realização de simpósio virtual, ainda neste ano, intitulado "Encontro Binacional de Políticas de Medicamentos Brasil-México".

(b) Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

- Realização de reunião da Subcomissão de Cooperação Técnico-Científica, em 20/4/23, no âmbito da V Comissão Binacional Brasil-México, em formato virtual.
- Organização da 1ª edição do Dia da Inovação Brasil-México, em 7/8/23, na Cidade do México, com foco nos setores de agritech, foodtech e fintech.
- Organização do 1º Programa de Incubação Cruzada Brasil-México, em conjunto com a Anprotec e o Instituto de Inovação, Ciência e Empreendedorismo para a Competitividade de Guanajuato (IDEA-GTO), ao longo de agosto de 2023, nos setores de agritech e foodtech. Startups brasileiras e mexicanas realizaram visitas aos ecossistemas de inovação dos estados de Guanajuato e de São Paulo.

(c) Cooperação em educação

- Criação do Leitorado Guimarães Rosa em duas das mais reconhecidas instituições mexicanas de ensino superior: Instituto Politécnico Nacional (IPN) e Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).
- Reativação do convênio de intercâmbio estudantil (programa BRAMEX) entre o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior do México (ANUIES).
- Estabelecimento, em 2023, da Cátedra Sérgio Buarque de Holanda no Instituto Mora e da Rede de Cátedras-Brasil no México, com oito unidades instaladas nas principais universidades deste país.
- Assinatura, em 2023, de memorandos de entendimento entre o Instituto Matías Romero da Chancelaria mexicana e a FUNAG e o Instituto Rio Branco (IRBr), com previsão de participação de diplomata mexicano no Curso de Formação de Diplomatas do IRBr.
- Reinauguração do antigo Centro Cultural Brasil-México e consolidação do Instituto Guimarães Rosa-México (IGR-México) como vetor de promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa nesse país.

V - TEMAS CULTURAIS

- O Ano Dual Brasil-México envolve programação com especial ênfase nas atividades culturais e acadêmicas.
- Festival Internacional Cervantino: Brasil será o país homenageado da 52ª edição do maior evento cultural do México (11-27/10/2024), com público aproximado de 400.000 pessoas e participação de 3.000 artistas de 30 países. A programação brasileira deverá incluir cerca de 20 espetáculos e atrações.
- Artes visuais: maior evento do setor, a feira de arte contemporânea ZONAMACO recebeu 10 galerias brasileiras em 2022 e 11 em 2023 e recrutou curadores brasileiros para sua equipe. Realizou-se a exposição fotográfica "Claudia Andujar e a Luta Yanomami" no Museu Universitário de Arte Contemporânea (MUAC-UNAM) e no Museu Amparo de Puebla (2023/2024).
- Audiovisual: foi dado início de negociações de novo acordo de coprodução audiovisual entre os dois países. A parceria do Posto com a Cineteca Nacional do México foi reforçada

com as edições de 2022 (retrospectiva histórica), 2023 (temática indígena e de gênero) e 2024 (homenagem ao Cinema Novo, em julho próximo) da Semana de Cinema Brasileiro.

- Literatura: convênios assinados entre 2021 e 2023 com a editora Fondo de Cultura Económica (FCE) permitirão a publicação de 14 títulos brasileiros no México (num total de 18 desde 2020), com distribuição em outros 8 países a preços populares. Foi estabelecida parceria com editoras locais, como Atlas, El Colegio de México, Aliás e Elefanta, para a primeira coleção mexicana dedicada exclusivamente a autores brasileiros.
- Residências artísticas: estabeleceu-se aliança com a reconhecida plataforma de artes mexicana Terremoto e início das negociações com a Chancelaria mexicana para a criação do primeiro programa bilateral de residências artísticas entre os dois países.

VI - TEMAS CONSULARES

- A comunidade brasileira residente no México é estimada em 33 mil pessoas. Desse total, cerca de 26 mil encontram-se em situação regular (residentes permanentes, residentes temporários, estudantes e portadores de carteiras de refugiados).
- O conjunto de portadores de carteiras de refugiados é formado em sua quase totalidade por menores de idade, filhos de cidadãos haitianos que nasceram no Brasil e que têm, assim, a nacionalidade brasileira.
- Estima-se que cerca de 7 mil brasileiros vivam no México em situação considerada irregular. Parte significativa dessa população encontra-se na região de Cancún e trabalha na indústria informal de turismo.
- Além da população residente, transitam pelo México número significativo de brasileiros que vem ao país para turismo e negócios, ou que almejam cruzar a fronteira para os EUA.
- A decisão unilateral do governo mexicano de suspender temporariamente o acordo de isenção de vistos de turismo e negócios com o Brasil, a partir de agosto de 2022, teve impacto substantivo no fluxo de visitantes brasileiros no México. Em 2021, ingressaram por via aérea no México 319.842 brasileiros. Em 2022, esse número caiu para 285.972 brasileiros e, em 2023, para 213.120 brasileiros.
- Por outro lado, a entrada em vigor da exigência do visto teve como efeito a redução no número de brasileiros inadmitidos ao chegar ao México. O número de brasileiros inadmitidos foi de 12.070 em 2021, 8.381 em 2022, e 801 em 2023. Registram-se com regularidade queixas sobre o mau tratamento dado a esses inadmitidos nos aeroportos mexicanos, em particular na Cidade do México e Cancún.
- No que se refere à situação dos inadmitidos, o Brasil tem encaminhado às autoridades mexicanas todas as reclamações recebidas de cidadãos brasileiros sobre maus tratos, e tem reiterado pedidos formais de mais clareza em relação aos documentos aceitos pelas autoridades migratórias para a admissão de brasileiros sem visto.
- A implementação do visto mexicano para brasileiros teve um impacto inicial na redução dos fluxos migratórios irregulares de brasileiros pelo México. O número de brasileiros em situação irregular detidos em território mexicano caiu de 16.932 em 2021 para 3.709 em 2022. Entretanto, em 2023 esse número voltou a subir para 13.122.
- Os fluxos irregulares, que antes utilizavam os aeroportos de entrada da Cidade do México e de Cancún, foram desviados para a rota terrestre, pela fronteira sul com a Guatemala e Belize.
- O governo brasileiro decidiu não aplicar a reciprocidade no que se refere à exigência de vistos de entrada e mantém diálogo com o governo mexicano para resolver os obstáculos

que dificultam hoje a entrada de brasileiros no México. Nesse contexto, em julho de 2023, foi tomada a decisão conjunta de implementação paralela de sistemas de vistos eletrônicos para os cidadãos dos dois países.

- O Brasil prepara o lançamento, para as próximas semanas, de processo licitatório para a escolha de empresa que gerenciará o sistema de vistos eletrônicos para cidadãos mexicanos, com previsão de entrar em funcionamento no segundo semestre de 2024.
- O México ainda não anunciou a data de entrada em funcionamento do seu sistema de vistos eletrônicos para brasileiros.

MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Com vistas a promover os interesses brasileiros, fortalecer as relações entre Brasil e México, favorecendo a interlocução construtiva e o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, compatível com o alto potencial dos dois países e consistente com os laços históricos de amizade entre as duas sociedades, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o México; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo mexicano e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira.
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional da México, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção internacional do país.
3. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do aumento do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos.
4. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com o México ou em investir no país.
5. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação.
6. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, tanto por meio de atividades realizadas na sede do Instituto Guimarães Rosa na Cidade do México, bem como mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e do México.

7. Fortalecer a cooperação em matéria de turismo, inicialmente com ênfase no intercâmbio de experiências e de melhores práticas, bem como estimular o maior fluxo de visitantes entre as duas sociedades.
8. Oferecer serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados.
9. Prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos mexicanos ou estrangeiros no México, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória.
10. Apoiar a manutenção e dinamização do diálogo parlamentar bilateral, por meio do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-México.
11. Zelar pela gestão eficiente de recursos humanos, materiais e orçamentários da Embaixada na Cidade do México.
12. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos.**

- a) Promover a expansão e a diversificação das exportações brasileiras de bens e serviços ao México.
- b) Consolidar suprimento regular de proteína animal para o mercado mexicano.
- c) Buscar conferir maior regularidade às reuniões do Comitê Conjunto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e do Conselho Empresarial Brasil-México (Cebamex).
- d) Atuar em favor da atração de investimentos mexicanos para o Brasil e apoiar as empresas de capital brasileiro instaladas no México.
- e) Colaborar com a Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (ApexBrasil) e com outras entidades brasileiras relevantes, para a divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, favorecendo a participação de número crescente de empresas brasileiras, em especial de pequenas e médias empresas, em feiras e eventos realizados no México.
- f) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres no México, quando em benefício do conjunto da relação bilateral.
- g) Fortalecer a interlocução e a realização conjunta de atividades com as câmaras de comércio bilaterais.

2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios no México para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros.

- a) Acompanhar a conjuntura e as políticas econômicas implementadas no México, com vistas a informar o governo, bem como entidades e empresas brasileiras.
- b) Identificar novas oportunidades para investimentos brasileiros no México, particularmente no contexto de realocização em curso no México, em que empresas buscam se aproximar das cadeias de abastecimento dos seus principais mercados (“nearshoring”).
- c) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração, atualização e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros.
- d) Elaborar, em caráter periódico, análises sobre o intercâmbio comercial entre Brasil e México, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas.
- e) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de consultas atendidas pelo SECOM México.
- b) Número de eventos de promoção organizados com participação da Embaixada.

- c) Número de oportunidades comerciais identificadas e de guias e de estudos de inteligência comercial elaborados.
- d) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras no México.
- e) Número de encontros, gestões junto às autoridades mexicanas e de outras ações sobre temas de comércio e investimentos.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira.

- a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna e externa no México, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros.
- b) Manter interlocução fluida com os principais atores do México, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais, em particular no marco da Comissão Binacional Brasil-México.
- c) Preparar informações sobre as relações do governo do México com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores.
- d) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral.

2. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.

- a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no relacionamento bilateral, por meio de resultados substantivos.
- b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras ao México, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados.
- c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

3. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo do México.

- a) Informar sobre a atuação do México e seus interesses em foros multilaterais e regionais.
- b) Contribuir para a aproximação e, se possível, para a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira.
- c) Realizar as gestões necessárias, com vistas a obter apoio do governo mexicano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.

4. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países

- a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades.
- b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras ao México e vice-versa.

5. Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre Brasil e México

- a) Avaliar as áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral.
- b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação e iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa do México.
- b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais.
- c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte.
- d) Número de instrumentos concluídos.
- e) Número de gestões junto à chancelaria local.
- f) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria do México.

III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade mexicana e à comunidade brasileira residente no México.**

- a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira, em particular no âmbito da iniciativa “Ano Dual Brasil-México: Presença do Brasil no México e do México no Brasil”, em comemoração aos 190 anos de estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais.
- b) Fortalecer a interlocução com entidades do México para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira.
- c) Apoiar eventual presença brasileira em tradicionais eventos culturais do México como a Feira Internacional do Livro de Guadalajara e o Festival Internacional Cervantino.
- d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros.
- e) Impulsionar as negociações de novo acordo de coprodução audiovisual entre os dois países.
- f) Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada e do apoio de entidades parceiras na área de difusão cultural.

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

- a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa e da literatura brasileira desenvolvidas pelo Instituto Guimarães Rosa do Ministério das Relações Exteriores.
- b) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada e por instituições parceiras.
- c) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões com autoridades/entidades mexicanas
- b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil.

- c) Número de participantes em atividades culturais promovidas ou apoiadas pelo Posto.
- d) Número de ações de promoção da língua portuguesa.
- e) Número de estudantes de língua portuguesa.

IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DEFESA²

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Apoiar a conclusão dos acordos sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior e de assistência em matéria civil, cuja negociações estão em andamento.
- b) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes do México, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil.
- c) Promover a divulgação anual dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G), de pós-graduação (PEC-PG) e demais programas de cooperação educacional envolvendo o México, bem como prestar apoio aos candidatos mexicanos no âmbito das mencionadas iniciativas.
- d) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados no México e facilitação das informações a respeito.
- e) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes mexicanos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras.
- f) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições do México.
- g) Examinar a viabilidade de estabelecer o diálogo bilateral específico em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade.
- h) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser relevantes para a situação local.
- i) No setor de saúde, avaliar se há possibilidades de fortalecimento da cooperação bilateral entre institutos e centros de pesquisa brasileiros e congêneres no México.
- j) Promover a cooperação bilateral em matéria de segurança, troca de informações, investigação e treinamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e contatos para fomento ou fortalecimento de novas parcerias entre instituições brasileiras e mexicanas.
- b) Número de gestões realizadas para ampliar o marco normativo bilateral.
- c) Número de eventos com o apoio ou a participação do Posto.
- d) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais.
- e) Número de visitas de delegações e missões técnicas.
- f) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

² A cooperação cultural foi tratada no item anterior

V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral.

- a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades nacionais, no levantamento das prioridades atualizadas do governo do México no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária bilateral, favorecendo aqueles que possam gerar benefícios para ambas as partes.
- b) Acompanhar a implementação dos resultados das reuniões Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.
- c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais do México, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral.
- d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes do México, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas.
- e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres no México.

2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social.

- a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas no México em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis.
- b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e mexicanas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de projetos de cooperação técnica.
- b) Número de iniciativas de assistência humanitária.
- c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação.
- d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de posições.

- b) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável.
- c) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.
- d) Acompanhar e relatar iniciativas do México em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas.
- b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.
- c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

VII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente no México.
- b) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito no México.
- c) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial.
- d) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.
- e) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior.
- f) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros, bem como em favor da adoção de visto eletrônico para brasileiros
- g) Prestar assistência consular a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros.
- b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
- c) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
- d) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto, incluindo consulados itinerantes.

IX – PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE CARÁTER ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E CULTURAL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Apoiar a retomada das negociações do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) para obter um acordo significativamente mais amplo e atualizado, que permita diversificar os intercâmbios comerciais bilaterais, ofereça maior segurança às relações econômicas e comerciais entre os dois países e estimule os fluxos de investimento.
- b) Conferir prioridade à busca de posições comuns no plano bilateral que ajudem na consolidação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros, virtuais ou presenciais, de gestões realizadas junto ao governo e ao setor privado mexicano, e de outras ações com vistas à ampliação do ACE-53.
- b) Número de informações e expedientes preparados.

RELATÓRIO Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2024 (nº 279/2024, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.*

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal (CF) é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

O Senhor Nedilson Ricardo Jorge graduou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, em 1986. Ingressou na carreira diplomática como terceiro-secretário em 1987, após conclusão do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco.

Na carreira, ascendeu a segundo-secretário em 1994; a primeiro-secretário em 2000; a conselheiro em 2004; a ministro de segunda classe em 2007;

e a ministro de primeira classe em 2015. Todas as promoções foram obtidas por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata ao longo da carreira destacam-se as de: chefe substituto da Divisão de Acompanhamento e coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, de 2000 a 2002; assessor e subchefe do Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2005; conselheiro e ministro-conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, de 2005 a 2010; diretor do Departamento da África, de 2010 a 2016; embaixador na Embaixada em Pretória, 2016 a 2020; e, desde 2020, cônsul-geral no Consulado-Geral em Montreal.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre os Estados Unidos Mexicanos. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, recolhemos algumas informações a fim de subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

O México, federação composta por 31 estados e a Cidade do México, é o quinto maior país das Américas em extensão territorial e o 13º do mundo. Sua população é estimada em 126 milhões de habitantes, sendo o 11º país mais populoso do planeta. Trata-se de uma das maiores economias do mundo. Detentor do 13º Produto Interno Bruto (PIB) nominal, os mexicanos são considerados uma potência emergente. Sua economia é altamente ligada à dos seus parceiros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, da sigla em inglês), de modo particular à dos Estados Unidos da América, com quem divide uma fronteira de 3.141 km.

Para além disso, o país ocupa o quinto lugar no mundo e o primeiro nas Américas na lista de patrimônios mundiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com 31 lugares inscritos. Essa circunstância diz muito sobre sua história e cultura e explica, de alguma forma, o fato de o país ter sido o sexto destino de turistas estrangeiros em 2023, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT). Ainda no plano cultural, os católicos mexicanos representam, em termos absolutos, a segunda maior comunidade católica do mundo, após a brasileira.

No que se refere ao relacionamento diplomático mexicano-brasileiro, que teve início formal em 1834, as respectivas representações foram elevadas ao nível de Embaixada em 1922. Desde então as relações alcançaram densidade compatível com a posição das duas maiores populações e economias da América Latina, configurando nos dias de hoje cerca de 65% do PIB regional. No plano político, as diferenças de perspectivas condicionadas pelo entorno geográfico de cada país têm determinado uma maior ou menor aproximação. No momento presente, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Andrés Manuel López Obrador, as relações têm se caracterizado por uma expressiva reaproximação. Esse contexto tende a ser mantido com a posse, em 1º de outubro deste ano, da primeira mulher eleita presidente na história do México, Claudia Sheinbaum.

A retomada dos trabalhos da Comissão Binacional Brasil-México em abril de 2023, após interrupção de cinco anos, é indicação sólida dessa nova etapa do relacionamento bilateral. O encontro, realizado na capital mexicana, contou com a presença dos dois chanceleres e resultou em declaração conjunta que contemplou uma abrangente agenda de trabalho em áreas como: segurança e defesa; cooperação jurídica; assuntos migratórios e consulares; questões econômicas, comerciais e financeiras; cooperação científica, técnica, educacional e cultural; bem como coordenação de posições em foros regionais e multilaterais.

No tocante ao comércio bilateral, seu fluxo atingiu valor recorde de US\$ 14,1 bilhões no ano passado. Essa cifra significa aumento de 14,4% em relação ao ano anterior, com superávit brasileiro de US\$ 3 bilhões. Exportamos automóveis (US\$ 1,1 bilhão), soja (US\$ 823 milhões), caminhões de carga (US\$ 494 milhões), motores para veículos (US\$ 445 milhões), carne de aves (US\$ 426 milhões) e milho (US\$ 422 milhões), entre outros produtos. Importamos, principalmente, autopeças (US\$ 694 milhões), automóveis (US\$ 677 milhões) e caminhões de carga (US\$ 335 milhões). Esse cenário situa o México como o sexto maior parceiro comercial do Brasil.

Em relação aos investimentos, Brasil e México são, de modo respectivo, os dois maiores captadores externos na América Latina. Além disso, eles possuem grande fluxo de negócios entre si. O principal setor de investimentos mexicanos no Brasil é o de telecomunicações (p. ex.: empresa Claro); já de brasileiros no México é o setor químico (p.ex.: Braskem). Em termos de estoque, estima-se em US\$ 10 bilhões os investimentos mexicanos no Brasil e em US\$ 7,1 bilhões os investimentos brasileiros no México.

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo no México, ela é estimada em 33 mil pessoas. Desse montante, os dados apresentados pelo MRE apontam que aproximadamente 26 mil encontram-se em situação regular.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2024

(n° 284/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 284

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00092/2024 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e, cumulativamente, junto à República da Moldova, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, será removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RAFAEL DE MELLO VIDAL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 400/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 24/06/2024, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5843198** e o código CRC **FB89F4CE** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003260/2024-11

SEI nº 5843198

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RAFAEL DE MELLO VIDAL

CPF: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1964

Dados Acadêmicos:

1987	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal - UniCeub
1991	Curso de Preparação para Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2011	LVI Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".

Cargos:

1991	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
2022	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991-92	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEX), assistente
1992-95	Secretaria de Controle Orçamentário, assessor e subchefe
1995-98	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
1998-02	Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
2002-03	Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD), assessor
2003-05	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (DMC), subchefe
2005-08	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-adjunto
2008-10	Embaixada em Caracas, conselheiro comissionado ministro-conselheiro
2010-13	Embaixada em Assunção, ministro-conselheiro
2013-16	Embaixada em Copenhague, ministro-conselheiro
2016-18	Embaixada em Madri, ministro-conselheiro
2019-20	Embaixada em Bamako, embaixador
2020-	Embaixada em Luanda, embaixador

Publicações:

2010	"A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL", FUNAG, Brasília
------	---

Condecorações:

2010	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador
2012	Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador
2019	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2020	Medalha de Cavaleiro Ordem Nacional do Mali
2023	Medalha Tamandaré, Marinha do Brasil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UCRÂNIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MAIO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ucrânia
CAPITAL	Kiev
ÁREA	603.628 km ²
POPULAÇÃO (ONU 2024)	37,8 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Ucraniano
CHEFE DE ESTADO	Presidente Volodymyr Zelensky (2019)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Denys Shmyhal (2020)
CHANCELER	Dmytro Kuleba (2020)
PIB (FMI 2023)	US\$ 157,2 bilhões (est.)
PIB PPP (FMI 2023)	US\$ 488,2 bilhões (est.)
PIB per capita (FMI 2023)	US\$ 5.337
PIB PPP per capita (FMI 2023)	US\$ 14.704
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2% (2024, est.); 5,0% (2023, est.); -29,1% (2022.); 3,4% (2021); -3,8% (2020); 3,2% (2019); 3,5% (2018); 2,4% (2017)
IDH (PNUD, 2021)	0,773 (77º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Grívnia
EMBAIXADOR EM KIEV	Norton de Andrade Mello Rapesta
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Andrii Melnyk

INTERCÂMBIO BILATERAL (Fonte: MDIC, US\$ milhões FOB)

Brasil– Ucrânia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (jan-abril)
Intercâmbio	791,1	293,5	147,9	132,5	153,9	178,8	216,9	208,7	438,3	140,6	59,1	31,5
Exportações	483,0	151,1	84,6	101,0	129,4	118,5	111,0	137,2	226,9	89,6	37,8	18,6
Importações	308,0	142,3	63,3	31,4	24,4	60,3	105,9	71,5	211,4	51,0	21,3	12,9
Saldo	175,0	8,7	21,2	69,6	104,9	58,2	5,1	65,7	15,5	38,6	16,5	5,7

- **Exportações (2023):** amendoins (41%), máquinas e suas partes (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5%).
- **Importações (2023):** medicamentos (22%), equipamento de distribuição de energia elétrica (20%), tubos, canos e mangueiras (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Volodymyr Zelensky **Presidente da Ucrânia**



Volodymyr Zelensky nasceu em 25/01/1978 (46 anos), em Kryvyi Rih, no sul da Ucrânia. Formou-se em Direito pela Universidade Nacional. Em 2003, fundou o Studio Kvartal 95, companhia artística que se tornou uma das mais bem-sucedidas empresas de entretenimento do país.

Em 2011, tornou-se diretor-geral de produção do canal de televisão Inter TV. Em 2015, protagonizou a série de televisão “Servo do povo”, na qual interpreta professor que se torna liderança política anticorrupção. O sucesso de audiência da série inspirou-o a fundar, em 2018, partido homônimo.

Em abril de 2019, elegeu-se presidente com 73% dos votos, com forte discurso de combate à corrupção governamental. Embora seu mandato estivesse previsto para encerrar-se em 20 de maio de 2024, a Lei Marcial em vigor no país, em decorrência da invasão russa e da impossibilidade de realizar-se pleito eleitoral, prorroga seu mandato na chefia do Executivo ucraniano.

É casado desde 2003 com Olena Zelenska. Dois filhos, Oleksandra e Kyrylo.

Denys Shmygal
Primeiro-Ministro



Nascido em 15/10/1975, Denys Shmygal graduou-se em economia, em 1997, pela Universidade Nacional Politécnica de Lviv, Ucrânia. Nos anos seguintes, estudou na Alemanha sob o programa de treinamento de gerentes do Ministério Federal de Economia e Energia da Alemanha, realizou estágios na Bélgica, Canadá, Geórgia e Finlândia.

Em 2003, obteve o grau de doutor em economia pelo Instituto de Estudos Regionais da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia, após ter defendido sua tese sobre “Economia regional e distribuição de forças produtivas”.

Entre 1994 e 2009, trabalhou no setor empresarial como especialista na área de contabilidade e finanças, e ocupou cargos executivos em várias empresas do setor de investimento privado. Entre 2009 e 2014, ocupou diferentes cargos de direção na área econômica e da fazenda na administração estatal da província de Lviv. Entre 2015 e 2019, voltou a atuar no setor privado, ocupando posições na empresa DTEK, responsável por fornecer parcela relevante da energia elétrica consumida na Ucrânia.

Entre agosto de 2019 foi nomeado presidente da administração estatal da província de Ivano-Frankivsk, cargo que exerceu até fevereiro de 2020, quando foi designado pelo presidente Zelensky como vice-primeiro-ministro da Ucrânia para o

Desenvolvimento dos Territórios e Comunidades. No mês seguinte, foi nomeado primeiro-ministro.

Yulia Svyrydenko
Vice-Primeira-Ministra e Ministra do Desenvolvimento Econômico



Yulia Anatoliivna Svyrydenko, 38 anos, nasceu na localidade ucraniana de Chernihiv, a 25 de dezembro de 1985. Em 2008, graduou-se na Universidade Nacional de Economia e Comércio de Kiev, com especialização em gestão antimonopólio. Svyrydenko foi nomeada subchefe do Gabinete da Presidência da Ucrânia pelo presidente Volodymyr Zelensky em dezembro de 2020.

Designada primeira vice-primeira-ministra e ministra da Economia, do Desenvolvimento Econômico e Comércio em 4 de novembro de 2021. Visitou o Brasil, na condição de emissária do Presidente Volodymyr Zelensky, para a posse do senhor Presidente da República, por quem foi recebida ainda no dia 31 de dezembro de 2022. Manteve conversa telefônica com o senhor VPR/MDIC em abril passado de 2024.

Dmytro Kuleba
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Dmytro Kuleba nasceu na cidade ucraniana de Sumy, em 19 de abril de 1981 (43 anos). Graduou-se no Instituto de Relações Internacionais da Universidade Taras Shevchenko, em Kiev. Adquiriu o título de doutor em Direito Internacional pela mesma universidade, em 2006.

Ingressou na carreira diplomática em 2003. Trabalhou no gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2010 a 2013. Retirou-se do serviço público em 2013, em protesto contra as políticas do então presidente Viktor Yanukovich. Kuleba participou das manifestações na Euromaidan em 2013-2014.

Retornou à chancelaria ucraniana em 2014, como embaixador a cargo da diplomacia digital. Exerceu o posto de representante permanente no Conselho da Europa, entre 2016 e 2019. Em 2019, foi nomeado primeiro-ministro Adjunto para Integração Europeia e Euroatlântica. Ocupa o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros desde março de 2020. Casado, pai de dois filhos

Iryna Borovets
Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros



Iryna Borovets nasceu em Kharkiv a 18 de abril de 1976 (48 anos). Graduou-se no Instituto de Estudos Orientais de Kharkiv, especialização em Relações Internacionais e Tradução. Também é graduada da Academia Nacional de Belas Artes (2021).

Entre 1998 e 2004, trabalhou no Departamento de Análise Política e Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, período entremeado por interstício, em 2001-2003, em que trabalhou junto à missão da OSCE na Croácia. Serviu na Sérvia e Montenegro entre 2004 e 2008 e novamente na Croácia, entre 2010 e 2012.

Entre 2008 e 2010, atuou no Departamento de Preparação de Materiais para o presidente da Ucrânia. Em 2003-2004, exerceu funções no Departamento Político do MNE. Nos anos de 2017 e 2018, chefiou o Departamento de Diplomacia Cultural do MNE. Trabalhou depois, até 2021, no Departamento de Análise Política e Planeamento e no Departamento de Comunicação, que dirigiu nos anos de 2022 e 2023.

Nomeada vice-ministra dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2023.

POLÍTICA INTERNA

A guerra iniciada com a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, dramatizou a busca ucraniana de integrar-se ao Ocidente e às estruturas euro-atlânticas de poder, notadamente a UE e a OTAN. Esse caminho já havia sido indicado pelos adventos das últimas décadas da chamada “Revolução Laranja” (2004-2005) e da “Revolução da Dignidade” (2013-2014). Desde a declaração de independência, que, significativamente, recebeu fria reação por parte da Rússia em agosto de 1991, a Ucrânia experimentava dificuldades para distanciar-se de seu passado soviético.

Empossado a 21/5/2019, Volodymyr Zelensky, amparado em seu prestígio eleitoral, trouxe um estilo mais moderno para o cargo de presidente. Sem um partido que lhe desse apoio no Parlamento, Zelensky decidiu dissolvê-lo, convocando eleições parlamentares antecipadas em julho de 2019, as quais ganhou com um novo partido (cujo nome espelhou seu programa televisivo: “Servidor do Povo”). Nesse sufrágio, obteve 254 dos 450 assentos. A partir dessa vitória, Zelensky deu início, na prática, ao seu governo, escolhendo, em agosto daquele ano, um novo primeiro-ministro e o gabinete de ministros.

Inicialmente, aprovou algumas reformas políticas de grande simbolismo, como a extinção da imunidade parlamentar, mas teve dificuldade em levar adiante reformas econômicas, como o programa de privatizações de grandes estatais e a liberalização da venda de terras a entes privados. No plano econômico, o presidente ucraniano foi confrontado com sérios desafios, entre os quais a recessão imposta pela pandemia de COVID-19, que, antes da invasão de 2022, somente teve paralelo na invasão russa do Donbas de 2014-15, quando o PIB ucraniano despencou 15%.

A guerra russo-ucraniana é um marco que transformou fundamentalmente o governo de Volodymyr Zelensky, alçado à condição de figura global a partir da crucial decisão de permanecer em Kiev, em momento no qual se acreditava que os russos tomariam em poucos dias a capital da Ucrânia. Desde 24 de fevereiro de 2022 está em vigor a Lei Marcial. O dispositivo legal regulatório tem sido renovado pelo Parlamento (Verkhovna Rada) a cada 90 dias (a última aprovação ocorreu, por unanimidade entre os 336 parlamentares presentes, em de maio de 2024), a partir de

proposta do Poder Executivo. Entre as consequências da Lei Marcial está a prorrogação do mandato do presidente Zelensky, que se encerraria no último dia 20 de maio.

POLÍTICA EXTERNA

O conflito russo-ucraniano iniciado em 24 de fevereiro de 2022 hoje domina completamente a ação exterior do governo de Volodymyr Zelensky e desperta a memória coletiva dos momentos mais trágicos do século XX. O vocábulo “Holodomor” resulta da expressão “moryty holodom”, que significa “matar pela fome”. Trata-se da palavra por meio da qual a Ucrânia se refere à Grande Fome de 1932-1933, que vitimou milhões de pessoas. A Ucrânia tem promovido, nas últimas décadas, campanha internacional pelo reconhecimento do Holodomor como genocídio. Tabu no período da União Soviética, o tema do Holodomor foi vocalizado publicamente, pela primeira vez, pelo poeta ucraniano Ivan Drach, logo após o desastre nuclear de Chernobyl em 1986.

A Ucrânia era o celeiro alimentar da URSS, fato, inclusive, que a tornou cobiçada pelos nazistas durante a II Grande Guerra – viriam da Ucrânia os recursos alimentares de um império alemão expandido. A vocação de grande produtor de alimentos encontra expressão também no próprio pavilhão nacional da Ucrânia, no qual o azul representa o céu, e o amarelo as extensas plantações de cereais nas estepes ucranianas.

Na década de 1990, após declaração de sua independência da URSS, em 24 de agosto de 1991, a Ucrânia renunciou a armamento nuclear estacionado em seu território e aderiu ao Tratado de Não proliferação Nuclear, em troca da garantia de sua integridade territorial no Memorando de Budapeste de 1994 (a Rússia é signatária). Por duas décadas após a dissolução da União Soviética, a Ucrânia oscilou entre a manutenção de aliança com a Rússia e a aproximação com o Ocidente, especialmente com a Europa. Anteriormente região privilegiada da URSS, que sediava parte importante do complexo militar-industrial soviético, a Ucrânia sempre foi vista por estrategistas russos como um território cuja “perda” estancaria o processo de fortalecimento geopolítico da Rússia em andamento desde 2000. Por outro lado, a prosperidade da UE, sobretudo dos países do

Leste Europeu que aderiram à União Europeia, levou e ainda leva importante parcela da população ucraniana a almejar a adesão da Ucrânia à família europeia.

Após o relativo êxito do presidente Kuchma de manter uma política de equidistância entre Bruxelas/Washington e Moscou, entre 1994 e 2004, a eclosão da “Revolução Laranja”, em 2004, marcou o início de período de alternância entre governos antirrussos (Viktor Yushchenko, 2005-2010) e pró-russos (Viktor Yanukovich, 2010-2014). Durante o governo Yanukovich decidiu-se, em 2013, pela não adesão à Parceria para o Leste da UE. Essa decisão foi o estopim para a eclosão das manifestações no final daquele ano e início de 2014, no movimento que ficou conhecido como “Euromaidan”.

Seguiram-se a fuga de Yanukovich para a Rússia e a ocupação da Crimeia. Antes mesmo da assunção do governo de Petro Poroshenko (2014-2019), a Ucrânia aderiu à Parceria para o Leste, ao assinar o Acordo de Associação com a União Europeia. A política externa do governo Poroshenko investiu grande parte de seus esforços na intensificação das relações bilaterais com os países do G-7 (Reino Unido, Itália, Canadá, Alemanha, EUA, França e Japão) e com a UE. Outra importante prioridade para a Ucrânia foram organizações internacionais como a ONU, o Conselho da Europa e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa.

Em fevereiro de 2022, o Kremlin reconheceu a independência das províncias separatistas, ferindo de morte os Acordos de Minsk, que se baseavam em barganha por meio da qual a Rússia reconhecia a integridade territorial ucraniana em troca da concessão de maior autonomia às províncias situadas no leste do país, que contam, segundo o Governo russo, com expressivo contingente populacional de origem russa.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia por terra, céu e mar, em três frentes: tropas russas vindas de Belarus dirigiram-se a Kiev; forças advindas da Rússia deslocaram-se para o leste da Ucrânia; e efetivos na Crimeia, ocupada em 2014, rumaram à porção meridional. Nos primeiros momentos da guerra, a Rússia conquistou Kherson e Zaporíjia, que abriga a maior usina nuclear da Europa. Em abril, as tropas invasoras reagruparam-se no Donbas, que agrega as províncias de Donetsk e Luhansk, reconhecidas como soberanas pelo Kremlin às vésperas da invasão e objeto de batalhas intermitentes desde 2014. Com apoio político, econômico

e militar de países ocidentais, sobretudo, dos EUA, os ucranianos montaram eficiente resistência no leste e reconquistaram importantes territórios a sul e sudeste do país.

Em setembro de 2022, ofensiva ucraniana recuperou territórios em Kharkiv. Referendos organizados pelas forças invasoras, e contestados interna e internacionalmente, em setembro de 2022, levaram à maior anexação territorial na Europa desde a II Guerra Mundial, com a incorporação à Rússia da integralidade ou parte das regiões de Kherson, Zaporíjia, Donetsk e Luhansk. O ano de 2023 foi marcado pela contraofensiva da Ucrânia, que não veio a alcançar os resultados almejados pelo país e seus aliados, em razão de fatores como a falta de recursos materiais e humanos, a preponderância aérea russa e ampla minagem no terreno. A partir da segunda parte de 2023, e em 2024, a Rússia tem logrado avanços marginais a partir da conquista de territórios como Bakhmut, Avdiivka e se projeta atualmente, com intensa campanha de bombardeios, sobre Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia.

Candidatura à União Europeia

Dias após o início da guerra, a Ucrânia formalizou a sua candidatura para aceder à União Europeia, em 28 de fevereiro de 2022. Em junho daquele mesmo ano, em contexto de forte repercussão mundial do conflito russo-ucraniano, o Conselho Europeu concedeu o estatuto de país-candidato à Ucrânia e Moldova. Em novembro de 2023, a Comissão Europeia recomendou fossem abertas as negociações para o ingresso da Ucrânia na União Europeia. No mês seguinte, o Conselho Europeu decidiu pela abertura das negociações para que a Ucrânia possa integrar o bloco comunitário.

Iniciativa de Grãos do Mar Negro

A Iniciativa do Mar Negro, promovida pelas Nações Unidas e Turquia, foi assinada em 22 de julho de 2022. Mais de 32 milhões de toneladas de alimentos foram exportadas de três portos ucranianos com saída para o Mar Negro e abasteceram 45 países em três continentes. A Iniciativa expirou no dia 17 de julho de 2023. A Rússia notificou a Turquia, a Ucrânia e a ONU de que se opunha à extensão do acordo de exportação de grãos. Segundo a Rússia, o propósito humanitário

teria sido desvirtuado em benefício de interesses comerciais e militares, além de parte do acordo não ter sido cumprida, com as barreiras aos alimentos e fertilizantes russos. Embora as exportações russas de alimentos e fertilizantes não estejam sujeitas às sanções ocidentais, Moscou defende que as restrições a pagamentos, logística e seguro representam uma barreira a suas vendas.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Ucrânia tem defendido a ilegalidade da presença da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na própria Organização das Nações Unidas como um todo, em função das violações do Direito Internacional em que incorreu Moscou, ao invadir a Ucrânia. A Ucrânia questiona, em particular, a automaticidade da concessão do assento permanente da Rússia no Conselho de Segurança ao tempo do fim da União Soviética, que deu origem à criação de 15 países independentes. É digno de nota que, embora compusesse a URSS, a Ucrânia foi, na condição de república socialista soviética, membro fundador da Organização das Nações Unidas.

ECONOMIA

Conforme dados preliminares, o PIB da Ucrânia cresceu em 2023, em termos reais, entre 5% e 5,7%. Em janeiro de 2024, o Banco Nacional da Ucrânia revisou sua previsão de crescimento para 5,7%, contra 4,9% anteriormente. Mesmo com a recuperação acima do esperado, o PIB ainda é cerca de 25% menor que o de 2021. Ao longo do ano, à medida que a economia ucraniana se adaptava mais profundamente para apoiar a guerra em reação à invasão russa, as previsões de crescimento tornaram-se mais otimistas.

O segundo trimestre de 2023 foi o primeiro com crescimento real do PIB desde o início da guerra um ano antes. Em outubro, a previsão do Banco Mundial era de crescimento de 3,5% (a instituição ainda não a atualizou). O desempenho no último trimestre, inclusive resultados

melhores das colheitas tardias de alguns produtos agrícolas, indicam que mesmo as expectativas do trimestre anterior serão excedidas.

A injeção de recursos no tesouro do país por parceiros internacionais (países, organizações e instituições financeiras), na forma de doações e empréstimos, e a política fiscal expansionista necessária para sustentar o esforço de guerra aumentaram a demanda interna, incentivando a retomada do consumo e dos investimentos. A atividade econômica no país mostra também o fortalecimento de setores em detrimento de outros. O setor de defesa (*lato sensu*), mais diretamente ligado ao esforço de guerra é certamente o melhor exemplo, mas há casos inesperados, como o aumento de 30% no faturamento de restaurantes e afins.

Segundo o Banco Nacional da Ucrânia, a inflação em 2023 foi de 5,1%, resultado que revela expressiva melhora em relação aos 26,6% de 2022. Como em 2022, apesar do aumento do nível de atividade econômica e da injeção de recursos na economia, a absorção pelo governo de parte dos custos decorrentes da inflação e o competente controle do câmbio, pelo Banco Nacional da Ucrânia, colaboraram para aliviar a pressão inflacionária.

A taxa básica de juros do Banco Nacional da Ucrânia, hoje de 15% ao ano, deverá seguir neste nível pelo menos até o segundo semestre de 2024. Segundo o BNU, o objetivo é de controlar a inflação e manter a atratividade dos investimentos em moeda local, evitando assim pressões sobre o mercado de câmbio.

Entre 15% e 20%, a taxa de desemprego continua alta em comparação com o período anterior à guerra. A retomada da atividade econômica tem aumentado a busca por mão-de-obra, cuja disponibilidade segue limitada pela mobilização e pelo grande número de cidadãos ucranianos que fugiram do país. Por outro lado, do segundo trimestre ao fim de 2023 os salários mostraram forte alta em termos reais.

Para 2024, as previsões do Banco Nacional da Ucrânia, de organismos internacionais e do mercado são de aumento real do PIB de 3,6%. Espera-se inflação mais alta no segundo semestre, com o índice anual devendo chegar a 8,6%. Tal aumento seria temporário, com a inflação convergindo para a meta (entre 4% e 6%), já em 2025.

Em 2023, as exportações de bens da Ucrânia chegaram a USD 36 bilhões de dólares, enquanto as importações atingiram USD 63,5 bilhões. A redução no montante exportado foi de cerca de 18%, menor portanto que a queda de 35% em 2022. No início do segundo ano da guerra, ainda estava em vigor a “Iniciativa Grãos do Mar Negro”, que permitiu retomada do comércio exterior, embora com obstáculos impostos pela Rússia. Seu abandono pela parte russa ainda em 2023 prejudicou as exportações, principalmente de cereais, e levou a Ucrânia a buscar novas alternativas de escoamento da produção.

Entre as soluções encontradas está o estabelecimento do Corredor Marítimo Ucrâniano para os portos do Mar Negro na região de Odessa, que permitiu retomar gradativamente o comércio exterior por via marítima. Embora o corredor siga funcionando, sua operação foi prejudicada, durante 2023, pelo frequente bombardeio das instalações portuárias de Odessa e de áreas vizinhas. Por via terrestre, a Ucrânia explorou alternativas fazendo transitar suas cargas pelos países vizinhos, especialmente a Polônia. Nos últimos meses, no entanto, os bloqueios da fronteira por produtores rurais poloneses, que chegaram a destruir cargas ucranianas, voltaram a afetar negativamente a capacidade de exportação. Os planos ucranianos de tomar a parcela do mercado europeu anteriormente atendida pela Rússia tampouco teve êxito. Ao contrário, o protecionismo europeu não somente dificulta o acesso dos produtos ucranianos, mas também começou a prejudicar o trânsito de cargas destinadas a outros mercados (caso da Polônia).

Grupo de Cairns

Em meados de novembro de 2023, representante permanente da Austrália, embaixador George Mina, na qualidade de coordenador do Grupo de Cairns para negociações em agricultura, informou sobre o pedido da Ucrânia para tornar-se membro pleno do grupo. Estima-se que, antes do início da guerra russo-ucraniana, a Ucrânia, com cerca de 40 milhões de habitantes, detinha agricultura eficaz o suficiente para alimentar 440 milhões de pessoas. O Brasil informou coordenador do Grupo de Cairns a respeito de seu apoio ao pleito da Ucrânia de tornar-se membro pleno da coalizão. A Ucrânia ingressou oficialmente no Grupo de Cairns, tornando-se o vigésimo integrante do agrupamento no interior da Organização Mundial do Comércio.

RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 11 de fevereiro de 1992. Desde a consolidação de sua independência, a Ucrânia tem dado demonstrações concretas de interesse em aprofundar suas relações com o Brasil, a começar pela abertura de embaixada residente em Brasília em 1993, gesto retribuído pelo governo brasileiro em 1995, quando foi instalada a embaixada em Kiev. O Brasil é o único país da América Latina que recebeu, por três vezes, visitas oficiais de chefes de Estado ucranianos (Leonid Kuchma, em 1995 e 2003, e Viktor Yanukovich, em 2011), tendo organizado, por sua vez, duas visitas presidenciais à Ucrânia (Fernando Henrique Cardoso, em 2002; e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009).

As relações bilaterais beneficiam-se da existência, no Brasil, de comunidade de ucranianos e de seus descendentes, estimada em cerca de 600 mil pessoas, a terceira maior nas Américas, após aquelas nos EUA e no Canadá. Fortemente concentrada no Paraná (em especial, no município de Prudentópolis), a comunidade ucraniana exerce influência naquele estado e tem respaldado iniciativas de aproximação com a Ucrânia, como o intercâmbio de estudantes universitários e o ensino da língua portuguesa na Universidade Nacional Taras Shevchenko.

As relações bilaterais desenvolveram-se positivamente nos anos subsequentes ao estabelecimento de relações diplomáticas, favorecida pela percepção ucraniana de que o Brasil é não apenas o país líder da América Latina, mas também parceiro estratégico em potencial. Assim, já em 1995, os dois países firmaram Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, dando início a um diálogo comercial e tecnológico. Em avanço inédito, celebrou-se, em outubro de 2003, o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), visto à época como o principal pilar das relações bilaterais. Em 2009, em reconhecimento da importância do relacionamento, os governos de ambos os países decidiram elevá-lo ao nível de Parceria Estratégica. A última visita de chefe de Estado

ocorreu em outubro de 2011, quando o então presidente, Viktor Yanukovich, esteve em São Paulo e Brasília.

Em fins de 2013, a eclosão da crise representada pela “Euromaidan”, seguida, meses depois, pela ocupação russa da Crimeia e o início do conflito no Donbas, levou a alterações profundas na economia e nas políticas interna e externa da Ucrânia, as quais afetaram o relacionamento Brasil-Ucrânia. No plano econômico, a crise que atingiu a economia ucraniana reduziu fortemente o comércio bilateral. No plano político, a Ucrânia passou a concentrar suas atenções no conflito com a Rússia, o que reforçou o relacionamento deste país com os EUA, UE, Reino Unido, Canadá e com a OTAN, todos aliados que se posicionaram frontalmente contra a Rússia e em apoio à Ucrânia. O corolário dessa mudança foi uma queda nas atenções dadas pela Ucrânia a países do sul global como a China, Índia e Brasil, e a regiões como a América Latina, África e Ásia.

Em julho de 2015, o governo brasileiro decidiu denunciar o acordo espacial que mantinha com a Ucrânia, em razão da inviabilidade econômica e tecnológica da implementação plena do projeto “Alcântara Cyclone Space - ACS”, que deveria lançar satélites comerciais com foguetes ucranianos a partir da base espacial brasileira de Alcântara. A decisão brasileira de retirar-se do ACS decepcionou a Ucrânia, não apenas porque já investira no projeto US\$ 500 milhões, mas também porque a parte ucraniana julgava o projeto ACS a chave para a sobrevivência de sua indústria de mísseis e foguetes. As negociações visando liquidar a ACS se arrastaram ao longo de 2016, 2017 e 2018, sendo a empresa finalmente extinta apenas em 2019.

As dificuldades resultantes daquela decisão, somadas à crise econômica tanto na Ucrânia quanto no Brasil em 2015 e 2016, levou ao esvaziamento da relação bilateral, com redução no número de visitas de alto nível e com a cessação de reuniões da Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC), cuja última reunião ocorreu em 2013. Realizou-se, em outubro de 2017, reunião de consultas políticas em Kiev.

As relações bilaterais começaram a se recuperar já em 2018, quando, após longas tratativas, procedeu-se finalmente à liquidação da empresa ACS em moldes unilaterais, o que significou que o grosso do passivo do programa, que se encontrava no Brasil, foi saldado pela parte brasileira. Essa solução, embora não tivesse contado oficialmente com a concordância da

Ucrânia, revelou-se positiva para este país, cujos prejuízos foram minorados pelo formato que tomou a liquidação. A importância estratégica e econômico-comercial do Brasil no plano global significou que, apesar do revés espacial, o governo ucraniano seguiu mantendo interesse em reativar a parceria estratégica com o Brasil que havia dado frutos nos anos 1990 e 2000.

Os mandatários do Brasil e da Ucrânia mantiveram encontro bilateral, no Japão, em 22 de outubro de 2019. A pandemia do COVID-19 impactou o fluxo de visitas bilaterais nos anos subsequentes, embora os dois países tenham mantido, a 14 de maio de 2021, reunião de consultas políticas em Brasília.

A vice-primeira-ministra e ministra do Desenvolvimento Econômico Yulia Svyrydenko visitou o Brasil por ocasião da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou carta do presidente Zelensky em 31 de dezembro de 2022. O Sr. AE/PR, embaixador Celso Amorim, entregou carta do chefe de Estado brasileiro ao presidente Zelensky, em Kiev, no dia 10 de maio de 2023. O ministro Mauro Viera manteve encontro com o homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em 18 de fevereiro de 2023. Os presidentes Lula e Zelensky conversaram ao telefone em 2 de março e reuniram-se à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 setembro de 2023.

Comércio Bilateral

Em 2023, o Brasil exportou USD 37,8 milhões para a Ucrânia e importou USD 21,3 milhões. A corrente de comércio entre Brasil e Ucrânia caiu 58%, em relação a 2022, período em que a retração havia sido de 67,33%. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram os seguintes: amendoins (41%), máquinas e suas partes (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5%). Destacaram-se, nas vendas ucranianas, os seguintes produtos: medicamentos (22%), equipamento de distribuição de energia elétrica (20%), tubos, canos e mangueiras (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%).

Questão atinente ao comércio bilateral para a qual ainda não se encontrou solução é o embargo ucraniano à carne suína brasileira. Em 13/12/23, foi realizada videoconferência entre representantes do Serviço Estatal da Ucrânia para a Segurança de Produtos Alimentícios e

Proteção ao Consumidor (SEUSPAPC) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Na ocasião, a parte ucraniana confirmou disposição em enviar missão sanitária ao Brasil para verificar o sistema de controle brasileiro com vistas a levantar o embargo de carne suína brasileira. Convite nesse sentido foi transmitido à parte ucraniana em 20/12/23.

Cooperação Parlamentar

Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou, em 23 de abril de 2023, a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia. O presidente do Grupo Parlamentar é o senador Flávio Arns (PSB-PR). O presidente do Parlamento da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, transmitiu, por meio da embaixada da Ucrânia em Brasília, pedidos de telefonema com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Realizou-se, em conjunto com a embaixada da Ucrânia, em fevereiro de 2024, no Senado Federal, a exposição “Dois Anos da Invasão Russa da Ucrânia. Retratos da Dor e Sofrimento”.

Em fins de março de 2024, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, nesta quarta-feira, 27, requerimento de autoria do deputado Alfredo Gaspar (UNIAO-AL) para a constituição de uma missão parlamentar, de caráter humanitário, à Ucrânia. Segundo o parlamentar, “a constituição dessa missão oficial da CREDN reveste-se de grande importância, pois o objetivo central será conferir, in loco, a situação da população civil e de nacionais brasileiros. Pretendemos observar, ainda, se os preceitos do Direito Internacional Humanitário (DIH) e as normas da guerra estão sendo minimamente respeitados”, explicou.

Projeto de Lei 423/2022

O Projeto de Lei 423/2022, apresentado pelo senador Álvaro Dias (Podemos-PR), reconhece a grande fome que assolou ucranianos (Holodomor) nos anos de 1932-1933 como genocídio e institui o quarto sábado de novembro como Dia de Memória às Vítimas do Holodomor. Em 26/4, o Projeto de Lei foi aprovado em votação simbólica no Senado Federal e seguiu para análise da Câmara dos Deputados. Em 5/5/22, foi encaminhado à Comissão de Cultura, que

aprovou o parecer em 8 de novembro de 2023. Atualmente o Projeto de Lei tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Assuntos Consulares

O atendimento à comunidade brasileira residente na Ucrânia constituiu um desafio à parte no momento da invasão militar russa. Apesar de sucessivas campanhas de sensibilização, não havia, no início das hostilidades, um panorama exato do número de residentes brasileiros na Ucrânia (país com território maior do que o da França). A partir do dia 24 de fevereiro de 2022, a embaixada instalou central de atendimento 24 horas por dia, providenciou lugares nos trens que partiam de Kiev com destino ao oeste do país (Lviv), postou nas mídias sociais do Posto horários dos serviços ferroviários, bem como recomendações de segurança e de rotas alternativas para aqueles que tencionavam sair do país por via rodoviária.

Em 2 de março, teve início a operação de escritório da embaixada em Lviv, com equipe de funcionários do Serviço Exterior Brasileiro da embaixada e de outros postos. Durante seu funcionamento, mais de 250 brasileiros foram evacuados da Ucrânia. Foi prestado igual apoio a cidadãos de outros países da América Latina. Com o fim da demanda por evacuação, o escritório emergencial encerrou suas atividades em 7 de abril de 2022, passando a assegurar as atividades regulares da embaixada até o retorno a Kiev, em 26 de julho de 2022.

Tendo em conta o reduzido número de eleitores inscritos, bem como da situação de segurança no país, não foram instaladas urnas de votação por ocasião das últimas eleições, em outubro de 2022. O setor consular da embaixada do Brasil na Ucrânia está efetuando gestões para a transferência para o Brasil de três brasileiros que cumprem pena de reclusão em estabelecimento penal ucraniano.

Ação Diplomática Brasileira

A posição brasileira sobre o conflito russo-ucraniano combina votos condenatórios à violação da integridade territorial da Ucrânia na Organização das Nações Unidas com a busca de solução pacífica para a guerra, nos termos da tradição diplomática pátria e com amparo nas

disposições do artigo 4º da Constituição Federal, que consagra a defesa da paz entre os princípios norteadores da ação exterior do País. O Brasil historicamente apenas aplica sanções que são aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e não favorece a exclusão da Rússia de foros internacionais.

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 23 de fevereiro de 2023, a resolução A/RES/E-11/6 (*UN Charter principles underlying a comprehensive, just and lasting peace in Ukraine*), com 141 votos favoráveis (**Brasil**), 7 contrários e 32 abstenções. Pela primeira vez, por iniciativa do Brasil, aprovou-se resolução com apelo à cessação das hostilidades – não como demanda dirigida a uma das partes, mas a ambas.

Contatos diplomáticos entre Brasil e Ucrânia têm sido mantidos em diferentes níveis. Os presidentes Lula da Silva e Volodymyr Zelensky reuniram-se à margem da abertura da última Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 20 setembro de 2023, assim como conversaram ao telefone em 2 de março do ano passado.

O embaixador Celso Amorim visitou a Ucrânia em 10 de maio de 2023, oportunidade em que foi recebido pelo presidente Zelensky, pelo chefe da Gabinete da Presidência da Ucrânia (cargo equivalente, no Brasil, a chefe da Casa Civil da Presidência da República), Andrii Yermak, e com o ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros, Andrii Melnyk, atual embaixador da Ucrânia no Brasil.

O ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Viera, manteve encontro com o homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em 18 de fevereiro de 2023. Os chanceleres brasileiro e ucraniano conversaram ao telefone em setembro de 2023 e em janeiro de 2024. As chancelarias mantêm diversos encontros entre altos funcionários diplomáticos de diferentes níveis.

A vice-primeira-ministra e ministra do Desenvolvimento Econômico Yulia Svyrydenko visitou o Brasil por ocasião da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou carta do presidente Zelensky em 31 de dezembro de 2022.

O Brasil tem prestado ajuda humanitária e oferecido vistos de acolhida humanitária a ucranianos, cuja integração ao tecido social brasileiro é facilitada pela comunidade de imigrantes no sul do País.

Ajuda Humanitária

Em reação a pedidos ucranianos de ajuda humanitária, a parte brasileira transmitiu às autoridades da Ucrânia, por notas verbais em Brasília e Kiev, e aguarda manifestação de interesse, bem como providências correspondentes para receber doação de medicamentos e vacinas do Ministério da Saúde do Brasil.

Estão também em execução as seguintes ações humanitárias em apoio ao governo ucraniano: USD 29.000,00 para a aquisição de produtos e equipamentos conforme a lista apresentada pelo “Save Ukraine – Children and families rescue network”, como doação humanitária brasileira, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação humanitária brasileira, está tomando as providências administrativas pertinentes para transferir o valor às autoridades ucranianas; 8.100 vacinas pneumocócica 23 – valente. A ABC aguarda receber aprovação do governo ucraniano sobre a documentação técnica elaborada pelo Ministério da Saúde indispensável para a cotação de transporte aéreo, envio e internalização da referida vacina naquele país; e 8.000.000 de ponteiras de polipropileno.

O Governo brasileiro fez as seguintes doações humanitárias para atender as necessidades do governo ucraniano: (a) em 2023, 24 toneladas de arroz parboilizado, oferta humanitária do governo brasileiro aceita pelo governo ucraniano, com valor declarado de USD 15.816,52; e (b) em 2022, 50 purificadores de água portáteis, de tecnologia e fabricação 100% nacionais, com capacidade combinada para purificar quase 300 mil litros de água por dia, transportados pela Força Aérea Brasileira (FAB) com valor total declarado de USD 125.835,03; 8,1 toneladas de alimentos desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo, com valor total declarado de USD 101.439,30, transportados pela FAB; 461 quilos de medicamentos, transportados pela FAB, com

valor total declarado de USD 1.998,54; 1,9 tonelada de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo, com valor total declarado de USD 23.794,40.

O Governo do Brasil estendeu apoio institucional à empresa “Simple Nutri” e à ONG “Cooperative for Assistance and Relief Everywhere – CARE” para o envio de 10 toneladas de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo (doação privada); à empresa “Simple Nutri” e ao “Movimento UniãoBR” para o envio de 4 toneladas de insumos médico-hospitalares e de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo (doação privada); à empresa “Marfrig Global Foods” para o envio de 19,4 toneladas de carne bovina enlatada em conserva (doação privada); à empresa “JBS” para o envio de 18,6 toneladas de carne bovina enlatada em conserva (doação privada); 1 tonelada de equipamentos de proteção individual, insumos-médicos hospitalares e equipamentos ortopédicos e de mobilidade, obtidos, em doação, por meio de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) junto ao Hospital Israelita Albert Einstein e à empresa “Ortopedia Jaguaribe”, com valor total declarado de USD 60.095,45; 7,5 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, por meio de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), junto à Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, ao Hospital Israelita Albert Einstein e ao Hospital Sírio-Libanês, com valor declarado de USD 281.705,08; 2,5 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, junto à empresa farmacêutica “Eurofarma”, com valor total declarado de USD 52.845,98; e 9,2 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, junto à empresa farmacêutica “Eurofarma”, com valor total declarado de USD 73.583,67.

Cronologia das relações bilaterais

2024 – Reunião de Consultas Políticas em Brasília (12 de junho)
2023 – Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em Nova York, EUA (20 de setembro)
2023 – Visita à Ucrânia do AE/PR, Embaixador Celso Amorim (10 de maio)
2023 – Encontro dos ministros Mauro Vieira e Dmytro Kuleba (Munique, 18 de fevereiro)
2022-2023 – Visita ao Brasil da VPM Yulia Svyrydenko (posse presidencial)
2021 – Reunião de Consultas Políticas em Brasília (Nível: Secretário, 14 de maio)
2019 – Encontro do presidente Jair Bolsonaro com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em Tóquio, Japão (22 de outubro)
2019 – Encontro do presidente Jair Bolsonaro com o presidente Petro Poroshenko, à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça (24 de janeiro)
2017 – Reunião de Consultas Políticas em Kiev (Nível D-DEU, 17 de outubro)
2013 – Realização da 6ª reunião da CIC, em Brasília, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio da Ucrânia, Igor Prassolov (8 de novembro)
2013 – Visita à Ucrânia do chanceler Antônio de Aguiar Patriota (3 de julho)
2012 – Visita ao Brasil do chanceler Kostyantyn Gryshchenko (Brasília, 20 de janeiro)
2011 – Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Mykhailo Yezhel
2011 – Visita à Ucrânia do titular do MCTI Aloizio Mercadante (novembro)
2011 – Visita ao Brasil do presidente Viktor Yanukovich (outubro)
2011 – 5ª Reunião da CIC em Kiev (setembro)
2010 – Visita à Ucrânia do ministro da Defesa, Nelson Jobim
2010 – 4ª Reunião da CIC em Brasília (agosto)
2009 – Visita à Ucrânia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (dezembro): Lançamento da Parceria Estratégica
2008 – 3ª reunião da CIC em Kiev (junho)
2005 – Visita a Kiev de missão da CREDN, chefiada pelo deputado Aroldo Cedraz
2005 – Visita ao Brasil do chanceler ucraniano Boris Tarasyuk
2004 – Reunião em Kiev do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o presidente Leonid Kutchma e todo o Gabinete (maio); 2ª reunião da CIC

2003 – Visita ao Brasil do presidente Leonid Kutchma, em outubro
2002 – Visita à Ucrânia do presidente Fernando Henrique Cardoso
2001 – 1ª reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC)
1999 – Visita ao Brasil do chanceler Boris Tarassiuk
1996 – Visita ao Brasil do chanceler Guenadi Udovenko
1995 – Visita do presidente Leonid Kutchma ao Brasil. Assinatura do Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que dispôs sobre a formação da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC)
1995 – Abertura de Embaixada residente do Brasil em Kiev
1993 – Abertura de Embaixada residente da Ucrânia em Brasília
1992 – Estabelecimento de relações diplomáticas
1991 – Brasil reconhece a independência da Ucrânia

Cronologia histórica

838 – Primeira menção aos Vikings Rus em fontes ocidentais
860 – Primeiro ataque Rus a Constantinopla pelo Mar Negro
971 – Imperador Tzimisces e príncipe Sviatoslav de Kiev negociam no Danúbio a paz entre Bizantinos e Rus
989 – Príncipe Vladimir de Kiev cerca fortaleza bizantina de Chersonesus (Crimeia), casa-se com Anna, filha do imperador Basílio II e converte-se ao cristianismo
1037 – Príncipe Yaroslav, o sábio, completa a construção da Catedral de Santa Sofia, sede do metropolitano e da primeira biblioteca Rus
1054 – Morte do Príncipe Yaroslav sinaliza o fim da Rus Kieviana
1113-1125 – Príncipe Vladimir Monomakh restabelece provisoriamente a Rus Kieviano e promove a produção da Crônica Primária, a principal fonte sobre a Ucrânia medieval
1187-1189 – Escritor de Kiev usa pela primeira vez a palavra Ucrânia em referência às fronteiras das estepes entre Pereyaslav e a Galícia ucraniana (Aliche)
1240 – Kiev é conquistada pelas forças mongóis e integrada à esfera da Horda Dourada
1241-1261 – Transcarpátia é controlada pelos reis da Hungria
1299-1325 – Metropolitano de Kiev muda sua sede para Vladimir, depois para Moscou
1359 – Forças lituanas e Rus lutam contra a Horda Dourada e a maior parte do território atual da Ucrânia é integrado ao Grão-Ducado da Lituânia
1449-1478 – Canato da Crimeia torna-se independente da Horda Dourada, mas é controlado pelo império turco-otomano
1492 – Primeira menção ao termo “cossaco” em fontes históricas
1569 – União de Lublin entre Reino da Polônia e Grão-Ducado da Lituânia; aquele controla a Ucrânia; este, Belarus (1ª fronteira administrativa entre os futuros países)
1590-1638 – Era das revoltas cossacas que consolidam força militar e organização social
1596 – União de Brest: parte do metropolitano Kieviano na jurisdição de Roma
1648 – Cossaco Bohdan Khmelnytsky lança ataque surpresa contra as forças

lituano-polonesas e cria o primeiro estado cossaco intitulado Hetmanato
1654 – Oficiais cossacos reconhecem a suserania dos czares de Moscou, levando a um longo confronto entre Moscou e Varsóvia sobre o controle da Ucrânia
1667 – Trégua de Andrusovo entre a Polônia e o Principado de Moscou. Ucrânia dividida entre as duas potências ao longo do rio Dnipro
1685 – Metropolitanato de Kiev transferido do patriarcado de Constantinopla para o patriarcado de Moscou
1764-1780 – Liquidação do Hetmanato é parte de reforma centralizadora de Catarina II
1783 – A Rússia anexa a Crimeia
1818 – Publicada a primeira gramática do idioma ucraniano
1834 – Czar Nicolau I cria a Universidade de Kiev
1840 – Poeta e artista Taras Shevchenko, por muitos visto como o pai da nação ucraniana, publica sua obra magna <i>Kobzar</i>
1863 – Ministro do Interior da Rússia Petr Valuev proíbe publicações em ucraniano
1890s – Fome leva a emigração de camponeses ucranianos do Império Austro-Húngaro para Canadá e Estados Unidos
1900 – Advogado de Kharkiv, Mykola Mikhnovsky desenvolve a ideia da independência da Ucrânia
1905 – Revolução no Império Russo extingue restrições à língua ucraniana
1914 – Eclosão da I Grande Guerra transforma a Ucrânia em terreno em disputa entre Império Russo, Áustria-Hungria e Alemanha
1917 – Colapso da Monarquia russa abre espaço para a independência da Ucrânia, processo levado adiante pelos socialistas no Parlamento Revolucionário da Ucrânia
1918-1920 – Governos da Ucrânia nas partes dominadas pela Áustria e Rússia declaram independência, mas perdem guerras contra Bolcheviques e República da Polônia
1921-1923 – Territórios da Ucrânia atual divididos entre a Rússia Soviética, a Polônia, a Romênia e a Tchecoslováquia
1932-1933 – Três milhões morrem na fome hoje conhecida como Holodomor na Ucrânia
1937 – Ápice dos expurgos promovidos pelo ditador soviético Josef Stalin
1941 – Invasão nazista da União Soviética leva à ocupação alemã e romena da

Ucrânia, que se torna um dos epicentros do Holocausto
1943 – Retorno de forças da USRR e luta com nacionalistas ucranianos no oeste do país
1944 – Tártaros da Crimeia são deportados para a Ásia Central
1945 – Conferência de Yalta consolida fronteiras da Polônia, deixando Lviv na Ucrânia; no mesmo ano, Transcarpátia é integrada à República Socialista Soviética da Ucrânia
1953 – Morte de Josef Stalin
1954 – Nikita Khrushchev arquiteta a transferência da Crimeia da Rússia para a Ucrânia no interior da União Soviética
1975-1981 – Ata Final de Helsinque encoraja dissidentes ucranianos na URSS
1985 – Reformas de Mikhail Gorbachev na União Soviética
1986 – Maior desastre nuclear da história mundial ocorre em Chernobyl
1990 – Eleições na Ucrânia resultam em predomínio da oposição no Parlamento e à declaração de soberania da Ucrânia ainda na União Soviética
1991 – Após malsucedido golpe de Estado contra Mikhail Gorbachev, Ucrânia declara independência; referendo realizado em dezembro resulta na vitória do independentismo
1994 – Por meio do Memorando de Budapeste, grandes potências, inclusive a Rússia, comprometem-se com a integridade territorial da Ucrânia
1996 – Nova Constituição da Ucrânia; busca de equilíbrio entre Executivo e Legislativo
1997 – Acordo entre Ucrânia e Rússia sobre a Crimeia que reconhece a soberania ucraniana sobre a província e autoriza a utilização russa da base de Sebastopol
2004 – Revolução Laranja
2013-2014 – <i>Euromaidan</i> -Revolução da Dignidade
2014-2015 – Rússia ocupa a Crimeia, confrontos no Donbas, Acordos Minsk I e II
2022 – Invasão russa da Ucrânia, início do maior conflito na Europa desde 1945
2022 – Ucrânia formaliza candidatura à União Europeia (fevereiro) e adquire o estatuto de país-candidato (junho)
2023 – Decisão do Conselho Europeu de abrir negociações para a Ucrânia aderir à UE

Atos bilaterais



Ministério das Relações Exteriores Divisão de Atos Internacionais Relação de Acordos

Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celebração	Status	Dt. Exp. Mot. Parlamentar	Dt. Envio Congresso	Dt. Dec. Legislativo	Dt. Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática Hennadii Udovenko da Ucrânia.	Ucrânia	14/05/2021	Em Vigor							26/07/2021		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para a Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil.	Ucrânia	02/08/2018	Tramitação Congresso Nacional	13/11/2018	27/12/2019			26/02/2020				
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar	Ucrânia	25/10/2011	Tramitação Congresso Nacional	20/01/2014	18/10/2017							
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	Ucrânia	16/09/2010	Tramitação Congresso Nacional	08/07/2016	02/09/2016			07/02/2012				
Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor									
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	04/11/2013	09/05/2016	12/12/2017	05/01/2018	14/03/2011	09/07/2018	23/10/2018		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	31/03/2010	13/10/2010	23/09/2011	30/09/2011	15/10/2010	04/11/2011	22/11/2011		

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	21/01/2010	08/11/2010	19/07/2012				08/09/2017		
Memorando de Entendimento na Área Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor							21/12/2009		
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	21/01/2010	12/04/2010	28/05/2012	01/06/2012	27/11/2013	16/07/2014	24/09/2014		
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor		15/10/2004	19/04/2006	05/05/2006	25/01/2005		16/10/2006		
Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre Futuros Projetos Espaciais Bilaterais.	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor							29/10/2003		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara	Ucrânia	21/10/2003	Denunciado		21/05/2004	20/09/2004	22/09/2004	10/05/2004		29/04/2005		24/07/2015
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor			19/04/2006				20/10/2006		
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor									
Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática da Ucrânia do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia	Ucrânia	20/11/2002	Em Vigor							29/01/2003		

Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara	Ucrânia	18/04/2002	Suspensão								
Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.	Ucrânia	16/01/2002	Suspensão						05/02/2002		
Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia no Setor da Fabricação de Máquinas para o Setor Energético	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor						17/04/2006		
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia sobre a Cooperação na Área de Produção de Petróleo e Gás	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor						17/04/2006		
Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		31/07/2002	14/11/2005	16/11/2005	26/09/2002	04/04/2006		
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		03/04/2002	19/04/2006			08/06/2006		
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		07/05/2002	19/04/2006			13/12/2006		

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		11/04/2002	17/10/2003		20/11/2003		09/11/2004		
Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento das Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor									
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	Ucrânia	18/11/1999	Em Vigor		28/12/2000	06/07/2006	11/07/2006			15/09/2006		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Científica e Tecnológica	Ucrânia	15/11/1999	Em Vigor	07/01/2000	28/03/2000	15/06/2001	25/06/2001	27/05/2009	23/07/2009	23/12/2009		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação na Área de Turismo	Ucrânia	28/04/1999	Em Vigor		25/06/1999	20/06/2000	30/06/2000	22/06/1999	11/07/2008	12/09/2008		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor		29/03/1996	11/09/1996	24/09/1996	29/12/1995		25/10/1996		
Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia.	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor							01/11/1995		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Econômico-Comercial.	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor		05/12/1995	11/09/1996	24/12/1996			13/03/1998		
Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia.	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor		13/12/1995	24/10/1996				21/11/1997		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MOLDOVA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MAIO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Moldova
CAPITAL	Chisinau
ÁREA	33.845 km ²
POPULAÇÃO (ONU 2022)	3,2 milhões de pessoas
IDIOMA OFICIAL	Romeno
CHEFE DE ESTADO	Maia Sandu
CHEFE DE GOVERNO	Dorin Recean
CHANCELER	Mihail Popșoi
PIB (FMI 2023)	US\$ 17,052 bilhões (est.)
PIB PPP (FMI 2023)	US\$ 41,762 bilhões (est.)
PIB per capita (FMI 2023)	US\$ 6.832 (est.)
PIB PPP per capita (FMI 2023)	US\$ 13.685 (est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,6% (2024, est.); 1,0% (2023, est.); 5,0 (2022); 13,9 (2021); -8,3% (2020); 3,6% (2019); 4,1% (2018); 4,2% (2017)
IDH (PNUD, 2021)	0,767 (80ª posição)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	99%
UNIDADE MONETÁRIA	Leu moldavo (MDL)
EMBAIXADOR EM CHISINAU	Norton de Andrade Mello Rapesta (residente em Kiev)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Viorel Ursu (residente em Washington DC, Estados Unidos)

INTERCÂMBIO BILATERAL (Fonte: MDIC, US\$ milhões FOB)

Brasil– Moldova	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (jan-abril)
Intercâmbio	39,9	58,3	3,3	3,8	7,6	17,1	14,4	8,4	9,1	7,9	5,8	1,6
Exportações	37,7	56,5	2,0	2,3	5,0	12,6	9,4	6,0	5,6	4,3	3,0	0,5
Importações	2,2	1,8	1,2	1,5	2,6	4,5	4,9	2,4	3,5	3,6	2,8	1,1
Saldo	35,5	54,7	0,8	0,8	2,4	8,1	4,5	3,6	2,1	0,7	0,2	-0,6

- **Exportações (2023):** tabaco (30%), amendoins (25%) e máquinas não elétricas (21%).
- **Importações (2023):** artigos de plástico (60%), equipamento para distribuição de energia elétrica (11%) e bebidas alcoólicas (5%).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Maia Sandu **Presidente da República**



Maia Sandu nasceu em 24 de maio de 1972 (52 anos), na vila de Risipeni, distrito de Falesti. Em 1994, se formou na Academia de Estudos Econômicos de Moldova, Faculdade de Administração. De 1995 a 1998, estudou na Academia de Administração Pública de Chisinau, obtendo o grau de Mestre em Relações Internacionais.

Entre julho de 1994 e março de 1998, exerceu o cargo de consultora, chefe adjunta do Departamento do Ministério da Economia. De março de 1998 a agosto de 2005, trabalhou como economista no Escritório do Banco Mundial em Chisinau. De agosto de 2005 a julho de 2006, foi diretora de Política Macroeconômica e Programas de Desenvolvimento do Ministério da Economia e Comércio. De fevereiro a junho de 2019, atuou como deputada no Parlamento de Moldova. Em junho de 2019, foi nomeada primeira-ministra, cargo que ocupou até novembro de 2019.

Em 24 de dezembro de 2020, Maia Sandu tomou posse como presidente da República de Moldova, após a sua vitória no segundo turno das eleições em 15 de novembro daquele ano.

Dorin Recean
Primeiro-Ministro de Moldova



Dorin Recean nasceu em Dondușeni, então localizada na União Soviética, em 17 de março de 1974 (50 anos). Graduiu-se, em 1996, na Academia de Estudos Econômicos de Moldova, com bacharelado em Administração. No ano 2000, obteve o título de mestre em Administração filial belga da Universidade Internacional Newport.

Recean iniciou carreira de professor na sua *alma mater*, a Academia de Estudos Econômicos de Moldova, onde lecionou entre 1995 e 2007. Trabalhou, entre 2002 e 2010, em diferentes empresas privadas. Também foi professor da filial de Chisinau da Universidade Internacional Newport entre os anos de 2000 e 2010.

Nomeado vice-ministro da Tecnologia da Informação e da Comunicação em janeiro de 2010. Ascendeu à posição de ministro do Interior de Moldova em julho de 2012. Reconduzido ao posto de ministro do Interior em 31 de maio de 2013, desta feita no governo do primeiro-ministro Iurie Leancă.

Após as eleições de novembro de 2014, retirou-se da política e voltou ao setor privado. Em 7 de fevereiro de 2022, entretanto, já na Presidência de Maia Sandu, foi nomeado assessor especial para Segurança e secretário-geral do Conselho Supremo de Segurança. Com a renúncia de Natalia Gavriluța, a presidente Maia Sandu nomeou Recean ao cargo de primeiro-ministro de Moldova em fevereiro de 2023.

Mihail Popșoi
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Mihail Popșoi nasceu em 10 de março de 1987 (37 anos), na cidade de Kotchiha, região de Kirov, na então República Socialista Soviética da Rússia. Formado em Ciências Políticas pela Universidade de Chisinau, concluiu mestrado em Políticas Públicas pela universidade de Nova York e doutorado em Ciência Política pela universidade de Milão. É um dos mais jovens políticos em ascensão em Moldova.

Popșoi é autor de diversos estudos académicos sobre Moldova. Tornou-se vice-presidente e secretário de Assuntos Internacionais do Partido de Ação e Solidariedade em 2017. Eleito deputado nas eleições de fevereiro de 2019, ascendeu ao posto de vice-presidente do Parlamento de Moldova em junho daquele mesmo ano. Nomeado vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros em janeiro de 2024.

APRESENTAÇÃO

POLÍTICA INTERNA

Moldova figura como um dos países com menor desenvolvimento relativo da Europa. Os desafios domésticos são acentuados pela questão não resolvida da região separatista da Transnístria, que conta com expressiva minoria russa. A política na Moldova, a exemplo de muitas repúblicas ex-soviéticas, é marcada por uma polarização de caráter pendular, com segmentos diferentes defendendo seja uma aliança com a Europa, seja a manutenção de laços fortes com a Rússia.

A política interna na Moldova nos últimos anos foi marcada por alta instabilidade. As eleições parlamentares de 2019 resultaram em um quadro fragmentado, no qual nenhum partido obteve maioria. Os 101 assentos no Parlamento ficaram divididos entre o Partido Socialista (PSRM), com 37 votos, próximo ao ex-presidente Igor Dodon e de tendência pró-russa; o bloco liberal pró-europeu (ACUM), com 25 votos, de orientação reformista e pró-ocidental, liderado por Maia Sandu; e o Partido Democrático (PDM), com 30 votos, associado ao oligarca Vladimir Plahotniuc, figura controversa e que tradicionalmente exercia grande influência sobre as instituições do país.

A falta de maioria parlamentar clara e o contraste entre as diferentes plataformas dos partidos levaram a longo impasse que impediu a formação de um governo estável. Em junho daquele ano, o Partido Socialista e o bloco ACUM anunciaram a formação de uma coalizão, liderada por Maia Sandu, que assumiu o cargo de primeira-ministra. A união, realizada a despeito das posições contraditórias entre os dois blocos, refletiu o interesse comum de retirar o oligarca Plahotniuc de seu papel influente na política do país. Nesse período, foram aprovadas algumas reformas vistas favoravelmente na União Europeia (UE), entre as quais mudanças nos sistemas eleitoral e de combate à corrupção. Esses avanços motivaram a Comissão Europeia a retomar a assistência financeira à Moldova, suspensa em 2018 após críticas de Bruxelas ao estado de direito no país.

Ainda em 2019, a aliança de conveniência entre o PSRM e o ACUM foi desfeita, levando à queda do governo de Maia Sandu. O estopim foram desacordos em torno da designação do novo procurador-geral. Sandu defendia a adoção de procedimentos que contribuíssem para a desoligarquização do país e a redução da influência de Plahotniuc. Em novembro, o Partido Socialista abandonou a nova coalizão e, com apoio tácito do PDM, formou um governo minoritário liderado pelo primeiro-ministro Ion Chicu.

O governo de Ion Chicu foi apresentado ao país como um gabinete tecnocrata, mas terminou sendo, de fato, liderado principalmente pelos socialistas: mais da metade do gabinete era formada por assessores do ex-presidente Dodon. Embora Chicu tenha se comprometido a continuar trabalhando com os parceiros ocidentais que apoiam financeiramente a Moldova (UE, FMI e Banco Mundial), o líder moldovo também buscou apoio financeiro da Rússia, levando observadores a questionarem o efetivo compromisso de Chicu com a reforma das instituições e a suposta reorientação geopolítica do país.

Em novembro de 2020, a Moldova elegeu como presidente Maia Sandu. De perfil cosmopolita e técnico, Sandu graduou-se em gestão na Academia de Estudos Econômicos de Moldova e obteve mestrado em Administração Pública na Harvard Kennedy School, em 2010. Trabalhou como consultora sênior do Banco Mundial em Washington, antes de retornar à Moldova, dois anos depois. No país, serviu como ministra da educação, de 2012 a 2015, e como primeira-ministra por cinco meses em 2019.

Além de ser a primeira presidente mulher do país, Sandu representou o rompimento com a política tradicional de proximidade com a Rússia, que prevaleceu em maior ou menor nível desde a independência de Moldova em 1991. Sinalizou, ainda, a tendência de consolidação da preferência do eleitorado por uma crescente aproximação política e comercial com a Europa.

Meses após a eleição presidencial, seguiu-se a convocação de novo pleito parlamentar, que resultou na vitória, pela primeira vez na história do país, de um partido reformista, de centro-direita e pró-ocidental. A sigla de Maia Sandu, o PAS, venceu as eleições parlamentares, com 52,8% dos votos, contra 27,22% dos votos obtidos pela coligação do Bloco Eleitoral Comunista e Socialista, representado pelo ex-presidente Igor Dodon. A maioria absoluta conquistada pelo PAS

precipitou também a saída da cena política de quatro partidos, entre eles o PDM de Vladimir Plahotniuc.

No plano doméstico, Maia Sandu assumiu compromisso com o combate à corrupção e a modernização das instituições. A resolução dos problemas sociais, outro de seus principais objetivos, seria apoiada pela implementação de estratégias para a superação da crise econômica.

POLÍTICA EXTERNA

Assim como na política interna, a polarização entre as correntes pró-Occidente e pró-Rússia é tradicionalmente a principal marca da política externa de Moldova. Os dois principais temas têm sido, nesse contexto, a aproximação e eventual integração à União Europeia, e a relação com a Rússia, que inclui o tema da Transnístria. Como em outros países do Leste Europeu, muitos cidadãos moldovos (especialmente os mais velhos e camponeses) sentem-se mais próximos da Rússia; enquanto outros (em especial, os jovens e a classe urbana) querem aproximar-se do Occidente, em particular da UE.

O Partido Socialista e o presidente Igor Dodon, que tomou posse em 2014, procuraram favorecer os laços do país com a Rússia e com a União Econômica Euroasiática, apesar de manter retórica de compromisso com a integração europeia.

A eleição de Maia Sandu em 2020, porém, refletiu consolidação da atual vertente pró-occidente da política externa moldova, e foi saudada com manifestações de apoio dos EUA, da Europa e da Ucrânia. A Ucrânia foi o primeiro país a ser visitado oficialmente pela presidente moldova, em janeiro de 2021, encerrando período de relações difíceis entre Kiev e o presidente Igor Dodon, que em 2016 chegou a declarar que “a Crimeia é a Rússia”. Em seu encontro, Sandu e o presidente Volodymyr Zelensky expressaram apoio recíproco à soberania e à integridade territorial de ambos os países, em referência às regiões da Transnístria, e da Crimeia e do Donbas, respectivamente. Quanto ao processo de integração à UE, os presidentes declararam ser prioridade da agenda dos dois países.

A primeira visita oficial estrangeira recebida pela presidente moldova foi a do vice-chefe de gabinete presidencial do Kremlin, Dmitry Kozak, em 2021. Na ocasião, Maia Sandu, embora tenha manifestado seu descontentamento diante da situação da Transnístria, procurou adotar linha pragmática e avaliar possibilidades de cooperação conjunta no campo econômico e comercial. A presidente defendeu solução negociada para a substituição das forças russas na Transnístria por uma força de paz internacional e a consequente reintegração desse território à Moldova.

A Transnístria, localizada entre o rio Dniester e a Ucrânia, é governada por autoridades apoiadas pela Rússia, sediadas em Tiraspol, a capital regional. O conflito entre a Moldova e a Transnístria está “congelado” desde um acordo de cessar-fogo assinado em julho de 1992, logo após breves combates desencadeados pelo fim da URSS. Nos últimos anos, tem-se registrado avanços na ampliação dos laços econômicos e sociais entre a região separatista e o resto de Moldova. Instituiu-se também Comissão de Controle Conjunto (JCC), que consiste em forças de paz de Rússia, Moldova, Transnístria e Ucrânia, e que gerencia uma zona de segurança de 10-20 km em ambas as margens do Dniester. Além de representantes no JCC, a Rússia mantém aproximadamente 1.500 soldados na região, declaradamente para a proteção de depósitos de munição e de equipamentos da era soviética. Moscou teria interesse em impedir a reintegração da região separatista à Moldova, e em consequência, dificultar a integração de Moldova ao bloco europeu.

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24/2/2022, a política externa moldova é dominada pelos efeitos da guerra. Entre os problemas criados ou agravados, é possível destacar riscos de crise energética, sem alternativa para suprir a dependência quase exclusiva de abastecimento de gás da Rússia; a crise comercial, com as exportações prejudicadas com o bloqueio do porto de Odessa; o agravamento da crise alimentar, associada à interrupção das cadeias de abastecimento; e a crise humanitária, com o acréscimo de 4% no tamanho da população local devido aos refugiados ucranianos. O conflito russo-ucraniano paralisou também as negociações políticas sobre a Transnístria.

A presidente Sandu tem buscado blindar a Moldova dos efeitos negativos do conflito russo-ucraniano sobre a Moldova. No início da invasão russa, Chisinau buscou inicialmente manter-se

discreta na crítica a Moscou, mas não deixou de emitir comunicado condenando a invasão e exaltando o respeito ao direito internacional e à soberania da nação ucraniana. Com a evolução do conflito, porém, a Moldova passou a expressar crescente temor com os efeitos do conflito sobre a Moldova. As tensões aumentaram em abril, após relatos de explosões em prédios administrativos e militares das autoridades separatistas.

Com a eclosão do conflito, Moldova também intensificou esforços de aproximação com o bloco ocidental. Em março, o país oficializou, de modo praticamente simultâneo com a Geórgia e a Ucrânia, o pedido de adesão à UE. No dia 23/6/2022, o Conselho Europeu concedeu à Moldova status de “país candidato”, em consequência da emergência do conflito no país vizinho. A presidente Sandu, anunciou, em 18/03/2024, a realização de referendo no país, em outubro vindouro, sobre o apoio da população à acessão à UE. Em termos concretos, a votação trataria de inscrição na constituição de Moldova de provisão sobre o desejo de aceder à UE. O pano de fundo do anúncio é composto pelas tensões envolvendo as relações entre a Rússia e a província separatista da Transnístria.

Como indicativo de crescente importância geopolítica de Moldova, realizou-se, no país, a II Cúpula da Comunidade Política Europeia (Bulboaca, 31/5-1/6 de 2023), evento que debate políticas e estratégias relevantes ao futuro do continente europeu. Na cúpula em Bulboaca, a UE anunciou a inauguração de missão de parceria no país (EUPM-Moldova), que terá, entre seus objetivos, apoiar a gestão de crises e cenários de ameaças híbridas. O país é membro de várias organizações regionais, como a Organização para Segurança e Cooperação na Europa e a Organização GUAM para Democracia e Desenvolvimento Econômico, juntamente com o Azerbaijão, a Geórgia e a Ucrânia.

ECONOMIA

Apesar de permanecer um dos países menos desenvolvidos de toda a Europa, Moldova tem apresentado altas taxas de crescimento econômico nos últimos anos. Nos últimos vinte anos, e, mais intensamente, no governo da presidente Maia Sandu, Moldova adotou medidas para o fortalecimento das instituições públicas e a melhoria do ambiente de negócios no país. Diversos índices reconheceram os esforços de fortalecimento institucional: (i) 96ª colocação no Índice de Liberdade Econômica da 'Heritage Foundation' (a Romênia ocupa a 45ª; o Brasil, o 127º lugar); (ii) 48º lugar em facilidade para realização de negócios de acordo com o relatório 'Ease of Doing Business' do Banco Mundial (a Romênia encontra-se em 55º, a Ucrânia, em 64º, e o Brasil, em 124º); e (iii) 91ª categoria do Índice de Percepção da Corrupção da ONG Transparência Internacional, atrás da Romênia (63º) mas à frente do Brasil (94º) e da Ucrânia (116º).

Apesar apresentar sinais de desgaste, o modelo de desenvolvimento moldavo, baseado em aumento do consumo e redução da pobreza, e viabilizado por remessas internacionais, foi responsável pelo crescimento vigoroso dos últimos anos. A principal atividade econômica é a agricultura, que ocupa 38% da mão-de-obra e 45% do PIB, refletindo condições favoráveis como a proximidade com o Mar Negro (que confere clima ameno e ensolarado) e abundância da terra preta 'chernozem', de alta fertilidade.

Em 2014, Moldova assinou Acordo de Associação com a União Europeia, que incluiu a implementação de uma Área de Livre Comércio, estendida em 2016 ao território separatista da Transnístria. O arranjo visou conceder à Moldova acesso sem barreiras tarifárias ao mercado da UE, bem como estimular os laços políticos e comerciais do país com o Ocidente e criar contraponto à influência russa no país. Como reação à assinatura do acordo, a Rússia impôs, à época, embargo aos principais produtos da pauta de exportação de Moldova, afetando produtores agrícolas locais. Desde então, o comércio bilateral entre aqueles países passou a observar acentuado declínio. Como já destacado, o país adquiriu estatuto de candidato a integrar a UE em junho de 2022, em contexto de elevada comoção que marcou os meses iniciais do conflito russo-ucraniano na Europa.

A balança comercial de Moldova é estruturalmente deficitária. Em 2022, segundo a Organização Mundial do Comércio, o país exportou 4,3 bilhões de dólares em bens contra 9,2 bilhões de dólares em importações. Números do Instituto Nacional de Estatística apontam que, em

2023, Moldova exportou 4 bilhões de dólares em bens, importando 8,6 bilhões de dólares. Os países da União Europeia teriam absorvido 65,4% das exportações de Moldova, ao passo que foram responsáveis por 48,3% das suas importações.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre Brasil e a República de Moldova iniciaram-se em 1993. A agenda política e econômica é incipiente, com intercâmbio bilateral pouco elevado. Moldova, de modo geral, tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais.

Em visita realizada pelo embaixador do Brasil em Kiev (cumulativo em Moldova) a Chisinau, em fevereiro de 2021, as autoridades locais demonstraram muito interesse em receber missão comercial exploratória do Brasil. No plano político, na mesma ocasião, o embaixador do Brasil sugeriu a institucionalização de reuniões regulares de consultas políticas.

Em novo deslocamento do embaixador brasileiro a Chisinau, em setembro de 2022, foi assinado Memorando de Entendimentos sobre consultas políticas. Tendo em conta mudanças de governo tanto no Brasil quanto em Moldova, não foi ainda possível o agendamento da primeira reunião do mecanismo bilateral.

O comércio bilateral apresenta significativas variações anuais. As exportações do Brasil atingiram pico de US\$ 56,5 milhões em 2014, mas reduziram-se a apenas USD 3,3 milhões em 2015. Os principais produtos de exportação brasileiros são carnes (90%), máquinas e equipamentos (5%), e tabaco (2%). Em 2010, o país efetuou compra de uma aeronave E 190 LR diretamente da Embraer. Somado a aeronaves compradas de outras companhias aéreas (ou em sistema de “leasing”, a Air Moldova dispõe hoje de três aviões desse tipo em sua frota.

As importações do Brasil de Moldova tiveram seu pico em 2010, quando atingiram US\$ 41,3 milhões. O intercâmbio somou, em 2023, apenas USD 5,8 milhões, com retração de 26,6% em relação ao ano anterior. O Brasil acumulou superávit de USD 200 mil. As exportações totalizaram USD 3 milhões e concentraram-se tabaco (30%), amendoins (25%) e máquinas não elétricas (21%). As importações ficaram por conta, sobretudo, de artigos de plástico (60%), equipamento para distribuição de energia elétrica (11%) e bebidas alcoólicas (5%).

De acordo com dados do Ministério do Interior de Moldova, cerca de 20 brasileiros residem naquele país legalmente. Não há registro de demandas de serviços consulares junto ao setor consular da embaixada em Kiev por nacionais residente naquele país. Pela facilidade logística e

proximidade, é possível que eventuais demandas estejam sendo encaminhadas à Embaixada do Brasil em Bucareste.

Cronologia das relações bilaterais


1993	Estabelecimento de relações diplomáticas (11/8)
2012	Realização do I Festival de Cinema Brasileiro na Moldova (7-12/11)
2013	Assinatura do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaporte Comum
2022	Encerramento dos trâmites internos para entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração
2022	Encerramento dos trâmites internos para entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração

Cronologia histórica

1359	Estabelecimento do Principado da Moldávia, nas regiões atuais de Romênia, Moldova e Ucrânia
1538	Moldova submetida à suserania do Império Otomano
1774	Moldova torna-se protetorado do Império Russo
1812	Tratado de Bucareste: Rússia anexa metade do território moldavo, sob o nome Bessarábia
1859	Moldova e Valáquia formam os Principados Romenos Unidos

1878	Independência da Romênia
1905	Início do movimento nacionalista romeno na Bessarábia
1917	Conselho Nacional proclama a República Democrática Moldava na Bessarábia, como parte da República da Rússia
1918	Tropas romenas invadem a Bessarábia; Conselho Nacional declara independência da República Democrática Moldava; aprovada a união entre a Moldava e a Romênia
1919	Proclamada em Tiraspol, com apoio russo, Governo Provisório no Exílio dos Trabalhadores e Camponeses da República Socialista Soviética da Bessarábia
1924	Antes parte da República Socialista Soviética da Ucrânia, a Transnístria é declarada por Moscou República Socialista Soviética Autônoma Moldava
1940	Stalin emite ultimato ao Rei Karol II, da Romênia, para cessão da Bessarábia à URSS; invasão soviética; criação da República Socialista Soviética Moldava
1941	Romênia recaptura a Bessarábia
1947	Tratado de Paris: Bessarábia volta ao controle soviético
1989	Formação da Frente Popular; moldavo volta a ser o idioma nacional
1990	O país abandona a denominação Moldávia e passa a se chamar Moldova; formada a República Socialista Soviética Autônoma da Gagaúzia e a República Socialista Soviética Moldava de Pridnestróvia
1991	Declaração da independência
1991-2	Guerra da Transnístria
1992	Admissão às Nações Unidas
2009	Oficialização do romeno como idioma de Moldova
2010	Aliança para a Integração Europeia assume o governo
2014	Assinatura do Acordo de Associação e Livre Comércio com a União Europeia
2022	Guerra Russo-Ucraniana
2022	Apresentação da candidatura à UE (março) e concessão do estatuto de candidata (junho)
2023	Decisão do Conselho Europeu de abrir negociações para a acessão de Moldova à UE (dezembro)

Atos bilaterais

<div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;">  <div style="text-align: center;"> Ministério das Relações Exteriores Divisão de Atos Internacionais Relação de Acordos </div> </div>												
Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celebração	Status	Dt. Exp. Mot. Parlamentar	Dt. Envio Congresso	Dt. Dec. Legislativo	Dt. Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia da República da Moldova.	Moldova	19/09/2022	Em Vigor							01/12/2022		
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Moldova sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	Moldova	09/12/2013	Em Vigor	20/07/2016	16/02/2018	30/11/2021	13/12/2021	26/03/2014	11/03/2022	11/07/2022		
Acordo, por troca de Notas, para Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Moldova	23/02/2006	Em Vigor				26/04/2006	31/05/2006		03/09/2008		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM KIEV

Candidato: RAFAEL DE MELLO VIDAL

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Rafael de Mello Vidal

Rafael de Mello Vidal nasceu a 15 de janeiro de 1964. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, Brasília DF (Uniceub). Advogado inscrito na OAB-DF. Membro da turma 1990-1991 do Instituto Rio Branco.

Iniciou a carreira diplomática como Terceiro Secretário, a 10 de dezembro de 1991, na condição de subchefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEX). Em 1992, tornou-se subchefe da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério das Relações Exteriores. Em 1995, assumiu funções no Consulado do Brasil em Nova York e, em 1998, na Embaixada do Brasil em Bogotá.

Em 2002, tornou-se assessor na Secretaria de Planejamento Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em 2003, assumiu, sucessivamente, as subchefias da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado e da Divisão do Mercado Comum do Sul. Atuou como coordenador do Grupo Ad Hoc para a conclusão do Protocolo de Compras Governamentais do MERCOSUL. Assumiu, interinamente, a chefia da Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC), em 2005.

Serviu na Embaixada em Caracas (2008), na Embaixada em Assunção (2010) e na Embaixada em Madri (2016). Nomeado Embaixador do Brasil em Bamako, Mali, e, posteriormente, em Luanda, Angola, em 2020.

Além do idioma materno português, é fluente nas línguas espanhola, inglesa e francesa.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

(base em informações recebidas do Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta, antecessor no posto)

UCRÂNIA

I – Relações diplomáticas

- O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 11 de fevereiro de 1992. Desde a consolidação de sua independência, a Ucrânia tem dado demonstrações concretas de interesse em aprofundar suas relações com o Brasil, a começar pela abertura de embaixada residente em Brasília em 1993, gesto retribuído pelo governo brasileiro em 1995, quando foi instalada a embaixada em Kiev.
- O Brasil é o único país da América Latina que recebeu, por três vezes, visitas oficiais de chefes de Estado ucranianos (Leonid Kuchma, em 1995 e 2003, e Viktor Yanukovich, em 2011), tendo organizado, por sua vez, duas visitas presidenciais à Ucrânia (Fernando Henrique Cardoso, em 2002; e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009).
- As relações bilaterais beneficiam-se da existência, no Brasil, de comunidade de ucranianos e seus descendentes, estimada em cerca de 600 mil pessoas, a terceira maior nas Américas, após aquelas nos EUA e no Canadá. Fortemente concentrada no Paraná (em especial, no município de Prudentópolis), a comunidade ucraniana tem respaldado iniciativas de aproximação com a Ucrânia.
- A partir de 2020, ano da chegada ao posto do embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta, durante as restrições da pandemia do COVID-19, as ações para dar seguimento às atividades da embaixada ficaram comprometidas até meados de março de 2021. Com a gradual retomada da vida social e política, iniciou-se o aprofundamento dos contatos com os principais atores da vida política e econômica do país. Ao longo do ano de 2021, visitas foram realizadas às capitais das principais províncias (Odessa, Dnipro, Kharkiv, Lviv e Ternopil), ocasiões em que houve contatos com autoridades regionais e locais.
- Com o início da guerra com a Rússia, as atividades dos diplomatas da embaixada foram deslocadas, entre 1º de março e 26 de julho de 2022, para Lviv (setor consular) e Chisinau, entre 6 de março e 7 de abril (setores político e administração). Os contratados locais continuaram apoiando as atividades da embaixada de forma remota a partir de Kiev. O Brasil foi o único país da América Latina a manter sua embaixada na Ucrânia em funcionamento, sem interrupção.
- Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Volodymyr Zelensky conversaram ao telefone, em 2 de março de 2023, e reuniram-se à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 20 setembro de 2023.
- A vice-primeira-ministra e ministra do Desenvolvimento Econômico Yulia Svrydenko visitou o Brasil por ocasião da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou carta do presidente Zelensky em 31 de dezembro de 2022.

- O embaixador Celso Amorim visitou a Ucrânia em 10 de maio de 2023, oportunidade em que foi recebido pelo presidente Zelensky, pelo chefe do Gabinete da Presidência da Ucrânia (cargo equivalente, no Brasil, a chefe da Casa Civil da Presidência da República), Andrii Yermak, e com o então ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros, Andrii Melnyk, atual embaixador da Ucrânia no Brasil.
- O ministro Mauro Viera manteve encontro com o homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em 18 de fevereiro de 2023. Os chanceleres brasileiro e ucraniano conversaram ao telefone em setembro de 2023 e janeiro de 2024.
- Houve outros contatos em diferentes níveis entre as duas chancelarias. A secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, reuniu-se, à margem do Foro Diplomático de Antalya, em 2 de março de 2024, com o então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Mykola Tochytskyi, hoje vice-chefe de Gabinete do presidente Zelensky. Realizou-se, em 12 de junho de 2024, reunião de consultas políticas entre a secretária de América do Norte e Europa, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, e a vice-ministra ucraniana Iryna Borovets (as altas funcionárias diplomáticas mantiveram videoconferência em fevereiro de 2024). A reunião anterior de consultas políticas ocorreu, também em Brasília, em maio de 2021.
- Em maio, o governo ucraniano concedeu beneplácito para a nomeação de novo adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica, residente em Ancara, Turquia.
- Desde 2009, no marco da visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Ucrânia, os dois países decidiram, em reconhecimento da importância do relacionamento bilateral, elevá-lo à categoria de Parceria Estratégica.

II - Relação econômico-comercial

- Em 2021 e no início de 2022, o Setor Comercial da Embaixada do Brasil em Kiev organizou eventos para divulgação do Brasil como destino turístico, de vinho e de produtos alimentares brasileiros. Após ter as atividades interrompidas durante 2022, a partir de 2023, a Embaixada tem procurado identificar oportunidades para produtos brasileiros em face de novas demandas da Ucrânia em consequência do conflito. A desconfiança do setor exportador brasileiro com relação à capacidade de pagamento do país, dificuldades logísticas, bem como o temor que empresários nacionais nutrem em viajar à Ucrânia, não tem contribuído para a recuperação das vendas do Brasil para este país.
- A Embaixada também tem dado apoio às negociações para o fim do embargo à exportação de carne suína para a Ucrânia, dossiê do comércio bilateral para o qual ainda não houve desfecho exitoso. Em 13 de dezembro de 2023, realizou-se videoconferência entre representantes do Serviço Estatal da Ucrânia para a Segurança de Produtos Alimentícios e Proteção ao Consumidor (SEUSPAPC) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Na ocasião, a parte ucraniana confirmou disposição em enviar missão sanitária ao Brasil para verificar o sistema de controle brasileiro, com vistas a levantar o embargo de carne suína brasileira. Convite nesse sentido foi transmitido à parte ucraniana em 20 de dezembro de 2023. A missão técnica de inspeção não foi

realizada por falta de recursos da parte ucraniana. A oferta brasileira de custear a missão ainda não foi respondida.

- As trocas comerciais entre os dois países sofreram forte retração com o início do conflito. As exportações brasileiras se retraíram em 60,5% entre 2021 e 2022 e mais 57,8% em 2023. Em 2023, o Brasil exportou USD 37,8 milhões para a Ucrânia e importou USD 21,3 milhões. A corrente de comércio entre Brasil e Ucrânia caiu 58% em relação a 2022, período em que a retração havia sido de 67,33%, na comparação com 2021. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram os seguintes: amendoins (41%), máquinas e suas partes (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5%). Destacaram-se, nas vendas ucranianas, os seguintes produtos: medicamentos (22%), equipamento de distribuição de energia elétrica (20%), tubos, canos e mangueiras (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%).
- Conforme dados preliminares, o PIB da Ucrânia cresceu em 2023, em termos reais, entre 5% e 5,7%. Em janeiro de 2024, o Banco Nacional da Ucrânia revisou sua previsão de crescimento para 5,7%, contra 4,9% anteriormente. Mesmo com a recuperação acima do esperado, o PIB ainda é cerca de 25% menor do que o de 2021.
- Ao longo do ano, à medida que a economia ucraniana se adaptava mais profundamente para apoiar o esforço de guerra em reação à invasão russa, as previsões de crescimento tornaram-se mais otimistas. O segundo trimestre de 2023 foi o primeiro com crescimento real do PIB desde o início da guerra. Em outubro, a previsão do Banco Mundial era de crescimento de 3,5%. O desempenho no último trimestre, inclusive resultados melhores das colheitas tardias de alguns produtos agrícolas, indicam que mesmo as expectativas do trimestre anterior serão excedidas.
- A injeção de recursos no tesouro do país por parceiros internacionais (países, organizações e instituições financeiras), na forma de doações e empréstimos, e a política fiscal expansionista necessária para sustentar o esforço de guerra aumentaram a demanda interna, incentivando a retomada do consumo e dos investimentos. A atividade econômica no país mostra também o fortalecimento de setores em detrimento de outros. Mais diretamente ligado ao esforço de guerra, o setor de defesa (lato sensu) é certamente o melhor exemplo, mas há casos inesperados, como o aumento de 30% no faturamento de restaurantes e afins. O mercado de construção civil no país encolheu aproximadamente 65% em 2022, com o início do conflito russo-ucraniano, embora tenha apresentado sinais de recuperação em 2023, com crescimento de 22,6%.
- Segundo o Banco Nacional da Ucrânia, a inflação, em 2023, foi de 5,1%, resultado que revela expressiva melhora em relação aos 26,6% de 2022. Como em 2022, apesar do aumento do nível de atividade econômica e da injeção de recursos na economia, a absorção pelo governo de parte dos custos decorrentes da inflação e o competente controle do câmbio, pelo Banco Nacional da Ucrânia, colaboraram para aliviar a pressão inflacionária.
- A taxa básica de juros do Banco Nacional da Ucrânia, hoje em 15% ao ano, deverá seguir neste nível pelo menos até o segundo semestre de 2024. Segundo o BNU, o objetivo é de controlar a inflação e manter a atratividade dos investimentos em moeda local, evitando assim pressões sobre o mercado de câmbio.
- Entre 15% e 20%, a taxa de desemprego continua alta em comparação com o período anterior à guerra. A retomada da atividade econômica tem aumentado a busca por mão-de-obra, cuja

disponibilidade segue limitada pela mobilização e pelo grande número de cidadãos ucranianos que deixaram o país. Por outro lado, do segundo trimestre ao fim de 2023, os salários mostraram forte alta em termos reais.

- Para 2024, as previsões do Banco Nacional da Ucrânia, de organismos internacionais e do mercado eram inicialmente de aumento real do PIB de 3,6%. Com a intensificação dos ataques russos à infraestrutura civil ucraniana, especialmente no setor de energia, o Banco Nacional da Ucrânia revisou para baixo, no fim do mês de maio, a previsão de crescimento do país em 2024 para 3%.
- Espera-se inflação mais alta no segundo semestre, com o índice anual devendo chegar a 8,6%. Tal aumento seria temporário, com a inflação convergindo para a meta (entre 4% e 6%) já em 2025.
- Em 2023, as exportações de bens da Ucrânia chegaram a USD 36 bilhões de dólares, enquanto as importações atingiram USD 63,5 bilhões. A redução no montante exportado foi de cerca de 18%, menor, portanto, do que a queda de 35% em 2022. No início do segundo ano da guerra, ainda estava em vigor a “Iniciativa Grãos do Mar Negro”, que permitira retomada do comércio exterior, embora com obstáculos impostos pela Rússia. Seu abandono pela parte russa, ainda em 2023, prejudicou as exportações, principalmente de cereais, e levou a Ucrânia a buscar novas alternativas de escoamento da produção. A Ucrânia está entre os maiores exportadores agrícolas globais. Estima-se que a agricultura ucraniana era capaz, em 2021, de alimentar mais de 400 milhões de pessoas e o país foi o sétimo maior exportador de trigo, quarto de cevada e o maior exportador mundial de semente de girassol.
- Entre as soluções encontradas está o estabelecimento do Corredor Marítimo Ucraniano para os portos do Mar Negro na região de Odessa, que permitiu retomar gradativamente o comércio exterior por via marítima. Embora o corredor siga funcionando, sua operação foi prejudicada, durante 2023, pelo frequente bombardeio das instalações portuárias de Odessa e de áreas vizinhas. Por via terrestre, a Ucrânia explorou alternativas fazendo transitar suas cargas pelos países vizinhos, especialmente a Polônia. Nos últimos meses, no entanto, os bloqueios da fronteira por produtores rurais poloneses, que chegaram a destruir cargas ucranianas, voltaram a afetar negativamente a capacidade de exportação. Os planos ucranianos de assumir a parcela do mercado europeu anteriormente atendida pela Rússia tampouco tiveram êxito. Ao contrário, o protecionismo europeu não somente dificulta o acesso dos produtos ucranianos, mas também começou a prejudicar o trânsito de cargas destinadas a outros mercados (caso da Polônia).
- Em meados de novembro de 2023, representante permanente da Austrália, embaixador George Mina, na qualidade de coordenador do Grupo de Cairns para negociações em agricultura, informou sobre o pedido da Ucrânia para tornar-se membro pleno do grupo. O Brasil informou o coordenador do Grupo de Cairns a respeito de seu apoio ao pleito da Ucrânia de tornar-se membro pleno da coalizão. A Ucrânia ingressou oficialmente no Grupo de Cairns, tornando-se o vigésimo integrante do agrupamento no interior da Organização Mundial do Comércio.

III - Cooperação Técnica, Humanitária e em Saúde

- Em reação a pedidos recentes de ajuda humanitária no conflito russo-ucraniano, a parte brasileira transmitiu às autoridades da Ucrânia, por notas verbais em Brasília e Kiev, e aguarda manifestação

de interesse, bem como providências correspondentes para que o país possa receber doação adicional de medicamentos e vacinas provenientes do Ministério da Saúde do Brasil.

- Estão também em execução as seguintes ações humanitárias em apoio ao governo ucraniano: USD 29.000,00 para a aquisição de produtos e equipamentos, conforme a lista apresentada pelo “Save Ukraine – Children and families rescue network”, como doação humanitária brasileira - a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação humanitária brasileira, está tomando as providências administrativas pertinentes para transferir o valor as autoridades ucranianas -; 8.100 vacinas pneumocócica 23 – valente. A ABC aguarda receber, desde 21 de fevereiro de 2024, aprovação do governo ucraniano sobre a documentação técnica elaborada pelo Ministério da Saúde indispensável para a cotação de transporte aéreo, envio e internalização da referida vacina naquele país; e 8.000.000 de ponteiros de polipropileno.
- O governo brasileiro fez as seguintes doações humanitárias para atender as necessidades do governo ucraniano: (a) em 2023, 24 toneladas de arroz parabolizado, oferta humanitária do governo brasileiro aceita pelo governo ucraniano, com valor declarado de USD 15.816,52; e (b) em 2022, 50 purificadores de água da portáteis, de tecnologia e fabricação 100% nacionais, com capacidade combinada para purificar quase 300 mil litros de água por dia, transportados pela Força Aérea Brasileira (FAB) com valor total declarado de USD 125.835,03; 8,1 toneladas de alimentos desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo, com valor total declarado de USD 101.439,30, transportados pela FAB; 461 quilos de medicamentos, transportados pela FAB, com valor total declarado de USD 1.998,54; 1,9 tonelada de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo, com valor total declarado de USD 23.794,40.
- O governo do Brasil estendeu apoio institucional à empresa “Simple Nutri” e à ONG “Cooperative for Assistance and Relief Everywhere – CARE” para o envio de 10 toneladas de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo (doação privada); à empresa “Simple Nutri” e ao “Movimento UniãoBR” para o envio de 4 toneladas de insumos médico-hospitalares e de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo (doação privada); à empresa “Marfrig Global Foods” para o envio de 19,4 toneladas de carne bovina enlatada em conserva (doação privada); à empresa “JBS” para o envio de 18,6 toneladas de carne bovina enlatada em conserva (doação privada); 1 tonelada de equipamentos de proteção individual, insumos-médicos hospitalares e equipamentos ortopédicos e de mobilidade, obtidos, em doação, por meio de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) junto ao Hospital Israelita Albert Einstein e à empresa “Ortopedia Jaguaribe”, com valor total declarado de USD 60.095,45; 7,5 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, por meio de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), junto à Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, ao Hospital Israelita Albert Einstein e ao Hospital Sírío-Libanês, com valor declarado de USD 281.705,08; 2,5 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, junto à empresa farmacêutica “Eurofarma”, com valor total declarado de USD 52.845,98; e 9,2 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, junto à empresa farmacêutica “Eurofarma”, com valor total declarado de USD 73.583,67.

IV – Cooperação Cultural, em Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação

- Em 2021, foram celebrados os 130 anos do início da emigração ucraniana para o Brasil. Sob esse pano de fundo, o Setor Cultural da Embaixada organizou apresentação de música e exposição de pinturas de artistas brasileiros de origem ucraniana.

As atividades de cooperação em educação e ciência, tecnologia e inovação, e também de divulgação cultural, estiveram comprometidas em 2022 em razão do início das hostilidades em fevereiro daquele ano e o deslocamento da embaixada para Lviv. Foi possível, contudo, confeccionar material para celebração do bicentenário da Independência do Brasil. No ano passado, com recursos do Instituto Guimarães Rosa (IGR), foi possível traduzir e imprimir livro infantil de autor brasileiro, o qual está sendo distribuído entre escolas e bibliotecas em todo o país. Também foram apoiadas as participações de filmes brasileiros em festivais de cinema em Kiev.

- No primeiro semestre de 2024, foram impressos 200 exemplares de três livros da escritora brasileira Clarisse Lispector, nascida na Ucrânia. Em parceria com a embaixada de Portugal, foram organizados eventos para celebrar o Dia da Língua Portuguesa. Para o segundo semestre estão previstos um recital de pianista brasileiro, em setembro, e a impressão de material de divulgação do Instituto Guimarães Rosa (IGR).

V – Setor Consular

- O atendimento à comunidade brasileira residente na Ucrânia constituiu um desafio à parte no momento da invasão militar russa. Apesar de sucessivas campanhas de sensibilização, não havia, no momento do início das hostilidades, um panorama exato do número de residentes brasileiros na Ucrânia (país com território maior do que o da França).
- A partir do dia 24 de fevereiro de 2022, a Embaixada instalou central de atendimento 24 horas por dia, providenciou lugares nos trens que partiam de Kiev com destino ao oeste do país (Lviv), postou nas mídias sociais do posto horários dos serviços ferroviários, bem como recomendações de segurança e de rotas alternativas para aqueles que tencionavam sair do país através das rodovias.
- Em 2 de março daquele ano, teve início a operação de escritório da Embaixada em Lviv, com equipe de funcionários do Serviço Exterior Brasileiro desta Embaixada e de outros postos. Durante seu funcionamento, mais de 250 brasileiros foram evacuados da Ucrânia. Foi prestado igual apoio a cidadãos de outros países da América Latina. Com o fim da demanda por evacuação, o escritório emergencial encerrou suas atividades em 7 de abril de 2022, passando a assegurar as atividades regulares da Embaixada até o retorno a Kiev, em 26 de julho de 2022.
- Tendo em conta o reduzido número de eleitores inscritos, bem como da situação de segurança no país, não foram instaladas urnas de votação por ocasião das últimas eleições, em outubro de 2022.
- O Setor Consular da Embaixada está efetuando gestões para a transferência para o Brasil de três brasileiros que cumprem pena de reclusão em estabelecimento penal ucraniano.

MOLDOVA (CUMULATIVIDADE)

- As relações bilaterais entre Brasil e a República de Moldova iniciaram-se em 1993. A agenda política e econômica é incipiente, com intercâmbio bilateral pouco elevado. Moldova, de modo geral, tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais.
- O Embaixador em Kiev está igualmente acreditado, cumulativamente, em Moldova. O embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta apresentou cartas credenciais à presidente Maia Sandu em fevereiro de 2021, dois meses após a chegada a Kiev.
- Quando de visita a Chisinau para a cerimônia de apresentação de credenciais, o embaixador Rapesta manteve encontros com várias autoridades do Ministério das Relações Exteriores. Na ocasião, foi discutido o interesse moldavo na assinatura diversos instrumentos de cooperação com o Brasil. Ainda naquele ano, houve nova visita ao país em setembro, ocasião em que contatos ulteriores com autoridades locais foram mantidos. Como resultado dos entendimentos das visitas anteriores, assinou-se, em setembro de 2022, Memorando de Entendimentos sobre Consultas Políticas. Tendo em conta mudanças de governo tanto no Brasil quanto em Moldova, não foi ainda possível o agendamento da primeira reunião do mecanismo.
- Com o início do conflito na Ucrânia, o Embaixador Rapesta foi instruído a deslocar-se, junto com parte dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados em Kiev, para Chisinau. Naquela capital foi montado escritório da Embaixada, que funcionou entre 07 de março e 08 de abril de 2022. A unidade teve como funções manter o diálogo político com os governos de Kiev e Chisinau, bem como auxiliar na evacuação de cidadãos brasileiros da Ucrânia. Nesse período, buscou-se ampliar a rede de contatos com autoridades moldavas e dar início às negociações para o levantamento do embargo à importação de carnes do Brasil, as quais ainda não foram concluídas.
- Em 2023, pela situação interna na Ucrânia, agenda e volume de trabalho, não foi possível realizar qualquer visita a Chisinau. A Embaixada está planejando enviar diplomatas àquela capital no segundo semestre do corrente ano.
- O comércio bilateral é modesto. O intercâmbio somou, em 2023, apenas USD 5,8 milhões, com retração de 26,6% em relação ao ano anterior. O Brasil acumulou superávit de USD 200 mil.
- As exportações totalizaram USD 3 milhões e concentraram-se tabaco (30%), amendoins (25%) e máquinas não elétricas (21%). As importações ficaram por conta, sobretudo, de artigos de plástico (60%), equipamento para distribuição de energia elétrica (11%) e bebidas alcoólicas (5%).
- De acordo com dados do Ministério do Interior de Moldova, cerca de 20 brasileiros residem naquele país legalmente. Não há registro de demandas de serviços consulares junto ao setor consular da embaixada em Kiev por nacionais residente naquele país. Pela facilidade logística e proximidade, entende-se que eventuais demandas estejam sendo encaminhadas à Embaixada do Brasil em Bucareste.
- Não há registro de trocas de visitas de autoridades dos dois países nos últimos 10 anos. Essa lacuna tem contribuído para a manutenção de relacionamento pouco dinâmico. O relacionamento bilateral no período em que o embaixador Rapesta esteve à frente da Embaixada do Brasil não observou, como era de seu interesse, maior dinamismo e ampliação dos setores com potencial desenvolvimento, tais como cooperação bilateral nas áreas de saúde e agricultura, em especial.

- Apesar de permanecer um dos países menos desenvolvidos de toda a Europa, Moldova tem apresentado altas taxas de crescimento econômico nos últimos anos. Nos últimos vinte anos, e, mais intensamente, no governo da presidente Maia Sandu, Moldova adotou medidas para o fortalecimento das instituições públicas e a melhoria do ambiente de negócios no país. Diversos índices refletem os esforços de fortalecimento institucional: (i) 96ª colocação no Índice de Liberdade Econômica da 'Heritage Foundation' (a Romênia ocupa a 45ª; o Brasil, o 127º lugar); (ii) 48º lugar em facilidade para realização de negócios de acordo com o relatório 'Ease of Doing Business' do Banco Mundial (a Romênia encontra-se em 55º, a Ucrânia, em 64º, e o Brasil, em 124º); e (iii) 91ª categoria do Índice de Percepção da Corrupção da ONG Transparência Internacional, atrás da Romênia (63º) mas à frente do Brasil (94º) e da Ucrânia (116º).
- Apesar de apresentar sinais de desgaste, o modelo de desenvolvimento moldavo, baseado em aumento do consumo e redução da pobreza, e viabilizado por remessas internacionais, foi responsável pelo crescimento vigoroso dos últimos anos. A principal atividade econômica é a agricultura, que ocupa 38% da mão-de-obra e 45% do PIB, refletindo condições favoráveis como a proximidade com o Mar Negro (que confere clima ameno e ensolarado) e abundância da terra preta 'chernozem', de alta fertilidade.
- Em 2014, Moldova assinou Acordo de Associação com a União Europeia, que incluiu a implementação de uma Área de Livre Comércio, estendida em 2016 ao território separatista da Transnístria. O arranjo visou conceder a Moldova acesso sem barreiras tarifárias ao mercado da UE, bem como estimular os laços políticos e comerciais do país com o Ocidente e criar contraponto à influência russa no país. Como reação à assinatura do acordo, a Rússia impôs, à época, embargo aos principais produtos da pauta de exportação de Moldova, afetando produtores agrícolas locais. Desde então, o comércio bilateral entre aqueles países passou a observar acentuado declínio. O país adquiriu estatuto de candidato a integrar a União Europeia em junho de 2022, em contexto de elevada comoção que marcou os meses iniciais do conflito russo-ucraniano na Europa.
- A balança comercial de Moldova é estruturalmente deficitária. Em 2022, segundo a Organização Mundial do Comércio, o país exportou 4,3 bilhões de dólares em bens contra 9,2 bilhões de dólares em importações. Números do Instituto Nacional de Estatística apontam que, em 2023, Moldova exportou 4 bilhões de dólares em bens, importando 8,6 bilhões de dólares. Os países da União Europeia teriam absorvido 65,4% das exportações de Moldova, ao passo que foram responsáveis por 48,3% das suas importações.
- Em novembro de 2020, a Moldova elegeu como presidente Maia Sandu. De perfil cosmopolita e técnico, Sandu graduou-se em gestão na Academia de Estudos Econômicos de Moldova e obteve mestrado em Administração Pública na Harvard Kennedy School, em 2010. Trabalhou como consultora sênior do Banco Mundial em Washington, antes de retornar à Moldova, dois anos depois. No país, serviu como ministra da educação, de 2012 a 2015, e como primeira-ministra por cinco meses em 2019.
- Além de ser a primeira presidente mulher do país, Sandu representou o rompimento com a política tradicional de proximidade com a Rússia, que prevaleceu em maior ou menor nível desde a independência de Moldova em 1991. Sinalizou, ainda, a tendência de consolidação da preferência do eleitorado por uma crescente aproximação política e comercial com a Europa.

- Meses após a eleição presidencial, seguiu-se a convocação de novo pleito parlamentar, que resultou na vitória, pela primeira vez na história do país, de um partido reformista, de centro-direita e pró-ocidental. A sigla de Maia Sandu, o PAS, venceu as eleições parlamentares, com 52,8% dos votos, contra 27,22% dos votos obtidos pela coligação do Bloco Eleitoral Comunista e Socialista, representado pelo ex-presidente Igor Dodon. A maioria absoluta conquistada pelo PAS precipitou também a saída da cena política de quatro partidos, entre eles o PDM de Vladimir Plahotniuc.
- No plano doméstico, Maia Sandu assumiu compromisso com o combate à corrupção e a modernização das instituições. A resolução dos problemas sociais, outro de seus principais objetivos, seria apoiada pela implementação de estratégias para a superação da crise econômica.
- A presidente Sandu tem buscado blindar a Moldova dos efeitos negativos do conflito russo-ucraniano. No início da invasão russa, Chisinau buscou inicialmente se manter discreta na crítica a Moscou, mas não deixou de emitir comunicado, condenando a invasão e exaltando o respeito ao direito internacional e à soberania da nação ucraniana. Com a evolução do conflito, porém, Moldova passou a expressar crescente temor com os efeitos do conflito sobre o país.
- Com a eclosão do conflito, Moldova também intensificou esforços de aproximação com o bloco ocidental. Em março, o país oficializou, de modo praticamente simultâneo com a Geórgia e a Ucrânia, o pedido de adesão à UE. Em 23 de junho de 2022, o Conselho Europeu concedeu à Moldova status de “país candidato”, em consequência da emergência do conflito no país vizinho. A presidente Sandu, anunciou, em 18 de março de 2024, a realização de referendo no país, em outubro vindouro, sobre o apoio da população à acessão à UE. Em termos concretos, a votação trataria de inscrição na constituição de Moldova de provisão sobre o desejo de aceder à União Europeia. O pano de fundo do anúncio é composto pelas tensões envolvendo as relações entre a Rússia e a província separatista da Transnístria.
- Como indicativo de crescente importância geopolítica de Moldova, realizou-se, no país, a II Cúpula da Comunidade Política Europeia (Bulboaca, 31 de maio a 1º de junho de 2023), evento que debate políticas e estratégias relevantes ao futuro do continente europeu. Na cúpula em Bulboaca, a UE anunciou a inauguração de missão de parceria no país (EUPM-Moldova), que terá, entre seus objetivos, apoiar a gestão de crises e cenários de ameaças híbridas. O país é membro de várias organizações regionais, como a Organização para Segurança e Cooperação na Europa e a Organização GUAM para Democracia e Desenvolvimento Econômico, juntamente com o Azerbaijão, a Geórgia e a Ucrânia.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com a Ucrânia e Moldova, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros no relacionamento com esses países, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Ucrânia e Moldova, tanto nos âmbitos intergovernamentais quanto com os setores privados locais e as sociedades civis ucraniana e moldava; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro nesses países; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais dos dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas na Ucrânia e em Moldova, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum com a Ucrânia e Moldova;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover a cooperação em educação e ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e Ucrânia e Moldova;
5. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
6. Dar continuidade e facilitar o provimento de ajuda humanitária brasileira à Ucrânia, no contexto do conflito russo-ucraniano iniciado em 24 de fevereiro de 2024;
7. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
8. Viabilizar, em contatos com os governos de Ucrânia e de Moldova, a normalização, respectivamente, do comércio de carne de porco e de carnes em geral;
9. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
10. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados entre os governos do Brasil e de Ucrânia e Moldova;

11. Buscar o apoio dos dois países a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
12. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Ucrânia e em Moldova, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
13. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, sobretudo aos afetados pelas consequências das hostilidades decorrentes do conflito russo-ucraniano, bem como a estrangeiros interessados em vistos, legalização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular; e
15. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, nomeadamente no que se refere ao desenrolar do conflito russo-ucraniano, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Atração de investimentos

- Ucrânia e Moldova são países demandantes de Investimentos Estrangeiros diretos (IED), e não exportadores de inversões do gênero em outros países;
- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil à Ucrânia e a Moldova, com foco na recomposição das trocas comerciais e identificação de oportunidades de investimentos para empresas brasileiras;
- Mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento econômico-comercial com empresários ucranianos e moldavos;
- Acompanhar os processos de acesso da Ucrânia e de Moldova à União Europeia;
- Organizar eventos de promoção comercial na jurisdição do Posto, na medida do possível, à luz de dificuldades de deslocamento interno na Ucrânia associadas ao conflito russo-ucraniano; e
- Exportação de serviços de engenharia na construção civil e geração de energia.

Promoção comercial

- Colaborar para a arregimentação de empresas ucranianas e moldavas para projetos compradores no Brasil e para encontros de negócios em pavilhões do Brasil em feiras comerciais de grande porte na Europa;
- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros na Ucrânia e em Moldova;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores na Ucrânia e em Moldova, em especial na geração e energia, indústria agro-alimentar e farmacêutica.
- Encorajar exportadores brasileiros a incluírem a Ucrânia e Moldova em seu roteiro de promoção comercial na Europa, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para a Ucrânia e Moldova;
- Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
- Monitorar e relatar eventuais alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros nos mercados da jurisdição do Posto; e
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos na jurisdição do posto, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos.
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil, da Ucrânia e de Moldova, com foco em aumentar o fluxo de comércio e de investimentos.
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada; e
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para a Ucrânia e Moldova.

II - Relações políticas bilaterais com a Ucrânia e Moldova

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Estimular o adensamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Ucrânia, no marco da Parceria Estratégica entre os dois países criada durante visita de estado à Ucrânia em 2009;
- Apoiar a organização de nova reunião do mecanismo de consultas políticas Brasil-Ucrânia (últimas reuniões ocorreram, ambas em Brasília, em junho de 2024 e maio de 2021);
- Somar esforços com o lado ucraniano para a retomada do mecanismo da Comissão Intergovernamental de Cooperação, cuja última reunião ocorreu em novembro de 2013;
- Acompanhar e informar sobre sinergias na área de segurança alimentar no âmbito da presidência brasileira do G20 em 2024, bem como a respeito da atuação da Ucrânia no âmbito do Grupo de Cairns da Organização Mundial de Comércio, agrupamento do qual faz parte a partir de fevereiro de 2024;
- Apoiar o Grupo de Amizade Brasil-Ucrânia estabelecido, em 2023, no Congresso Nacional, com a possibilidade, aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em março de 2024, de realização de missão parlamentar brasileira à Ucrânia;
- Monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da COP30 no Brasil em 2025;
- Realizar gestões, junto ao governo local, para retomar a negociação de propostas de acordo não finalizadas, como o acordo para o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de pessoal diplomático e consular e o acordo de cooperação em matéria alfandegária;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras à Ucrânia e a Moldova e de autoridades ucranianas e moldavas ao Brasil;

- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros de Moldova;
- Apoiar a realização da primeira reunião de consultas políticas Brasil-Moldova, à luz da assinatura de Memorando de Entendimento entre os dois países para esse propósito em setembro de 2022;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com as chancelarias ucraniana e moldava;
- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio da Ucrânia e de Moldova a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Contribuir para o desfecho exitoso das tratativas com a Ucrânia para a retomada da exportação de carne de porco brasileira;
- Lograr avançar na obtenção do certificado sanitário que permita ao Brasil exportar carnes para Moldova;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico da Ucrânia e de Moldova, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Elaborar materiais informativos sobre a Ucrânia e Moldova para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros;
- Defender os meios pacíficos de solução de controvérsias e as oportunidades advindas para a Ucrânia da neutralidade brasileira no conflito; e
- Advogar pela defesa da população civil e pela defesa do direito humanitário.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas com ambos os países.
- Escopo da pauta das reuniões de consultas políticas.
- Retomada da reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Brasil-Ucrânia, cuja última reunião ocorreu em 2013.
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas das chancelarias ucraniana e moldava.
- Contabilização das gestões em prol de candidaturas brasileiras.
- Contabilização das gestões presenciais realizadas em Moldova.
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais.
- Contabilização das gestões presenciais realizadas na Ucrânia sobre concertação de posições no ambiente multilateral.
- Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa e economia da Ucrânia e de Moldova.
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais.
- Número de visitas de autoridades brasileiras à Ucrânia e a Moldova e de autoridades ucranianas e moldavas ao Brasil.

III – Cooperação em ciência, tecnologia e inovação, humanitária e em saúde

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Fortalecer a cooperação científico-tecnológica com a Ucrânia e Moldova.
- Estudo para a identificação de iniciativas voltadas para aplicações tecnológicas com base em materiais avançados.
- Em coordenação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, contribuir para a realização de parcerias entre instituições brasileiras e ucranianas e moldavas.
- Incrementar a cooperação entre pesquisadores brasileiros e ucranianos e moldavos.
- Apoiar a realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I.
- Apoiar a provimento de processos de ajuda humanitária brasileira em andamento com a Ucrânia, no contexto das consequências do conflito russo-ucraniano, bem como facilitar novas iniciativas de apoio humanitário, sobretudo na área de saúde, em termos de oferta de medicamentos.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema.
- Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas.
- Número de expedientes telegráficos anuais do posto sobre o tema.
- Número de reportagens na mídia local e apreciações em redes sociais de ações de promoção tecnológica feitas pela Embaixada.
- Número de acordos assinados e de iniciativas que tenham seguimento.
- Número de apoio a missões.
- Quantificação da ajuda humanitária brasileira à Ucrânia, mormente no que se refere à quantidade de medicamentos e equipamento da área de saúde disponibilizado ao país.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a presença da produção cultural brasileira na Ucrânia e em Moldova.
- Monitorar e ampliar a cobertura das imprensas ucraniana e moldava sobre temas brasileiros.
- Promover o ensino da língua portuguesa na Ucrânia e em Moldova.
- Organizar eventos de caráter cultural em conjunto com parceiros na Ucrânia e em Moldova.
- Informar sobre a política externa brasileira.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do posto.

- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira.
- Número de acessos nas mídias sociais do posto.
- Número de reuniões, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.

V – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Manter e aprimorar, quando necessária, a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros.
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto.
- Adensar a rede de Consulados Honorários.
- Manter o bom relacionamento com autoridades locais das áreas e imigração e segurança pública;
- Monitorar as condições de segurança na Ucrânia, no contexto do conflito russo-ucraniano, e atualizar, conforme necessário, o plano de contingência; e
- Realizar visitas aos nacionais presos (caso existam) na jurisdição do posto e concluir eventuais processos em andamento de transferência de nacionais condenados na Ucrânia.
- Manter Plano de Evacuação elaborado pela embaixada.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Ucrânia e em Moldova.
- Número de reuniões da Embaixada com a comunidade brasileira.
- Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada.
- Número de consulados itinerantes realizados e de documentos neles emitidos.
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados.
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.

RELATÓRIO Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Trata-se da indicação do nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea “a” do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCeub) desde 1987 e iniciou sua carreira diplomática em 1991.

Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco defendendo a tese “A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul”.

Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2011, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções, foi Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul de 2003 a 2005.

No exterior, foi Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral em Nova Iorque, Estados Unidos, de 1995 a 1998; Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá, Colômbia, de 1998 a 2002; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, Uruguai, em 2002; Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Miami, Estados Unidos, de 2005 a 2008; Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas, Venezuela, de 2008 a 2010; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, Paraguai, de 2010 a 2012; Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, Paraguai, em 2012; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, Dinamarca, de 2013 a 2016; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri, Espanha, de 2016 a 2019; Embaixador em Bamako, Mali; e Embaixador em Luanda, Angola (2020 até o presente).

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea “d”, número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre Ucrânia e Moldova, bem como o candidato apresentou seu planejamento estratégico para o cumprimento de suas funções na Embaixada da Ucrânia e, cumulativamente, da Moldova.

A Ucrânia, país cuja capital é Kiev, detém população de 37,8 milhões de habitantes, com decréscimo populacional em razão da guerra. Cuida-se de república semipresidencialista, com parlamento unicameral, em que o Presidente Volodymyr Zelensky, eleito em abril de 2019, teve seu mandato prorrogado em 20 de maio de 2024 por Lei Marcial pela impossibilidade de realização do pleito eleitoral.

O presidente ucraniano, ao chegar ao poder, elaborou algumas reformas, como o fim da imunidade parlamentar, mas logo teve de enfrentar o desafio trazido pela pandemia e a guerra iniciada em fevereiro de 2022. Com esta, tornou-se figura mundialmente conhecida.

A economia ucraniana tem mostrado sinais de recuperação e, para 2024, espera-se aumento real do PIB de 3,6%. No início da guerra vigorava a “Iniciativa Grãos do Mar Negro” promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Turquia para escoar a produção de alimentos e, atualmente, estabeleceu-se o Corredor Marítimo Ucraniano para os portos do Mar Negro na região de Odessa, retomando o escoamento da produção ucraniana e dando fôlego à economia local.

O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em relação à ex-União Soviética no ano de 1991 e, no ano seguinte, as relações diplomáticas foram estabelecidas. A abertura de embaixada residente em Brasília se deu em 1993 e a embaixada brasileira em Kiev foi instalada em 1995.

De acordo com o documento enviado pelo Itamaraty, a

“posição brasileira sobre o conflito russo-ucraniano combina votos condenatórios à violação da integridade territorial da Ucrânia na Organização das Nações Unidas com a busca de solução pacífica para a guerra, nos termos da tradição diplomática pátria e com amparo nas disposições do artigo 4º da Constituição Federal, que consagra a defesa da paz entre os princípios norteadores a ação exterior do País”.

No campo do comércio bilateral, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Ucrânia em 2023 foram amendoins (22%), máquinas (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5). Os principais produtos importados da Ucrânia foram medicamentos (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%). O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US\$ 1 bilhão em 2011-2012, despencou para US\$ 31,5 milhões em 2023.

Por sua vez, a República da Moldova conta com 3,2 milhões de habitantes.

Nossas relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No entanto, a agenda política e econômica é incipiente. Saliente-se que a Moldova tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais. No que tange ao intercâmbio bilateral, tem-se verificado ausência de padrão, em grande parte por se tratar de um dos países com menor desenvolvimento relativo da Europa. Em 2019, nossas exportações foram de US\$ 9,4 milhões e importações, de US\$ 4,9 milhões, enquanto em 2023 as exportações foram de US\$ 5,8 milhões e importações, de US\$ 3 milhões. Nosso principal produto de

exportação é o tabaco (30%), seguido de amendoins (24%), ao passo que importamos, sobretudo, artigos de plástico (60%).

Destaca-se, por fim, do planejamento estratégico, que o Embaixador indicado pretende apoiar a organização de nova reunião do mecanismo de consultas políticas Brasil-Ucrânia, acompanhar e informar sobre sinergias na área de segurança alimentar no âmbito da presidência brasileira do G20 em 2024, apoiar o Grupo de Amizade Brasil-Ucrânia com a possibilidade de realização de missão parlamentar brasileira à Ucrânia e lograr avançar na obtenção do certificado sanitário que permita ao Brasil exportar carnes para a Moldova.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2024

(n° 285/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 285

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUCIANO MAZZA DE ANDRADE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUCIANO MAZZA DE ANDRADE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00088/2024 MRE

Brasília, 29 de Maio de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUCIANO MAZZA DE ANDRADE**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Singapura, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUCIANO MAZZA DE ANDRADE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 365/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833606** e o código CRC **3F9385D3** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003153/2024-84

SUPER nº 5833606

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **LUCIANO MAZZA DE ANDRADE**

CPF.: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1970 Filho de [REDACTED] a, nasce em [REDACTED], em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1993 Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP)
1995 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
2002 Mestrado em Direito Europeu, com mérito, pela London School of Economics and Political Sciences
2003 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – Instituto Rio Branco (IRBr)
2006 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: *"O Fortalecimento Institucional do Mercosul e a Supranacionalidade: Considerações sobre as Prioridades da Agenda Institucional desde a Perspectiva Brasileira"*

Cargos:

1995 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2004 Primeiro-secretário
2007 Conselheiro
2014 Ministro de segunda classe
2023 Ministro de primeira classe

Funções:

1995-1999 Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1999-2003 Embaixada em Londres, terceiro e segundo-secretário
2003-2005 Delegação Permanente junto à ALADI e ao MERCOSUL, segundo e primeiro-secretário
2006-2008 Coordenação-Geral de Contenciosos, subchefe
2008-2010 Coordenação-Geral de Contenciosos, coordenador-geral
2010-2013 Missão junto à União Europeia, conselheiro
2014-2016 Divisão de Negociações Extrarregionais do Mercosul II, chefe
2016-2019 Embaixada em Camberra, ministro-conselheiro
2019-2021 Embaixada em Lisboa, ministro-conselheiro
2021-2022 Departamento de Promoção Tecnológica, diretor
2021-2022 Secretário de Comunicação e Cultura, de 21 de setembro de 2021 a 18 de abril de 2022
2022- Departamento de Ciência, Tecnologia e Propriedade Intelectual, diretor

Obras publicadas:

2013 "O Contencioso do Algodão: o Desafio da Implementação, in O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma Perspectiva Brasileira", FUNAG, Brasília.
2019 "The Cotton Case: Litigation, Retaliation, Negotiation, in The WTO Dispute Settlement Mechanism - A Developing Country Perspective", Springer.

Condecorações:

2010 Ordem de Rio Branco, grau de comendador
2021 Medalha "Mérito Santos-Dumont"
2021 Medalha "Mérito Tamandaré"

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**SINGAPURA**

**Informação Ostensiva
Maio de 2024**

DADOS BÁSICOS SOBRE SINGAPURA

Nome Oficial:	República de Singapura
Gentílico:	Singapurense
Área e População	721,5 km² e 5,74 milhões de habitantes
Línguas oficiais:	Inglês, malaio, mandarim e tâmil
Principais religiões:	Budismo (33,2%), cristianismo (18,7%), islamismo (14%), taoísmo e religiões tradicionais (10%), hinduísmo (5%), e nenhuma (18,5%).
Sistema de governo:	República parlamentarista
Poder Legislativo:	Unicameral, com 104 assentos e mandato de 5 anos
Chefe de estado:	Presidente Tharman Shanmugaratnam (desde setembro de 2023)
Chefe de governo:	Primeiro-Ministro Lawrence Wong (desde maio de 2024)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Vivian Balakrishnan (desde outubro de 2015)
PIB nominal (est. 2024, FMI):	US\$ 525,2 bilhões
PIB PPP (est. 2024, FMI):	US\$ 794,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2024, FMI):	US\$ 84.480
PIB <i>PPP per capita</i> (est. 2024, FMI):	US\$ 133.740
Variação do PIB (FMI):	8,9% (2021); 3,6% (2022); 1,1% (2023); 2,1% (est. 2024)
IDH (2022, PNUD)	0,949 (9ª posição)
Comércio bilateral (2023)	US\$ 8,39 bilhões (-10%)
Saldo da balança comercial (2023)	Superávit de US\$ 6,52 bilhões
Total exportações brasileiras (2023)	US\$ 7,45 bilhões (-11,2%); 8º destino
Principais produtos exportados	Óleos combustíveis de petróleo (64%); óleos brutos de petróleo (16%); plataformas e embarcações (5,2%); carne de aves (4%); ferro gusa ou aço (2,4%); carne suína (2,2%); e carne bovina (1,1%).
Total importações brasileiras (2023)	US\$ 937 milhões (-5,9%); 42ª origem
Principais produtos importados	Inseticidas e similares (15%); Circuitos integrados (13%); hidrocarbonetos e seus derivados (8,3%); medicamentos, incluindo veterinários (7,6%); óleos combustíveis de petróleo (4,7%); e compostos para a fabricação de medicamentos (4,0%).
Investimentos de Singapura no Brasil	Singapura possui estoque de investimentos no Brasil da ordem de US\$ 17,4 bilhões. Há investimentos no setor de construção naval e transportes, serviços financeiros, TI e comunicações, agronegócio, educação, celulose, dentre outros.
Investimentos do Brasil em Singapura	Diversas empresas possuem seus escritórios para a Ásia-Pacífico em Singapura, como B3, Embraer, Petrobras, Vale, CBMM, Braskem, BRF, Seara, Minerva, WEG e Tramontina, dentre outras.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Acordo de livre-comércio com o MERCOSUL assinado em dezembro de 2023, porém ainda não vigente.
Unidade monetária:	Dólar de Singapura
Embaixador em Brasília:	Sam Goi Seng Hui (acreditado junto ao governo brasileiro)
Embaixadora em Singapura:	Eugênia Barthelmess
Brasileiros no país:	Aproximadamente de 2.000 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: MDIC)

Brasil → Singapura	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
Intercâmbio	2.998,4	2.677,4	3.380,6	3.513,2	4.494,5	6.667,0	9.392,7	8.396,9	3.281,1
Exportações	1.905,3	2.045,2	2.734,7	2.880,6	3.670,9	5.824,3	8.396,2	7.459,2	3.020,9
Importações	1.093,1	632,2	645,9	632,6	823,6	842,7	996,5	937,7	260,2

Saldo	812,3	1.413,0	2.088,8	2.248,0	2.847,3	4.981,6	7.399,7	6.521,5	2.760,7
--------------	-------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

1. Dados até o mês de abril.

APRESENTAÇÃO

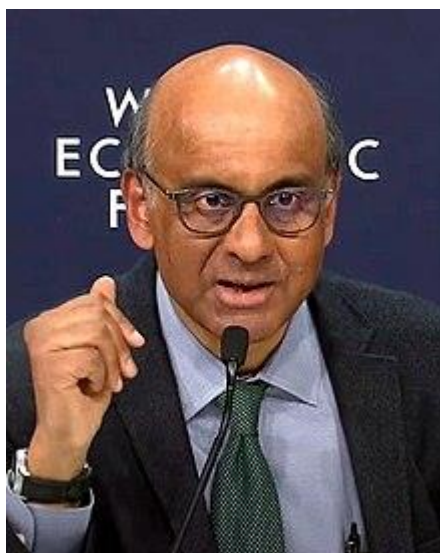
Situada no Sudeste Asiático, com localização estratégica para importantes rotas marítimas, Singapura, ex-colônia britânica, tornou-se independente em 1965. Entre 1963 e 1965, integrou a Federação Malaia, Bornéu do Norte e Sarawak. Tensões políticas culminaram com o seu estabelecimento definitivo como estado soberano, ao desmembrar-se da federação. O país permaneceu membro da *Commonwealth* britânica.

Em período de quase seis décadas, Singapura passou de empobrecida ex-colônia inglesa a cidade-estado de alta renda *per capita* e elevado nível de desenvolvimento humano.

Destacando-se por sua economia aberta, Singapura soube aderir às cadeias globais de alto valor agregado e tornou-se epicentro comercial no Sudeste Asiático. O país mantém intercâmbio de bens e serviços em montante equivalente a mais de quatro vezes o seu PIB, refletindo sua vocação de polo de reexportação e portal de acesso aos mercados dos demais países asiáticos.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Tharman Shanmugaratnam**

Presidente da República



Nasceu em 1957. É formado em Economia pela *London School of Economics* (LSE) e possui mestrado em Economia pela Universidade de Cambridge e em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Começou sua carreira na Autoridade Monetária de Singapura - MAS (Banco Central), do qual foi economista-chefe.

Tharman Shanmugaratnam, de origem étnica indiana, ocupou diferentes posições de destaque no país, como Ministro da Educação (2003-2008), Ministro das Finanças (2007-2015), Ministro do Trabalho (2011-2012) e Vice-Primeiro-Ministro (2011-2019), além de ter sido Presidente do Banco Central de Singapura.

Lawrence Wong
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1972. É graduado em Economia pela Universidade de Wisconsin-Madison e mestre em Economia pela Universidade de Michigan Ann-Arbor.

Ingressou no serviço público em 1997, como funcionário do Ministério de Comércio e Indústria. Trabalhou nos Ministérios das Finanças (2002) e da Saúde (2004), antes de tornar-se secretário particular do primeiro-ministro Lee Hsien Loong (2005 a 2008). Foi eleito membro do parlamento pela primeira vez em 2011, quando ocupou os cargos de ministro da Defesa e da Educação.

Ao longo da última década, foi, ainda, ministro da Cultura, Educação e Juventude (2012-2015); segundo-ministro de Comunicações e Informação (2014) ministro do Desenvolvimento Nacional (2015-2020); segundo-ministro das Finanças (2016-2021); ministro da Educação (2020-2021).

Wong destacou-se no cenário político ao copresidir a Força-Tarefa Interministerial de combate à COVID, entre 2020-2023. Antes de assumir a chefia de governo, ocupou, desde 2021, o cargo de ministro das Finanças, vice-primeiro-ministro, presidente da Autoridade Monetária de Singapura, presidente do Conselho Internacional da *Singapore Economic Development* e vice-presidente do Conselho do fundo soberano GIC.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama

As relações diplomáticas entre o Brasil e Singapura foram estabelecidas em 1967. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência de Singapura. A Embaixada residente em Singapura foi instalada em 1979. Já a Embaixada residente de Singapura em Brasília, a única daquele país na América Latina, foi instalada em 2013.

Do lado brasileiro, não houve, até o momento, visita presidencial a Singapura. Do lado singapurense, a última visita de chefe de governo deu-se em 2008, quando o primeiro-ministro Lee Hsien Loong visitou o Brasil. Houve, até o momento, quatro visitas de ministros das Relações Exteriores do Brasil a Singapura: Celso Amorim (2008); Mauro Vieira (2015); e Aloysio Nunes Ferreira (2017 e 2018).

O vice-primeiro-ministro de Singapura Tharman Shanmugaratnam (hoje presidente) esteve no Brasil em 2018 para manter encontros com o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central.

O governo de Singapura enviou às duas últimas cerimônias de posse presidencial delegação de alto nível. Na posse do presidente Lula, compareceu o ministro do gabinete do primeiro-ministro e segundo ministro das Relações Exteriores e da Educação, Dr. Mohamad Maliki.

Momento atual

A relação bilateral atravessa momento de intensificação, com incremento de contatos e visitas oficiais, missões e delegações de parte a parte, aumento dos fluxos comerciais e desenvolvimento de projetos conjuntos em diversas áreas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Vivian Balakrishnan, esteve no Brasil em duas oportunidades em 2023: foi recebido em visita oficial, em abril, e retornou para a Cúpula do MERCOSUL, em dezembro. Na ocasião, foi assinado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Singapura.

Singapura participa, a convite do Brasil, de todas as atividades do G20. O país é tradicionalmente convidado pela presidência de turno do G20 desde 2010, na condição de coordenador do 3G (grupo criado em 2009, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas), com o objetivo de canalizar ao G20 posições compartilhadas por economias de média escala). O primeiro-ministro deverá participar da Cúpula de Líderes em novembro, no Rio de Janeiro.

Visitas recentes

Entre as visitas oficiais mais recentes, destacam-se a participação de parlamentares brasileiros em curso sobre o Futuro do Comércio Global da Lee Kuan Yew School of Public Policy (setembro/2023); a missão do vice-presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo (setembro/2023); a missão de integrantes do foro de logística Brasil Export, integrada pela Secretária Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos e por Diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) (novembro/2023); a missão de integrantes da Confederação Nacional dos Transportes (novembro/2023); a missão do Governador do Piauí, Rafael Fonteles (março/2024); participação de integrante do Estado-Maior do Exército em curso de formação (abril/2024); e missão da Secretária Executiva de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (abril/2024).

Do lado singapurense, destaca-se a visita oficial, entre os dias 15 e 18 de abril de 2023, do chanceler Vivian Balakrishnan. Realizou-se, em 17 de abril, em Brasília, a primeira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, co-presidida pelos chanceleres Mauro Vieira e Vivian Balakrishnan. Em dezembro, por ocasião da Cúpula do MERCOSUL, o ministro dos Negócios Estrangeiros Balakrishnan participou do ato de assinatura do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Singapura.

Cooperação bilateral

Os principais temas da agenda bilateral são comércio e investimentos; ciências, tecnologia & inovação (CT&I); meio ambiente; defesa; infraestrutura e transportes (marítimo e aéreo); segurança alimentar; e cooperação técnica trilateral.

Na área de Ciência e Tecnologia & Inovação, é crescente o interesse no aprofundamento do conhecimento mútuo entre atores dos respectivos ecossistemas de inovação. Singapura vem logrando manter-se entre as dez economias mais inovadoras do mundo nos últimos 15 anos. Em 2024, o Brasil participará pelo terceiro ano consecutivo da *Singapore Week of Innovation and Technology* (SWITCH), maior evento anual dedicado a startups no sudeste asiático. Em 2023, Singapura foi eleita como destino do *Startup OutReach* Brasil, programa do Governo Federal de apoio à inserção de startups brasileiras nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo.

No setor de construção naval, foi assinado, em junho de 2022, contrato para a construção do Navio de Apoio Antártico (NApAnt) para a Marinha do Brasil. São signatários a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON)

e a Polar 1 Construção Naval SPE Ltda. – Sociedade de Propósito Específico constituída pelo Estaleiro Jurong Aracruz e *SembCorp Marine Specialised Shipbuilding* (SMSS).

Acordos bilaterais

Encontram-se, em vigor, acordos bilaterais sobre serviços aéreos, sobre cooperação em ciência e tecnologia, para evitar dupla tributação dos lucros do transporte aéreo e marítimo internacional; para a isenção parcial de vistos; e para eliminar a dupla tributação em relação aos tributos sobre a renda e prevenir a evasão e a elisão fiscais (ADT), bem como protocolo adicional ao ADT.

Em abril de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Brasil-Singapura com Terceiros Países. No âmbito desse instrumento, está sendo desenvolvido o primeiro “Curso sobre segurança do alimento (“food safety”) Brasil-Singapura-ASEAN e Timor Leste”. Em dezembro de 2023, na reunião de cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro, foi assinado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Singapura, ora em processo de ratificação.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira em Singapura é estimada em cerca de 2.000 nacionais, formada por famílias de perfil jovem (20-60 anos), com elevado nível educacional, empregados em companhias multinacionais ou escritórios de empresas brasileiras. Destaca-se a presença de funcionários da Petrobras, por curtos períodos, para construção de plataformas de petróleo em Singapura

Os serviços de assistência consular referem-se usualmente a atendimentos a brasileiros com problemas na imigração por falta de documentação, internamentos em hospital de turistas brasileiros e outros casos pontuais. Não há atualmente (maio de 2024) nacionais presos no país.

POLÍTICA INTERNA

Após o fim do domínio britânico, em 1963, Singapura passou a fazer parte da Federação Malaia, Bornéu do Norte e Sarawak, tendo se estabelecido como estado soberano em 9 de agosto de 1965. Lee Kuan Yew, considerado o fundador de Singapura, é figura central na história da cidade-estado. Lee levou Singapura à independência e a notável desenvolvimento socioeconômico em poucas décadas. Manteve forte influência sobre os rumos políticos do país

mesmo depois de sua longa administração como primeiro-ministro (1959-1990). Seu filho Lee Hsien Loong foi primeiro-ministro entre 2004 e 2024.

Singapura é uma república parlamentarista em que o chefe de Estado possui mandato de seis anos e funções protocolares. O país teve apenas quatro primeiros-ministros, todos oriundos do Partido da Ação Popular (PAP), que domina a política local desde a autonomia concedida pelo Reino Unido na década de 1950.

O Poder Legislativo possui Parlamento unicameral, com eleições gerais que devem ser realizadas, pelo menos, uma vez a cada cinco anos. O líder do partido que obtiver a maioria do parlamento é convidado pelo presidente a tornar-se primeiro-ministro e montar seu gabinete. O mandato parlamentar é de cinco anos.

Singapura possui sistema judiciário baseado na *common law*. O país conta com uma Suprema Corte, composta por Alta Corte e Corte de Apelações, e com Cortes Estaduais, compostas por cortes distritais e de magistrados.

POLÍTICA EXTERNA

Dada sua condição de cidade-estado insular e importante entreposto comercial na Ásia, a política externa de Singapura orienta-se por certos princípios, destacando-se: (i) promover boas relações com vizinhos imediatos; (ii) manter, dentro do possível, capacidade militar dissuasória; (iii) priorizar o engajamento com a ASEAN; (iv) trabalhar pela manutenção da paz e segurança no Sudeste Asiático e na região da Ásia-Pacífico; (v) trabalhar pela manutenção de um sistema de comércio multilateral livre e aberto; e (vi) apoiar e ser ativo em organizações internacionais.

Como decorrência dessas diretrizes, o país busca exercer papel ativo na defesa do multilateralismo – sem alinhamentos automáticos – e projeta imagem de mediador imparcial e confiável.

A diplomacia singapurense mantém atuação vocal em questões ligadas ao comércio internacional e ao transporte marítimo. A expansão e a defesa dos interesses econômicos do país constituem base de sua atuação internacional. Singapura mantém no exterior mais escritórios da *Enterprise Singapore*, agência governamental destinada à promoção comercial, do que embaixadas.

Em termos regionais, a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) tem papel central na economia do país: seu saldo comercial com os

demais membros da Associação é maior do que aquele com o resto do mundo. A ASEAN recebe o segundo maior estoque de investimentos do país no exterior.

Outro importante vetor da política externa de Singapura é a manutenção de boas relações políticas e econômicas com grandes potências que atuam na região, nomeadamente os Estados Unidos e a China. Com a China, além da intensa relação econômico-comercial, há laços históricos baseados na língua e na cultura da maior parte de sua população (75% é de etnia chinesa). Com os EUA, os vínculos decorrem da escolha de valores culturais e econômicos fundamentais na construção do país.

Desde 2009, Singapura é o maior investidor externo na China, sendo a China também seu principal parceiro comercial. As relações com os EUA também são intensas, com Área de Livre Comércio desde 2004, além de investimentos e turismo. Os Estados Unidos detêm o maior estoque de investimentos em Singapura (estimados em US\$ 270 bilhões), que, por sua vez, possui cerca de US\$ 27 bilhões de estoque de investimentos nos EUA.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Com apenas 720 km² de área, Singapura exerce papel de destaque no cenário econômico da Ásia e do mundo como entreposto comercial, de serviços logísticos e financeiros, e centro de inovação. O país conta com sólidos fundamentos macroeconômicos, expressivo superávit da balança comercial, bom desempenho das contas públicas, considerável poupança interna e propriedade de ativos no exterior, além de dispor de dois dos maiores fundos soberanos do planeta, o *Temasek* e o *GIC*.

Comércio Exterior

O volume do comércio exterior de Singapura corresponde a aproximadamente 320% do PIB, uma das proporções mais altas em termos de abertura econômica e dependência da área externa. Seus principais parceiros comerciais são China, EUA, Malásia, União Europeia e Taiwan.

O país mantém densa rede de 15 acordos de comércio bilaterais e 11 acordos regionais, com 32 parceiros diferentes, como China, Estados Unidos, União Europeia, Japão, Reino Unido, Índia, Coreia, além dos acordos de livre comércio da ASEAN. Recentemente, passaram a vigor para Singapura duas das maiores áreas de livre comércio do mundo, a RCEP e o CPTPP.

A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) é atualmente a maior área de livre comércio do mundo, compreendendo, além dos dez países da ASEAN, Austrália, China, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia. Trata-se do maior acordo de livre comércio do mundo (30% do PIB mundial e um terço da população global). A RCEP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. O Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (CPTPP), por sua vez, encontra-se em vigor, para Singapura desde dezembro de 2018.

Em fevereiro de 2022, Singapura assinou Tratado de Livre Comércio com a Aliança do Pacífico, em acordo que abarca, entre outras áreas, comércio eletrônico, facilitação alfandegária e serviços marítimos. Atualmente, a corrente de comércio e investimentos entre Singapura e os países da Aliança do Pacífico representa um terço do total entre o país e a América Latina. Singapura tornou-se, ainda, o primeiro Estado Associado da Aliança.

Outra área de intensa atuação de Singapura é a de economia digital, com a assinatura de diversos acordos nos últimos anos. O país vem envidando esforços no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) para que sejam adotadas regras multilaterais para o comércio eletrônico.

Brasil: Comércio

Desde 2016, Singapura é o principal destino das exportações brasileiras para a ASEAN, tendo alcançado, em 2023, o posto de 8º maior destino das exportações brasileiras no mundo (em 2016, era o 35º; em 2020, o 12º), à frente de parceiros tradicionais como Japão, Alemanha, Coreia do Sul ou Índia. O comércio bilateral é tradicionalmente superavitário em favor do Brasil – em 2023, foi o 3º maior superávit do Brasil no mundo. Em 2024, até o mês de abril, o Brasil já exportou US\$ 3,02 bilhões, alta de 28,8% em relação ao mesmo período de 2023. Os números dos primeiros quatro meses do ano posicionavam Singapura como 5º maior destino das exportações brasileiras.

Esse resultado reflete a importância regional da economia de Singapura e sua vocação como epicentro para a reexportação de produtos brasileiros a países asiáticos e portal de acesso aos mercados dos demais países da ASEAN. O país é considerado, por suas normas técnicas e sanitárias, como referência pelos demais países da região, em áreas como agronegócio, produtos de defesa, aviação civil e outras.

Em 2023, o comércio bilateral recuou 10,6%, somando US\$ 8,39 bilhões. O Brasil exportou US\$ 7,45 bilhões (-11,2%) e obteve saldo favorável de US\$ 6,52 bilhões. O Brasil exportou, majoritariamente, óleos combustíveis de petróleo (64%); óleos brutos de petróleo (16%); plataformas e embarcações

(5,2%); carne de aves (4%); ferro gusa ou aço (2,4%); carne suína (2,2%); e carne bovina (1,1%). As importações brasileiras concentraram-se em inseticidas e similares (15%); Circuitos integrados (13%); hidrocarbonetos e seus derivados (8,3%); medicamentos, incluindo veterinários (7,6%); óleos combustíveis de petróleo (4,7%); e compostos para a fabricação de medicamentos (4,0%).

O agronegócio tem importante participação nas exportações para Singapura. Segundo dados da Agência Alimentícia de Singapura (SFA), o Brasil detém participação de 51% do mercado total de carnes (77%, aves; 34%, carne bovina; 51%, carne suína).

Em fevereiro de 2023, a empresa *Scoot*, subsidiária da *Singapore Airlines*, assinou acordo para compra de aeronaves Embraer.

Brasil: Investimentos

Grande poupadora externa líquida, a economia de Singapura registra, desde a década de 1960, persistentes saldos comerciais. Por essa razão, os principais fundos soberanos do país, *GIC* e *Temasek*, acumulam ativos estimados em montante superior a US\$ 1,2 trilhão. Ambos os fundos possuem escritórios em São Paulo. Igualmente, possuem filiam na capital paulista as agências ESG (*Enterprise Singapore*) e EDB (*Singapore Economic Development Board*), responsáveis por promoção comercial e atração de investimentos.

Singapura é o terceiro maior investidor direto da Ásia no Brasil, atrás apenas da China e do Japão. Algumas das empresas singapurenses no Brasil são: Changi (transporte/logística); GIC (financeiro); Goodpack (logística); Graymatics (engenharia); Kaybee (têxtil); Keppel/Seatrium (petróleo e gás); LLH (engenharia); Meinhardt (engenharia); OCS (engenharia naval); Ofi (agro); Olam (agro); PM Controls (engenharia); PSA (transporte/logística); Rocktree-transporte/logística; Sakura Tech (engenharia); SEA Group (comércio eletrônico); Sembcorp/Seatrium (engenharia); SHEIN (comércio eletrônico); ST Engineering (engenharia); Sunningdale (engenharia); Temasek Holdings (financeiro); e Wilmar (agro).

Estão presentes em Singapura diversas empresas brasileiras, que instalaram no país suas bases para operações na Ásia-Pacífico. Algumas das empresas e instituições brasileiras presentes em Singapura são: 2DM (grafeno); ABRAPA (algodão); B3 (Bolsa de valores); Braskem (petroquímica); BRF (alimentos); Cariuma (calçados); CBMM (mineração); Embraer (aeronaves); NextGen Foods (alimentos); Open Era (tecnologia); Oceana (fosfatos); Petrobras (petróleo e gás); Raízen (energia); Sapiens Global (alimentos); Seara

(alimentos); Tramontina (utensílios); TRC Teak (madeira); Vale (mineração); WEG (equipamentos elétricos); e Xinterra (tecnologia).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1299	Fundação da cidade de Singapura (“a cidade do leão”).
1511	Exploradores portugueses tomam o porto de Málaca e expulsam o sultão local, Alauddin Riayat Shah, para o sul da península da Malásia.
1528	Alauddin Riayat Shah estabelece o Sultanato de Johor, que incorpora Singapura.
1613	Portugueses invadem a ilha e causam seu abandono quase total.
1818	Oficial malaio do Sultanato de Johor e seus seguidores, mais centenas de grupos nativos e agricultores de origem chinesa, colonizam a ilha de Singapura.
1819	Chegada do sir Thomas Stamford Raffles, agente da Companhia Britânica das Índias Orientais, que estabelece um entreposto comercial dedicado ao livre comércio e à livre imigração.
1826	Singapura, junto com outros dois portos de comércio na península, é governada como parte da Colônia do Estreito pela Companhia Britânica das Índias Orientais.
1867	A Colônia do Estreito de Málaca torna-se parte da coroa britânica.
1869	A abertura do Canal de Suez causa o aumento da influência britânica na região e o incremento da atividade marítima.
Fim do séc. XIX	Grande aumento da imigração para a ilha, alavancada pelo crescimento das instituições financeiras, de transporte, comunicações e industriais.
1914-1918	Grande depressão econômica em razão da I Guerra Mundial.
1923	Em reação ao crescente poderio naval japonês, os britânicos constroem grande base naval em Singapura.
Fev. 1942	Japão toma o controle da Malásia e de Singapura.
1942-45	Com a ocupação japonesa, surgem as primeiras demandas pela independência.
1945	O país se encontra em estado de pobreza, com alta taxa de mortalidade, criminalidade e corrupção descontroladas, bem como severos danos à infraestrutura.
1946	Singapura torna-se uma colônia separada, com administração governamental própria.
Década 1950	A demanda mundial por estanho e borracha acelera a recuperação econômica de Singapura.
1953	A Comissão britânica concede independência governamental parcial a Singapura; surgem o partido “Frente Trabalhista”, e o “Partido de Ação Popular” (PAP), que defendem o fim do colonialismo e a integração com a Malásia.
1958	O governo britânico altera a condição de Singapura de colônia para estado.
1959	Lee Kuan Yew, do PAP, torna-se o primeiro primeiro-ministro de Singapura.
1963	Em sequência a referendo popular, Singapura se junta à federação independente da Malásia. PM Lee declara a independência de Singapura do Reino Unido e convoca novas eleições. (31 de agosto)
1963-64	Surgem tensões políticas entre o grupo étnico chinês, que dominava Singapura, e o grupo malaio, que dominava a Malásia.
1965	Com receio da maior influência de Singapura sobre a federação e da escalada de violência entre as comunidades chinesas e muçulmanas, o governo da

	Malásia decide excluir Singapura da federação.
1967	Singapura se junta a Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia para formar a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).
1968	Reino Unido anuncia a decisão de retirar as suas bases militares de Singapura
1970-90	Singapura experimenta um período notável de desenvolvimento econômico, semelhante a Hong Kong, Coreia e Taiwan (“tigres asiáticos”).
1990	Após três décadas como primeiro-ministro, Lee Kuan Yew é substituído por Goh Chok Tong no cargo de primeiro-ministro.
1997-98	A crise asiática traz flutuações no crescimento, mas não logra acarretar problemas mais graves à economia singapurense.
2004	Após 14 anos como primeiro-ministro, Goh Chok Tong deixa a função para Lee Hsien Loong, filho de Lee Kuan Yew.
2013	Halimah Yacob torna-se a primeira mulher a presidir o parlamento.
2015	Falecimento de Lee Kuan Yew.
2017	Halimah Yacob, candidata única, é eleita presidente da República, a primeira mulher a ocupar o cargo.
2018	Exercício singapurense da Presidência da ASEAN.
2020	Nas eleições gerais, o PAP obteve ampla maioria dos assentos do Parlamento.
2022	Assinatura de acordo de Livre Comércio entre Singapura e a Aliança do Pacífico (fevereiro).
2023	Assinatura de acordo de Livre Comércio entre Singapura e o MERCOSUL (dezembro).
2024	Após 20 anos como primeiro-ministro, Lee Hsien Loong deixa a função para Lawrence Wong, então ministro das Finanças (maio).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1967	Estabelecimento das relações diplomáticas.
1979	Instalação da Embaixada do Brasil em Singapura.
1999	Criação, por iniciativa singapurense e chilena, do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). O Brasil adere no mesmo ano.
2000	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Goh Chok Tong.
2001	Visita ao Brasil do ministro de Comércio e Indústria, George Yeo. Singapura inicia investimentos no Brasil, desde estaleiros no litoral fluminense (<i>Keppel Fels</i> e <i>Jurong Shipyards</i>) à implantação de fábricas de componentes eletrônicos em Manaus e no interior paulista.
2004	Visita ao Brasil do ministro de Comércio e Indústria, George Yeo.
2005	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro S. Jayakumar. Abertura do Escritório Comercial de Singapura em São Paulo.
2007	Visita do ministro do Comércio de Singapura ao Brasil.
2007	Visita à Singapura do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Guedes.
2008	Visita oficial a Singapura do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.
2008	Visita do primeiro-ministro Lee Hsien Loong ao Brasil.
2009	O ministro dos Negócios Estrangeiros de Singapura, George Yeo, e a representante permanente da Delegação Brasileira junto à ONU participam de Sessão Ministerial ASEAN-Mercosul, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU. I Reunião do Comitê Conjunto de Comércio e Investimentos.
2010	Visita do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores Antonio Patriota a Singapura.
2011	O ministro Antonio de Aguiar Patriota encontra-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros K. Shanmugam em reunião à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Encontro da presidente Dilma Rousseff com o primeiro-ministro Lee Hsien Loong, à margem da Cúpula do G20, em Cannes. Reunião bilateral à margem da 8ª Conferência Ministerial da OMC do ministro Antonio de Aguiar Patriota com o ministro de Comércio e Indústria de Singapura, Lim Hng Kiang.
2012	Visita do ministro do Meio Ambiente de Singapura, Vivian Balakrishnan, por ocasião da Rio+20.
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Transportes de Singapura, Lui Tuck Yew, e do ministro de Comércio de Singapura, Lim Hng Kiang.
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Justiça K. Shanmugam ao Brasil, ocasião em que foi inaugurada a Embaixada residente de Singapura e assinado Memorando de Entendimento para Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.
2014	Aprovada, no Senado Federal, a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Singapura.
2015	Visita a Singapura do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (julho).
2017	Encontro do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira com seu homólogo de Singapura, Vivian Balakrishnan, à margem do encontro MERCOSUL-Aliança do Pacífico (abril).
	Visita a Singapura do ministro Aloysio Nunes Ferreira, acompanhado de missão empresarial (setembro).
	Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Desenvolvimento Industrial,

2018	Chee Meng Pang, como chefe de delegação ao 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março).
	Visita a Singapura do ministro Aloysio Nunes Ferreira, e assinatura de Acordo para evitar a dupla tributação (ADT) (maio).
	Encontro entre o presidente Michel Temer e o primeiro-ministro Lee Hsien Loong, à margem da Cúpula do G20, em Buenos Aires (novembro).
2019	Encontro entre vice-primeiro-ministro Tharman Shanmugaratnam e o ministro da Fazenda, à margem do Foro Econômico Mundial, em Davos (janeiro).
	Realização da 1ª Rodada negociadora MERCOSUL-Singapura, em Buenos Aires (abril).
	Missão do presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Singapura (maio).
	Encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Lee Hsien Loong, à margem da Cúpula do G20, em Osaka (junho).
	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e o Escritório de Propriedade Intelectual de Singapura (IPOS), em Genebra (agosto).
	Missão organizada pela Fundação Lemann com os governadores de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul, e com os vice-governadores de São Paulo, Ceará e Sergipe, além de servidores do Ministério da Economia (setembro).
2021	Adesão do Brasil à Convenção de Singapura sobre Mediação (junho).
2021	Encontro do ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, com seu homólogo de Singapura, Vivian Balakrishnan, às margens da 76ª AGNU (setembro).
2022	Visita a Singapura do ministro das Comunicações para participar da Feira Asia Tech x Singapore (junho).
	Visita a Singapura do ministro da Educação (agosto).
	Missão comercial conjunta DPR-ApexBrasil (setembro).
2023	Singapura envia delegação liderada pelo ministro Maliki Osman à posse presidencial.
	Encontro do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, com seu homólogo de Singapura, Vivian Balakrishnan, às margens da Reunião de Chanceleres do G-20, em Nova Délhi.
	Visita ao Brasil do chanceler Vivian Balakrishnan. Realização da I Reunião de Consultas Políticas (abril).
	Assinatura do acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Singapura, durante a Cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro (dezembro)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordos sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Singapura	28/10/1997	19/07/1999	03/09/1999
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimentos e Plano de Ação entre MERCOSUL e a República de Singapura	24/09/2007	06/11/2007	06/11/2007
Memorando de Entendimento entre o Brasil e Singapura para Cooperação em Ciência e Tecnologia	25/11/2008	25/11/2008	28/11/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Singapura sobre Isenção Parcial de Vistos	14/12/2011	09/01/2014	29/11/2013
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura para Evitar Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional	20/12/2013	20/12/2013	23/12/2013
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Singapura	05/04/2013	05/04/2013	05/11/2015
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Singapura sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	08/09/2017	05/05/2018	12/04/2018
Acordo para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscal	07/05/2018	30/06/2022	30/06/2022

Protocolo Adicional ao Acordo para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscal	17/04/2023	Em tramitação no Congresso Nacional	Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Brasil-Singapura com Terceiros Países	17/04/2023	17/04/2023	13/06/2023

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SINGAPURA

Candidato: LUCIANO MAZZA DE ANDRADE

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Luciano Mazza de Andrade

Nascido em Araraquara, São Paulo, em 27 de agosto de 1970, Luciano Mazza de Andrade graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1993, tendo sido agraciado com o prêmio do Departamento de Direito Internacional. É mestre em Direito Europeu, *com mérito*, pela *London School of Economics and Political Sciences*, em Londres, no Reino Unido (2002).

Cursou o Instituto Rio Branco na turma de 1994-1995. No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Londres (1999-2003); na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI, em Montevideú (2003-2005); foi conselheiro na Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas (2010-2013) e ministro-conselheiro nas Embaixadas em Camberra (2016-2019) e Lisboa (2019-2021). No Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, foi assistente na Divisão do Mercado Comum (1995-1999); subchefe e chefe da Coordenação-Geral de Contenciosos (2006-2010); chefe da Divisão de Negociações Extrarregionais do MERCOSUL II (2014-2016); e diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual (desde 2021). Foi promovido a Ministro de Primeira Classe em dezembro de 2023.

Em sua trajetória no Serviço Exterior brasileiro, trabalhou extensamente com temas de integração econômica e comércio internacional, tanto em suas funções em Brasília como nos postos no exterior. Dentre as áreas sob sua responsabilidade como diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual, estão cooperação científica e tecnológica, Diplomacia da Inovação, economia e transformação digital, governança da Internet e propriedade intelectual. Em maio último, chefiou a delegação brasileira à Conferência Diplomática que resultou na assinatura do Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados.

Em 2006, foi aprovado no Curso de Altos Estudos com a tese “O Fortalecimento Institucional do Mercosul e a Supranacionalidade: Considerações sobre as Prioridades da Agenda Institucional desde a

Perspectiva Brasileira". É autor das publicações "O Contencioso do Algodão: o Desafio da Implementação, in O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma Perspectiva Brasileira" (FUNAG, Brasília, 2013) e *"The Cotton Case: Litigation, Retaliation, Negotiation, in The WTO Dispute Settlement Mechanism - A Developing Country Perspective"* (Springer, 2019).

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

(elaborado com base em informações enviadas pela Embaixadora Eugênia Barthelmess, antecessora no Posto)

I – Relações diplomáticas

- As relações diplomáticas entre o Brasil e Singapura foram estabelecidas em 1967. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência do país. A Embaixada residente em Singapura foi instalada em 1979. Já a Embaixada residente de Singapura em Brasília, a única daquele país na América Latina, foi instalada em 2013.
- O relacionamento do Brasil com Singapura atravessa momento de particular dinamismo, com intensificação de contatos e visitas oficiais, missões e delegações de parte a parte, recordes sucessivos nos fluxos comerciais e novos projetos conjuntos em diversas áreas.
- Singapura é plataforma regional e global de comércio, transportes, finanças e pesquisa, além de importante investidor internacional. Embora com acesso privilegiado tanto a Washington quanto a Pequim, Singapura vê na aproximação com o Brasil fator de relevo em sua recente política de diversificação de parceiros extrarregionais.
- Os principais temas da agenda bilateral concentram-se em comércio e investimentos; ciência, tecnologia e inovação (CTI); meio ambiente; defesa; setor de infraestrutura e transportes (marítimo e aéreo); segurança alimentar e importação de alimentos por Singapura; cooperação técnica com terceiros países, entre outros.
- Em maio de 2018, foi assinado Acordo bilateral para Eliminar a Dupla Tributação (ADT), promulgado em 2022, e complementado por Protocolo Adicional celebrado em abril de 2023, ocasião em que também foi assinado Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Brasil-Singapura com Terceiros Países.

II – Visitas recentes

- Recentes visitas de autoridades singapurenses ao Brasil: visita oficial do chanceler Vivian Balakrishnan, em abril de 2023, a primeira em 10 anos, ocasião em que foi realizada a primeira reunião de consultas políticas Brasil-Singapura. O chanceler Balakrishnan retornou ao Brasil em dezembro do mesmo ano, acompanhado do vice-ministro de Comércio e Indústria, como convidado para a Cúpula do MERCOSUL no Rio de Janeiro, quando foi assinado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Singapura, o primeiro do bloco com país do Leste da Ásia.
- No contexto da presidência brasileira do G20, há previsão de visitas ministeriais singapurenses ao Brasil durante todo o ano, culminando com a participação do primeiro-ministro Lawrence Wong à Cúpula de Líderes, em novembro, no Rio de Janeiro. Singapura tem demonstrado vivo interesse e disposição em acompanhar as reuniões do G20 durante a presidência brasileira do agrupamento.
- Da parte brasileira, as visitas multiplicam-se, com grande número de delegações e missões dos setores público e privado nas mais diversas áreas (educacional, CTI, comercial, investimentos, infraestrutura e outras). Entre as visitas oficiais mais recentes, destacam-se: participação de parlamentares brasileiros em curso sobre o Futuro do Comércio Global da *Lee Kuan Yew School of Public Policy* (setembro/2023); missão do vice-presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo (setembro/2023); missão de integrantes do foro de logística Brasil Export, integrada

pela Secretária Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos e por Diretora da ANTAQ (novembro/2023); missão da Confederação Nacional dos Transportes-CNT (novembro/2023); missão do Governador do Piauí (março/2024); participação de integrante do Estado-Maior do Exército em curso de formação (abril/2024); e missão da Secretária Executiva de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (abril/2024).

III - Relação econômico-comercial

- O volume do comércio exterior de Singapura corresponde a mais de quatro vezes seu PIB, uma das proporções mais altas do mundo em termos de abertura econômica e dependência da área externa. Seus principais parceiros comerciais são China, EUA, Malásia, União Europeia e Taiwan.
- O país mantém densa rede de 15 acordos de comércio bilaterais e 11 acordos regionais, com 32 parceiros diferentes, como China, EUA, União Europeia, Japão, Reino Unido, Índia, Coreia, além dos acordos de livre comércio da ASEAN. Recentemente, passaram a vigor para Singapura duas das maiores áreas de livre comércio do mundo, a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) e o Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpácífica (CPTPP).
- Até abril de 2024, o Brasil já exportou US\$ 3,02 bilhões, alta de 28,8% em relação ao mesmo período de 2023. Os números dos primeiros quatro meses do ano posicionavam Singapura como 5º maior destino das exportações brasileiras.
- Esse resultado reflete a importância regional da economia de Singapura e sua vocação como epicentro para a reexportação de produtos brasileiros a países asiáticos e portal de acesso aos mercados dos demais países da ASEAN. O país é considerado, por suas normas técnicas e sanitárias, como referência pelos demais países da região, em áreas como agronegócio, produtos de defesa, aviação civil e outras.
- Em 2023, o comércio bilateral recuou 10,6%, somando US\$ 8,39 bilhões. O Brasil exportou US\$ 7,45 bilhões (-11,2%) e obteve saldo favorável de US\$ 6,52 bilhões, o 3º maior do Brasil no mundo. Naquele ano, Singapura foi o 8º maior destino das exportações brasileiras (em 2016, era o 35º; em 2020, o 12º), à frente de parceiros tradicionais como Japão, Alemanha, Coreia do Sul ou Índia.
- O Brasil exportou, majoritariamente, óleos combustíveis de petróleo (64%); óleos brutos de petróleo (16%); plataformas e embarcações (5,2%); carne de aves (4%); ferro gusa ou aço (2,4%); carne suína (2,2%); e carne bovina (1,1%). As importações brasileiras concentraram-se em inseticidas e similares (15%); circuitos integrados (13%); hidrocarbonetos e seus derivados (8,3%); medicamentos, incluindo veterinários (7,6%); óleos combustíveis de petróleo (4,7%); e compostos para a fabricação de medicamentos (4,0%).
- O setor agropecuário tem importante participação nas exportações brasileiras para Singapura. O relacionamento comercial tem caráter estratégico para Singapura, que considera o Brasil fornecedor confiável de proteína animal e garantidor da segurança alimentar na cidade-estado. O Brasil detém 51% de participação no mercado total de carnes de Singapura (77% no de aves; 34% no de carne bovina e 51% no de carne suína).
- Estão presentes em Singapura diversas empresas brasileiras, que fizeram do país sua sede para operações na Ásia-Pacífico. Algumas das empresas e instituições brasileiras presentes em Singapura são: 2DM, ABRAPA; B3, Braskem; BRF, Embraer, NextGen Foods, Petrobras, Raízen, Seara, Tramontina, Vale e WEG, dentre outras.
- Em fevereiro de 2023, a empresa Scoot, subsidiária da Singapore Airlines, assinou acordo para compra de aeronaves Embraer.

- Terceiro maior investidor asiático no Brasil, Singapura é importante origem de IED para o País, com portfólio diversificado superior a US\$ 17 bilhões, nos setores de construção naval, telecomunicações, serviços aeroportuários, comércio eletrônico e agronegócio, entre outros.
- Os dois principais fundos soberanos do país, GIC e Temasek, acumulam ativos estimados em montante superior a US\$ 1,2 trilhão e possuem escritórios em São Paulo. Igualmente, possuem filial na capital paulista as agências ESG (*Enterprise Singapore*) e EDB (*Singapore Economic Development Board*), responsáveis por promoção comercial e atração de investimentos.

IV - Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

- Na área de Ciência e Tecnologia & Inovação (CTI), é crescente o interesse no aprofundamento do conhecimento mútuo entre atores dos ecossistemas de inovação dos dois países. Ao adotar políticas consistentes e ancoradas em horizonte de longo prazo, Singapura vem logrando manter-se entre as dez economias mais inovadoras do mundo nos últimos 15 anos. Foi classificado pelo *Global Innovation Index* (2023) como o país mais inovador da Ásia, e 5º do mundo.
- Em 2024, o Brasil participará pelo terceiro ano consecutivo da *Singapore Week of Innovation and Technology* (SWITCH), maior evento anual dedicado a *startups* no sudeste asiático. A Embaixada do Brasil coordenará processo de seleção de startups para participar da SWITCH e de programa de imersão, em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e com o SEBRAE.
- Em 2023, Singapura foi selecionada como destino do *Startup OutReach* Brasil, programa de internacionalização de empresas do governo brasileiro.

V- Cooperação técnica

- Em abril de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Brasil-Singapura com Terceiros Países. No âmbito desse instrumento, está sendo desenvolvido o primeiro curso sobre segurança do alimento ("food safety") oferecido conjuntamente pelo Brasil e por Singapura aos demais países-membros da ASEAN e a Timor-Leste.

VI- Cooperação em Energia, Defesa e Mudança do Clima

- No setor energético, durante visita do chanceler Balakrishnan ao Brasil (abril/2023), ambos os países se comprometeram a promover diálogo bilateral sobre transição energética, apoiar pesquisa sobre o tema e promover a descarbonização do setor de transporte, inclusive por meio de biocombustíveis sustentáveis.
- A Embraer Segurança e Defesa firmou, em fevereiro de 2024, com a empresa ST Engineering, contrato de manutenção de aparelhos KC-390 em todo o mundo. Em instrumento adicional, estabeleceu parceria para a prospecção de mercados e perspectivas de colaboração na Ásia-Pacífico nas áreas de engenharia, manutenção e serviços para o KC-390.
- Singapura fomenta mercado voluntário de crédito de carbono e iniciou em 2024 a cobrar “taxa de carbono”, com previsão de uso de créditos de carbono para abatimento desse imposto. Singapura celebrou diversos memorandos de entendimento (MdEs) ao amparo do Artigo 6 do Acordo de Paris, na área de transferência de créditos de carbono excedentes, e tem interesse em celebrar instrumento similar com o Brasil. A bolsa de valores brasileira, B3, e a ACX, empresa local, buscam, desde dezembro/2023, viabilizar o comércio de créditos de carbono entre os dois mercados.

VII – Temas culturais

- Entre os projetos apoiados pela Embaixada do Brasil em Singapura na área cultural, destacam-se: celebração da Data Nacional em homenagem aos 200 anos da Independência do Brasil e coordenação com jornais locais para publicação de artigos sobre o Bicentenário da Independência; doação de livros ao "National Library Board" (NLB) de Singapura, por ocasião do Dia da Língua Portuguesa, em 2023; apoio institucional à "National Gallery Singapore" na organização da exposição "Tropical" (18/11/2023-24/03/2024), enfocando as conexões entre os movimentos modernistas de artes plásticas na América Latina e no Sudeste Asiático, entre 1890 e 1980; publicação de material audiovisual de promoção turística e apoio de divulgação a artistas brasileiros ou de expressões artísticas brasileiras em Singapura; apoio a eventos de leitura de histórias para crianças.

VII – Temas Consulares

- A comunidade brasileira em Singapura é estimada em 2.000 nacionais, formada por famílias de perfil jovem, com elevado nível educacional, frequentemente ocupando cargos em empresas multinacionais ou em empresas brasileiras. Destaca-se a presença de funcionários da Petrobras, por curtos períodos, para acompanhar a construção e a manutenção de plataformas de petróleo.
- Brasil e Singapura dispõem de Acordo para a Isenção Parcial de Vistos de curta duração.
- Não há atualmente (maio de 2024) nacionais presos na jurisdição de Singapura.
- Os serviços de assistência consular referem-se usualmente a atendimentos a brasileiros com problemas na imigração por falta de documentação, internamentos em hospital de turistas brasileiros e outros casos pontuais.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com a República de Singapura, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros no relacionamento com esse país, mediante gestões e ações no âmbito da competência do posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República de Singapura, tanto nos âmbitos intergovernamentais quanto com o setor privado local e a sociedade civil singapurense; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro nesse país; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais de Singapura.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas em Singapura, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover novas parcerias, bem como mecanismos para cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre nichos e centros de excelência em Singapura e no Brasil;
5. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
6. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
7. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
8. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores de ambos os governos;
9. Buscar o apoio de Singapura a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
10. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira em Singapura, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
11. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados em vistos, legalização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;

12. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Atração de investimentos

- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil a Singapura com foco na atração de investimentos;
- Mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento com investidores singapurenses;
- Apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral;
- Identificar as prioridades e nichos de atuação dos investidores singapurenses em seus portfólios no exterior, bem como mecanismos e fundos que facilitem ou alavanquem esses investimentos no Brasil;
- Identificar e fomentar investimentos singapurenses, em suas diferentes modalidades, a ecossistemas de inovação no Brasil, incluindo “start ups”, aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos;
- Manter relacionamento com os principais investidores institucionais e fundos soberanos de Singapura e com as empresas singapurenses com investimentos no Brasil;
- Receber demandas de empresas singapurenses sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso;
- Prospectar associações setoriais, clusters e outros arranjos empresariais que possam receber delegações brasileiras para captação de investimentos ou realizar missão de investimentos ao Brasil;
- Organizar eventos de atração de investimentos na jurisdição do Posto.

Promoção comercial

- Colaborar para a arregimentação de empresas singapurenses para projetos compradores no Brasil e para encontros de negócios em pavilhões do Brasil em feiras comerciais de grande porte no Sudeste Asiático;
- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros em Singapura;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores em Singapura;

- Apoiar a implementação do Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Singapura;
- Manter diálogo com diferentes atores singapurenses do mundo empresarial e governamental em preparação e apoio ao processo de implementação do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura;
- Encorajar exportadores brasileiros a incluírem Singapura em seu roteiro de promoção comercial na Ásia, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para o país;
- Apoiar ações voltadas a crescente diversificação da pauta exportadora do Brasil a Singapura, incluindo em bens e serviços com maior conteúdo tecnológico e inovador;
- Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
- Monitorar e relatar sobre alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado de Singapura;
- Apoiar ações voltadas a ampliação da participação brasileira no mercado agroalimentar de Singapura e a superação de eventuais restrições de ordem sanitária e fitossanitária ainda vigentes;
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos com os setores privado e público de Singapura;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil e de Singapura, visando aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para Singapura.

II - Relações políticas bilaterais com Singapura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar e subsidiar a realização regular de encontros dos mecanismos de consultas políticas Brasil-Singapura;

- Acompanhar e informar sobre a participação de Singapura em iniciativas a convite do Brasil, a exemplo das reuniões do G20, em 2024, e da COP30, em 2025;
- Monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil, em 2025;
- Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência e tecnologia, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;
- Apoiar o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Singapura, estabelecido em 2014;
- Realizar gestões para negociação de propostas de instrumentos bilaterais;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras a Singapura, bem como de autoridades singapurenses ao Brasil;
- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros e outro atores governamentais;
- Manter diálogo com atores governamentais em apoio e preparação à implementação do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com a chancelaria singapurense;
- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio de Singapura a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico de Singapura, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos à participação de Singapura no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);
- Acompanhar, relatar e analisar os processos de implementação de acordos econômico e comerciais de que Singapura é parte, a exemplo da Pareceria Econômica Regional Abrangente (RECEP), do Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (CPTPP) e do Acordo de Parceria sobre Economia Digital (DEPA);
- Elaborar materiais informativos sobre Singapura para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas e escopo da pauta desses encontros;
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria singapurense;
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;
- Gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- Gestões sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
- Número de telegramas sobre temas de política interna e externa e economia de Singapura;
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;

- Número de visitas de autoridades brasileiras a Singapura e de autoridades singapurenses ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;
- Promover intercâmbio cultural entre Brasil e Singapura;
- Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;
- Identificar continuamente oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural singapurense;
- Buscar estabelecer parceria com empresas privadas singapurenses com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros;
- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira;
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
- Número de reuniões, videoconferências e conferências realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.

IV - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar eventual negociação de instrumento para atualizar os mecanismos institucionais da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação;
- Apoiar ações orientadas à implementação do Memorando de Entendimento entre o Brasil e Singapura para Cooperação em Ciência e Tecnologia;
- Colaborar com os entes executores, no Brasil, dos projetos de cooperação em andamento com a Singapura, no sentido de garantir a inclusão de temas e atividades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação do interesse do lado brasileiro;

- Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência e tecnologia e potenciais parceiros, no Brasil e em Singapura;
- Apoiar, estimular e promover a cooperação bilateral no campo das pesquisas científicas e tecnológicas;
- Planejar e executar iniciativas de Diplomacia da Inovação, em parceria com entidades de Singapura e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro;
- Apoiar e realizar iniciativas de promoção tecnológica voltadas a promover a imagem do Brasil como nação inovadora; fomentar conexões entre parceiros brasileiros e de Singapura; e engajar agentes dos ecossistemas brasileiros de inovação em processos de internacionalização em Singapura, inclusive por meio da atração de atores de inovação singapurianos para o Brasil;
- Estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e de Singapura e incrementar a cooperação entre pesquisadores com vistas à expansão de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento;
- Apoiar, estimular e promover a cooperação educacional e a mobilidade acadêmica entre universidades do Brasil e de Singapura;
- Fomentar e apoiar visitas, em ambas as direções, de representantes de instituições científicas e tecnológicas dos dois países, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia;
- Mapear e apoiar a diáspora científica brasileira em Singapura, em universidades, institutos de pesquisa e empresas, buscando conexões com instituições de ciência, tecnologia e inovação brasileiras;
- Divulgar e manter atualizado o “Mapeamento do Ecossistema de Inovação de Singapura”;
- Apoiar a participação de startups brasileiras e outros atores dos ecossistemas de inovação brasileiros em missões e eventos de tecnologia e inovação, como a *Singapore Week of Innovation and Technology* (SWITCH);
- Promover intercâmbios e possíveis iniciativas de cooperação na área digital, em temas como governo digital, infraestruturas públicas digitais, governança de dados e Inteligência Artificial.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros e consultas com interlocutores da área de C, T & I;
- Número de reuniões realizadas ao amparo de instrumentos bilaterais em vigor e resultados das reuniões;
- Número de atividades realizadas atinentes à negociação e conclusão de parcerias bilaterais, com foco em cooperação em C, T & I;
- Número de atividades de mapeamento de pesquisadores brasileiros na diáspora científica e número de pesquisadores identificados;
- Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral;
- Número de visitas de representantes de instituições e autoridades no setor de C, T & I, em ambas as direções, apoiadas pela Embaixada.

V – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aprimorar a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros;
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto;
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo da diáspora brasileira;
- Estimular iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira e promover sua integração;
- Realizar visitas aos nacionais presos na jurisdição do posto.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira em Singapura;
- Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras;
- Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados;
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 22, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

É trazida ao exame desta Comissão a Mensagem nº 22, de 2024, referente à indicação, pelo Presidente da República, do Senhor LUCIANO MAZZA DE ANDRADE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Por exigência constitucional, cabe ao Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Por sua vez, o Regimento Interno atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Embaixador Luciano Mazza de Andrade bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo e concluiu mestrado em Direito Europeu, com mérito, pela prestigiosa Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE). Sua tese no Curso de Altos Estudos tratou do fortalecimento institucional do MERCOSUL. Tornou-se Ministro de Primeira Classe em 2023.

O indicado exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No Brasil, chefiou a Coordenação-Geral de Contenciosos, a Divisão de Negociações Extrarregionais do Mercosul II, o Departamento de Promoção Tecnológica e a Secretaria de Comunicação e Cultura. No exterior, fez parte dos quadros da Embaixada em Londres, da Delegação Permanente junto à ALADI e ao MERCOSUL, da Missão junto à União Europeia, da Embaixada em Camberra e da Embaixada em Lisboa. Atualmente é Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Propriedade Intelectual do Itamaraty.

Feito breve resumo do currículo do indicado, passo a tratar da República de Singapura, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

Singapura é um microestado do Sudoeste Asiático, situado entre Malásia e Indonésia. Sua área terrestre é de apenas 720km², equivalente à extensão do município de Goiânia. Trata-se de um País relativamente jovem, apenas conquistando sua independência em 1965, após décadas de ocupação britânica e a dissolução da Federação Malaia. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o novo Estado, com o estabelecimento de relações bilaterais em 1967. Temos Embaixada em Singapura desde 1979, e a Embaixada de Singapura foi instalada em Brasília no ano de 2013.

A aposta nas relações bilaterais deu muito certo. A economia singapurense teve crescimento vertiginoso após a sua independência, com a multiplicação do produto interno bruto da ordem de quinze vezes entre 1960 e 1980. Atualmente, o país é um dos principais *hubs* financeiros e logísticos globais, com importante convergência de capitais norte-americanos, japoneses, europeus, indianos e chineses.

Segundo informações prestadas pelo Itamaraty, Singapura atingiu no ano de 2023 a invejável posição de 8º maior destino das exportações brasileiras, à frente de parceiros muito mais tradicionais como a Alemanha e o Japão. Nossa pauta exportadora esteve concentrada ao redor do petróleo, com a exportação de óleos brutos e refinados e de plataformas e embarcações. A Petrobrás é ator fundamental nas relações bilaterais, com a participação dessa estatal na instalação e na operação de plataformas de exploração de petróleo em águas profundas. Outras empresas brasileiras, como a Seara, a Embraer, a WEG, a Vale e a Tramontina também estão presentes em Singapura.

A cooperação bilateral é extensa, cobrindo temas variados como comércio e investimentos; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente; defesa; infraestrutura; transportes; e segurança alimentar.

Desde o ano de 2007, quando firmado memorando de entendimento sobre cooperação em comércio e investimentos, o catálogo de acordos bilaterais e trilaterais ganhou fôlego. Os países firmaram instrumentos vinculantes e não vinculantes sobre cooperação, isenção de vistos e dupla tributação. Em dezembro passado, foi firmado o Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Singapura, ainda não recebido neste Congresso Nacional.

Nas últimas décadas, as visitas de alto nível têm se intensificado. O Ministro de Relações Exteriores de Singapura visitou nosso País em duas oportunidades no ano passado, para o recém-inaugurado mecanismo de consultas bilateral e para a Cúpula do MERCOSUL, e espera-se que retorne ao Brasil em novembro deste ano, ao lado do respectivo dignitário, para a Cúpula do G20. Do lado brasileiro, a última visita a Singapura de Chefe de Estado ocorreu em maio de 2018, pelo então Presidente Michel Temer.

Por fim, destaco que o aumento dos encontros de alto nível pode também ser aproveitada no contexto da diplomacia parlamentar, a exemplo da inclusão de visita à Câmara dos Deputados na recente vinda do Chanceler de Singapura ao Brasil. Da parte deste Senado Federal, convém mobilizar o Grupo Parlamentar Brasil-Singapura, estabelecido em 2014 e instalado em 2019.

Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir o relatório, que não está sujeito a voto aberto, aproveito para novamente cumprimentar o indicado, Embaixador Luciano Mazza, ressaltando as grandes oportunidades associadas à posição de Embaixador do Brasil em Singapura.

É o que tinha a expor a esta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2024

(n° 280/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 280

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00097/2024 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia e, cumulativamente, junto à Comunidade da Dominica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ÁNUAR NAHES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 364/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833600** e o código CRC **3CCB3751** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003336/2024-08

SUPER nº 5833600

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**

[REDACTED]

[REDACTED]

1 [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1988	Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
1989	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco
1998	Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco
2008	Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira"

Cargos:

1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2001	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-93	Divisão de Serviços Gerais, assessor
1993-94	Departamento de Administração, assessor
1994-97	Embaixada em Roma, terceiro e segundo-secretário
1997-00	Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2000-02	Divisão do Pessoal, assessor e subchefe
2002-05	Consulado-Geral em Montreal, cônsul-adjunto, primeiro-secretário
2005-07	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2007-10	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, subchefe
2010-15	Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, cônsul-geral
2015-17	Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, chefe de gabinete
2017-20	Embaixada em Lusaca, embaixador
2021-	Embaixada em Praia, embaixador

Condecorações:

2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2008	Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2010	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2019	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SANTA LÚCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Santa Lúcia
CAPITAL	Castries
ÁREA	616 km ² , a maior ilha do Caribe Oriental (o DF tem 5.760 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	179 mil habitantes
IDIOMA	Inglês e creole
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Católica 61,5%; protestante 25,5%; rastafári 1,9%; outros.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara Baixa e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador-Geral
CHEFE DE GOVERNO (PRIMEIRO-MINISTRO)	Philip J. Pierre
GOVERNADOR-GERAL	Cyril Errol Melchiades Charles
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Alva Romanus Baptiste
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 2,47 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 3,45 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 13.570
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI))	US\$ 18.970
VARIAÇÃO PIB (FMI)	15,7% (2022); +11,3% (2021); -23,6% (2020); -0,2% (2019); 2,9% (2018); 3,4% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,715 (alto)/ 106º (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2022)	US\$ 70,4 milhões (113º ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (2022)	Folheados, aglomerados e outras madeiras (39%); materiais de construção de argila e refratários (18%); despojos comestíveis de carnes (12%); manufaturas de madeira (11%).
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2022)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMP. (2022)	N/A
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Embaixador Ánuar Nahes
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO COMERCIAL - US\$ milhões (fonte: MDIC)

Brasil - Santa Lúcia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	1.124,88	672,8	366,8	447,0	410,7	55,8	39,1	182,4	2,91	70,6 (2.334,5%)
Exportações	1.124,86	672,8	366,8	446,9	410,7	55,8	39,1	182,4	2,91	70,6 (2.334,5%)
Importações	0,02	0,03	0,07	0,1	0	0	0	0	0	0
Saldo	1.124,84	672,8	366,8	446,8	410,7	55,8	39,1	182,4	2,91	70,6

PERFIS BIOGRÁFICOS

PHILIP J. PIERRE **Primeiro-Ministro**



Graduado em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais, com MBA em Administração de Empresas. Trabalhou na área financeira de várias empresas locais até abrir sua própria consultoria, a Philip J. Pierre Business Services Ltd, em 1990. Entre 1997 e 2000, serviu como ministro do Turismo, da Aviação Civil e das Finanças Internacionais. Em 2011, tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro da Infraestrutura, do Transporte e Serviços Portuários. Em 2016, assumiu a liderança do Partido Trabalhista, cuja vitória nas eleições gerais de 2021, o alçou ao posto de primeiro-ministro.

ALVA ROMANUS BAPTISTE
**Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional
e Aviação Civil**



Já ocupou o mesmo posto entre 2011 e 2016 e, nessa condição, esteve em Brasília em julho de 2012, na primeira visita bilateral de um chanceler santalucense ao Brasil. Foi novamente nomeado ministro das Relações Exteriores em julho de 2021.

APRESENTAÇÃO

Santa Lúcia é um país insular das Pequenas Antilhas, no Caribe, localizado entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico, ao sul de Martinica e ao norte de São Vicente e Granadinas. A ilha tem origem vulcânica e é percorrida de norte a sul por cadeia de montanhas, sendo o Monte Gimie o ponto mais alto, com 959 m de altitude. Os dois montes gêmeos vulcânicos, o *Gros Piton*, com 798m, e o *Petit Piton*, com 750m, foram declarados patrimônio mundial pela UNESCO.

O país, cuja área total é de 616 km², está dividido em 10 distritos administrativos: *Anse-la-Raye*, *Canaries*, *Castries*, *Choiseul*, *Dennery*, *Gros-Islet*, *Laborie*, *Micoud*, *Soufriere*, e *Vieux-Fort*. A população distribui-se ao longo da região litorânea da ilha, concentra-se sobretudo na capital, Castries, e é formada majoritariamente por afrodescendentes. A religião predominante é a católica.

Os aruaques foram os primeiros habitantes de Santa Lúcia, expulsos pelos caribes antes da chegada dos europeus. A ilha foi descoberta em 1502 por Cristóvão Colombo e, ao longo do século XVII e início do século XVIII, disputada por ingleses e franceses, tendo mudado diversas vezes de controle entre os dois países europeus. Em 1814, pelo Tratado de Paris, a França cedeu o domínio da ilha aos britânicos, que assumiram o controle da ilha e levaram africanos escravizados para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.

O direito à autogovernança foi concedido em 1967, quando a ilha tornou-se totalmente autônoma em assuntos internos e o Reino Unido permaneceu encarregada de questões externas e de defesa. A independência ocorreu em 22 de fevereiro de 1979.

Santa Lúcia integra a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Comunidade de Nações (*Commonwealth*). Desde 12 de setembro de 1979, o país é membro das Nações Unidas. Além disso, Santa Lúcia sedia a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), organismo regional integrado por sete estados membros (Antígua/Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts/Nevis, S. Vicente/Granadinas e Santa Lucia) e quatro possessões associadas (Anguila, Ilhas

Virgens Britânicas, Martinica e Guadalupe). A OECO tem um Banco Central, uma moeda comum e três outras instituições: Supremo Tribunal de Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações, e engloba cerca de 1,5 milhão de pessoas, que têm mobilidade social e geográfica entre os Estados membros.

A Embaixada do Brasil em Castries, além de se ocupar também da OECO, acumula funções de embaixada não residente do Brasil em Dominica.

POLÍTICA INTERNA

Eleições Gerais de 2021

Em julho de 2021, ocorreram eleições gerais, o 17º pleito do país desde a sua independência em 1979. A campanha transcorreu normalmente, embora tenha sofrido limitações decorrentes da pandemia de Covid-19.

O Partido Trabalhista, de Philip Pierre, venceu o Partido dos Trabalhadores Unidos, de Allen Chastanet (primeiro-ministro de 2016 a 2021, que havia derrotado Pierre em 2016), conquistando 13 dos 17 distritos eleitorais do país (ou seja, 13 assentos na Câmara baixa) e abrindo caminho para a indicação de Pierre como primeiro-ministro.

A pandemia não deixou de influenciar as últimas eleições santa-lucenses. Em sua gestão, Chastanet, empresário do setor hoteleiro e turístico, que defendia medidas econômicas de caráter mais liberal, buscou atrair capital estrangeiro para grandes projetos nas áreas do turismo, mas teve de interromper parte das iniciativas para tentar manter o país funcionando minimamente durante a pandemia.

Plano de Governo

Pierre apresentou ao parlamento local, em março de 2023, a primeira proposta orçamentária de seu governo, com ênfase em pautas sociais, plataforma de campanha que lhe garantiu a vitória nas eleições de 2021.

O programa de governo do Partido Trabalhista enfatizou as necessidades imediatas dos cidadãos (o slogan do partido é “Putting You First”). Durante a campanha, Pierre empenhou-se, sobretudo, em desaprovar a política econômica do Partido dos Trabalhadores Unidos que, segundo a perspectiva do Partido Trabalhista, priorizavam empresas e investidores internacionais. Pierre apontou como principais objetivos a criação de empregos, o crescimento econômico e a redução da pobreza.

Para implementar seu programa, o atual primeiro-ministro – que acumula a pasta de Finanças, Desenvolvimento Econômico e Economia da Juventude - propôs gastar no ano fiscal 2022-23 cerca de USD 700 milhões, o maior orçamento da história de Santa Lúcia. Parte relevante dos recursos foram alocados para a Autoridade de Turismo, para projetos de desenvolvimento de infraestrutura e para programas sociais. O governo santa-lucense não deixou de recorrer a fundos regionais e bancos de desenvolvimento para financiar suas ações.

Contexto político atual

Em ato solene que marcou o início do ano parlamentar, em 2024, o governador-geral Cyril Charles pronunciou discurso intitulado “Melhorando nossa Infraestrutura”, em que expressou intenção do governo de tornar mais eficiente a prestação de serviços ao público, investindo em melhorias na infraestrutura física e digital.

Cyril Charles frisou que o foco principal do governo deve continuar a ser a agenda social, com especial atenção a grupos em situação de vulnerabilidade econômica; a área da saúde; e a segurança pública. O governador-geral fez também alusão ao compromisso do governo de criar um salário mínimo nacional, em coordenação com a iniciativa privada, para fazer frente à alta dos preços dos alimentos e combustíveis. Disse, ainda, que o governo estudará a possibilidade de criar um seguro-desemprego.

Corte Caribenha de Justiça

Em julho de 2023, o governo santa-lucense finalizou as medidas internas necessárias à adesão à Corte Caribenha de Justiça (CCJ), no âmbito da CARICOM. A CCJ, que está localizada em Port-of-Spain, tem dupla função: interpretar as regras do Tratado Revisto de Chaguaramas (da CARICOM) e solucionar eventuais litígios; e servir de corte de apelação para casos de natureza civil e criminal. Aplica-se somente aos Estados que aceitem a sua jurisdição - como o fez recentemente Santa Lúcia.

Santa Lúcia tornou-se o quinto Estado da região a aceitar a jurisdição da Corte, somando-se a Barbados, Belize, Dominica e Guiana. Até então, esse papel era atribuído ao *Judicial Committee of the Privy Council*, tribunal de apelação criado em Londres no século XIX para tratar de assuntos jurídicos relativos aos territórios britânicos ultramarinos.

Completo-se, assim, um longo percurso, iniciado em fevereiro de 2001, quando Santa Lúcia firmou o acordo para o estabelecimento da CCJ e o ratificou em julho de 2002. A conclusão dos procedimentos de adesão à CCJ foi consequência da vitória do Partido Trabalhista nas eleições de 2021, historicamente favorável ao pleito de adesão à Corte. Desde o início do atual governo santa-lucense, foram tomadas medidas para adequar sua legislação interna, como a criação de comitê para preparar emenda constitucional sobre o tema e a aprovação da referida emenda nas duas casas parlamentares.

POLÍTICA EXTERNA

Atuação em Foros Internacionais

A projeção internacional de Santa Lúcia ocorre, principalmente, por meio da sua participação na Organização dos Estados do Caribe Ocidental (OECO), cuja sede está localizada em Castries e na qual atua com protagonismo. Integra, também, a CARICOM, em que os países da OECO atuam de maneira coordenada. No âmbito multilateral, o país atua, sobretudo, como um dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A promoção do desenvolvimento econômico figura entre as principais metas da política externa de Santa Lúcia. O país busca alcançar tal objetivo por

meio da ênfase na cooperação econômica, comércio e investimentos. Santa Lúcia mantém relações próximas com parceiros tradicionais, como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e França.

Taiwan

Em 2007, Santa Lúcia estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, encerrando dez anos de relacionamento com a República Popular da China (RPC). Desde então, a ilha caribenha tem-se beneficiado de diversos programas de cooperação bilateral. Apenas em 2014 Taiwan doou US\$ 4,8 milhões de dólares à ilha, para cooperação eleitoral, reconstrução de um hospital e cooperação em pesca; e financiou projeto de US\$ 2,8 milhões para restauração da casa em que nasceu o escritor santa-lucense Derek Walcott (1930-2017), ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 1992.

Em junho de 2015, o então primeiro-ministro Kenny Anthony inaugurou a Embaixada de Santa Lúcia em Taipé, a quinta representação diplomática daquele país caribenho. O estabelecimento da representação foi muito bem recebido por Taiwan.

Em abril de 2015 realizou-se cerimônia de entrega oficial de doações taiwanesas, no valor de US\$ 1,2 milhão, para prover duas comunidades, Micoud e Vieux Fort, com recursos para acesso à Tecnologia da Informação (TI).

Taiwan continuou a apoiar iniciativas na área de TI com doação de US\$ 7 milhões para um projeto do governo de Santa Lúcia que visa a melhorar serviços e a administração pública. Adicionalmente, Taiwan contribuiu com US\$ 400 mil para construção de um Centro Aquático Nacional. Ademais, Taiwan anunciou a instalação de rede banda larga sem fio em todo território de Santa Lúcia, para fortalecimento do principal ativo econômico do país: o turismo.

Merece destaque a visita realizada pelo então primeiro-ministro Chastanet a Taipé, em outubro de 2018, por ocasião da comemoração do 107º aniversário do "governo" em Taipé. Este prometeu investimentos em Santa Lúcia, sobretudo em infraestrutura, com foco na renovação do Aeroporto Internacional de Hewanorra e na área de reabilitação de estradas.

Taiwan segue sendo importante fonte de recursos externos para Santa Lúcia. O Taiwan EXIM Bank representa o maior fornecedor de recursos e financiador de projetos em Santa Lúcia desde o rompimento das relações com a RPC. Em discurso na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2023, o primeiro-ministro Pierre, como de hábito, fez menção ao direito de autodeterminação dos povos, citando textualmente Taiwan.

Cuba

Cuba é um dos nove países com representação diplomática em Santa Lúcia, ao lado de México, Brasil, França, Líbia, Marrocos, Reino Unido, Taiwan e Venezuela. Cuba mantém tradicional programa de cooperação países caribenhos, sobretudo por meio da oferta de bolsas de estudo e de assistência médica a Santa Lúcia. Mais de 500 médicos santa-lucenses, formados em Cuba, exercem sua profissão no país.

Uma das primeiras decisões do atual chanceler, Alva Baptiste, ao ser nomeado, em 2021, foi intensificar as relações com Cuba. No referido discurso na 78ª AGNU, Pierre defendeu o fim das sanções econômicas a Cuba.

Venezuela

Tradicionalmente, a Venezuela fornecia petróleo a Santa Lúcia a preços favoráveis, por meio da Petrocaribe. Este arranjo, contudo, foi interrompido durante o governo Chastanet (2016-2021), na sequência de atritos bilaterais, que levaram o governo santa-lucense a reinstituir a exigência de vistos para o ingresso de venezuelanos na ilha.

Também durante o governo Chastanet, Santa Lúcia ingressou no Grupo de Lima, instância em que buscou manter postura de moderação, condizente com seu menor tamanho relativo, conciliando seus interesses (como é o caso da cooperação médica com Cuba), com a tentativa de valorização do multilateralismo e a construção de posições comuns entre os países caribenhos.

Em junho de 2018, ensaiando movimento de reaproximação, o chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, fez curta visita a Santa Lúcia, tendo sido recebido pelo próprio Chastanet.

A retomada da proximidade tradicional com a Venezuela, contudo, só ocorreu no governo Pierre, a partir de 2021. Um dos primeiros atos foi retirar o país do Grupo de Lima. Pouco depois, a Venezuela retomou as exportações de petróleo a preços favoráveis para Santa Lúcia, ao abrigo da Petrocaribe.

Em outubro de 2023, Pierre realizou visita à Venezuela, com os seguintes objetivos: retomar a amizade histórica entre os dois países; explorar oportunidades para cooperação nos setores de educação, cultura, comércio e energia; discutir a modernização do programa de cooperação Petrocaribe, tendo em vista a segurança energética e o desenvolvimento sustentável de Santa Lúcia; e definir estratégias para expandir as relações comerciais e promover o crescimento econômico.

Durante a visita, Pierre condenou as sanções econômicas internacionais impostas à Venezuela, gesto que foi apreciado pelo presidente Nicolás Maduro. Os mandatários divulgaram declaração conjunta em que se comprometeram com a não-interferência em assuntos domésticos e com a manutenção do Caribe como zona de paz. Foram assinados acordos de cooperação nas áreas de educação, turismo, pesca, transporte aéreo, energia, cultura, produção alimentar e infraestrutura.

Reino Unido

Em abril de 2018, o governo de Santa Lúcia anunciou que o Reino Unido autorizou crédito de trinta milhões de libras para a recuperação da rede viária da ilha. O país mantém um escritório de representação em Santa Lúcia. O fato de Santa Lúcia ser membro da *Commonwealth* lhe garante alguns benefícios econômicos.

Estados Unidos

As relações entre os dois países se encontravam abaladas desde 2012, após episódio, ainda não esclarecido, conhecido como IMPAC, em que doze supostos delinquentes foram assassinados pela polícia local sem julgamento. Essa execução sumária ocorreu no âmbito de uma operação para tentar conter a crescente onda de violência que ameaçava o turismo no país. Em função do episódio, Santa Lúcia foi incluída em lista de países com os quais a legislação norte-americana restringe a cooperação, por motivo de violação de direitos humanos.

Em 2021, ainda no governo do então PM Chastanet, os Estados Unidos anunciaram uma retomada gradual da assistência à polícia santa-lucense, com apoio a certas unidades policiais, em particular a marítima e a imigratória. A cooperação ocorre por meio de cursos de treinamento ministrados pelo Departamento da Defesa dos EUA, intercâmbio com as guardas nacionais da Flórida e das Ilhas Virgens e assistência técnica para a manutenção regular da unidade marítima da polícia santa-lucense, fornecido pela equipe de campo do Comando Naval Sul.

Mudança do Clima

O primeiro-ministro Pierre chefou a delegação santa-lucense na COP 28, em Dubai, em 2023, e, ao discursar em nome da CARICOM, assinalou que o Caribe tem sofrido impactos devastadores em razão da mudança do clima, com profundas perdas econômicas, sociais e ambientais. Recordou que a crise climática não afeta apenas os SIDS, mas também os países desenvolvidos. Fez apelo à comunidade internacional para que se comprometa com medidas mais ambiciosas e frisou três pontos para frear o aquecimento global: i) transição acelerada, justa e equânime na busca do limite de 1,5°C; ii) aceleração da implementação da Meta Global de Adaptação; iii) fornecimento de financiamento em bases inovadoras para uma Agenda 1,5°C.

Santa Lúcia, assim como os demais membros da CARICOM, defende a operacionalização de um “fundo de perdas e danos”, no entendimento de que não há, atualmente, acesso adequado ao financiamento internacional para os países vulneráveis a desastres climáticos. A CARICOM tem buscado desenvolver propostas inovadoras para aprimorar o acesso ao financiamento, com emissão de

títulos de conservação, cláusulas de catástrofe em empréstimos e emprego dos mercados de carbono. O acesso ao financiamento internacional em condições especiais tem sido importante pauta exterior de Santa Lúcia.

ECONOMIA

Indicadores Econômicos

Após anos de recessão (2012-2015), Santa Lúcia passou a emitir sinais de recuperação na segunda metade da década de 2010. A partir de 2016, Santa Lúcia passou a registrar taxas de crescimento moderadas (entre 2 e 3,6% ao ano), impulsionadas por expansões nos setores de construção, manufaturas, agricultura, serviços financeiros e turismo. O crescimento da atividade econômica serviu para diminuir o desemprego e o déficit fiscal do país.

Em 2020, contudo, o PIB do país contraiu cerca de 20%, em razão do colapso da indústria de turismo durante a pandemia de covid-19. Na ocasião, o governo de Santa Lúcia apresentou, em julho de 2020, plano econômico voltado para resiliência econômica, com foco na geração de empregos e na assistência aos mais vulneráveis.

O plano, orçado em \$580 milhões de dólares caribenhos (cerca de US\$ 214 milhões), buscou promover transformação estrutural na economia santa-lucense, com o fim de diminuir a dependência do setor de turismo. As ações implementadas estruturaram-se em seis pilares: (i) projetos de investimento de curto prazo; (ii) estímulos econômicos; (iii) ampliação do sistema de proteção social; (iv) reformas voltadas ao aumento da produtividade, com foco em TI; (v) investimentos em saúde; e (vi) melhora da capacidade de resposta emergencial a desastres naturais e às mudanças do clima.

Após a pandemia de covid-19, a economia santa-lucense mostrou sinais vigorosos de recuperação, apesar dos impactos sobre o preço das commodities ocasionado pelo conflito entre Ucrânia e Rússia. Em 2021 e 2022, a economia do país cresceu 11,3% e 15,7%, respectivamente, impulsionada pela retomada do

turismo, que segue sendo o principal setor da economia santa-lucense. Em 2023, segundo o FMI, o PIB do país cresceu 3%.

A inflação tem-se constituído como um dos principais desafios econômicos do país. Grande parte dos alimentos consumidos na ilha e a quase totalidade do combustível necessário à produção de energia dependem dos mercados internacionais, afetados por guerras e pelas dificuldades logísticas do pós-pandemia.

A carência de mão de obra qualificada, o acesso limitado ao crédito e os altos custos operacionais são frequentemente apontados como entraves a uma maior expansão econômica. Esperam-se investimentos importantes em turismo, a fim de expandir a oferta de alojamentos turísticos.

Política Econômica do atual governo

O governo do primeiro-ministro Phillip Pierre, iniciado em 2021, tem clara plataforma social, com especial atenção a grupos em situação de vulnerabilidade econômica; à área da saúde; e à segurança pública. O governo segue comprometido com a criação de salário mínimo e com o estabelecimento de seguro desemprego. Também estão entre os objetivos a melhoria na infraestrutura; a criação de empregos, especialmente para a população jovem; o reforço da proteção aos cidadãos em condição de vulnerabilidade; a retomada da confiança dos investidores privados na economia do país.

Para a concretização desses objetivos, o primeiro-ministro projeta um déficit global de USD 79 milhões. Em compensação, Pierre anunciou projeção de aumento nominal de 5,8% no PIB para 2024-2025 (USD 2,7 bilhões).

Sobre as despesas recorrentes, Pierre propôs gastar USD 560 milhões, o que representa 4,2% de aumento em relação ao ano passado. Explicou que o aumento é reflexo da prioridade que o governo tenciona dar a projetos que visam melhorar a qualidade de vida da população e aperfeiçoar os serviços públicos. Os gastos com pagamento de juros, por outro lado, deverão permanecer elevados devido à tendência de alta das taxas de juros internacionais.

Infraestrutura

Apesar do cenário restritivo, Santa Lúcia tem buscado recuperar rodovias e prédios escolares. O discurso do trono de 2024 foi intitulado “Ano da Infraestrutura”, em que Pierre propôs a alocação de USD 180 milhões para projetos de desenvolvimento, dos quais USD 48 milhões destinados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico e Economia da Juventude. Entre os projetos contemplados estão: a) Reconstrução do Hospital St Jude’s: USD 25 milhões; b) Redução da Vulnerabilidade a Desastres: US\$ 3,7 milhões; c) Recuperação Econômica e Empoderamento dos Jovens: USD 2,3 milhões; e d) Implementação do Projeto de Substituição da Iluminação Pública: USD 2,3 milhões.

Já o Departamento de Infraestrutura, Portos e Transportes tem alocado, na proposta, USD 31,5 milhões, destinados aos seguintes projetos: a) Desenvolvimento de Rodovias da Costa Oeste: USD 15 milhões; b) Melhoria e Manutenção de Estradas USD 3,7 milhões; c) Projetos de Energia Renovável: USD 3,6 milhões; d) Melhoria de rodovias e estradas secundárias: USD 3 milhões.

Turismo

A economia de Santa Lúcia é beneficiada pelo bom desempenho, em termos relativos, do setor turístico na ilha. Em 2019, vários hotéis do país teriam registrado lotação máxima e o ministro santa-lucense do Turismo foi eleito o de melhor desempenho no Caribe. Também em 2019, Santa Lúcia ganhou o prêmio *Leading Honeymoon Destination*, atribuído pela *World Travel Awards*, além de registrar recorde de chegadas de navios de cruzeiro. Em 2024, a ilha teria retomado os níveis de turismo próximos àqueles anteriores à pandemia.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com Santa Lúcia foram estabelecidas em 1980. A cumulatividade coube inicialmente à Embaixada em Port-of-Spain e foi transferida, em 1994, para a Embaixada em Paramaribo.

A criação da Embaixada do Brasil em Castries, em dezembro de 2007, contribuiu para o estreitamento dos laços com o país e a diversificação da agenda bilateral. A intensificação no relacionamento inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe a partir da década de 2000. Entre as iniciativas que contribuíram para a mencionada aproximação, destaca-se a realização da I Cúpula Brasil–Caricom (Brasília, 26 de abril de 2010), que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da Caricom (Santa Lúcia inclusive), além do secretário-geral da Comunidade.

A realização da Cúpula ampliou as expectativas dos países com relação ao diálogo de alto nível e ao aporte de recursos para cooperação. No entanto, a continuidade de ações concretas no Caribe enfrenta desafios. Os países menores, em especial, ressentem-se da oferta limitada de cooperação técnica, objeto de demandas recorrentes por parte de autoridades caribenhas, sobretudo em contextos de negociação de apoio a projetos e candidaturas brasileiras em foros regionais e multilaterais.

Santa Lúcia tem apoiado ou trocado votos com o Brasil na maioria das candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais. Em contrapartida, o Brasil apoiou as duas candidaturas de Santa Lúcia, ao Fórum Permanente sobre Afrodescendentes (PFPAD), em dezembro de 2021, e ao Conselho Executivo da UNESCO, em novembro de 2022.

Em diferentes ocasiões, Santa Lúcia indicou, contudo, que o apoio aos pleitos brasileiros, como candidaturas e propostas em foros multilaterais, poderia ser condicionado a iniciativas concretas com o país.

Vale sublinhar, na agenda bilateral, a realização, de 14 a 17 de novembro de 2016, da primeira Missão Parlamentar e Empresarial do Brasil a Santa Lúcia e à OECO. A missão foi integrada por empresários de Goiás, Santa Catarina e Paraná e representantes da Federação da Agricultura do Estado do Pará. Os empresários goianos manifestaram interesse em explorar possibilidades em matéria de rochagem ("quarrying"), no estabelecimento de um porto seco, nacional ou sub-regional, na remodelação do porto de Castries, com a construção de "shopping center" no local, e na compra de propriedades para "commodities" agrícolas.

Os empresários catarinenses e paranaenses, por sua vez, indicaram a possibilidade de instalação de 25 mini-hidrelétricas, o que adicionaria até 10 megawatts aos 60 com que Santa Lúcia, atualmente, atende sua demanda de energia, substituindo o petróleo importado da Venezuela por matéria-prima renovável e sem custo, e propiciando energia limpa, ou, alternativamente, aumentando a oferta energética, promovendo novos empreendimentos. Até o momento, contudo, não há registro de que os investimentos se tenham materializado.

Em 2024, foi dado sinal claro da disposição do governo brasileiro de reativar a agenda e retomar os canais de cooperação com os países do Caribe, de que é exemplo a participação do Presidente Lula na 46ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM. Em abril de 2023, o primeiro-ministro havia manifestado, em conversa com o embaixador em Castries, seu desejo de visitar o Brasil.

Santa Lúcia possui quadros políticos e burocráticos qualificados e democracia estável, fatores que facilitam o diálogo político-diplomático com o Brasil. Além disso, o país se orgulha de ter dois ganhadores do prêmio Nobel, de economia em 1979 (William Arthur Lewis) e Literatura em 1992 (Derek Alton Walcott, já citado).

Não há dívida em atraso de Santa Lúcia com o Brasil.

Comércio Bilateral

O volume do comércio bilateral é pequeno, sempre com saldos favoráveis ao Brasil. Há que se levar em conta, ainda, que o petróleo nominalmente importado por Santa Lúcia é depositado nos tanques da empresa norte-americana Buckeye Internacional, que o distribui às refinarias da região. Isso teria inflado as cifras do comércio Brasil-Santa Lúcia em algumas ocasiões. Em 2021, por exemplo, a exportação de petróleo bruto ocasionou saldo positivo de USD 182 milhões para o Brasil. Já em 2022, quando não houve exportação desse produto, o comércio bilateral somou cerca de USD 2 milhões, composto principalmente de material de construção (50% do total).

Em contrapartida, as importações santa-lucenses do Brasil também atendem a uma grande população flutuante. Cerca de 1 milhão de turistas visitam Santa Lúcia anualmente e adquirem bens e serviços oferecidos no local, o que aumenta sensivelmente o mercado consumidor da ilha.

Santa Lúcia também tem uma localização estratégica para a região Norte do Brasil: está mais perto de Belém, Manaus, Macapá e Boa Vista do que estas capitais estão do Rio de Janeiro. Uma das ilhas vizinhas (Barbados) já tomou a iniciativa de promover contatos comerciais diretos com o Estado de Roraima.

Oportunidade de Mercado Agrícola para o Brasil

Por integrar a CARICOM, Santa Lúcia pode, por vezes, ser utilizada como plataforma de acesso a um mercado ampliado, uma vez que o agrupamento é considerado uma união aduaneira. Os Estados Unidos, tradicionais fornecedores de proteína animal ao Caribe, vêm enfrentando desafios relacionados a elevados custos de produção, que reduzem a competitividade do produto daquele país, quando comparada à produção brasileira. Esse contexto se traduz em possíveis oportunidades de mercado para o Brasil, particularmente em mercados ainda fechados, como é o caso de Santa Lúcia.

Ao longo de 2023, o MRE tramitou documentação entre as autoridades sanitárias brasileiras e de Santa Lúcia com vistas à abertura de mercado para exportação de carnes de frango, bovina e suína do Brasil.

Em janeiro de 2024, o Ministro da Agricultura, Pesca, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural (MAPSD) de Santa Lúcia, Alfred Prospere, procurou a Embaixada do Brasil no país para tratar das negociações em curso sobre a importação de frangos e derivados.

Em comunicação de fevereiro de 2024, o governo de Santa Lúcia confirmou seu interesse em negociar acordo bilateral que viabilize exportações brasileiras dos quatro seguintes produtos: frangos vivos, carne de frango, produtos derivados de frango, ovos de galinha incubados. O governo santa-lucense condicionou, porém, a abertura do mercado à realização de missão de auditoria “in situ” de peritos do CARICOM - e não somente de Santa Lúcia.

A referida missão de inspeção de auditores da CARICOM a frigoríficos brasileiros ocorreu em maio de 2024, e contou com a participação de peritos do governo de Santa Lúcia. Para o setor de aves, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) encarregou-se dos custos logísticos da operação. De acordo com o Termo de Referência acordado entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a CARICOM, os auditores deverão entregar relatório conclusivo da missão de auditoria até o fim de agosto de 2024.

Cooperação para o desenvolvimento

A Agência Brasileira de Cooperação tem executado iniciativas bilaterais, de forma regional, com os países membros da CARICOM.

Sublinham-se ações de gestão de recursos hídricos, negociadas durante a missão do diretor da ABC ao Caribe, em novembro de 2013. As fases de capacitação foram executadas, conjuntamente, por representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de alcançar, com mais eficiência, os resultados da cooperação técnica com os países caribenhos. A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, em outubro de 2014.

O segundo curso foi realizado em outubro de 2015, em Bridgetown, para capacitação em planejamento, implementação e operação de Redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas.

A terceira iniciativa, para fortalecimento da gestão de recursos hídricos e hidrometeorológicos, com ênfase em águas superficiais, foi realizada na cidade de Roseau, no período de 27 a 31 de março de 2017. Participaram 21 representantes de 14 países membros da Caricom. Vale salientar que os recursos utilizados para a execução das atividades mencionadas são oriundos da Agência Nacional de Águas (ANA).

A Embaixada em Castries também organizou, em 2021, uma palestra sobre controle de infecções hospitalares, ministrada por técnico da Universidade Federal de São Carlos.

A agropecuária é o principal tema de interesse em Santa Lúcia, em particular nos campos: inseminação artificial de gado bovino; sistema informatizado de dados sobre agropecuária; qualificação e treinamento de agricultores; formação de peritos em manejo florestal e reflorestamento; e agricultura adaptável às mudanças climáticas.

Em julho de 2022, foi promulgado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia assinado em 26 de abril de 2010. Esse acordo provê as bases jurídico-normativas para a cooperação técnica e humanitária entre Brasil e Santa Lúcia e permitirá a intensificação das iniciativas entre os dois países. A Agência Brasileira de Cooperação tem buscado estruturar programa de cooperação técnica bilateral com Santa Lúcia e espera receber a indicação dos setores prioritários para integrarem eventual programa das contrapartes santa-lucenses.

Cooperação Educacional

Desde a entrada em vigor do Acordo de Cooperação Educacional em 2021, o Brasil tem oferecido vagas em cursos de graduação para estudantes santa-lucenses. Em 2023, Santa Lúcia teve a primeira candidatura ao PEC-G registrada. A candidata, contudo, não confirmou aceitação da vaga destinada pela comissão de seleção do programa.

Em março de 2024, o CAPES anunciou o programa *Move la América*, que visa a promover o intercâmbio acadêmico entre estudantes da América Latina, Caribe e Brasil e selecionará, na primeira edição, até 500 estudantes para programas de Mestrado (até 300 bolsistas) e Doutorado (200 bolsistas), ambos “sanduíche”, em instituições brasileiras. A iniciativa intensifica os esforços de internacionalização de universidades brasileiras e de intercâmbio com estudantes santa-lucenses.

Cooperação Esportiva

Em 2021, a Embaixada em Castries foi contatada por uma organização esportiva santa-lucense baseada em Atlanta, interessada em trazer para Santa Lúcia time de

futebol juvenil brasileiro para participar de torneio com equipes caribenhas. Um treinador e coordenador de uma escola de futebol de Bragança Paulista foi contatado e aceitou participar. Os altos custos de transporte, a necessidade de vistos de trânsito pelos Estados Unidos e as dificuldades interpostas pela epidemia de COVID-19, contudo, inviabilizaram a iniciativa.

Atualmente, há um técnico brasileiro de voleibol treinando as equipes nacionais masculinas e femininas, nas modalidades quadra e areia. Embora esse treinador tenha sido contratado por intermédio da Federação Internacional de Voleibol, a Embaixada em Castries tem prestado apoio ao profissional brasileiro.

Cooperação Humanitária

Em 2020, o Brasil doou a Santa Lúcia kits de testes para Covid, sedativos, vacinas de tipos diversos e organizou uma missão na área de saúde. Em 2022, foram doadas 5 mil ampolas do anestésico midazolam 5mg/ml para o governo de Santa Lúcia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1502	Cristóvão Colombo provavelmente avistou a ilha durante sua quarta viagem, em 1502, embora não haja menção correspondente em seu diário. Juan de la Cosa incluiu a ilha em seu mapa de 1500, chamando-a de “ <i>El Falcón</i> ”. Cédula espanhola de 1511 incluiu a ilha no domínio espanhol e um globo no Vaticano, de 1520, a denominou “ <i>Sancta Lucia</i> ”.
1635	A França foi o primeiro país europeu a estabelecer colônia na ilha.
1660	Os franceses assinaram tratado com os caribenhos nativos.
1663	A Inglaterra assumiu o controle da ilha de 1663 a 1667. França e Inglaterra disputaram o controle sobre Santa Lúcia, que mudou 14 vezes entre os dois países.
1814	Pelo Tratado de Paris, a França cedeu o domínio de Santa Lúcia para os britânicos. Estes levaram escravos africanos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.
1834	Abolição da escravatura.
1924	A Constituição de 1924 estabeleceu governo representativo.
1936	A Constituição de 1936 garantiu a maioria dos assentos do conselho legislativo para os representantes eleitos.
1958/ 1962	Santa Lúcia se tornou membro da Federação das Índias Ocidentais.
1967	Santa Lúcia tornou-se totalmente autônoma em assuntos internos, com a Grã-Bretanha permanecendo encarregada de questões externas e de defesa.
1979	Independência de Santa Lúcia, permanecendo como democracia parlamentarista. O líder do Partido dos Trabalhadores Unidos, John Compton, assumiu o cargo de primeiro-ministro.
1979	Nas primeiras eleições gerais após a independência, o Partido Trabalhista saiu vitorioso, com Allan Louisy assumindo o cargo de primeiro-ministro.
1981	Após a renúncia de Allan Louisy, em razão de cisão no Partido Trabalhista, o cargo de primeiro-ministro passa a ser ocupado pelo procurador-geral, Winston Cenac.
1982	Com a vitória do Partido dos Trabalhadores Unidos nas eleições gerais, John Compton retorna como primeiro-ministro.
1987/ 1992	O Partido dos Trabalhadores Unidos obtém duas vitórias seguidas em eleições gerais.

1996	Com a renúncia de John Compton, Vaughan Lewis assume o cargo de primeiro-ministro.
1997	Kenny Anthony torna-se primeiro-ministro após vitória da coalizão liderada pelo Partido Trabalhista nas eleições gerais.
2003	O parlamento altera a constituição para substituir o juramento de lealdade ao monarca britânico pela promessa de lealdade a Santa Lúcia.
2006	O Partido dos Trabalhadores Unidos vence as eleições com John Compton reassumindo o cargo de primeiro-ministro.
2007	Com a morte de John Compton, o cargo de primeiro-ministro passa a ser ocupado por Stephenson King.
2011	Vitória do Partido Trabalhista nas eleições gerais conduz Kenny Anthony ao cargo de primeiro-ministro.
2016	Allen Chastanet se torna primeiro-ministro com a vitória do Partido dos Trabalhadores Unidos nas eleições gerais.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Estabelecimento de relações diplomáticas. A cumulatividade com Santa Lúcia coube inicialmente à Embaixada em Port-of-Spain.
1994	A cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Paramaribo.
2007	Criação da Embaixada residente em Castries.
2008	Participação do ministro das Relações Exteriores, Comércio e Investimento de Santa Lúcia na Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauipe.
2010	Visita do primeiro-ministro de Santa Lúcia ao Brasil, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM.
2010	Após a passagem do furacão 'Tomas', é disponibilizado, pelo governo brasileiro, um helicóptero acompanhado de doze militares para missão de assistência humanitária em Santa Lúcia.
2010	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Santa Lúcia.
2012	Visita do ministro de Relações Exteriores de Santa Lúcia ao Brasil (9 a 13 de julho).

2016	Missão parlamentar e empresarial dos estados de Goiás, Santa Catarina e Paraná a Santa Lúcia.
2018	Participação do presidente da Assembleia de Santa Lúcia, deputado Andy Glenn Daniel, em conferência em São Paulo.
2022	Promulgação do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Santa Lúcia.
2023	Participação de técnicos e funcionários do governo santa-lucense em conferências / cursos / seminários realizados no Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Status da Tramitação	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo por Troca de Notas sobre a Isenção Bilateral de Vistos de Curta Duração a Portadores de Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Santa Lúcia	24/11/2023	Em vigor	14/01/2024	19/01/2024
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em vigor	23/09/2010	29/11/2010
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em vigor	26/05/2021	21/07/2022
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em vigor	26/05/2021	22/07/2022

Título	Data de celebração	Status da Tramitação	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em promulgação/ Casa Civil		

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**

[REDACTED]

[REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1988	Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
1989	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco
1998	Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco
2008	Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira"

Cargos:

1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2001	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-93	Divisão de Serviços Gerais, assessor
1993-94	Departamento de Administração, assessor
1994-97	Embaixada em Roma, terceiro e segundo-secretário
1997-00	Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2000-02	Divisão do Pessoal, assessor e subchefe
2002-05	Consulado-Geral em Montreal, cônsul-adjunto, primeiro-secretário
2005-07	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2007-10	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, subchefe
2010-15	Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, cônsul-geral
2015-17	Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, chefe de gabinete
2017-20	Embaixada em Lusaca, embaixador
2021-	Embaixada em Praia, embaixador

Condecorações:

2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2008	Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2010	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2019	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**DOMINICA**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Comunidade da Dominica
CAPITAL	Roseau
ÁREA	754 km ² (174º maior país do mundo; menor que o DF – 5.760 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	72.737 mil habitantes
IDIOMA	Inglês
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Cristã (95%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa composta por 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 indicados pelo primeiro-ministro e 4 indicados pela oposição.
CHEFE DE ESTADO	Presidente da República Sylvanie Burton
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vince Henderson
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 0,7 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 1,07 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 9.360,00
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 14.350,00
VARIAÇÃO PIB (FMI)	+4,7% (2023) +5,6% (2022) +6,9% (2021); -16,6% (2020); 5,5 % (2019); 3,5% (2018); -6,6% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,720 (alto) / 102º lugar (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2023)	US\$ 5,6 milhões (+7,7%; 172º ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (2023)	Carnes de aves e miudezas (64%); folheados, aglomerados e outras madeiras (9,8%); despojos comestíveis de carnes (7%); materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (5,2%).
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2023)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS (2022)	Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos (65%), Óleos essenciais, materiais de perfume e sabor (31%);
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Ánuar Nahes (atual) – Cumulatividade em Castries, Santa Lúcia (decreto 11.748/2023)
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

Brasil - Dominica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	3,82	2,72	3,18	3,15	4	4,47	2,75	4	5,2	5,6 (+7,7%)

Exportações	3,68	2,71	3,13	3,15	3,97	4,46	2,74	3,98	5,2	5,6 (+7,7%)
Importações	0,14	0,01	0,05	0	0,03	0,01	0,01	0,02	0	0
Saldo	3,53	2,70	3,07	3,15	3,93	4,45	2,73	3,95	5,2	5,3

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) – Fonte: Comex Stat

APRESENTAÇÃO

A Comunidade da Dominica é um estado insular situado no mar do Caribe, na região das Pequenas Antilhas, vizinho aos departamentos ultramarinos franceses de Guadalupe e Martinica. A ilha possui extensão de 750 km².

Descoberta, no final de 1493, por Cristóvão Colombo, a ilha foi posteriormente ocupada por exploradores franceses e, em 1763, após a Guerra dos Sete Anos, passou ao domínio britânico.

A Grã-Bretanha estabeleceu pequena colônia na ilha em 1805. Com a emancipação de escravos nos territórios britânicos, em 1833, a colônia tornou-se a primeira no Caribe anglófono com uma legislatura controlada por maioria de origem africana.

A reação da pequena elite agrária local resultou em pressões sobre a Coroa britânica, que, em 1865, substituiu membros da assembleia e instituiu sistema no qual metade de seus integrantes seria eleita e metade, indicada. No início do século XX, a maior conscientização política nas colônias caribenhas resultou em progressiva retomada de assentos por parte dos afrodescendentes nos parlamentos locais.

Entre 1958 e 1962, Dominica integrou a Federação das Índias Ocidentais. Em 1967, tornou-se estado associado ao Reino Unido, assumindo formalmente responsabilidades pelos assuntos internos. Em 3 de novembro de 1978, tornou-se independente.

O governo que assumiu o país no pós-independência, liderado por Patrick John, sofreu moção de desconfiança que resultou na formação de governo interino liderado por Oliver Seraphin. Nas eleições gerais realizadas em 1980, Seraphin, que

havia criado o Partido Trabalhista Democrático (DLP), perdeu para Eugenia Charles, do Partido da Liberdade de Dominica (DFP).

Eugenia Charles tornou-se a primeira chefe de governo mulher no Caribe. Seu governo atravessou duas tentativas fracassadas de golpe, apoiou a invasão norte-americana em Granada, em 1983, e foi reeleita nas eleições gerais de 1985. Em 1988, uma terceira força política consolidou-se em torno do Partido dos Trabalhadores Unidos (UWP) e sua liderança, Edison James.

Em 1990, a primeira-ministra Eugenia Charles conquistou a terceira eleição geral seguida, mas a divisão causada pelo surgimento do UWP resultou na perda de assentos parlamentares pelo DFP. Eugenia Charles abdicou da liderança do partido, em 1993, e sequer disputou as eleições gerais de 1995, vencidas pelo UWP.

Em janeiro de 2000, o UWP foi vencido pela coalizão liderada pelo DLP, nas figuras de Roosevelt Douglas (DLP) e Charles Savarin (DFP). Douglas, contudo, faleceu em outubro daquele ano, sendo substituído por Pierre Charles como primeiro-ministro.

Charles foi substituído por Roosevelt Skerrit, também do DLP. Sob a liderança do PM Skerrit, o DLP logrou sucessivas vitórias nas eleições gerais de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SYLVANIE BURTON
Presidente



Nascida em agosto de 1964, graduou-se em desenvolvimento rural na St. Francis Xavier University, Canadá, e obteve mestrado em gestão de projetos na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Ocupou cargos de relevo nas administrações do Partido Trabalhista de Dominica (DLP), nos Ministérios de Desenvolvimento Comunitário, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Serviço Social e Assuntos Kalinago (população originária do Caribe). Eleita, em setembro de 2023, para o parlamento, tornou-se a primeira mulher e a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago a ocupar a presidência na história de Dominica.

ROOSEVELT SKERRIT**Primeiro-Ministro**

Nascido em 1972, graduou-se em Inglês e Psicologia pela Universidade do Mississippi, aderindo ao Partido Trabalhista de Dominica ao regressar ao país. Em 2000, foi eleito deputado pela província de Vieille Case. Ocupou o cargo de ministro da Educação, Esportes e Juventude, antes de tornar-se o primeiro-ministro mais jovem de Dominica em janeiro de 2004. Venceu eleições gerais em 2005 e foi reeleito para o cargo em 2009, 2014, 2019 e 2022.

VINCE HENDERSON**Chancellor**

Bacharel em Direito pela University of Huddersfield and Holbourn College, no Reino Unido e bacharel em ciência da computação pelo American College for Computer and Information Systems, em Birmingham, Alabama, Estados Unidos. Tem mestrado e doutorado em direito, foco em políticas de energias renováveis. Atuou, anteriormente, como Representante Permanente da Dominica na OEA e na ONU, além de ter sido embaixador da Dominica nos Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

Dominica é uma república parlamentar. O chefe de Estado é o presidente, eleito pela Assembleia Legislativa para mandato de cinco anos. O legislativo dominiquense é unicameral, com 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 são indicados pelo primeiro-ministro e 4 são indicados pela oposição.

O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder da maioria no parlamento e designado oficialmente pelo presidente. O atual primeiro-ministro Roosevelt Skerrit está no cargo desde 2004.

Já a chefe de Estado é Sylvanie Burton, que, eleita pelo parlamento em setembro de 2023, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência na história de Dominica. O cargo era ocupado por Charles Savarin desde 2013. Burton também é a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago, remanescente da população nativa de Dominica, a ocupar a chefia do Estado, o que se reveste de significativa carga simbólica.

Os principais partidos políticos são o Partido Trabalhista de Dominica (*DLP*), liderado pelo primeiro-ministro Roosevelt Skerrit; o Partido da Liberdade de Dominica (*DFP*), liderado por Michael Astaphan; e o Partido dos Trabalhadores Unidos (*UWP*), liderado por Lennox Linton.

Furacão Maria

Em setembro de 2017, Dominica foi atingida pelo furacão Maria, evento climático de categoria cinco (a mais alta). A ilha sofreu fortes prejuízos, a maioria das casas perdeu telhados, a infraestrutura elétrica foi danificada, fornecimento de água e eletricidade necessitou de vários meses para se normalizar, agravando sobremaneira a destruição causada no setor agrícola.

O governo da Dominica colocou, como prioridade para o processo de reconstrução, o restabelecimento do fornecimento de água e energia, a desobstrução de ruas e estradas, a reabertura de escolas e a garantia da segurança pública.

Também em março de 2018, foi inaugurada a Agência Executiva de Resistência às Mudanças Climáticas (CREAD), com a missão de coordenar a reconstrução do país e elaborar estratégias de resiliência às mudanças do clima.

O governo de Dominica estabeleceu como prioridade diminuir a vulnerabilidade do país e aumentar seu nível de preparo para enfrentar emergências climáticas.

Eleições Gerais

Em 2022, o PM Skerrit anunciou a convocação de eleições antecipadas para o parlamento dominiquense, dois anos antes do previsto. Membros da oposição política manifestaram insatisfação com a eventual realização de mais uma eleição, sem as esperadas alterações na legislação eleitorais.

As eleições ocorreram no dia 6 de dezembro de 2022 e foram acompanhadas por missões eleitorais da CARICOM, da Commonwealth e da OEA. Esta última elogiou, em relatório preliminar, o “comprometimento público do primeiro-ministro dominiquense de consultar e engajar construtivamente com candidatos independentes, a liderança do Partido dos Trabalhadores Unidos, Equipe Unidade Dominica e outras partes interessadas para chegar a um consenso sobre o caminho a seguir”.

O Partido Trabalhista de Dominica (DLP) venceu 19 dos 21 assentos em disputa, sendo os demais assentos conquistados por candidatos independentes. Dessa forma, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit foi reconduzido para o seu quarto mandato consecutivo.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros de cooperação da Comunidade da Dominica são China e Venezuela. Há, no país, apenas três embaixadas residentes, de China, Cuba e Venezuela. Dominica integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e, portanto, está inserido no arcabouço institucional-normativo da Organização, a saber, Banco Central regional, moeda comum, Supremo Tribunal de

Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações regionais, mobilidade social e geográfica. Sua moeda é o dólar do Caribe oriental (XCD), mantido fixo com o dólar estadunidense na casa de USD 1,00 = XCD 2,70.

É também membro pleno da CARICOM (Comunidade do Caribe), composta por 15 Estados membros e cinco associados, congregando aproximadamente 16 milhões de pessoas, e da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

China

As relações com a China ganharam impulso a partir de 2004, quando Dominica rompeu laços com Taiwan. A importância da cooperação prestada pelo governo chinês tem crescido desde então. Pequim financia, em condições privilegiadas, inúmeros projetos de infraestrutura, como a construção e manutenção de escolas, hospitais e do palácio de governo. Missões técnicas chinesas fornecem assistência nos campos da agricultura e das ciências médicas.

A República Popular da China foi um dos maiores parceiros na tarefa de reconstrução do país, após o furacão Maria.

Venezuela

Dominica foi o primeiro membro da CARICOM e o primeiro país de língua inglesa a aderir, em 2008, à ALBA (Aliança Bolivariana para os povos da nossa América - iniciativa capitaneada pela Venezuela). O país é também signatário do acordo Petrocaribe, que prevê a venda de petróleo originário da Venezuela a países insulares caribenhos a preços e condições privilegiadas.

Há dependência estrutural do petróleo venezuelano. Não apenas gasolina e óleo diesel, mas também óleo combustível para geração de energia em termoelétricas têm origem venezuelana.

Apesar da aproximação, Dominica mantém contencioso territorial marítimo com a Venezuela, relativo à extensão da Zona Econômica Exclusiva (Ilhas Aves).

Laboratório Agrícola para a Região

É importante destacar a iniciativa de promover a criação, em Dominica, do "Global Centre for Agriculture Resilience". A proposta, nascida no âmbito da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e do Instituto Interamericano

de Cooperação para Agricultura (IICA), foi debatida em reunião na cidade de Bridgetown, em outubro de 2018. O centro tem foco em pesquisa, inovação e agricultura sustentável.

ECONOMIA

Antes da passagem do furacão Maria, em 2017, Dominica apresentava-se como uma economia relativamente estável com contas públicas equilibradas. Em 2003, o país adotou reformas relevantes, que compreenderam privatização da produção de banana, aumento de impostos e o fim do tabelamento de preços. O setor agrícola respondia por 15% do PIB e o principal produto de exportação do país era a banana. A indústria abarcava outros 15% do PIB, enquanto o setor de turismo vinha recebendo impulso – Dominica era destino preferencial do “turismo ecológico” no Caribe.

O país contava com pequeno setor financeiro offshore. O governo vinha encorajando o desenvolvimento do telemarketing e da tecnologia de informação. Duas escolas médicas (Ross University School of Medicine e All Saints University) vinham sendo fontes importantes de divisas internacionais.

Prevvia-se expansão do setor industrial, com a criação de usinas geotérmicas. O furacão Maria, entretanto, teve grave impacto para a economia de Dominica. O setor turístico, um dos mais importantes da ilha, foi diretamente afetado, com a destruição da rede hoteleira e da infraestrutura precária. A agricultura foi devastada e muitos empresários se viram forçados a fechar seus negócios. O fornecimento de energia e água foi prejudicado e apenas lentamente restabelecido.

COVID-19 e Recuperação econômica

Enquanto ainda se recuperava das consequências do Furacão Maria sobre sua economia, o país teve de lidar com os impactos negativos adicionais da pandemia de covid-19 a partir de 2020, em razão da suspensão, num primeiro momento, seguida da interrupção do fluxo de turistas nos dois anos subsequentes. Os efeitos deletérios

sobre a economia seguiram a tendência verificada nos demais países do Caribe, uma vez que a região é dependente das receitas do setor de turismo.

As consequências do impacto provocado pela pandemia comprometeram as receitas fiscais do país, gerando pressões no balanço de pagamentos, que registrou deficit em conta corrente de 30% do PIB dominiquense, segundo relatório do FMI. Nesse contexto, de modo a proporcionar espaço fiscal para as ações de combate à pandemia, o Fundo Monetário Internacional aprovou desembolso no valor de US\$ 14 milhões para o país.

Apesar do crescimento do PIB de 7% em 2021 e de 5,7% em 2022, capitaneados pelo setor de construção civil (reconstrução da infraestrutura do país), a gradual recuperação do turismo e o aumento da produção da agricultura, o déficit em conta corrente do país permaneceu elevado, em torno de 28% do PIB em 2022 (relatório do FMI, 2023), devido aos termos de troca desfavoráveis, grande importação de investimentos e recuperação incompleta do setor de turismo.

Em 2023, o país alcançou a taxa de crescimento real do PIB de 4,7%, e espera-se que o PIB de Dominica aumente 4,6% em 2024 (dados do FMI).

Banco Central do Caribe Oriental

Criado em 1983, o Banco Central do Caribe Oriental (ECCB) é a autoridade monetária responsável pelo controle da circulação do dólar do Caribe oriental, moeda existente desde 1965, e conta com oito membros: seis Estados (Antígua e Barbuda; Dominica; Granada; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; e São Vicente e Granadinas) e dois territórios ultramarinos do Reino Unido (Anguilla e Montserrat).

A estrutura hierárquica do ECCB é composta de um conselho de diretores, que se subordina ao Conselho Monetário, composto pelos ministros das finanças dos Estados membro. A sede do banco está localizada em Basseterre (São Cristóvão e Névis).

RELAÇÕES BILATERAIS

Com a abertura da embaixada do Brasil em Roseau, em 2009 e a visita do primeiro-ministro Roosevelt Skerrit ao Brasil, em 2010, as relações bilaterais foram impulsionadas, com ênfase no diálogo político e na cooperação técnica, que tem posição de relevo na agenda bilateral. Dominica participa de treinamentos regionais oferecidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países da Comunidade do Caribe.

Em 2018, iniciou-se processo de revisão da representação diplomática brasileira no Caribe. Em 2019, as atividades da Embaixada do Brasil em Roseau foram encerradas, e a representação junto ao governo dominiquense passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados (Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020).

Já em 2023, buscando conferir maior racionalidade e eficiência à rede diplomático-consular no exterior e equilibrar a representação dos postos na região, a cumulatividade da embaixada do Brasil em Roseau foi transferida para a embaixada do Brasil em Castries, Santa Lucia (Decreto 11.748 de 20 de outubro de 2023).

Tradicionalmente, Dominica tem apoiado as candidaturas brasileiras em organizações internacionais, de que é exemplo a candidatura do doutor Rodrigo Mudrovitsch à vaga de juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2021.

Não há exposição brasileira, nem dívida em atraso de Dominica com o Brasil.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral é pequeno, quase integralmente contabilizado em favor do Brasil. Em 2023, as exportações brasileiras para Dominica somaram USD 5,6 milhões, compostas em sua maioria por produtos congelados de frango (60%) e materiais de construção diversos (9%). No mesmo período, o Brasil importou cerca de USD 9 mil daquele país, principalmente equipamentos elétricos (60%) e óleos essenciais (31%).

Cooperação para o desenvolvimento

A assistência humanitária destaca-se no relacionamento bilateral. Diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, em 2015, o governo brasileiro

doou medicamentos para apoiar o atendimento emergencial dos afetados. Com a devastação trazida pelo furacão Maria, em 2017, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiou, por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o subprojeto "*Emergency support for the immediate restoration of food production in Dominica after Hurricane Maria*", visando à restauração da produção de alimentos de 1.125 famílias afetadas.

Foi possível, também, implementar programa conjunto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de reabilitar estufas e colmeias de abelhas destruídas pelo furacão. Cerca de 375 pequenos agricultores receberam subsídios do PMA para reabilitação da produção agrícola e apícola.

Em 2017, houve o desenvolvimento da iniciativa "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos, em cujo contexto foram realizados cursos de capacitação de técnicos caribenhos (um deles em território dominiquense) na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos.

Em 2022, o Brasil doou para Dominica 50.000 cápsulas do medicamento fosfato de oseltamivir, por meio da OECO. Encontra-se em tramitação a doação de 100 doses da vacina Coronavac pelo governo brasileiro, aceita por Dominica em abril de 2024.

Em dezembro de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Dominica, assinado em 2014, foi ratificado pelo Brasil, que notificou sua contraparte, e aguarda a resposta dominiquense sobre o assunto.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1493	Descoberta do território da atual Comunidade da Dominica por Cristóvão Colombo. A ilha seria posteriormente ocupada por exploradores europeus, com destaque para a presença francesa.
1763	Após a Guerra dos 7 Anos, o território passa ao domínio britânico.
1805	A Grã-Bretanha estabelece pequena colônia na ilha de Dominica.
1833	Emancipação de escravos nas colônias britânicas abre caminho para que a legislatura local seja controlada por maioria étnica de origem africana.
1865	Reação da pequena elite agrária local resulta em pressões sobre a Coroa britânica, que substitui membros da legislatura local e institui maior controle sobre sua indicação. A influência da população étnica de origem africana passa a ser progressivamente solapada.
1958	Entre 1958 e 1962, o país integra a Federação das Índias Ocidentais.
1967	Dominica torna-se estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidades pelos seus assuntos domésticos.
1978	Independência da Comunidade da Dominica.
1980	Eleições gerais, com vitória do Dominica Freedom Party (DFP). A PM Eugenia Charles sofre duas tentativas de golpe em seu primeiro mandato, apoia a invasão norte-americana em Granada e é reeleita em 1985 e 1990.
1995	Eleições gerais, com vitória do United Workers Party (UWP).
2000 - 2022	Eleições gerais, com vitória do Dominica Labour Party (DLP). Sob a liderança de Roosevelt Skerrit, o DLP venceu as eleições de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2008	Participação do ministro das Relações Exteriores da Comunidade da Dominica na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), na Costa do Sauipe.
2009	Abertura da embaixada do Brasil em Roseau. Até então, os interesses brasileiros no país eram representados pela embaixada brasileira em Port-of- Spain, Trinidad e Tobago.
2010	Participação do primeiro-ministro da Comunidade da Dominica na I Cúpula Brasil – CARICOM, em Brasília.
2014	Assinatura do acordo bilateral de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Comunidade da Dominica.
2015	Visita ao Brasil da embaixadora não-residente da Comunidade da Dominica, Jennifer Aird.
2015, 2017, 2022	Iniciativas de cooperação para o desenvolvimento por parte da ABC
2018	Fechamento da Embaixada do Brasil em Roseau.
2020	Decreto nº 10.348 determina a cumulatividade da representação dos interesses do Brasil junto à Comunidade da Dominica à embaixada brasileira em Bridgetown, Barbados.
2022	Aprovação, por meio do Decreto Legislativo nº 157, de 8 de dezembro de 2022, do texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Tramitação
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Dominica	Meios de Comunicação	09/04/1986	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Vistos e Imigração	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Artístico-cultural	26/04/2010	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade da Dominica, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	Vistos e Imigração	17/04/2015	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Educacional e Esportiva	26/04/2010	Em Ratificação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica	Cooperação Técnica	07/07/2014	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica sobre a Isenção Parcial de Vistos	Vistos e Imigração	21/02/2014	Substituído

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**DOMINICA**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Comunidade da Dominica
CAPITAL	Roseau
ÁREA	754 km ² (174º maior país do mundo; menor que o DF – 5.760 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	72.737 mil habitantes
IDIOMA	Inglês
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Cristã (95%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa composta por 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 indicados pelo primeiro-ministro e 4 indicados pela oposição.
CHEFE DE ESTADO	Presidente da República Sylvanie Burton
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vince Henderson
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 0,7 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 1,07 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 9.360,00
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI))	US\$ 14.350,00
VARIAÇÃO PIB (FMI)	+4,7% (2023) +5,6% (2022) +6,9% (2021); -16,6% (2020); 5,5 % (2019); 3,5% (2018); -6,6% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,720 (alto) / 102º lugar (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2023)	US\$ 5,6 milhões (+7,7%; 172º ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (2023)	Carnes de aves e miudezas (64%); folheados, aglomerados e outras madeiras (9,8%); despojos comestíveis de carnes (7%); materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (5,2%).
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2023)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS (2022)	Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos (65%), Óleos essenciais, materiais de perfume e sabor (31%);
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Ánuar Nahes (atual) – Cumulatividade em Castries, Santa Lúcia (decreto 11.748/2023)
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

Brasil - Dominica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	3,82	2,72	3,18	3,15	4	4,47	2,75	4	5,2	5,6 (+7,7%)

Exportações	3,68	2,71	3,13	3,15	3,97	4,46	2,74	3,98	5,2	5,6 (+7,7%)
Importações	0,14	0,01	0,05	0	0,03	0,01	0,01	0,02	0	0
Saldo	3,53	2,70	3,07	3,15	3,93	4,45	2,73	3,95	5,2	5,3

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) – Fonte: Comex Stat

APRESENTAÇÃO

A Comunidade da Dominica é um estado insular situado no mar do Caribe, na região das Pequenas Antilhas, vizinho aos departamentos ultramarinos franceses de Guadalupe e Martinica. A ilha possui extensão de 750 km².

Descoberta, no final de 1493, por Cristóvão Colombo, a ilha foi posteriormente ocupada por exploradores franceses e, em 1763, após a Guerra dos Sete Anos, passou ao domínio britânico.

A Grã-Bretanha estabeleceu pequena colônia na ilha em 1805. Com a emancipação de escravos nos territórios britânicos, em 1833, a colônia tornou-se a primeira no Caribe anglófono com uma legislatura controlada por maioria de origem africana.

A reação da pequena elite agrária local resultou em pressões sobre a Coroa britânica, que, em 1865, substituiu membros da assembleia e instituiu sistema no qual metade de seus integrantes seria eleita e metade, indicada. No início do século XX, a maior conscientização política nas colônias caribenhas resultou em progressiva retomada de assentos por parte dos afrodescendentes nos parlamentos locais.

Entre 1958 e 1962, Dominica integrou a Federação das Índias Ocidentais. Em 1967, tornou-se estado associado ao Reino Unido, assumindo formalmente responsabilidades pelos assuntos internos. Em 3 de novembro de 1978, tornou-se independente.

O governo que assumiu o país no pós-independência, liderado por Patrick John, sofreu moção de desconfiança que resultou na formação de governo interino liderado por Oliver Seraphin. Nas eleições gerais realizadas em 1980, Seraphin, que

havia criado o Partido Trabalhista Democrático (DLP), perdeu para Eugenia Charles, do Partido da Liberdade de Dominica (DFP).

Eugenia Charles tornou-se a primeira chefe de governo mulher no Caribe. Seu governo atravessou duas tentativas fracassadas de golpe, apoiou a invasão norte-americana em Granada, em 1983, e foi reeleita nas eleições gerais de 1985. Em 1988, uma terceira força política consolidou-se em torno do Partido dos Trabalhadores Unidos (UWP) e sua liderança, Edison James.

Em 1990, a primeira-ministra Eugenia Charles conquistou a terceira eleição geral seguida, mas a divisão causada pelo surgimento do UWP resultou na perda de assentos parlamentares pelo DFP. Eugenia Charles abdicou da liderança do partido, em 1993, e sequer disputou as eleições gerais de 1995, vencidas pelo UWP.

Em janeiro de 2000, o UWP foi vencido pela coalizão liderada pelo DLP, nas figuras de Roosevelt Douglas (DLP) e Charles Savarin (DFP). Douglas, contudo, faleceu em outubro daquele ano, sendo substituído por Pierre Charles como primeiro-ministro.

Charles foi substituído por Roosevelt Skerrit, também do DLP. Sob a liderança do PM Skerrit, o DLP logrou sucessivas vitórias nas eleições gerais de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS**SYLVANIE BURTON**
Presidente

Nascida em agosto de 1964, graduou-se em desenvolvimento rural na St. Francis Xavier University, Canadá, e obteve mestrado em gestão de projetos na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Ocupou cargos de relevo nas administrações do Partido Trabalhista de Dominica (DLP), nos Ministérios de Desenvolvimento Comunitário, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Serviço Social e Assuntos Kalinago (população originária do Caribe). Eleita, em setembro de 2023, para o parlamento, tornou-se a primeira mulher e a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago a ocupar a presidência na história de Dominica.

ROOSEVELT SKERRIT**Primeiro-Ministro**

Nascido em 1972, graduou-se em Inglês e Psicologia pela Universidade do Mississippi, aderindo ao Partido Trabalhista de Dominica ao regressar ao país. Em 2000, foi eleito deputado pela província de Vieille Case. Ocupou o cargo de ministro da Educação, Esportes e Juventude, antes de tornar-se o primeiro-ministro mais jovem de Dominica em janeiro de 2004. Venceu eleições gerais em 2005 e foi reeleito para o cargo em 2009, 2014, 2019 e 2022.

VINCE HENDERSON**Chancellor**

Bacharel em Direito pela University of Huddersfield and Holbourn College, no Reino Unido e bacharel em ciência da computação pelo American College for Computer and Information Systems, em Birmingham, Alabama, Estados Unidos. Tem mestrado e doutorado em direito, foco em políticas de energias renováveis. Atuou, anteriormente, como Representante Permanente da Dominica na OEA e na ONU, além de ter sido embaixador da Dominica nos Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

Dominica é uma república parlamentar. O chefe de Estado é o presidente, eleito pela Assembleia Legislativa para mandato de cinco anos. O legislativo dominiquense é unicameral, com 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 são indicados pelo primeiro-ministro e 4 são indicados pela oposição.

O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder da maioria no parlamento e designado oficialmente pelo presidente. O atual primeiro-ministro Roosevelt Skerrit está no cargo desde 2004.

Já a chefe de Estado é Sylvanie Burton, que, eleita pelo parlamento em setembro de 2023, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência na história de Dominica. O cargo era ocupado por Charles Savarin desde 2013. Burton também é a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago, remanescente da população nativa de Dominica, a ocupar a chefia do Estado, o que se reveste de significativa carga simbólica.

Os principais partidos políticos são o Partido Trabalhista de Dominica (*DLP*), liderado pelo primeiro-ministro Roosevelt Skerrit; o Partido da Liberdade de Dominica (*DFP*), liderado por Michael Astaphan; e o Partido dos Trabalhadores Unidos (*UWP*), liderado por Lennox Linton.

Furacão Maria

Em setembro de 2017, Dominica foi atingida pelo furacão Maria, evento climático de categoria cinco (a mais alta). A ilha sofreu fortes prejuízos, a maioria das casas perdeu telhados, a infraestrutura elétrica foi danificada, fornecimento de água e eletricidade necessitou de vários meses para se normalizar, agravando sobremaneira a destruição causada no setor agrícola.

O governo da Dominica colocou, como prioridade para o processo de reconstrução, o restabelecimento do fornecimento de água e energia, a desobstrução de ruas e estradas, a reabertura de escolas e a garantia da segurança pública.

Também em março de 2018, foi inaugurada a Agência Executiva de Resistência às Mudanças Climáticas (CREAD), com a missão de coordenar a reconstrução do país e elaborar estratégias de resiliência às mudanças do clima.

O governo de Dominica estabeleceu como prioridade diminuir a vulnerabilidade do país e aumentar seu nível de preparo para enfrentar emergências climáticas.

Eleições Gerais

Em 2022, o PM Skerrit anunciou a convocação de eleições antecipadas para o parlamento dominiquense, dois anos antes do previsto. Membros da oposição política manifestaram insatisfação com a eventual realização de mais uma eleição, sem as esperadas alterações na legislação eleitorais.

As eleições ocorreram no dia 6 de dezembro de 2022 e foram acompanhadas por missões eleitorais da CARICOM, da Commonwealth e da OEA. Esta última elogiou, em relatório preliminar, o “comprometimento público do primeiro-ministro dominiquense de consultar e engajar construtivamente com candidatos independentes, a liderança do Partido dos Trabalhadores Unidos, Equipe Unidade Dominica e outras partes interessadas para chegar a um consenso sobre o caminho a seguir”.

O Partido Trabalhista de Dominica (DLP) venceu 19 dos 21 assentos em disputa, sendo os demais assentos conquistados por candidatos independentes. Dessa forma, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit foi reconduzido para o seu quarto mandato consecutivo.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros de cooperação da Comunidade da Dominica são China e Venezuela. Há, no país, apenas três embaixadas residentes, de China, Cuba e Venezuela. Dominica integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e, portanto, está inserido no arcabouço institucional-normativo da Organização, a saber, Banco Central regional, moeda comum, Supremo Tribunal de

Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações regionais, mobilidade social e geográfica. Sua moeda é o dólar do Caribe oriental (XCD), mantido fixo com o dólar estadunidense na casa de USD 1,00 = XCD 2,70.

É também membro pleno da CARICOM (Comunidade do Caribe), composta por 15 Estados membros e cinco associados, congregando aproximadamente 16 milhões de pessoas, e da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

China

As relações com a China ganharam impulso a partir de 2004, quando Dominica rompeu laços com Taiwan. A importância da cooperação prestada pelo governo chinês tem crescido desde então. Pequim financia, em condições privilegiadas, inúmeros projetos de infraestrutura, como a construção e manutenção de escolas, hospitais e do palácio de governo. Missões técnicas chinesas fornecem assistência nos campos da agricultura e das ciências médicas.

A República Popular da China foi um dos maiores parceiros na tarefa de reconstrução do país, após o furacão Maria.

Venezuela

Dominica foi o primeiro membro da CARICOM e o primeiro país de língua inglesa a aderir, em 2008, à ALBA (Aliança Bolivariana para os povos da nossa América - iniciativa capitaneada pela Venezuela). O país é também signatário do acordo Petrocaribe, que prevê a venda de petróleo originário da Venezuela a países insulares caribenhos a preços e condições privilegiadas.

Há dependência estrutural do petróleo venezuelano. Não apenas gasolina e óleo diesel, mas também óleo combustível para geração de energia em termoelétricas têm origem venezuelana.

Apesar da aproximação, Dominica mantém contencioso territorial marítimo com a Venezuela, relativo à extensão da Zona Econômica Exclusiva (Ilhas Aves).

Laboratório Agrícola para a Região

É importante destacar a iniciativa de promover a criação, em Dominica, do "Global Centre for Agriculture Resilience". A proposta, nascida no âmbito da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e do Instituto Interamericano

de Cooperação para Agricultura (IICA), foi debatida em reunião na cidade de Bridgetown, em outubro de 2018. O centro tem foco em pesquisa, inovação e agricultura sustentável.

ECONOMIA

Antes da passagem do furacão Maria, em 2017, Dominica apresentava-se como uma economia relativamente estável com contas públicas equilibradas. Em 2003, o país adotou reformas relevantes, que compreenderam privatização da produção de banana, aumento de impostos e o fim do tabelamento de preços. O setor agrícola respondia por 15% do PIB e o principal produto de exportação do país era a banana. A indústria abarcava outros 15% do PIB, enquanto o setor de turismo vinha recebendo impulso – Dominica era destino preferencial do “turismo ecológico” no Caribe.

O país contava com pequeno setor financeiro offshore. O governo vinha encorajando o desenvolvimento do telemarketing e da tecnologia de informação. Duas escolas médicas (Ross University School of Medicine e All Saints University) vinham sendo fontes importantes de divisas internacionais.

Prevvia-se expansão do setor industrial, com a criação de usinas geotérmicas. O furacão Maria, entretanto, teve grave impacto para a economia de Dominica. O setor turístico, um dos mais importantes da ilha, foi diretamente afetado, com a destruição da rede hoteleira e da infraestrutura precária. A agricultura foi devastada e muitos empresários se viram forçados a fechar seus negócios. O fornecimento de energia e água foi prejudicado e apenas lentamente restabelecido.

COVID-19 e Recuperação econômica

Enquanto ainda se recuperava das consequências do Furacão Maria sobre sua economia, o país teve de lidar com os impactos negativos adicionais da pandemia de covid-19 a partir de 2020, em razão da suspensão, num primeiro momento, seguida da interrupção do fluxo de turistas nos dois anos subsequentes. Os efeitos deletérios

sobre a economia seguiram a tendência verificada nos demais países do Caribe, uma vez que a região é dependente das receitas do setor de turismo.

As consequências do impacto provocado pela pandemia comprometeram as receitas fiscais do país, gerando pressões no balanço de pagamentos, que registrou déficit em conta corrente de 30% do PIB dominiquense, segundo relatório do FMI. Nesse contexto, de modo a proporcionar espaço fiscal para as ações de combate à pandemia, o Fundo Monetário Internacional aprovou desembolso no valor de US\$ 14 milhões para o país.

Apesar do crescimento do PIB de 7% em 2021 e de 5,7% em 2022, capitaneados pelo setor de construção civil (reconstrução da infraestrutura do país), a gradual recuperação do turismo e o aumento da produção da agricultura, o déficit em conta corrente do país permaneceu elevado, em torno de 28% do PIB em 2022 (relatório do FMI, 2023), devido aos termos de troca desfavoráveis, grande importação de investimentos e recuperação incompleta do setor de turismo.

Em 2023, o país alcançou a taxa de crescimento real do PIB de 4,7%, e espera-se que o PIB de Dominica aumente 4,6% em 2024 (dados do FMI).

Banco Central do Caribe Oriental

Criado em 1983, o Banco Central do Caribe Oriental (ECCB) é a autoridade monetária responsável pelo controle da circulação do dólar do Caribe oriental, moeda existente desde 1965, e conta com oito membros: seis Estados (Antígua e Barbuda; Dominica; Granada; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; e São Vicente e Granadinas) e dois territórios ultramarinos do Reino Unido (Anguilla e Montserrat).

A estrutura hierárquica do ECCB é composta de um conselho de diretores, que se subordina ao Conselho Monetário, composto pelos ministros das finanças dos Estados membro. A sede do banco está localizada em Basseterre (São Cristóvão e Névis).

RELAÇÕES BILATERAIS

Com a abertura da embaixada do Brasil em Roseau, em 2009 e a visita do primeiro-ministro Roosevelt Skerrit ao Brasil, em 2010, as relações bilaterais foram impulsionadas, com ênfase no diálogo político e na cooperação técnica, que tem posição de relevo na agenda bilateral. Dominica participa de treinamentos regionais oferecidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países da Comunidade do Caribe.

Em 2018, iniciou-se processo de revisão da representação diplomática brasileira no Caribe. Em 2019, as atividades da Embaixada do Brasil em Roseau foram encerradas, e a representação junto ao governo dominiquense passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados (Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020).

Já em 2023, buscando conferir maior racionalidade e eficiência à rede diplomático-consular no exterior e equilibrar a representação dos postos na região, a cumulatividade da embaixada do Brasil em Roseau foi transferida para a embaixada do Brasil em Castries, Santa Lucia (Decreto 11.748 de 20 de outubro de 2023).

Tradicionalmente, Dominica tem apoiado as candidaturas brasileiras em organizações internacionais, de que é exemplo a candidatura do doutor Rodrigo Mudrovitsch à vaga de juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2021.

Não há exposição brasileira, nem dívida em atraso de Dominica com o Brasil.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral é pequeno, quase integralmente contabilizado em favor do Brasil. Em 2023, as exportações brasileiras para Dominica somaram USD 5,6 milhões, compostas em sua maioria por produtos congelados de frango (60%) e materiais de construção diversos (9%). No mesmo período, o Brasil importou cerca de USD 9 mil daquele país, principalmente equipamentos elétricos (60%) e óleos essenciais (31%).

Cooperação para o desenvolvimento

A assistência humanitária destaca-se no relacionamento bilateral. Diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, em 2015, o governo brasileiro

doou medicamentos para apoiar o atendimento emergencial dos afetados. Com a devastação trazida pelo furacão Maria, em 2017, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiou, por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o subprojeto "*Emergency support for the immediate restoration of food production in Dominica after Hurricane Maria*", visando à restauração da produção de alimentos de 1.125 famílias afetadas.

Foi possível, também, implementar programa conjunto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de reabilitar estufas e colmeias de abelhas destruídas pelo furacão. Cerca de 375 pequenos agricultores receberam subsídios do PMA para reabilitação da produção agrícola e apícola.

Em 2017, houve o desenvolvimento da iniciativa "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos, em cujo contexto foram realizados cursos de capacitação de técnicos caribenhos (um deles em território dominiquense) na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos.

Em 2022, o Brasil doou para Dominica 50.000 cápsulas do medicamento fosfato de oseltamivir, por meio da OECO. Encontra-se em tramitação a doação de 100 doses da vacina Coronavac pelo governo brasileiro, aceita por Dominica em abril de 2024.

Em dezembro de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Dominica, assinado em 2014, foi ratificado pelo Brasil, que notificou sua contraparte, e aguarda a resposta dominiquense sobre o assunto.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1493	Descoberta do território da atual Comunidade da Dominica por Cristóvão Colombo. A ilha seria posteriormente ocupada por exploradores europeus, com destaque para a presença francesa.
1763	Após a Guerra dos 7 Anos, o território passa ao domínio britânico.
1805	A Grã-Bretanha estabelece pequena colônia na ilha de Dominica.
1833	Emancipação de escravos nas colônias britânicas abre caminho para que a legislatura local seja controlada por maioria étnica de origem africana.
1865	Reação da pequena elite agrária local resulta em pressões sobre a Coroa britânica, que substitui membros da legislatura local e institui maior controle sobre sua indicação. A influência da população étnica de origem africana passa a ser progressivamente solapada.
1958	Entre 1958 e 1962, o país integra a Federação das Índias Ocidentais.
1967	Dominica torna-se estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidades pelos seus assuntos domésticos.
1978	Independência da Comunidade da Dominica.
1980	Eleições gerais, com vitória do Dominica Freedom Party (DFP). A PM Eugenia Charles sofre duas tentativas de golpe em seu primeiro mandato, apoia a invasão norte-americana em Granada e é reeleita em 1985 e 1990.
1995	Eleições gerais, com vitória do United Workers Party (UWP).
2000 - 2022	Eleições gerais, com vitória do Dominica Labour Party (DLP). Sob a liderança de Roosevelt Skerrit, o DLP venceu as eleições de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2008	Participação do ministro das Relações Exteriores da Comunidade da Dominica na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), na Costa do Sauipe.
2009	Abertura da embaixada do Brasil em Roseau. Até então, os interesses brasileiros no país eram representados pela embaixada brasileira em Port-of- Spain, Trinidad e Tobago.
2010	Participação do primeiro-ministro da Comunidade da Dominica na I Cúpula Brasil – CARICOM, em Brasília.
2014	Assinatura do acordo bilateral de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Comunidade da Dominica.
2015	Visita ao Brasil da embaixadora não-residente da Comunidade da Dominica, Jennifer Aird.
2015, 2017, 2022	Iniciativas de cooperação para o desenvolvimento por parte da ABC
2018	Fechamento da Embaixada do Brasil em Roseau.
2020	Decreto nº 10.348 determina a cumulatividade da representação dos interesses do Brasil junto à Comunidade da Dominica à embaixada brasileira em Bridgetown, Barbados.
2022	Aprovação, por meio do Decreto Legislativo nº 157, de 8 de dezembro de 2022, do texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Tramitação
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Dominica	Meios de Comunicação	09/04/1986	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Vistos e Imigração	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Artístico-cultural	26/04/2010	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade da Dominica, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	Vistos e Imigração	17/04/2015	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Educacional e Esportiva	26/04/2010	Em Ratificação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica	Cooperação Técnica	07/07/2014	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica sobre a Isenção Parcial de Vistos	Vistos e Imigração	21/02/2014	Substituído

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM CASTRIES

Candidato: COLBERT SOARES PINTO JUNIOR

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Colbert Soares Pinto Junior

Dados pessoais e formação acadêmica: Nascido em 27 de agosto de 1962, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1988. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr), 1989-1990. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - Instituto Rio Branco (IRBr), 1998. Curso de Altos Estudos (CAE/IRBr) - Tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira", 2008.

Carreira Diplomática: Terceiro Secretário, dezembro de 1990. Segundo Secretário, dezembro de 1995. Primeiro Secretário, dezembro de 2001. Conselheiro, dezembro de 2006. Ministro de Segunda Classe, dezembro de 2008.

Cargos e funções no Brasil: Assessor na Divisão de Serviços Gerais (DSG), 1991. Assessor no Departamento de Administração (DA), 1993. Assessor e Subchefe na Divisão do Pessoal (DP), 2000. Chefe da Divisão de Serviços Gerais (DSG), 2005. Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, 2005. Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2007. Chefe de Gabinete na Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial (SGEC), 2015.

Missões permanentes no exterior: Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo Secretário, 1994. Embaixada em Caracas, Segundo Secretário, 1997. Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Adjunto, Primeiro Secretário, 2002. Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral, 2010. Embaixada em Lusaca, República da Zâmbia, Embaixador, 2017. Embaixada em Praia, República de Cabo Verde, Embaixador, 2021.

Missões no exterior: Embaixada em Dacar, Encarregado de Negócios, a.i., em missão transitória, 1993. Chefe de Delegação à XXXII Reunião do Comitê Codex sobre Rotulagem de Alimentos, Montreal, 2004. Missão de abertura da Embaixada em Castries, Santa Lúcia, 2008. Chefe de Delegação à Reunião Regional sobre Soberania e Segurança Alimentar no Âmbito da OTCA, Santa Cruz de la Sierra, 2013.

Condecorações: Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador, 2008. Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial, 2008. Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil, 2010. Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial, 2019.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SANTA LÚCIA**PANORAMA POLÍTICO GERAL DE SANTA LÚCIA**

1. Santa Lúcia é uma ilha localizada no Caribe Oriental (616 km²), com uma população de aproximadamente 180 mil habitantes e um PIB da ordem de USD 2.48 bilhões, o que resulta num PIB per capita de USD 13,5 mil (Fonte: FMI e Governo de Santa Lúcia). Sua capital, Castries, abriga a sede da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), organismo regional integrado por sete estados membros (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, e Santa Lúcia) e quatro possessões associadas (Anguila, Ilhas Virgens Britânicas, Martinica e Guadalupe). A OECS tem um Banco Central, uma moeda comum e três outras instituições: Supremo Tribunal de Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações, e engloba cerca de 1,5 milhão de pessoas, que têm mobilidade social e geográfica entre os Estados membros. Santa Lúcia é também membro pleno da CARICOM (Comunidade Caribenha), composta por 15 Estados membros e cinco associados, congregando aproximadamente 16 milhões de pessoas.

2. O sistema político de Santa Lúcia segue os moldes do parlamentarismo inglês: o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado localmente pelo Governador-Geral (em exercício) Cyril Errol Melchiades; o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, atualmente o Sr. Philip Joseph Pierre, que acumula as funções de Ministro das Finanças, Desenvolvimento Econômico e Juventude. O Parlamento possui sistema bicameral, composto por: Câmara Baixa, integrada por 17 deputados eleitos por distritos; e Senado, formado por 11 membros (6 indicados pelo PM, 3 pelo líder da oposição e 2 pelo Governador Geral). Há dois partidos políticos: o United Workers Party (UWP) e o Saint Lucia Labour Party (SLP), este último majoritário no Parlamento desde as eleições de 2021.

3. Santa Lúcia possui uma elite política bem formada e respeitada, uma democracia estável e se orgulha de ter dois ganhadores do prêmio Nobel, de economia em 1979 (William Arthur Lewis) e Literatura em 1992 (Derek Alton Walcott).

RELAÇÕES COM O BRASIL

1. As relações diplomáticas com a República de Santa Lúcia foram estabelecidas em 1980, sendo conduzidas, a princípio, pela embaixada cumulativa em Trinidad e Tobago. Em 1994 a cumulatividade passou para a embaixada do Brasil em Paramaribo. Em 2007 foi assinado acordo de abertura da embaixada do Brasil em Castries, capital de Santa Lúcia. A instalação da nova unidade administrativa ocorreu em 2008. Além de também se ocupar da OECS, a Embaixada em Castries acumula funções de embaixada não residente do Brasil junto à Dominica. Por sua vez, a representação diplomática de Santa Lúcia no Brasil é cumulativa com sua embaixada em Washington.

2. O PM Philip J. Pierre manifestou o desejo de visitar o Brasil e se entrevistar com o PR Lula. O atual Ministro das Relações Exteriores, Alva Baptiste, alçado ao cargo após as eleições de julho

de 2021, já desempenhou anteriormente essas funções, entre 2011 e 2016, havendo visitado o Brasil (Brasília) em 2012.

3. Candidaturas: Santa Lúcia tem apoiado ou trocado votos com o Brasil na maioria das candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais. Em contrapartida, o Brasil apoiou duas candidaturas de Santa Lúcia: ao Fórum Permanente sobre Afrodescendentes (PFPAD), em dezembro de 2021, e ao Conselho Executivo da UNESCO, em novembro de 2022.

4. Visitas:

- 2008, dezembro: participação do Ministro de Relações Exteriores, Comércio e Investimento de Santa Lúcia, Rufus Bousquet, na I Cúpula Caribe-América Latina sobre Integração e Desenvolvimento, na Bahia (Costa do Sauípe).
- 2010, julho, o então PM Stephenson King visitou o Brasil, por ocasião da I Cúpula Brasil-Caricom. Seis acordos bilaterais foram assinados na ocasião: Cooperação Cultural, Cooperação Educacional, Cooperação Técnica, Isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais, Memorando de Entendimento em Segurança Pública e Memorando de Entendimento em Agricultura.
- 2012: visita do MRE Alva Baptiste a Brasília, de 09 a 13 de julho.
- 2016: Primeira Missão Parlamentar e Empresarial do Brasil a Santa Lúcia e à OECD, integrada por empresários de Goiás, Santa Catarina e Paraná e representantes da Federação da Agricultura do Estado do Pará.
- 2018: participação do presidente da Assembleia de Santa Lúcia, deputado Andy Glenn Daniel, em conferência em São Paulo.
- 2023: participação de técnicos e funcionários do Governo santa-lucense, de menor escalão, em conferências, cursos e seminários realizados no Brasil.
- Não ocorreram visitas de altas autoridades do Governo Federal brasileiro a Santa Lúcia desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os países.

PANORAMA ECONÔMICO-COMERCIAL

1. O setor de serviços, em que predomina o turismo, é o carro-chefe da economia santa-lucense, representando cerca de 87% do PIB nacional; a indústria responde por cerca de 10% e a agricultura por 2%. O PIB do país contraiu cerca de 20% em 2020, em razão do colapso da indústria de turismo durante a pandemia de covid-19. Na ocasião, o governo apresentou programa voltado à resiliência econômica, com foco na geração de empregos e na assistência aos mais vulneráveis. Após a pandemia, a economia local mostrou sinais vigorosos de recuperação, devido sobretudo à retomada do turismo. Em 2022 registrou-se afluxo de turistas em nível próximo a 2019. Em 2023, o PIB do país cresceu 3%. Para 2024-2025 o governo projeta crescimento de 5,8% do PIB.

2. Os objetivos do atual governo incluem a criação de salário mínimo e seguro desemprego; a melhoria na infraestrutura; a criação de empregos, especialmente para a população jovem; o reforço da proteção aos cidadãos em condição de vulnerabilidade; e a retomada dos investimentos privados na economia do país.

3. Por integrar a CARICOM (Comunidade Caribenha), Santa Lúcia pode ser utilizada como plataforma de acesso a um mercado ampliado. A ilha desfruta, ademais, de uma localização

estratégica para a região Norte do Brasil, estando mais perto de Belém, Manaus, Macapá e Boa Vista do que estas capitais estão do Rio de Janeiro ou São Paulo.

4. O volume do comércio bilateral, embora pequeno, apresenta saldos favoráveis ao Brasil. As importações santa-lucenses atendem a uma população flutuante de cerca de 1 milhão de turistas que anualmente visitam a ilha. O comércio Brasil-Santa Lúcia registrou, em 2023, os seguintes números:

Exportações brasileiras (USD): 70.638.174,00 - Principais produtos: Óleos brutos de petróleo (95,6%) e Materiais de construção (1,2%);

Importações (USD): 3.761,00 - Principais produtos: Motores a combustão (100%);

Saldo da balança comercial (USD): 70.634.413,00.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

1. Santa Lúcia tem muito interesse em receber CT do Brasil. No plano da saúde, entre os anos de 2020 e 2023, o Brasil forneceu cooperação humanitária sob a forma de doação de kits para testes de Covid e vacinas de vários tipos. Em 2021, técnico da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) ministrou palestra sobre controle de infecções hospitalares.

2. A agropecuária é o campo que mais desperta interesse do lado santa-lucense, sobretudo nos itens: agroprocessamento; inseminação artificial de gado bovino; sistema informatizado de dados sobre agropecuária; qualificação e treinamento de agricultores; formação de peritos em manejo florestal e reflorestamento; agricultura adaptável às mudanças climáticas; controle de doenças e pragas (amarelão dos cítricos); treinamento em forragem hidropônica; e introdução de novas raças no rebanho local.

3. Outras áreas de interesse para a cooperação com Santa Lúcia são educação infantil, economia para a juventude, e economia azul.

4. Desde a entrada em vigor do Acordo de Cooperação Educacional com Santa Lúcia, em 2021, o Brasil tem oferecido vagas em cursos de graduação para estudantes santa-lucenses. Em 2023 apenas um aluno se candidatou, mas acabou desistindo por falta de recursos para se manter no Brasil.

II. CUMULATIVIDADE: COMUNIDADE DA DOMINICA

PANORAMA POLÍTICO GERAL DA DOMINICA

1. A Comunidade da Dominica é um Estado insular situado no mar do Caribe, na região das Pequenas Antilhas, vizinho aos departamentos ultramarinos franceses de Guadalupe e Martinica. A ilha ocupa uma área de 750 km² e tem uma população estimada em 75 mil habitantes. Assim como Santa Lúcia, a Dominica é um dos sete Estados membros da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e um dos quinze integrantes da Comunidade do Caribe (CARICOM).

2. A Dominica é uma república parlamentar, em que o Chefe de Estado é o Presidente, eleito pela Assembleia Legislativa para um mandato de cinco anos. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder da maioria no Parlamento e designado oficialmente pelo Presidente. O Legislativo, unicameral, conta com 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 são indicados pelo Primeiro-Ministro, e 4 são indicados pela oposição. Os principais partidos políticos são o Dominica Labor Party (DLP), Partido Trabalhista da Dominica; o Dominica Freedom Party (DFP), Partido da Liberdade da Dominica; e o United Workers Party (UWP), Partido dos Trabalhadores Unidos.

RELAÇÕES COM O BRASIL

1. As relações bilaterais foram impulsionadas com a abertura da embaixada em Roseau, em 2009, e a visita do primeiro-ministro Roosevelt Skerrit ao Brasil, em 2010. A ênfase do relacionamento diplomático tem recaído sobre o diálogo político e a cooperação técnica, de que é exemplo a participação da Dominica em programas de treinamento regionais oferecidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países da Comunidade do Caribe.

2. A destruição provocada pelo furacão Maria, em 2017, obrigou à transferência de parte do pessoal da embaixada em Roseau para Santa Lúcia. Em 2019, a embaixada em Roseau foi fechada e a representação junto ao governo dominiquense passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados. Em 20/10/2023, o exercício da cumulatividade foi transferido para a embaixada em Castries, Santa Lúcia (Decreto 11.748/23).

3. Candidaturas: a Dominica tradicionalmente apoia as candidaturas brasileiras nos organismos internacionais.

4. Visitas:

- 2008: participação do Ministro das Relações Exteriores da Comunidade da Dominica na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), na Costa do Sauípe (BA).
- 2010: participação do Primeiro-Ministro da Comunidade da Dominica na I Cúpula Brasil-CARICOM, em Brasília.
- Não ocorreram visitas de altas autoridades do Governo Federal brasileiro à Dominica desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os países.

PANORAMA ECONÔMICO-COMERCIAL

1. A economia da Dominica, que seguia percurso estável e com desempenho ascendente, foi duramente afetada em consequência dos danos provocados pelo furacão Maria, que assolou a ilha em 2017. Com a destruição da infraestrutura hoteleira, o setor turístico viu-se seriamente atingido. A agricultura foi devastada e muitos empresários tiveram que fechar seus negócios. O restabelecimento dos serviços de energia e água foi dificultoso e lento.

2. Em 2020, ainda em recuperação do desastre natural sofrido, a Dominica teve de lidar com os impactos negativos da pandemia de Covid-19, que se refletiram na interrupção do fluxo de turistas por cerca de dois anos, levando a um déficit em conta corrente de 30% do PIB. Nesse contexto, o FMI aprovou pacote no valor de USD 14 milhões para o país. A partir do crescimento

do PIB registrado em 2021 (7%) e 2022 (5,7%), a economia dominiquense segue em gradual recuperação. Em 2023, o crescimento do PIB foi de 4,7%, com projeção de incremento de 4,6% em 2024 (dados do FMI).

3. O volume do comércio bilateral é pequeno. Em 2023, as exportações brasileiras somaram USD 5,6 milhões, em sua maioria produtos congelados de frango (60%) e materiais de construção diversos (9%). No mesmo período, o Brasil importou cerca de USD 9 mil da Dominica, principalmente equipamentos elétricos (60%) e óleos essenciais (31%).

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

1. A cooperação humanitária tem se destacado no relacionamento bilateral, sobretudo no contexto das crises que abalaram a Dominica nos últimos anos. Em 2015, após a tempestade tropical Erika, o Brasil doou medicamentos para o atendimento emergencial da população afetada. Dois anos depois, no contexto dos efeitos do Furacão Maria, o Brasil atuou conjuntamente com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da FAO, para reabilitação da produção agrícola e apícola na Dominica. Em 2022, foram doadas 50 mil cápsulas do medicamento fosfato de oseltamivir, por meio da OECO. Em 2024, a Dominica aceitou a oferta brasileira de doação de 100 mil doses da vacina Coronavac contra a Covid-19. O processo encontra-se em tramitação.

2. Áreas de natural interesse para programas de cooperação técnica são a agricultura e a saúde.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à República de Santa Lúcia e à Comunidade da Dominica.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República nas relações Brasil-Santa Lúcia, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar as relações diplomáticas com Santa Lúcia e Dominica, buscando ampliar as relações em diversos setores.
2. Promover a presença econômica das empresas brasileiras em Santa Lúcia e Dominica e, subsidiariamente, em seus vizinhos da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).
3. Promover a imagem e cultura do Brasil em Santa Lúcia e Dominica.
4. Promover serviços consulares de qualidade.
5. Buscar, junto a ambos os Governos locais, convergência de posições no cenário multilateral.
6. Intensificar a promoção dos produtos do agronegócio brasileiro em Santa Lúcia e Dominica.
7. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidade de novas frentes de cooperação.
8. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros, mediante campanhas e eventos promocionais.
9. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos políticos do país e da região, com vistas à defesa dos interesses do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Promover o aumento das exportações do Brasil para Santa Lúcia e Dominica;
- 2) Promover a diversificação das exportações brasileiras para Santa Lúcia e Dominica;
- 3) Apoiar missões de empresas do Brasil a Santa Lúcia e à Dominica, com foco em prospecção comercial e investimentos;
- 4) Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores locais de produtos brasileiros;
- 5) Prospectar áreas prioritárias para a atuação brasileira nas economias santa-lucense e dominiquense, sobretudo nos setores do agronegócio, do turismo (principal fonte local de riqueza), das energias renováveis e da economia azul.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de ações de promoção comercial;
- 2) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros santa-lucenses e dominiquenses;
- 3) Número de participações em eventos com o objetivo de promover negócios entre Brasil e Santa Lúcia, assim como entre Brasil e Dominica;
- 4) Número de respostas a consultas de empresas brasileiras sobre oportunidades de comércio e investimento em Santa Lúcia e na Dominica;
- 5) Número de telegramas sobre a economia e ambiente de negócios em Santa Lúcia e Dominica.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Acompanhar e informar sobre a situação política interna em Santa Lúcia e na Dominica;
- 2) Acompanhar e informar sobre a política externa de Santa Lúcia e da Dominica, inclusive no que se refere à OECS e à CARICOM;
- 3) Apoiar visitas de autoridades brasileiras a Santa Lúcia e à Dominica, e de autoridades santa-lucenses e dominiquenses ao Brasil;
- 4) Buscar concertação de posições sobre temas globais e realizar gestões no sentido de obter o apoio de Santa Lúcia e Dominica a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas sobre a política interna de Santa Lúcia e Dominica;

- 2) Número de telegramas sobre política externa e regional santa-lucense e dominiquense;
- 3) Número de missões de autoridades santa-lucenses e dominiquenses ao Brasil e de autoridades brasileiras a Santa Lúcia e à Dominica;
- 4) Número de notas verbais enviadas pela Embaixada e recebidas das chancelarias de Santa Lúcia e Dominica e de reuniões com interlocutores políticos relevantes.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Acompanhar as ações do Governo de Santa Lúcia e Dominica no âmbito da OECD e da CARICOM;
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de telegramas sobre as atividades de Santa Lúcia e Dominica na OECD e na CARICOM.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Ampliar a difusão da cultura brasileira e da marca Brasil em Santa Lúcia e Dominica e promover a diversificação das referências culturais brasileiras;
 - 2) Promover destinos turísticos no Brasil junto a Santa Lúcia e Dominica;
 - 3) Promover o interesse pela língua portuguesa em Santa Lúcia e Dominica.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de iniciativas de promoção cultural (seminários, palestras, publicações, difusões midiáticas, atividades gastronômicas etc.);
 - 2) Número de reuniões e contatos com empresas de turismo em Santa Lúcia e Dominica para promoção de destinos brasileiros;
 - 3) Número de ações de promoção da língua portuguesa junto a órgãos oficiais de educação, Universidade e escolas.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Promover a cooperação com Santa Lúcia e Dominica na área de desenvolvimento sustentável e mudança do clima, inclusive no que se refere à participação na COP 30, em Belém, em novembro de 2025, tendo em conta a importância conferida por ambos os países caribenhos aos temas aludidos, em virtude de sua condição de “pequeno Estado insular em desenvolvimento” (SIDS, na sigla em inglês).

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de telegramas sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, salientando as posições de Santa Lúcia e da Dominica sobre tais temas;
- 2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Desenvolver e identificar oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Santa Lúcia e Brasil e Dominica, em particular no setor da Agropecuária.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e gestões junto a entidades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação;
- 2) Número de telegramas sobre cooperação nas áreas em apreço.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Fortalecer a cooperação educacional com Santa Lúcia, por meio da difusão do PEC-G;
- 2) Difundir o PEC-G junto às instâncias competentes na Dominica;
- 3) Prospectar possibilidades de cooperação no campo da saúde;
- 4) Promover a cooperação cultural por meio de eventos diversos.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de candidaturas santa-lucenses e dominiquenses no âmbito do PEC-G;
- 2) Número de telegramas sobre de cooperação na área da saúde;
- 3) Número de projetos e eventos culturais realizados.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Fortalecer a cooperação técnica com Santa Lúcia e a Dominica.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões com representantes governamentais para definição de áreas prioritárias; e

- 2) Número de missões técnicas para prospecção e elaboração de projetos.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Formular parâmetros para uma execução aprimorada dos serviços consulares;
- 2) Assistir a comunidade brasileira em suas demandas e necessidades no contexto local.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 2) Tempo de espera para as etapas do atendimento e processamento consular; e
- 3) Número de atendimentos a cidadãos brasileiros.



SENADO FEDERAL
Senador Jaques Wagner

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 18, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Sr. COLBERT SOARES PINTO graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Ingressou na carreira diplomática em 1990, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco (IRBr). Ainda no âmbito do IRBr, frequentou o Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu a tese intitulada “A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira”.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1990, ascendeu a Conselheiro em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2008. Ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de chefia na Divisão de Serviços Gerais, de 2005 a 2007; Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 2007 a 2010; e Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, de 2015 a 2017.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Segundo-Secretário na Embaixada em Caracas, de 1997 a 2000; de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 2010 a 2015; de Embaixador em Lusaca de 2017 a 2020; e de Embaixador em Praia, de 2021-até o presente.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Santa Lúcia e Comunidade da Dominica.

O território de Santa Lúcia é uma ilha que tem aproximadamente a mesma extensão que a cidade de Salvador (616 km²), com população de 179 mil habitantes. Com língua oficial inglesa, sua monarquia constitucional parlamentarista tem por chefe de Estado o Rei Charles III, representado pelo governador-geral Cyril Charles, e por Primeiro-Ministro o economista Philip Pierre.

Santa Lúcia integra a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Comunidade das Nações (*Commonwealth of Nations*). Desde 12 de setembro de 1979, o país é membro da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, Santa Lúcia integra e sedia a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

O país caribenho possui quadros políticos e burocráticos qualificados, além de uma democracia estável, fatores que facilitam o diálogo político-diplomático com o Brasil. Ademais, o país se orgulha de ter dois ganhadores do prêmio Nobel, de economia em 1979 (Wiliam Arthur Lewis) e Literatura em 1992 (Derek Alton Walcott, já citado).

As relações diplomáticas entre a nação brasileira e Santa Lúcia foram estabelecidas em 1980. A criação da Embaixada do Brasil em Castries, por sua vez, deu-se em dezembro de 2007, o que contribuiu para o estreitamento dos laços com o país e a diversificação da agenda bilateral. A intensificação no relacionamento inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe a partir da década de 2000.

Em 2024, foi dado sinal claro da disposição do governo brasileiro de reativar a agenda e retomar os canais de cooperação com os países do Caribe, de que é exemplo a participação do Presidente Lula na 46ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM.

A Comunidade da Dominica, por sua vez, é um Estado insular que conta com 754 km² e com população próxima a 73 mil habitantes. O país é uma República parlamentarista.

Dominica integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e, antes da passagem do furacão Maria em 2017, o país se apresentava como uma economia relativamente estável com contas públicas equilibradas. Previa-se expansão do setor industrial, com a criação de usinas geotérmicas. O furacão, entretanto, ocasionou grave impacto na economia do país. O setor turístico, um dos mais importantes da ilha, foi diretamente afetado, com a destruição da rede hoteleira e da infraestrutura existente.

O comércio bilateral é pequeno, quase integralmente contabilizado em favor do Brasil. Em 2023, as exportações brasileiras para Dominica somaram US\$ 5,6 milhões, compostas em sua maioria por produtos congelados de frango (60%) e materiais de construção diversos (9%). No mesmo período, o Brasil importou cerca de US\$ 9 mil daquele país, principalmente equipamentos elétricos (60%) e óleos essenciais (31%).

A assistência humanitária destaca-se no relacionamento bilateral. Diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, em 2015, o governo brasileiro doou medicamentos para apoiar o atendimento emergencial dos afetados. Com a devastação trazida pelo mencionado furacão Maria, a

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiou subprojeto visando à restauração da produção de alimentos de 1.125 famílias.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

Senador **RENAN CALHEIROS**,
Presidente

Senador **JAQUES WAGNER**,
Relator

7



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2024

(n° 281/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 281

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

EM nº 00107/2024 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 367/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833619** e o código CRC **D1B3B785** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003338/2024-99 SUPER nº 5833619

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA**

CPF: [REDACTED]

[REDACTED] Filho de [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1994 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco - IRBr
1997 Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB/DF
2003 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr
2008 Curso de Altos Estudos, IRBr. Tese: "Fortaleza Europa: a Diretiva de Retorno e os desafios para a atuação consular do Brasil"

Cargos:

1995 Terceiro-secretário
2000 Segundo-secretário
2005 Primeiro-secretário, por merecimento
2008 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-97 Divisão Consular, assistente
1997-00 Consulado-geral em Nagoia, vice-cônsul e cônsul-adjunto
2000-03 Embaixada na Haia, segundo-secretário
2003-05 Embaixada em Lima, segundo-secretário
2005-06 Coordenação-geral de Planejamento Administrativo, assistente
2006 Subsecretaria-geral do Serviço Exterior, assessor
2006-09 Divisão do Pessoal, subchefe e chefe
2009-12 Embaixada em Bruxelas, conselheiro
2012-15 Embaixada em Praia, ministro-conselheiro comissionado
2015-19 Embaixada em Estocolmo, ministro-conselheiro
2019- Consulado-geral em Amsterdã, cônsul-geral adjunto

Condecorações:

2016 Medalha Mérito Santos Dumont

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CABO VERDE**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	República de Cabo Verde
Gentílico:	Cabo-verdiano
Capital:	Praia
Área:	4.033 km ² (menor do que o Distrito Federal, menor do que Trinidad e Tobago)
População (FMI, 2023):	584 mil
Língua oficial:	Português
Principais religiões:	Católica (77%); protestante (5%)
Sistema de governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional Popular (72 assentos)
Chefe de Estado:	Presidente José Maria Neves (eleito em 17/10/2021)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva (desde abril de 2016; reeleito em abril de 2021)
Chanceler:	Rui Alberto de Figueiredo Soares (desde janeiro de 2021)
PIB nominal (FMI, 2023):	US\$ 2,80 bilhões (0,1% do PIB do Brasil, de US\$ 2,13 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2023):	US\$ 6,11 bilhões (0,1% do PIB do Brasil, de US\$ 4,1 trilhões)
PIB per capita (FMI, 2023):	US\$ 4.790 (53,98% do PIB per capita do Brasil, de US\$ 10.410)
PIB PPP per capita (FMI, 2023):	US\$ 10.460 (47,90% do PIB per capita do Brasil, de US\$ 20.080)
Variação do PIB (FMI):	6,9% (2019); -19,6% (2020); 6,4% (2021); 17% (2022); 4,4% (2023); 4,5% (est. 2024)
IDH (2021, PNUD):	0,662 (128ª posição entre 191 países; Brasil é o 87º)
Expectativa de vida (BM, 2021):	74,05 anos
Unidade monetária:	Escudo cabo-verdiano
Comunidade brasileira estimada:	350

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: ComexStat)

Brasil → Cabo Verde	2011	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
Intercâmbio	32,27	22,48	21,36	22,84	24,79	24,88	22,96	30,60	38,98	13,77 (-64,6%)
Exportações	32,27	22,12	21,32	22,75	24,78	24,86	22,93	30,59	38,92	13,7
Importações	0,01	0,37	0,03	0,09	0,01	0,02	0,03	0,01	0,06	0,07
Saldo	32,26	21,75	21,29	22,66	24,77	24,84	22,90	30,58	38,86	13,63

1. Dados até o mês de abril de 2024.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOSÉ MARIA NEVES

Presidente da República



Nasceu em 28 de março de 1960 na ilha de Santa Catarina, Cabo Verde. Graduou-se em São Paulo, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), onde completou, em 1986, o curso de licenciatura em Administração Pública. Regressou a Cabo Verde no ano seguinte, atuando em diversos projetos nas áreas de gestão de pessoas e modernização do serviço público. Neves foi eleito no primeiro turno, com 51,7% dos votos válidos, em 17 de outubro de 2021, e tornou-se o quinto chefe de Estado de Cabo Verde. Ex-premiê (2001-2016), José Maria Neves, foi apoiado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), de centro-esquerda.

JOSÉ ULISSES DE PINA CORREIA E SILVA**Primeiro-Ministro**

Nascido em 4 de junho de 1962, em Praia, Cabo Verde, licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia – Universidade Técnica de Lisboa. É casado e pai de dois filhos. Entre 1989 e 1994, exerceu cargos no setor financeiro, inclusive o de diretor do Departamento de Administração do Banco de Cabo Verde (Banco Central). Foi ministro das Finanças, entre 1999 e 2001 e deputado de 2002 a 2008, tendo exercido a função de líder de seu partido nos últimos anos. Em 2008, tornou-se presidente da Câmara Municipal (Prefeito) de Praia, cargo para o qual foi reconduzido em 2012. Foi presidente do Movimento pela Democracia (MpD, centro-direita) em 2013, o que lhe assegurou a candidatura para o cargo de primeiro-ministro. Renunciou à presidência da Câmara Municipal de Praia em janeiro de 2016, a fim de dedicar-se integralmente à campanha do MpD com vistas às eleições legislativas de março de 2016, das quais saiu vitorioso. Foi reconduzido ao cargo nas eleições legislativas de abril de 2021.

RUI ALBERTO DE FIGUEIREDO SOARES**Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração
Regional**

Nasceu em São Vicente, Cabo Verde. É casado e tem três filhos. Político experiente, participou, durante dez anos, do governo (1991-2001), ocupando os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Presidência do Conselho de Ministros, ministro da Saúde, secretário de Estado da Juventude e do Desporto, e embaixador em Paris. Foi deputado da Nação pelo círculo eleitoral da ilha de São Vicente (2001-2011) e, desde 2016, exerce a direção do grupo parlamentar do partido governista Movimento para a Democracia (MpD). Rui de Figueiredo Soares é doutor em Ciências Jurídico-Civis (Universidade de Lisboa), mestre em Psicologia (Universidades de Lille e Paris VIII) e bacharel em Ciências da Educação (Universidade de Paris VIII).

JOSÉ PEDRO MÁXIMO CHANTRE D'OLIVEIRA
Embaixador de Cabo Verde no Brasil



Nascido em 11 de maio de 1953, em Chã de Pedras, na ilha de Santo Antão, José Pedro Máximo Chantre D'Oliveira tem 69 anos. Graduou-se em Gestão e Técnica de Hotelaria e Turismo pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Porto (1979-83) e fez mestrado em Turismo Sustentável pela Universidade de Las Palmas (2006-07). Foi deputado nacional na Legislatura 2001-06. Chegou ao Brasil em 22 de outubro de 2020 e apresentou credenciais em 13 de novembro daquele ano.

APRESENTAÇÃO

A República de Cabo Verde é um país insular localizado na região central do Oceano Atlântico, próximo à costa ocidental do continente africano. É formado por dez ilhas vulcânicas, com cobertura de cerca de 4.000 km². A maior parte dos cabo-verdianos residem fora do país, com comunidade diaspórica estimada em 1,5 milhão de pessoas, cerca de três vezes a população residente. Trata-se de país classificado com índice de desenvolvimento humano (IDH) médio, segundo dados de 2023 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. É uma república semipresidencialista, organizada em um estado unitário, com divisão de poder equilibrada entre o primeiro-ministro e o presidente.

Embora as disputas eleitorais costumem ser intensas, a cultura democrática está entranhada em Cabo Verde. O país é considerado exemplo de solidez institucional e prática democrática na África, tendo obtido bons resultados em *rankings* sobre a democracia, como no Democracy Index, criado pela revista *The Economist*. Na edição de 2023, o país ocupa a 35ª colocação, o segundo entre os países lusófonos, somente atrás de Portugal (31º), e o terceiro país subsaariano mais bem posicionado, atrás da República de Maurício (20º) e Botsuana (33º).

Como a maioria das demais ex-colônias de Portugal, Cabo Verde proclamou sua independência em 1975. O primeiro presidente de Cabo Verde foi Aristides Pereira. Em 1980, a direção unificada do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi dissolvida por um golpe de estado na Guiné-Bissau. Cabo Verde condenou o golpe, e a ala cabo-verdiana do PAIGC passou a se chamar Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

O sistema multipartidário foi estabelecido em 1990 e, no ano seguinte, com a realização de eleições democráticas, o presidente Aristides Pereira, do PAICV, deixou o poder. O eleitorado votou maciçamente no partido oposicionista de centro-direita Movimento para a Democracia (MpD), que permaneceu na presidência até 2001. Nas eleições daquele ano, o presidente eleito foi Pedro Pires, do PAICV, reeleito em 2006 para novo mandato de cinco anos.

As eleições presidenciais de 2011 foram vencidas por Jorge Carlos Fonseca, do MpD, que derrotou o candidato do PAICV, Manuel Inocêncio Sousa. O então primeiro-ministro José Maria das Neves, do PAICV, foi confirmado no cargo – por ele ocupado desde 2001. Teve início, então, uma inédita coabitação entre um chefe de estado do MpD e um chefe de governo do PAICV. A convivência entre os dois desenvolveu-se sem sobressaltos, consolidando o processo de maturidade política do país.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Praia	Colbert Soares Pinto Junior
Embaixador de Cabo Verde em Brasília	José Pedro Chantre D'Oliveira

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Consultas Políticas	4	2024

As relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde foram estabelecidas em 1975, ano da independência deste país.

Em 2008, foi estabelecido o Mecanismo de Consultas Políticas, que permite que os chanceleres de Brasil e Cabo Verde aprofundem o diálogo e a troca de informações sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. As três primeiras reuniões do mecanismo tiveram lugar em 2009, em Praia; em 2012, em Brasília; e em setembro de 2015, em Praia. Em março de 2024, o mecanismo foi retomado, com reunião em nível de vice-ministros, realizada em Praia.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

Em seu terceiro mandato, o PR Lula realizou duas escalas técnicas em Cabo Verde (em julho de 2023 e em fevereiro de 2024), onde manteve encontros com seu homólogo José Maria Neves. Em seus mandatos anteriores, o presidente Lula realizou duas visitas oficiais a Cabo Verde: uma, em 2004, e outra, em 2010, ocasião em que participou da Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO. Os ex-presidentes João Baptista Figueiredo (1983), José Sarney (1986) e Michel Temer (2018) também visitaram o arquipélago.

Em abril de 2023, o chanceler Mauro Vieira participou da 8ª Reunião Ministerial da ZOPACAS, em Mindelo, Cabo Verde. À margem do encontro, reuniu-se com o Ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, Rui Alberto Figueiredo Soares. Em setembro de 2015, o chanceler Mauro Vieira esteve em Praia para participar da III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, ocasião em que também foi recebido pelo então chanceler Jorge Tolentino, pelo então presidente Jorge Fonseca, pelo então primeiro-ministro José Maria Pereira Neves e pelo ex-presidente da Assembleia Nacional, Basílio Mosso Ramos.

O presidente José Maria Neves esteve em Brasília em janeiro de 2023 por ocasião da posse do presidente Lula. Na condição de primeiro-ministro, também visitou o Brasil em 2009, 2005 e 2003. Ademais, o presidente José Maria Neves manifestou expectativa de que possa ser realizada visita oficial do Presidente Lula ao arquipélago. O presidente brasileiro convidou seu homólogo cabo-verdiano para visitar o Brasil, convite que foi prontamente aceito.

O primeiro-ministro José Ulisses de Pina Correia e Silva visitou o Brasil de 30 de abril a 4 de maio de 2023. Manteve reunião com o senhor PR, encontrou-se com a comunidade cabo-verdiana no Rio de Janeiro, e proferiu palestra no Instituto Rio Branco sobre o tema "Segurança no Atlântico Sul".

Em março de 2024, o secretário de África e Oriente Médio, embaixador Carlos Duarte, chefiou a delegação brasileira na IV Reunião de Consultas Políticas, realizada em Praia. Na ocasião, foi recebido pelo PM Ulisses Correia e Silva e pelo chanceler Rui Alberto de Figueiredo Soares.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica brasileira tem, historicamente, lugar de alta relevância na construção e na afirmação do estado cabo-verdiano. O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde foi assinado em 28/04/1977 e promulgado em 16/12/1980.

Atualmente, estão em execução os projetos "Apoio Técnico para Implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde", que visa à expansão e consolidação dos bancos de leite humano em Cabo Verde, com ênfase na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; e "Escola de Todos - Fase III, Sistema Nacional de Sinalização de Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais".

A cooperação também ocorre na modalidade trilateral, com o envolvimento de organismos internacionais. No âmbito do Programa Brasil-UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), está em implementação a segunda fase do projeto "Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África", desenvolvido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este projeto se desenvolve em dois países africanos: Cabo Verde e Senegal.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Na última década, o saldo da balança comercial com Cabo Verde tem sido positivo para o Brasil, em particular nos últimos dois anos (2022 e 2023).

Em 2023, a corrente de comércio entre o Brasil e Cabo Verde totalizou US\$ 38,9 milhões, acréscimo de 27,4% em comparação a 2021, com superávit brasileiro de US\$ 38,8 milhões.

As exportações brasileiras somaram US\$ 38,9 milhões (crescimento de 27,2% em relação ao ano anterior). Os principais produtos exportados foram: arroz sem casca ou semielaborado, polido, glaceado, quebrado, parboilizado ou convertido (US\$ 7,19 milhões - 18%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas,

refrigeradas ou congeladas (US\$ 6,54 milhões - 17%) e açúcares e melaços (US\$ 6,31 milhões - 16%). O Brasil responde, atualmente, por cerca de 4 a 5% das importações cabo-verdianas.

As importações alcançaram US\$ 58,4 mil (crescimento de 572,6%). Os principais produtos importados foram: equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (US\$ 57,7 mil – 99%) e demais produtos - indústria de transformação (US\$ 747 – 1%).

Em 2023, Cabo Verde foi o 129º principal destino das exportações, responsável por 0,01% das exportações do Brasil, e o 173º país de origem das importações, respondendo por 0,00002% das importações brasileiras.

O comércio bilateral agrícola entre o Brasil e Cabo Verde ainda é limitado, com grande concentração da pauta exportadora brasileira (85%) em cereais, carnes e produtos do complexo sucroalcooleiro, com valores globais inferiores a US\$ 30 milhões (2022) e quase nulas exportações cabo-verdianas.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

O Brasil está presente em Cabo Verde por meio da cooperação educacional, desempenhando importante papel como formador da quadros da elite cabo-verdiana. Com efeito, é expressivo o número de autoridades e formadores de opinião que tiveram positivas experiências universitárias no Brasil.

O caso mais ilustrativo é o de José Maria Neves – ex-primeiro-ministro e atual presidente do país –, que, nos anos 1980, foi aluno de administração pública da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Atuou, ainda, como estudante-estagiário, na extinta Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), do Estado de São Paulo. A experiência de vida no Brasil, em contexto de efervescência política à época da redemocratização no país, marcou sua formação de maneira definitiva. Indagado em entrevista de 2014 sobre em que medida a experiência brasileira teria influenciado sua maneira de governar, o político afirmou: "o que sou hoje, devo à escola onde me formei". Durante sua gestão como primeiro-

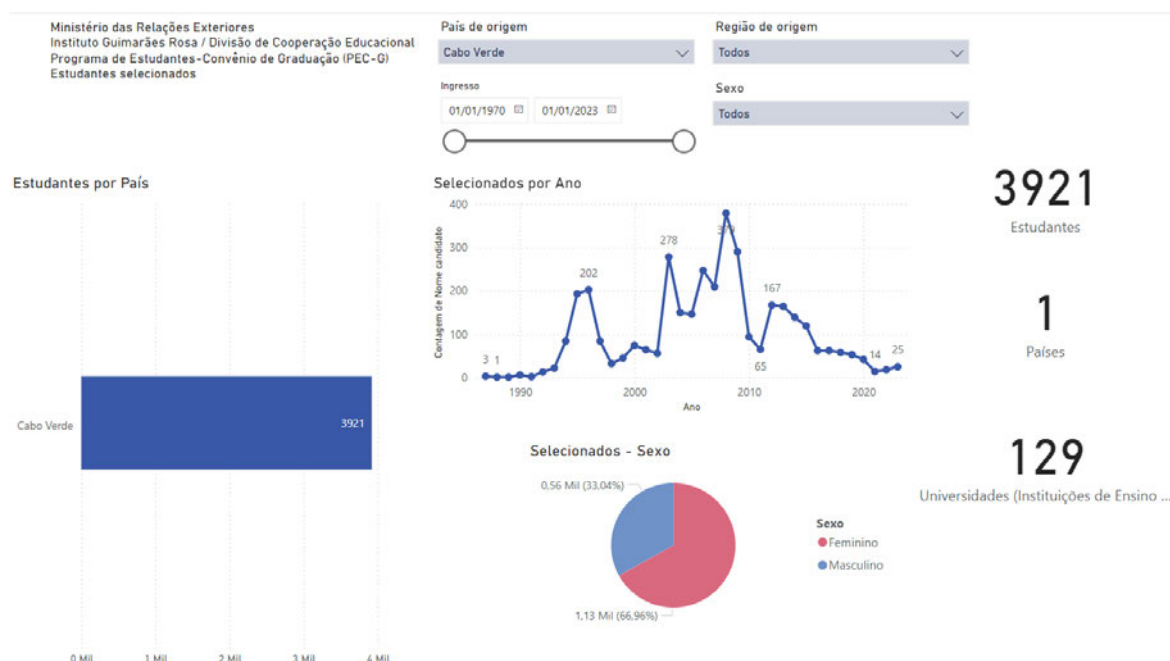
ministro de Cabo Verde (2001-2016), sempre destacou a importância da cooperação educacional na relação com o Brasil, que, ao longo de décadas, tem formado quadros da administração pública cabo-verdiana ao abrigo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), entre outros programas de cooperação.

A cooperação bilateral em educação encontra guarida no Acordo sobre Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em 07/02/1979 e em vigor desde 07/07/1980, e no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em 28/04/1977 e em vigor desde 23/11/1977.

Trata-se de vetor fundamental das relações bilaterais entre Brasil e Cabo Verde. Os ganhos consolidados na mobilidade acadêmica em nível de graduação, refletidos na grande demanda de estudantes cabo-verdianos por vagas no Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – do qual Cabo Verde é o principal beneficiário no mundo, com mais de 3.900 estudantes.

PEC-G: selecionados cabo-verdianos

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total (2012- 2023)
167	164	139	119	62	62	58	53	42	14	18	25	923



No PEC-PG (Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação), Cabo Verde ocupa o 2º lugar no ranking de países africanos com maior número de estudantes, após Moçambique. Desde o ano 2000, foram selecionados 164 estudantes de Cabo Verde para o PEC-PG.

PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Além da difusão do português como língua internacional e pluricêntrica, a atuação do Ministério das Relações Exteriores também é orientada pela valorização da vertente brasileira nos cursos, currículos, materiais didáticos e atividades de extensão cultural realizadas no exterior. O Brasil considera que a difusão global do português constitui importante instrumento de promoção do mercado musical, audiovisual, editorial e digital dos Estados-Membros da CPLP. Por esse motivo, busca promover ações integradas que permitam a um só tempo a difusão do português e a internacionalização da economia criativa brasileira.

Desde 2019, a Universidade de Cabo Verde abriga leitorado brasileiro. O programa de leitorado brasileiro consiste na atuação de acadêmicos selecionados em edital que trabalham para intensificar a promoção da aprendizagem do

português brasileiro e ampliar atividades de pesquisa, ensino e extensão sobre temas. O leitorado brasileiro também apresenta-se como importante elemento de articulação da Embaixada junto ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da CPLP, sediado em Praia.

O Instituto Guimarães Rosa de Praia (IGR-Praia), antes Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, vinculado à Embaixada do Brasil em Praia, foi estabelecido em 2008 e ministra cursos preparatórios para realização do exame de proficiência em português do Brasil (Celpe-Bras – Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa), além de cursos de escrita criativa para crianças, curso de português para jovens infratores e capacitação de monitores infantis da rede escolar de Cabo Verde. O IGR conduz, ainda, extensa programação cultural, com exibição de filmes, apresentação de peças teatrais e realização de eventos musicais, bem como oficinas sobre termos diversos. O IGR-Praia, em dados do segundo semestre de 2023, atendeu 124 alunos, matriculados em cursos regulares e especiais.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

Cabo Verde é uma república semipresidencialista, com divisão de poder equilibrada entre o primeiro-ministro e o presidente, sendo este o chefe de Estado e aquele o chefe de Governo. É um estado unitário, com alguma descentralização interna. O voto não é obrigatório e as taxas de abstenção nas últimas eleições foram altas. Embora as disputas eleitorais costumem ser intensas, a cultura democrática está enraizada no país. Os resultados das eleições são divulgados com rapidez, e eventuais recursos, resolvidos na esfera da Justiça Eleitoral.

O país é considerado exemplo de solidez institucional e prática democrática na África. A imprensa é considerada livre, e o estado de direito, respeitado. Em 2022, o país ocupou o quarto lugar no relatório geral do Ibrahim Index of African Governance, atrás de Seicheles, Maurício e Botsuana. Em outras categorias do relatório, também alcançou posições de destaque: quarta colocação em segurança

e estado de direito; sexta colocação em desenvolvimento humano; e segunda colocação em direitos humanos e participação.

CONTEXTO RECENTE

As eleições legislativas de 2016 resultaram na mudança de partido na chefia do Governo, com a vitória do Movimento para a Democracia (MpD) de Ulisses Correia e Silva, que substituiu o então primeiro-ministro José Maria Neves (Partido Africano da Independência de Cabo Verde – PAICV), chefe de governo de 2001 a 2016. Jorge Fonseca (apoiado pelo partido) foi reconduzido à presidência em outubro de 2016, após obter 74% dos votos válidos em eleições notabilizadas por absoluta normalidade. Nas mais recentes eleições legislativas, ocorridas em março de 2016, o partido conquistou 40 das 72 cadeiras da Assembleia Nacional Popular. Ulisses Correia e Silva (MpD) assumiu a primatura do país.

Em 18 de abril de 2021, realizaram-se eleições legislativas em Cabo Verde que consagraram a reeleição do partido MpD, com recondução de Ulisses Correia e Silva ao cargo de primeiro-ministro. De maneira geral, a comunidade internacional enalteceu a realização de mais uma eleição transparente, livre, justa e pacífica, demonstrando a consolidação da democracia cabo-verdiana.

Em outubro de 2021, José Maria Neves foi eleito e tornou-se o quinto chefe de Estado de Cabo Verde. Ex-premiê (2001-2016), José Maria Neves foi apoiado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), de centro-esquerda. A taxa de abstenção foi bastante expressiva, atingindo cerca de 52% dos eleitores. A vitória de Neves foi reconhecida pelo adversário, em eleições marcadas pela normalidade, sem suspeitas de fraude.

POLÍTICA EXTERNA

Cabo Verde tem priorizado, em sua política externa, foros africanos, como a União Africana e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bem como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no

segmento Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), como forma de incrementar o intercâmbio bilateral e regional, utilizando-se, nesse último, da ferramenta da língua em comum. O país tem investido na ampliação dos laços com países emergentes e seus vizinhos da África Ocidental, sem descuidar do relacionamento com a Europa e os EUA, parceiros constantes em questões relacionadas a defesa, cooperação e segurança.

Trata-se do único país africano a manter parceria especial com a União Europeia, sendo desta dependente política e economicamente. Cite-se, nesse contexto, o acordo de cooperação cambial, que permite a paridade entre o escudo e o euro. Sustentado por Portugal, o acordo garante a esse país proeminência nas tratativas de caráter econômico com Cabo Verde.

O país também concede particular atenção às suas relações com a União Europeia (comércio, investimentos e cultura), com os Estados Unidos (segurança e defesa) e com a China (investimentos em infraestrutura). Tem nas Nações Unidas, no Banco Mundial (BM), no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) importantes parceiros para investimentos em projetos prioritários para o governo.

Por outro lado, a integração com a CEDEAO permanece em nível pouco perceptível economicamente. Em termos de mobilidade, seu protocolo de livre circulação de pessoas transformou o país em polo atrativo para a costa ocidental africana próxima, principalmente a senegaleses, bissau-guineenses, gambianos e guineenses.

Em contrapartida, o país tem vocação emigratória, com números de diáspora maiores do que os da população local. Os maiores receptores da diáspora cabo-verdiana são Estados Unidos e Portugal. A diáspora cabo-verdiana no exterior, com um total estimado de 1,5 milhão de pessoas, estaria predominantemente distribuída nos continentes americano (56,7%), europeu (30%) e africano (13,3%) e representaria cerca de três vezes a população residente em Cabo Verde que, de acordo com o último censo, é de aproximadamente 500 mil habitantes.

De 2011 a 2021, as transferências financeiras da diáspora representaram, em média, 15% do PIB do país. Em 2021, o volume de recursos enviado pela comunidade cabo-verdiana no exterior alcançou € 235 milhões, um aumento de 22,1% em relação a 2020. Os recursos foram originados, principalmente, dos Estados Unidos e de Portugal, que enviaram, respectivamente, € 78 milhões e € 61 milhões a Cabo Verde no decorrer de 2021.

ECONOMIA

No limite entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, a localização de Cabo Verde revela-se particularmente estratégica. Carente de recursos minerais, de terra fértil e de água, o país busca valer-se da vantagem que a geografia lhe proporciona. Defende-se a transformação do país em *hub* logístico, comercial e turístico do Atlântico Sul.

Cabo Verde também se insere na condição de "pequeno Estado insular em desenvolvimento" (SIDS), objetivando, nesse contexto, obter condições mais facilitadas para financiamentos internacionais.

A economia assenta-se em três pilares: turismo, investimentos na expansão da infraestrutura turística e construção civil, todos profundamente dependentes do ambiente econômico internacional, especialmente na zona do euro. Os principais eixos estabelecidos pelo governo para o desenvolvimento do país são o turismo (responsável atualmente por 25% do PIB do país), a economia azul, a transição digital e o investimento em energias renováveis.

Cabo Verde possui uma economia aberta, com poucos recursos naturais, com uma base de produção frágil e muito dependente do exterior. O bloco europeu integra o Grupo de Apoio Orçamentário, juntamente com Luxemburgo, Portugal, Espanha, Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, prestando apoio ao Governo cabo-verdiano no tocante à implementação de políticas prioritárias de desenvolvimento do país.

A China detém importantes investimentos no setor de infraestrutura, como na construção do *campus* principal da Universidade de Cabo Verde e das reformas

de diversos prédios públicos. Os Estados Unidos são importante parceiro em questões de defesa e segurança. Luxemburgo também é parceiro de relevo em investimentos e cooperação e dispõe de diáspora cabo-verdiana muito ativa.

DADOS MACROECONÔMICOS

Após período recessivo severo de 19,3% em 2020, em grande parte devido à pandemia da Covid-19, o PIB cabo-verdiano obteve, em 2021, após a elevação de 7%, e expressivo crescimento de 17,7%. Para 2024, o Governo de Cabo Verde prevê crescimento do PIB de 4,7% em 2024 (estimativa de 4,1% em 2023), taxa de desemprego de 8,2% (previsão de 8,7% em 2023), inflação de 2,8% (3,7% em 2023) e dívida pública de 110,5% do PIB (estimativa de 114,7% em 2023).

O principal motor da economia cabo-verdiana é o turismo. O governo, no entanto, tem buscado diversificação da economia, em setores como energias renováveis, economia azul e transição digital, bem como à criação de empregos mais qualificados, especialmente para os jovens, buscando mitigar o êxodo migratório do país.

PARCEIROS COMERCIAIS

A União Europeia, em especial os países ibéricos, é o maior parceiro econômico e comercial de Cabo Verde, com a Espanha liderando como destino das exportações cabo-verdianas e Portugal ocupando a primeira posição como fornecedor de produtos ao país.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), os dados provisórios divulgados referentes ao comércio exterior de Cabo Verde em 2023 indicaram aumento de 11,5% das exportações em relação ao ano anterior, enquanto que as importações cresceram 4,8% em comparação a 2022. O déficit da balança comercial aumentou em 4,4%.

Em relação às exportações, a Europa permaneceu como o principal cliente de Cabo Verde, absorvendo 94,1% do total dos produtos cabo-verdianos (93,8%

em 2022), com a Espanha liderando o ranking dos principais compradores do país, representando 59,7% do total (54,7% em 2022), seguida de Itália (17,1%/18,8%), Portugal (16,1%/19,3%) e Estados Unidos (4,6% e 5,2%). Os produtos mais vendidos por Cabo Verde em 2023 foram os preparados e conservas de pescados (73,7%), os vestuários (9,5%) e os calçados (5,7%).

Quanto às importações, em 2023, a Europa continuou como principal fornecedor de Cabo Verde, com 68,6% do total importado pelo país (67,8% em 2022), com Portugal na liderança (41,4%/42,7% em 2022), seguido da Espanha (11,6%/8,6%), Estados Unidos (6,7%/2,4%) e China (4,7%/5,1%). O Brasil aparece na sexta posição, com 4,4% do total importado por Cabo Verde, com leve aumento frente aos 4% de 2022. Os principais produtos brasileiros importados por Cabo Verde foram arroz, açúcares de cana, de beterraba e sacarose, carne bovina desossada, carne e miúdos de aves e carne suína.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Ano	Evento
2021	Eleição do atual presidente, José Maria Neves, e do atual primeiro-ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva
1992	Promulgação da Constituição
1991	Primeiras eleições multipartidárias de Cabo Verde
1990	Fim do sistema de partido único
1975	Independência de Portugal
1956	Fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
Século XV	Início da colonização portuguesa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
2024	IV Reunião de Consultas Políticas, em Praia (nível de vice-ministros)
2024	Escala técnica do presidente Lula em Cabo Verde (fevereiro).
2023	Escala técnica do presidente Lula em Cabo Verde (julho).
2023	Visita do primeiro-ministro José Ulisses Correia e Silva a Brasília, ocasião em que foi recebido pelo presidente Lula (maio).
2023	Visita do presidente José Maria Neves a Brasília, por ocasião da cerimônia de posse presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2022	Visita do presidente José Maria Neves a Brasília e São Paulo, por ocasião das celebrações do Bicentenário da Independência brasileira.
2021	Visita do presidente Jorge Fonseca a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo participou da reinauguração do Museu da Língua Portuguesa (31 de julho).
2019	Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo viaja a Cabo Verde (8 e 9 de dezembro).
2019	Visita do presidente Jorge Carlos Fonseca, por ocasião da cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro.
2018	Viagem do presidente Michel Temer para a Ilha do Sal, em Cabo Verde, para participar da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (17 e 18 de julho).
2016	Assinatura de acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde (31 de outubro)

2016	Visita do ministro das Relações Exteriores José Serra a Praia, ocasião em que mantém reuniões de trabalho com seu homólogo Luis Filipe Tavares, com o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva e com o presidente Jorge Carlos Fonseca. (28 de maio).
2015	Visita do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a Praia, ocasião em que é realizada a III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas. Além de manter reunião com o chanceler Jorge Tolentino, o ministro é recebido pelo presidente Jorge Carlos Fonseca, pelo primeiro-ministro José Maria Pereira Neves e pelo presidente da Assembleia Nacional, Basílio Mosso Ramos (1º de setembro).
2012	O ministro das Relações Exteriores da República de Cabo Verde, Jorge Alberto da Silva Borges, visita o Brasil (22 de outubro).
2012	II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.
2011	O ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota mantém encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, José Brito, em visita ao Brasil por ocasião da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff (2 de janeiro).
2010	Visita a Cabo Verde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO (3 de julho).
2009	Visita do primeiro-ministro José Maria Neves ao Brasil (outubro).
2009	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.
2008	Início das atividades do Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, atual Instituto Guimarães Rosa-Praia.
2007	Visita ao Brasil do presidente Pedro Verona Pires.
2006	Visita ao Brasil do presidente Pedro Verona Pires.
2005	Visitas ao Brasil do Primeiro-Ministro José Maria Neves (agosto) e do Presidente Pedro Pires (setembro).
2004	Visita a Cabo Verde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho).
2003	Visita ao Brasil do primeiro-ministro José Maria Neves (outubro).
2003	Visita ao Brasil do presidente Pedro Verona Pires (junho).
2002	Visita ao Brasil do presidente Pedro Verona Pires.
1992	Visita ao Brasil do presidente Antonio Mascarenhas Monteiro.
1990	Visita ao Brasil do presidente Aristides Pereira.
1987	Visita ao Brasil do presidente Aristides Pereira.
1986	Visita do presidente José Sarney a Cabo Verde; assinatura de Acordo Comercial.
1985	Visita ao Brasil do presidente Aristides Pereira.
1983	Visita do presidente João Baptista Figueiredo a Cabo Verde.
1979	Tratado de Amizade e Cooperação e Acordo de Cooperação Cultural.

1977	Acordo Básico de Cooperação.
1975	Estabelecimento das relações diplomáticas.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título do Acordo	Celebração	Status
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Diplomático de Cabo Verde do Ministério de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional da República de Cabo Verde	12/03/2024	Em Vigor
Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde sobre Cooperação em Matéria de Defesa	20/10/2016	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Reforço Institucional do Banco de Cabo Verde – Fase 2”	23/07/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Qualidade da Educação Superior – Criação do Sistema de Avaliação em Cabo Verde”	23/07/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde de Cabo Verde – Fase 2”	23/07/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Institucional da Agência de Aviação Civil de Cabo Verde”	02/08/2011	Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Consolidação da ARFA como Agente Regulador dos Setores Farmacêutico e Alimentar em Cabo Verde – Fase 2”	02/08/2011	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Reforço Institucional da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde (ICP-CV)”	02/08/2011	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Material e Imaterial de Cabo Verde: Os Casos de Cidade Velha e Cimboa”	02/08/2011	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Reforço do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde”	02/08/2011	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde – Fase 2”	02/08/2011	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Gestão das Águas em Cabo Verde – Fase I”	20/05/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde”	20/05/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Gestão das Águas em Cabo Verde – Fase I”	20/05/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Gestão das Águas em Cabo Verde – Fase I”	21/07/2009	Em Vigor

Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Gestão das Águas em Cabo Verde – Fase I”		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Caboverdianos	14/04/2009	Em Vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde – FASE II”	27/06/2008	Em Vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde em Cabo Verde”	27/06/2008	Em Vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e Cabo Verde para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde”	27/06/2008	Em Vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)”	27/06/2008	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação entre o Brasil e Cabo Verde	27/06/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde - Fase I - Fortalecimento do ICASE	12/03/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Escola de Todos – Fase II”	12/03/2008	Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto "Consolidação da ARFA como Agente Regulador dos Setores e Farmacêutico e Alimentar Visando ao Fortalecimento de sua Capacidade Institucional"	12/03/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária em Cabo Verde"	12/03/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura em Cabo Verde"	13/09/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura em Cabo Verde"	13/09/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário"	13/09/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Formação Profissional na Área de Turismo e Hotelaria"	06/06/2007	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social.	28/07/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto "Apoio à Implementação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior"	15/03/2006	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto "Escola de Todos"	15/03/2006	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do	14/01/2005	Em Vigor

Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde	29/07/2004	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto Piloto de Dessalinização em Ribeira da Barca.	30/12/2003	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica da República Federativa Brasileira e o Governo da República de Cabo Verde na Área de Educação	27/06/2002	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde na Área de Educação	07/04/1998	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde no Domínio da Administração Pública.	07/04/1998	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde	21/12/1994	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Programa Triannual de Cooperação no Campo da Administração Pública entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	12/05/1987	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	24/04/1987	Em Vigor
Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	19/03/1987	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	10/05/1986	Em Vigor
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde.	10/05/1986	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	21/11/1983	Em Vigor
Comunicado Conjunto à Imprensa República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	14/10/1980	Em Vigor

Acordo, por troca de Notas, estendendo aos Nacionais Cabo-Verdianos, Residentes no Brasil, as Disposições Previstas na Convenção de Previdência Social e Ajustes Complementares Assinados entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	07/02/1979	Em Vigor
Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde.	07/02/1979	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	07/02/1979	Em Vigor
Memorandum de Entendimento Relativo a Educação, Agricultura e Pecuária, Saúde, Transporte e Comunicações Previdência Social e Urbanização entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	28/04/1977	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.	28/04/1977	Em Vigor

Não há acordos bilaterais em tramitação no Congresso Nacional

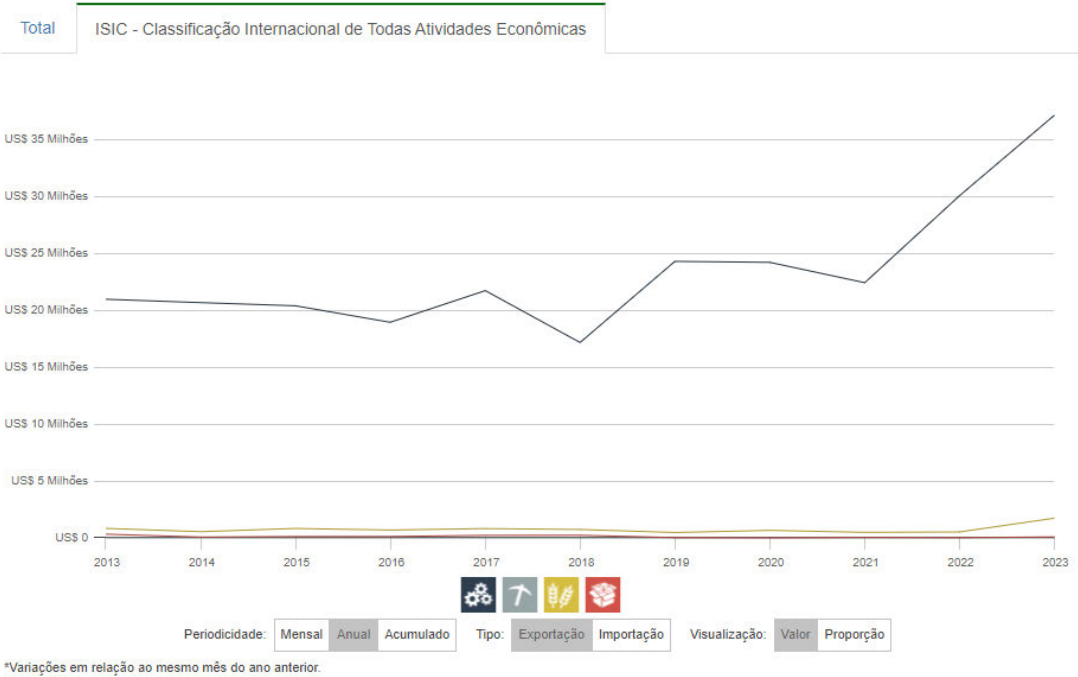
ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO BILATERAL

Cabo Verde

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Cabo Verde



Série histórica - Parceiro: Cabo Verde



Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Cabo Verde



Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Cabo Verde



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PRAIA

Candidato: ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA

PERFIL DO CANDIDATO

Ministro Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva

Nascido em 6 de janeiro de 1970, em Niterói, Rio de Janeiro, formou-se em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília em 1997.

Serviu no Consulado-Geral do Brasil em Nagoia (1997-2000) e nas Embaixadas do Brasil na Haia (2000-2003), em Lima (2003-2005), e em Bruxelas (2009-2012).

Aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE/IRBr), em 2010, com a tese “Fortaleza Europa: a Diretiva de Retorno e os desafios para a atuação consular do Brasil”.

Foi ministro-conselheiro nas Embaixadas do Brasil em Praia, de 2012 a 2015, e em Estocolmo, de 2015 a 2019, e cônsul-geral adjunto no consultado do Brasil em Amsterdã de 2019 a 2024.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CABO VERDE

RELAÇÕES COM O BRASIL

- Quanto às relações com o Brasil, estabelecidas logo após a independência do arquipélago de Portugal, em 1975, Cabo Verde tem demonstrado renovado interesse em aprofundá-las, desde o início do novo mandato do Presidente Lula. Cabe ressaltar, ainda, que Cabo Verde tem apoiado consistentemente candidaturas brasileiras (bem como de países CPLP, em geral) a organismos internacionais.
- São mencionadas algumas visitas mais recentes de autoridades cabo-verdianas ao Brasil (período entre 2021 e o presente):

a) Presidente Jorge Carlos Fonseca, de 28 de julho a 2 de agosto de 2021: primeira visita oficial ao Brasil que realizou em seus dez anos como Chefe de Estado. Fonseca foi recebido pelo então Presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto, ocasião em que louvou a cooperação técnica entre os dois países, frisando a tradição estabelecida no campo das cooperações educacional e militar. Em São Paulo, Fonseca participou, em 31 de julho, da cerimônia de reinauguração do Museu da Língua Portuguesa.

b) Presidente José Maria Neves, de 5 a 9 de setembro de 2022, por ocasião das celebrações do Bicentenário da Independência: Neves foi recebido pelo então Presidente Jair Bolsonaro e esteve presente, na Tribuna Presidencial na Esplanada dos Ministérios, ao desfile cívico-militar por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência.

c) Presidente José Maria Neves, por ocasião da posse do Presidente Lula da Silva, em janeiro de 2023: em entrevista coletiva, ao retornar ao país após a cerimônia em Brasília, o Chefe de Estado cabo-verdiano manifestou a expectativa do fortalecimento das relações bilaterais nos próximos anos, destacando a exitosa cooperação já existente nas áreas militar e educacional.

d) Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva, de 30 de abril a 2 de maio de 2023: Correia e Silva reuniu-se, em 2 de maio, com o Presidente Lula da Silva, ocasião em que foi repassada a pauta de programas de cooperação, mencionando o histórico dos projetos já realizados entre os dois países. No Rio de Janeiro, Correia e Silva participou da "Web Summit".

- Da parte brasileira, são citadas visitas de alto nível de autoridades a este país no mesmo período:

a) Passagem do então Presidente Jair Bolsonaro por Cabo Verde, por ocasião de paradas técnicas de aeronave oficial, em 29 de outubro de 2021 e 2 de novembro de 2021, no âmbito da viagem do mandatário brasileiro brasileiro à Itália.

b) Visita do então Vice-Presidente Hamilton Mourão para participação oficial à posse presidencial de José Maria Neves, em 9 de novembro de 2021. A autoridade brasileira foi recebida em audiência, após a cerimônia, pelo Presidente cabo-verdiano recém-empossado.

c) Passagem do Presidente Lula da Silva por Cabo Verde, por ocasião de reabastecimento de aeronave oficial, em 19 de julho de 2023, nesta capital: Esteve presente na ocasião o Presidente José Maria Neves, que manifestou expectativa de possível visita oficial do Presidente Lula ao arquipélago ainda durante seu corrente mandato. O Presidente brasileiro já convidou seu homólogo cabo-verdiano para visitar o Brasil, convite que foi prontamente aceito. José Maria Neves tenciona realizar a visita ainda neste ano de 2024.

d) Passagem do Presidente Lula da Silva a Cabo Verde, por ocasião de reabastecimento de aeronave oficial, em 13 de fevereiro deste ano, na ilha do Sal: Na oportunidade, o mandatário

brasileiro conversou com autoridades cabo-verdianas sobre o atual cenário político africano e as iniciativas de cooperação brasileira para o desenvolvimento de Cabo Verde.

e) Missão do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de 22 a 24 de janeiro último: O Diretor da ABC, que chefiou a delegação brasileira, foi recebido por diversas autoridades cabo-verdianas, como a Ministra da Saúde, Filomena Gonçalves, o Ministro da Educação, Amadeu Cruz e o Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva, ademais da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros. O objetivo foi apresentar proposta de Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) com Cabo Verde.

f) Missão do senhor SAOM, Embaixador Carlos Duarte, por ocasião da IV Reunião de consultas Políticas, em 12 de março último: o Embaixador Carlos Duarte foi recebido pelo Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, Rui Figueiredo Soares.

- Em abril de 2023, realizou-se, após interstício de 13 anos desde a última reunião, a VIII Reunião Ministerial e de Altos Funcionários da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em Mindelo, ilha de São Vicente. O evento representou revitalização da iniciativa e foi ao encontro dos objetivos de Cabo Verde de obter maior integração com a África e cooperação mais efetiva com parceiros no continente sul-americano, com destaque para o Brasil, em temas como defesa e segurança. Cabe recordar o apoio logístico do Brasil (contratação de intérpretes e disponibilização de aeronave, com capacidade para 50 passageiros, com vistas ao transporte de delegados no trecho Praia-Mindelo-Praia) na realização da referida reunião, ação que foi muito apreciada pelo Governo cabo-verdiano. O evento também foi a primeira visita do chanceler Mauro Vieira a um país africano na atual gestão.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS COM O BRASIL

- No tocante às relações econômicas e comerciais com o Brasil, o País respondeu, em 2023, por 4% a 5% das importações cabo-verdianas, estando ainda muito aquém de suas possibilidades. Os principais produtos brasileiros importados por Cabo Verde são carnes de bovinos, suínos e de aves, arroz, açúcares de cana e de beterraba. As importações brasileiras oriundas de Cabo Verde, ainda muito incipientes, incluem ferramentas com motor elétrico incorporado; partes de aparelhos telefônicos, incluindo smartphones e aparelhos para redes celulares ou redes sem fio; e ésteres fosfóricos e seus sais.

- Desafio no âmbito comercial é a atual ausência de linha aérea direta entre os dois países. Tem sido anunciado o retorno dos voos diretos entre Brasil e Cabo Verde nos próximos meses, operados pela companhia estatal TACV. Os voos deverão ligar Cabo Verde (Praia) a Recife e, em um segundo momento, estabelecer "stop-over" na ilha do Sal. O Governo cabo-verdiano tem buscado parcerias com a companhia brasileira Azul para conexões dentro do Brasil, mas nada ainda foi anunciado oficialmente. O retorno das ligações aéreas diretas deverá impactar positivamente o fluxo de turistas, estudantes e empresários. Cabe recordar que havia voos diretos de Cabo Verde, pela TACV, para quatro capitais brasileiras (Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre), até sua suspensão, em março de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19.

- Quanto aos investimentos brasileiros no país, podem ser mencionados a Fazenda de Camarões, instalada desde 2017 na ilha de São Vicente, fruto de joint venture entre empresas cabo-verdianas e a empresa Universo Lda., sediada no Ceará, com investimento da ordem de EUR 1,58 milhão, e a TV Record Cabo Verde, no país desde 2007, com investimento de cerca de 73 mil euros. Cabe assinalar, ainda, a perspectiva de investimento brasileiro em Cabo Verde no setor têxtil, por meio do empresário Ricardo Steinbruch, do grupo Vicunha, que tem prospectado junto ao Governo cabo-verdiano, com o apoio da Embaixada, as condições para

viabilizar o empreendimento de cerca de 120 milhões de dólares, que poderia gerar até 800 empregos diretos no país e ter sua produção exportada para a União Europeia, os Estados Unidos e a CEDEAO.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

- Os resultados dos projetos de cooperação técnica e educacional do Brasil, bem como a assistência humanitária, têm representado agenda muito positiva junto ao Governo de Cabo Verde, possibilitando o fortalecimento das relações bilaterais.
- Quanto à assistência humanitária, O Brasil realizou doação, em 2023, de 30 toneladas de sopas desidratadas, em resposta ao pleito formulado pelo Governo cabo-verdiano ao Brasil, no contexto do crescimento da insegurança alimentar no país, que foi agravada, principalmente, pelos efeitos da guerra na Ucrânia. Foi também efetuada doação brasileira de 50 mil doses da vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV) e 30 mil doses da vacina contra a febre amarela.
- No tocante à cooperação técnica bilateral Brasil-Cabo Verde, há, atualmente, 7 iniciativas de cooperação em andamento, sendo 3 projetos em execução e 4 projetos em negociação. Cabe assinalar, ainda, que há 9 demandas de cooperação oficializadas pelo Governo cabo-verdiano que foram encaminhadas para apreciação e/ou já se encontram sob análise da ABC. Pode ser destacada, também, a intensificação das ações de cooperação técnica no âmbito da CPLP.

TEMAS CULTURAIS

- O antigo Centro Cultural Brasil–Cabo Verde, transformado em IGR, é o expoente da difusão cultural do Brasil neste país. Desde abril de 2020, os cursos de língua portuguesa passaram a ser oferecidos de forma virtual, ou híbrida, e durante a pandemia adaptou-se para manter projetos culturais na modalidade virtual. Além de atuar em projetos presenciais de apresentações teatrais, musicais e de exposições artísticas representativas da cultura brasileira, oferece oficinas de arte, artesanato, dança, escrita criativa e história em quadrinhos. Os projetos educacionais para fortalecimento da língua portuguesa, em um país em que a língua cotidiana é o crioulo cabo-verdiano, é de especial interesse de entidades locais, principalmente escolas do ensino básico, que buscam valorizar a formação de leitores jovens. De modo a atender essa demanda local, o IGR oferece regularmente oficinas de "contação de história" e mantém, desde 2023, um clube do livro infantil. Como exemplo, em 2021, 70% (7 de 10) das atividades desenvolvidas foram voltadas à literatura; em 2022, foram 40% (5 de 12); e, em 2023, foram 50% (7 de 14). No ano em curso, já ocorreram 12 eventos, dos quais 7 tinham a literatura como assunto principal (60%).
- O Leitorado Guimarães Rosa, atualmente a cargo da professora Karina de Fátima Gomes, organizou e participou de eventos na Universidade de Cabo Verde, com foco no ensino da língua portuguesa, principalmente na variante brasileira, e em literatura para formação de professores. Ao menos uma vez ao ano o Leitorado organizou ou participou da organização de Congressos, Seminários e projetos da universidade em seu campo de atuação. Eventos organizados pela Biblioteca Nacional e pela Delegação do Ministério da Educação da Praia contaram com a participação do IGR-Praia e do Leitorado, que têm estreitado relações. Os convites à participação de ambas unidades são decorrentes da reconhecida qualidade no ensino, na valorização da língua portuguesa e no apoio à formação de professores.

TEMAS CONSULARES

- A comunidade brasileira em Cabo Verde é estimada em 200 nacionais, formada por famílias de perfil majoritariamente jovem. A maior parte é integrante das igrejas pentecostais brasileiras. Em 2022, estiveram aptos a votar 110 brasileiras e brasileiros, dos quais 68 cidadãos e cidadãs exerceram o direito de voto.
- Há atualmente, de acordo com dados de maio último, 18 nacionais presos na jurisdição do Posto, todos condenados por tráfico internacional de entorpecentes. Os serviços de assistência consular referem-se usualmente a atendimentos aos brasileiros apenados, os quais, uma vez por ano, recebem, pelos recursos da dotação ABE, artigos de higiene pessoal.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à República de Cabo Verde.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República nas relações Brasil-Cabo Verde, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar as relações diplomáticas com Cabo Verde, buscando ampliar as relações em diversos setores, inclusive no âmbito da CPLP.
2. Promover a inserção econômica competitiva das empresas brasileiras em Cabo Verde e em seus vizinhos da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
3. Promover a imagem e cultura do Brasil em Cabo Verde, utilizando-se da ferramenta da língua em comum.
4. Promover serviços consulares de qualidade.
5. Buscar, junto ao Governo cabo-verdiano, convergência de posições no cenário multilateral.
6. Intensificar a promoção dos produtos do agronegócio brasileiro em Cabo Verde diante da situação de importação, pelo arquipélago, de mais de 80% dos alimentos que consome.
7. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidade de novas frentes de cooperação.
8. Dar continuidade ao aprofundamento da cooperação bilateral no domínio da Defesa, em linha, sempre que possível, com os objetivos dispostos no Plano de Ação de Mindelo, emanado da VIII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), realizada em abril de 2023.
9. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros, mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro.
10. Explorar as sinergias eventualmente existentes entre os dois países no domínio da inovação, tendo em conta a excelência de centros produtores de inovação no Brasil, tanto por um viés de cooperação técnica quanto comercial.
11. Contribuir para o incremento das ligações aéreas e marítimas entre os dois países.
12. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos políticos do país e da região, com vistas à defesa dos interesses do Brasil.

13. Articular posições comuns em foros internacionais em prol do desenvolvimento sustentável inclusivo.
14. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência da embaixada.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
- 1) Promover o aumento das exportações do Brasil para Cabo Verde, com especial foco na demanda proveniente da indústria turística local, em franca expansão;
 - 2) Promover a diversificação das exportações do Brasil para Cabo Verde, com ênfase no aumento do valor agregado das exportações;
 - 3) Organizar e apoiar ações e iniciativas visando a proporcionar melhor conhecimento da demanda local aos exportadores brasileiros;
 - 4) Apoiar missões de empresas do Brasil a Cabo Verde, com foco em atração de investimentos produtivos, e tendo em conta o acesso preferencial de que dispõe Cabo Verde aos mercados da CEDEAO, da União Europeia e dos Estados Unidos;
 - 5) Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros em Cabo Verde;
 - 6) Promover a degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
 - 7) Prospectar áreas prioritárias para a atuação brasileira na economia cabo-verdiana, como o agronegócio (Cabo Verde importa mais de 80% dos alimentos que consome), o turismo (responsável por 25% do PIB), as energias renováveis (Cabo Verde ainda detém 80% de sua matriz energética dependente de combustíveis fósseis) e a economia azul (Cabo Verde detém ampla Zona Econômica Exclusiva), entre outras;
 - 8) Acompanhar o processo de certificação do pescado processado cabo-verdiano, atualmente em curso pelo MAPA, numa perspectiva de se criar escala comercial que viabilize o estabelecimento de uma rota marítima direta entre os dois países, e
 - 9) Apoiar os esforços de empresários brasileiros e cabo-verdianos com vistas ao estabelecimento da rota marítima direta.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de ações de promoção comercial;
 - 2) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros cabo-verdianos;
 - 3) Número de participações em eventos com o objetivo de promover o Brasil como destino de investimentos (feiras, seminários, mostras etc.);
 - 4) Número de respostas a consultas sobre informação comercial relacionadas à dinâmica econômico-financeira entre o Brasil e Cabo Verde;
 - 5) Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada; e
 - 6) Número de telegramas sobre a economia e ambiente de negócios em Cabo Verde.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Acompanhar e informar sobre a situação política interna em Cabo Verde, com vistas às próximas eleições autárquicas (municipais), previstas para o segundo semestre de 2024, bem como às próximas eleições legislativas e presidenciais (ambas previstas para 2026);
- 2) Acompanhar e informar sobre a política externa de Cabo Verde e sua inserção regional;
- 3) Acompanhar os desdobramentos decorrentes da última reunião de consultas políticas, retomada em março de 2024, com a presença do senhor SAOM em Cabo Verde;
- 4) Apoiar visitas de autoridades brasileiras a Cabo Verde e de autoridades cabo-verdianas ao Brasil;
- 5) Buscar concertação de posições sobre temas globais e realizar gestões a fim de obter o apoio de Cabo Verde a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- 6) Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa de Cabo Verde de potencial interesse para o Brasil;
- 7) Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre as relações de Cabo Verde com seus principais parceiros internacionais, sobretudo EUA, União Europeia e China;
- 8) Manter contatos regulares com atores relevantes do cenário político, acadêmico e diplomático de Cabo Verde, com o objetivo de assegurar interlocução com o governo e as principais forças políticas do país ;
- 9) Incentivar maior aproximação entre os dois países no âmbito parlamentar, inclusive por meio da realização de visitas, reuniões e eventos parlamentares.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de telegramas sobre a política interna cabo-verdiana;
- 2) Número de telegramas sobre política externa e regional cabo-verdiana;
- 3) Número de notas verbais enviadas pela Embaixada e recebidas da chancelaria cabo-verdiana;
- 4) Número de reuniões com interlocutores políticos relevantes;
- 5) Número de missões de autoridades cabo-verdianas ao Brasil e de autoridades brasileiras a Cabo Verde; e
- 6) Número de acordos bilaterais firmados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Acompanhar as ações do Governo cabo-verdiano no âmbito da CPLP, da CEDEAO e da União Africana (UA);

- 2) Identificar iniciativas da parte cabo-verdiana no contexto da ZOPACAS que possam promover a intensificação da coordenação dos países membros, tendo em conta que a próxima presidência do mecanismo será exercida pelo Brasil;
- 3) Apoiar a realização de eventos articulados aos objetivos dispostos no Plano de Ação de Mindelo, emanado da VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS;
- 4) Informar sobre as ações do Governo junto a organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, o FMI e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);
- 5) Acompanhar e relatar os desdobramentos dos esforços cabo-verdianos junto à ONU para a criação de um novo mecanismo de avaliação de desenvolvimento que leve em conta as singularidades dos países insulares (índice de vulnerabilidade multidimensional), e
- 6) Buscar obter apoio de Cabo Verde para as candidaturas lançadas pelo Governo brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas sobre a ação de Cabo Verde junto à CPLP, à CEDEAO e à UA, e sobre a ZOPACAS;
- 3) Número de eventos realizados em torno de temas sobre a ZOPACAS com a participação do Posto, e
- 2) Número de telegramas sobre temas da agenda com o Banco Mundial, o FMI e o BAD.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Ampliar a difusão da cultura brasileira e da marca Brasil em Cabo Verde e diversificar as referências culturais brasileiras;
- 2) Promover destinos turísticos no Brasil junto a Cabo Verde;
- 3) Diversificar a difusão de referências da cultura brasileira para além da variante brasileira da língua portuguesa e da literatura, que apresentem similaridade com a cultura cabo-verdiana;
- 4) Atrair, por meio do IGR-Praia, a comunidade cabo-verdiana por meio da realização de eventos tipicamente brasileiros, notadamente em dança, música, teatro, literatura e cinema;
- 5) Apoiar a realização do evento “Kriol Jazz Festival”, realizado anualmente na cidade da Praia, por meio da participação de músicos brasileiros;
- 6) Acompanhar e fortalecer as atividades do Leitorado Guimarães Rosa em Cabo Verde, e
- 7) Acompanhar as reuniões periódicas promovidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de iniciativas de promoção cultural (seminários, palestras, publicações, difusões midiáticas, atividades gastronômicas etc.);

- 2) Número de missões culturais recíprocas entre Brasil e Cabo Verde;
- 3) Número de atividades realizadas pelo Leitorado Guimarães Rosa;
- 4) Número de reuniões e contatos com empresas de turismo em Cabo Verde para promoção de destinos brasileiros;
- 5) Número de eventos com foco em outras expressões culturais brasileiras que não sejam especificamente literárias;
- 6) Número de oficinas anuais com profissionais de áreas criativas diversas; e
- 7) Número de projetos para comemoração de festas tipicamente brasileiras com foco em atrair a comunidade brasileira.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Promover a cooperação com Cabo Verde na área de desenvolvimento sustentável e mudança do clima, levando em conta a realização da COP 30, em Belém, em novembro de 2025, e a importância concedida por Cabo Verde aos temas em apreço, em virtude de sua condição de “pequeno Estado insular em desenvolvimento” (SIDS, em sua sigla em inglês);
 - 2) Fomentar o diálogo bilateral na busca de soluções para uso de energias renováveis, tendo em conta a notória experiência brasileira nessa matéria, e
 - 3) Ampliar o diálogo bilateral em temas ambientais, para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, e avaliar áreas onde há potencial para cooperação bilateral .
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de telegramas sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, salientando as posições de Cabo Verde sobre os temas;
 - 2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Desenvolver e identificar oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Cabo Verde;
 - 2) Buscar identificar eventuais sinergias entre o projeto cabo-verdiano de conformação de um parque tecnológico na cidade da Praia (“TechPark”) e empreendimentos similares no Brasil, notadamente no que toca a experiência do “Porto Digital”, no Estado de Pernambuco, e
 - 3) Promover visitas a Cabo Verde de especialistas brasileiros do campo da promoção da inovação, notadamente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e de centros

promotores de inovação localizados especialmente em Estados do Nordeste brasileiro (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco);

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto junto a entidades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação;
- 2) Número de missões de autoridades de ambos os países que tratam do tema da inovação, e
- 3) Número de telegramas sobre cooperação nas áreas em apreço.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Fortalecer a cooperação educacional com Cabo Verde, por meio do PEC-G e do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB);
- 2) Fortalecer a cooperação em defesa, por meio dos programas de cooperação com a Marinha do Brasil;
- 3) Dar seguimento ao estreitamento de laços entre o Instituto Rio Branco e seu congênere cabo-verdiano, eventualmente por meio da promoção de cursos e palestras de especialistas brasileiros;
- 4) Fortalecer a cooperação no setor de saúde, estabelecendo novas forma de cooperação e ampliando as já existentes, como o Banco de Leite Humano;
- 5) Promover a cooperação por meio do Leitorado Guimarães Rosa com a Universidade de Cabo Verde e outras instituições educacionais públicas em parceria com o IGR – Praia; e
- 6) Estreitar relações com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP na consecução de eventos e projetos institucionais de valorização da língua portuguesa em Cabo Verde.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de candidaturas cabo-verdianas no âmbito do PEC-G;
- 2) Número de candidaturas cabo-verdianas no âmbito do GCUB;
- 3) Número de candidaturas brasileiras no âmbito do Programa Anual de Cursos de Curta Duração para Aquaviários Estrangeiros (PACCD) e do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME);
- 4) Número de telegramas sobre temas de cooperação nas áreas em apreço;
- 5) Número de projetos entre o Leitorado e o Instituto Guimarães Rosa com as instituições educacionais públicas de Cabo Verde;
- 6) Número de projetos e eventos em parceria com o IILP.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Fortalecer a cooperação técnica com Cabo Verde nas mais diversas áreas, levando em conta a implementação futura de Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) com o país;
- 2) Dar continuidade ao diálogo com as entidades brasileiras e cabo-verdianas com vistas a identificar áreas a serem incluídas no PDI, e
- 3) Buscar sinergias possíveis com demais cooperantes internacionais (Escritório das Nações Unidas em Cabo Verde e União Europeia), com vistas a juntar esforços no atendimento das demandas do país nesse domínio.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes governamentais para definição de áreas prioritárias para o PDI; e
- 2) Número de missões técnicas para elaboração de projetos no âmbito do PDI.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Formular parâmetros de melhoria contínua por meio da criação e implementação de um sistema de avaliação dos serviços consulares oferecidos pela embaixada em Cabo Verde;
- 2) Implantar o sistema e-consular no intuito de evitar as idas dos consulentes ao setor consular sem que a documentação esteja completa;
- 3) Atrair, por meio do IGR-Praia, a comunidade brasileira através de eventos tipicamente brasileiros;
- 4) Assistir à comunidade brasileira residente nas ilhas do Sal e São Vicente por meio de consulados itinerantes, em coordenação com os cônsules honorários nessas localidades;
- 5) Efetuar visitas periódicas aos cidadãos e cidadãs encarcerados, prestando-lhes assistência consular, e
- 6) Avaliar a pertinência de assinatura de um instrumento bilateral de transferência de presos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Uma boa forma de acompanhar a qualidade, alcance e impacto do desempenho da atividade consular e de seus atendentes é criar canais para o usuário registrar sua percepção em relação ao atendimento recebido. As pesquisas de satisfação do usuário constituem uma ferramenta de gestão que ajuda muito a verificação da efetividade do serviço oferecido;
- 2) Tempo de espera entre o envio da documentação, a validação e o agendamento;
- 3) Número de atendimentos nos consulados itinerantes, e
- 4) Número de visitas a presídios.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

PARECER Nº , DE 2024-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 19, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.*

Relator: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ALEXANDRE HENRIQUE SCULTORI DE AZEVEDO E SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata (art. 383, III).

O indicado ingressou na carreira diplomática em 1994, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco (IRBr). Ainda no âmbito desse Instituto, realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2003, bem como o Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu tese intitulada: “Fortaleza Europa: a Diretiva de Retorno e os desafios para a atuação consular do Brasil”. Para além disso, o diplomata indicado bacharelou-se em Direito pelo então Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB/DF) no ano de 1997.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1995, ascendeu a Conselheiro em 2008; e a Ministro de Segunda Classe, em 2014. Ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas destacam-se as de subchefe e chefe da Divisão de Pessoal, de 2006 a 2009; conselheiro na Embaixada em Bruxelas, de 2009 a 2012; ministro-conselheiro comissionado na Embaixada em Praia, de 2012 a 2015; ministro-conselheiro na Embaixada em Estocolmo, de 2015 a 2019; e côsul-geral adjunto no Consulado-geral em Amsterdã, de 2019 aos dias de hoje.

Ainda em atendimento às normas regimentais (art. 383, I, d), a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Cabo Verde, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas situadas no oceano Atlântico. Cuida-se de República semipresidencialista, que se encontra organizada em um Estado unitário. O país é considerado exemplo de solidez institucional e prática democrática no continente africano.

A maior parte dos cabo-verdianos reside fora do país. Essa comunidade diaspórica, estimada em 1,5 milhão de pessoas, representa cerca de três vezes a população residente. Esse contingente humano é responsável, mediante transferências financeiras, por aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

No que concerne às relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde, elas datam da independência daquele país, em 5 de julho de 1975. Desde então, foram realizadas visitas oficiais de alto nível entre os dois países. Nesse sentido, merecem destaque as viagens ao arquipélago

realizadas pelos presidentes brasileiros João Baptista Figueiredo (1983), José Sarney (1986), Michel Temer (2018) e Luiz Inácio Lula da Silva (2004 e 2010).

Com respeito às trocas comerciais, elas são compatíveis com a dimensão territorial e humana de Cabo Verde. Em 2023, a corrente de comércio totalizou US\$ 38,9 milhões, com superávit brasileiro de US\$38,8 milhões. Com isso, o Brasil responde, no momento presente, por cerca de 5% das importações cabo-verdianas.

O traço característico mais importante das relações bilaterais está na cooperação técnica prestada pelo Brasil em diversos domínios, que responde pela superlativa quantidade de atos internacionais em vigor entre os dois países. Merece destaque, no entanto, a cooperação educacional. Nesse sentido, é expressivo o número de autoridades e formadores de opinião que tiveram experiência universitárias em nosso país. Veja-se, por exemplo, que o atual presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, foi aluno de administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo.

Por fim, importa noticiar que a comunidade brasileira em solo cabo-verdiano é estimada em 350 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora